



EM MOVIMENTO

Corina Evelin Demarchi Villalón
Vinícius Fernandes da Silva
Marília Velardi
(Orgs.)

Edições EACH

EM MOVIMENTO: Memórias, Experiências e Performances Coletivas

Organizadores:

CORINA E. DEMARCHI VILLALÓN

VINÍCIUS FERNANDES DA SILVA

MARILIA VELARDI

São Paulo
Edições EACH
2022

DOI: 10.11606/9786588503096



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

2022 – Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP
Rua Arlindo Bettio, 1000 – Vila Guaraciaba
Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP), Brasil
03828-000

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitor Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Diretor Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Vice-Diretor Profa. Dra. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

Conselho Editorial das Edições EACH

Profa. Dra. Isabel C. Italiano (Presidente - EACH/USP – Brasil)	Capa
Prof. Dr. Jefferson A. Mello (Vice-Presidente -EACH/USP – Brasil)	
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza (EACH/USP – Brasil)	
Analúcia dos Santos V. Recine (EACH/USP – Brasil)	
Profa. Dra. Anna Karenina A. Martins (EACH/USP – Brasil)	
Prof. Dr. Carlos Bandeira de M. Monteiro (EACH/USP – Brasil)	
Profa. Dra. Clara Vasconcelos (Universidade do Porto – Portugal)	
Prof. Dr. Daniel Hoffman (Rutgers University - EUA)	
Profa. Dra. Flávia Mori Sarti (EACH/USP – Brasil)	
Prof. Dr. Humberto Miguel G. Malpartida (EACH/USP – Brasil)	
Profa. Dra. Juliana P. Rodrigues (EACH/USP – Brasil)	Arte da capa
Prof. Dr. Marcos Lordello Chaim (EACH/USP – Brasil)	Fotografia
Maria Fátima dos Santos (EACH/USP – Brasil)	
Prof. Dr. Michel Riaudel (Sorbonne Université – França)	
Profa. Dra. Rosely A. Liguori Imbernon (EACH/USP – Brasil)	
Profa. Dra. Sandra L. A. de A. Reimão (EACH/USP – Brasil)	
Profa. Dra. Verónica Marcela Guridi (EACH/USP – Brasil)	

Publicação

Raiane Miranda
Newton Jr.
Yuri Fraccaroli
Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos
Lennon Oliveira Matos
Michele Borges
Cristiane Maria de Paula
Corina Villalón
Vinícius Fernandes da Silva

Raiane Miranda
Yuri Fraccaroli

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca.
Maria Fátima dos Santos (CRB-8/6818)

Em movimento : memórias, experiências e performances coletivas /
organizadores, Corina E. Demarchi Villalón, Vinícius Fernandes da
Silva, Marília Velardi. – São Paulo : Edições EACH, 2022.
1 ebook

ISBN 978-65-88503-09-6 (recurso eletrônico)
DOI 10.11606/9786588503096

1. Movimentos sociais. 2. Movimentos sociais urbanos. 3. Sociologia
urbana. 4. Participação política. I. Demarchi Villalón, Corina Evelin, org. II.
Silva, Vinícius Fernandes da, org. III. Velardi, Marília, org.

CDD 22. ed. – 303.484

Como citar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

DEMARCHI VILLALÓN, C. E.; SILVA, V. F.; VELARDI, M. (org.). **Em movimento**: memórias, experiências e performances coletivas. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503096.

Como citar o capítulo desta publicação, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s). Título do capítulo. *In*: DEMARCHI VILLALÓN, C. E.; SILVA, V. F.; VELARDI, M. (org.). **Em movimento**: memórias, experiências e performances coletivas. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503096.

SUMÁRIO

Prefácio Um: Um prefácio em três tangos	7
<i>Helena Vieira</i>	
Prefácio Dois: Conhecer é romper os muros e dialogar	17
<i>Dennis de Oliveira</i>	
Introdução	20
<i>Corina E. Demarchi Villalón, Vinícius Fernandes da Silva, Marília Velardi</i>	
O Cursinho Popular como uma trajetória possível de luta e (re)existência	28
<i>André Ramos Vaquero, Aline Coelho, Cristiane Maria de Paula, Michele Borges, Nara Lasevicius Carreira, Thaina de Paula Oliveira, Yaracê Morena Boregas e Rêgo.</i>	
O Projeto Herbert de Souza	46
<i>Ana Cláudia Morais Alves</i>	
Nós por Nós: movimentos de sujeitas e sujeitos periféricos na disputa de Universidades Públicas	58
<i>Brenda Barbosa da Silva</i>	
Núcleo de Direito à Cidade: memórias coletivas de uma extensão popular	73
<i>Alice Maria Gallian Augusto, Alicia Santos Soares, Bruna Neri Cardoso Brandão, Bruno Lescher Facciolla, Eduardo Abramowicz Santos, Geovanna Sales, Gianluca Biagini, Gustavo Soares Formenti, Leticia Sarmiento Kleim, Luis Filipe P. F. Oliveira, Maria Gabriela F. N. de Moraes, Maria Luísa Pardo Lopes, Mariana Costa O. Morais, Marianna Haug, Tales Fontana Siqueira Cunha e Walquíria de Paula Fernandes da Silva.</i>	
Não somos loucas e louco: como o coletivo pode ECOAR nas pesquisas artísticas-acadêmicas	96
<i>André Bizerra; Anna Carolina Longano; Diane Boda; Marília Velardi; Nathália Bonilha Borzilo; Renata Frazão Matsuo</i>	
Aliança Universidade e os Povos Indígenas (Aupi): sonhos, histórias e lutas!	112
<i>Carlos H. de A. Ferreira, Gabriela Medeiros, José Cohon, Karlene B. M. Sandoval, Tamires T. Saito</i>	
Breve trajetória da Organização Anarquista Socialismo Libertário (São Paulo, 2009-2019)	130
<i>Felipe Corrêa, Lennon Oliveira Matos</i>	
A Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo	163
<i>Ana Lia Galvão, Gabriel Silva, Heloisa Yoshioka, Mayra Balan e Viviane Balbuglio</i>	

Narrativas e percursos da Equipe de Base Warmis: mulheres migrantes e interculturalidade	177
<i>Mariela Loreto Pizarro Sippa, Lida Elena Tascón Bejarano, Jobana Moya, Sandra Morales Mercado, Corina Evelin Demarchi Villalón, Katlheen Maynard, Beatriz Morales, Elizabeth Suarique Gutiérrez</i>	
Luta Antimanicomial: relato de uma experiência militante na cracolândia	195
<i>Júlia da Fonseca Silvestrini</i>	
“Apesar de Preta... vivências de mulheres pretas e suas trajetórias”	206
<i>Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos</i>	
Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo: história de outro orgulho	212
<i>Irina Karla Bacci, Mariana Luppi Foster</i>	
“Dignidade acontece quando se é inteiro”: sobre a ideia de povo, interseccionalidades, realidades e utopias Lgbtqi+	222
<i>Yuri Fraccaroli</i>	
Não-Monogamia Política: por um projeto emancipatório e coletivo	243
<i>Newton Sérgio Lima Junior, Raiane Cristine de Miranda</i>	
Mulheres Migrantes: corporal(idades) e inter(ações)	253
<i>Rocio Bravo Shuña, Maria Paula Botero</i>	
AUTORIAS	258



Um prefácio em três tangos

Helena Vieira

“Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos.

A vida inteira que podia ter sido e que não foi.

Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

— Diga trinta e três.

— Trinta e três . . . trinta e três . . . trinta e três . . .

— O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

— Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

— Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.” (Manuel Bandeira -

Pneumotórax)

São Paulo, 10 de Julho de 2021.

Segundo ano da pandemia.

532 mil mortos pela COVID-19 no Brasil.

Imunização inferior a 10% da população brasileira.

Como vocês estão? Essa é a pergunta mais importante após tudo o que vivemos ou ainda estamos vivendo - não sei se a pandemia lhe será presente ou passado quando de sua leitura, por isso escrevo em ambos os tempos -. Esta publicação nasce em meio ao caos pandêmico, uma criminosa tragédia anunciada e, no caso brasileiro, intensificada pela desinformação, pelo fundamentalismo e belicosidade que se corporificam em Bolsonaro, mas que dele prescinde, creio. Cada um dos autores e autoras dos textos deste volume tem os pés fincados em muitas fronteiras: entre a academia e a luta social; entre a atuação Institucional e a crítica às instituições; entre a Universidade e o Cursinho.

Como vocês estão? - insisto- a saúde física e mental? A reclusão, o medo, a morte sem luto de pessoas queridas somadas à aniquilação virótica dos espaços públicos tem nos feito muito mal. Oxalá este livro te encontre num momento melhor, e se estivermos todos

ainda em reclusão, que a leitura dos ensaios e artigos organizados aqui possa não apenas lhes ser úteis, mas também acolher, esperar, convocar. Cuidem-se e se puderem cuidem dos outros. Temos e teremos feridas expostas a tratar e lambar em todos os âmbitos de nossas vidas.

Já escrevi uns tantos prefácios e não me acostumo jamais com os efeitos que estes textos podem causar, por serem frequentemente escritos por autoridades ou sujeitos com alguma notoriedade ou contribuição para um campo ou área do saber específico. Ao apresentar o livro e resumir os capítulos, o prefácio - investido do saber de seu prefaciador - pode enquadrar a obra segundo tal e qual moldura. Há sempre o risco da sobrecodificação despótica, de uma certa determinação apriorística dos sentidos e significados. É por esta razão que não discutirei os artigos aqui organizados, mas sim os contextos e trajetos que compõem o extracampo narrativo e suas tantas conflitualidades. Este prefácio se organiza em 3 seções cujas discussões poderão compor com os artigos da coletânea, se for de sua preferência. Cada seção está indicada como um “tango”, sim, a dança. Desta forma dou compasso ao texto e faço jus a convocação para que nos movamos frente a toda essa crise.

Primeiro Tango - O lugar, o saber e o trajeto.

“Em MOVIMENTO: memória, experiências e performances coletivas” é um livro-orquestra, porque está habitado de múltiplas vozes, de múltiplos corpos, que convocados por diferentes formas de aparição e presença, se organizam em camadas e dobras que resultam em aproximar -através de enésimas composições- sujeitos como a rapper Cardy B, o Betinho, a Erica Malunginho, a Lélia González, a Leona Vingativa, a Caminhada das Mulheres Lésbicas de São Paulo e a Associação Socialista Libertária de São Paulo - Há ainda tantos mais encontros inesperados, viu? - Nas próximas páginas vocês cruzarão com esta sinfonia de impossíveis - Onde mais se poderia presenciar uma reunião essa? Onde mais isso seria possível- e até mesmo desejável- se não no bafo quente das lutas por vida? Se não entre aqueles que possuem o saber e a técnica de compor coerências impensáveis e de caber onde ninguém jamais imaginaria haver espaço, como num vagão de trem lotado de São Miguel à USP Leste?

A propósito, os organizadores deste livro, a Profa Dra Marília Velardi, os pesquisadores Vinicius Fernandes da Silva e Corina Evelin Demarchi Villalón estão, neste

momento, vinculados à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo - EACH USP, muito mais conhecida por USP Leste ou ainda, como em minha época, a Outra USP. Os artigos têm vozes múltiplas, movimentos sociais, sujeitos outros não circunscritos à EACH. Opto por localizar a USP Leste neste texto e tomá-la como metáfora performativa através da qual poderei evocar realidades outras, porque também eu estudei lá e quero, neste prefácio, realizar o esforço machadiano de revistar o passado para saber o que ele nos terá a dizer sobre o presente.

Antes que digam que este tom é muito pessoal e impróprio para a academia, para a ciência, para o conhecimento - como tantas vezes ouvi - ouviu - ouvimos - explico aqui que a ênfase no ponto de enunciação, no lugar de fala é um aspecto de extrema relevância nas epistemologias feministas contemporâneas e também no interior do pensamento descolonial. Situar o conhecimento e compreendê-lo entranhado na história, nas experiências, interesses e percursos ao longo da vida é cooperar no desencantamento moderno do “Olho de Deus”, ilusão da cognoscibilidade de tudo. Deste modo há aqui uma escolha epistemológica e estilística que, a despeito da pessoalidade e da poética ensaística ou justamente por causa delas, é também conhecimento.

Quando aqui me situo, e também quando os pesquisadores se situam nesta obra, é que então pode haver intercâmbio de práticas, saberes e trocas entre a Universidade e os movimentos sociais que também aqui escrevem. As trocas e construções com as quais vocês travarão contato nas próximas páginas são o resultado da relação dialógica entre pesquisadores e movimentos. Quando aqueles que falam em nome da ciência e do conhecimento científico o fazem apenas na frieza da impessoalidade e no delírio da universalidade, como se pudessem abandonar as próprias trajetórias, corpos, classe, gênero e etc, então não há nenhuma possibilidade de diálogo, posto que este só se realiza horizontalmente, e também não haverá possibilidades construção coletiva de conhecimento ou intercâmbio com quaisquer movimentos sociais, o mais que poderão realizar são estudos em que os movimentos e seus atores são convertidos em objetos de pesquisa ou alvos da prestação de serviços filantrópicos.

Segundo Tango: Retrospectiva, conhecimento e Universidade.

O livro “ Em Movimento” é composto não apenas por textos escritos por acadêmicos e pesquisadores universitários, mas também por ensaios e artigos oriundos dos mais diversos movimentos sociais, dos mais diversos sujeitos e por isso mesmo são textos multiplamente

diversos, cuja escrita nem sempre se assemelha àquela da academia. Este é um dado importante sobre esta obra e se estende para além dela, informando sobre a noção mesma de conhecimento e saber referendadas no interior das universidades brasileiras em geral e da USP, em específico. Peço aqui licença para uma breve retomada histórica acerca do surgimento da coisa-universidade.

A instituição “universidade” é antigüíssima e não foi invenção ocidental, a primeira de que se tem notícia foi fundada em 859 em Fez, no Marrocos, a Universidade al Quaraouiyine, seu caráter era de preservação das escrituras sagradas e dos sábios e também a transmissão destas, seguiram-se a ela a criação de outras ainda no atual Norte de África. É em Bolonha, no ano de 1088 que o pré-ocidente terá sua primeira universidade, vinculada a Igreja Católica de Roma ensinará teologia, grego, hebraico, latim e etc. Até este momento não competia a essa recém criada instituição a “produção” de saberes, mas apenas seu registro, preservação e transmissão de saberes fundamentalmente clássicos, suficientes para as profissões existentes: a medicina, a teologia e o direito.

Mesmo ao longo da Baixa Idade Média, período repleto de transformações artísticas, políticas e geopolíticas tais como os Renascimentos e as Grandes Navegações, as universidades europeias mantiveram-se dedicadas aos saberes clássicos e à erudição. Não me deterei aqui em especificidades do mundo feudal, contudo é importante frisar que o acesso ao conhecimento era permitido apenas aos clérigos, a princípio e também aos nobres (SCHWARTZMAN, 1976). Jacques Le Goff e Nicolas Truong em “Uma História do Corpo na Idade Média”(2006) apontam para a existência de uma hierarquia entre as partes do corpo, sendo os membros superiores puros, enquanto o ventre e as partes inferiores seriam impuras. Essa hierarquia atravessava também as relações no interior das sociedades feudais, estabelecendo, por exemplo, a inferiorização daqueles que trabalham com o corpo frente aqueles cujo ofício é da “alma” e que do corpo usam somente a cabeça, o mais elevado membro do corpo humano.

É apenas no século XVII, com o racionalismo cartesiano e posteriormente com o Iluminismo que o paradigma moderno/colonial desponta, conforme indica Quijano (2005). É entre o final do século XVIII e meados do XIX que as concepções de ensino superior sofrem imensa transformação, sobretudo nos três principais sistemas de ensino ocidentais: o inglês, o francês e o alemão, que influenciarão fortemente a estrutura e o funcionamento das universidades ocidentais modernas. De acordo com Schwartzman (2006) estas

transformações estão relacionadas à insuficiência da formação clássica frente às ciências experimentais e empíricas que desde o século XVIII se formavam: a taxonomia de Lineus, a termodinâmica, a biologia, a Teoria da Evolução etc. Aqueles que adquiriram formação e conhecimento fora da universidade começam a gozar dos mesmos privilégios e acessos dos poucos eruditos clássicos oriundos da universidade medieval. A incorporação destas ciências transforma as universidades em instituições de produção de conhecimento científico, desta maneira a universidade assume no interior das relações de poder e saber, a função de produtora de conhecimento e reguladora das verdades da natureza.

Donna Haraway em “*Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinención de la naturaleza*” propõe, com certo grau de provocação, a reelaboração das categorias científicas criadas na modernidade. Noções como a de natureza, espécie, reprodução e afins desde uma perspectiva feminista-socialista.

Parte de nuestra reconstrucción como seres humanos socialistas y feministas consiste en rehacer las ciencias que construyen la categoría «naturaleza» e inscribir sus definiciones en la tecnología. La ciencia se ocupa del conocimiento y del poder. En estos tiempos, ciencia natural define el lugar del ser humano en la naturaleza y en la historia y provee los instrumentos de dominación del cuerpo y de la comunidad. Al construir la categoría naturaleza, las ciencias naturales imponen límites a la historia y a la formación personal. Por lo tanto, la ciencia forma parte de la lucha por la naturaleza de nuestras vidas. Quisiera investigar de qué manera el campo de la moderna biología construye teorías sobre el cuerpo y la comunidad como maquinas y como mercados capitalistas y patriarcales: la máquina para la producción, el mercado para el intercambio y, ambos, para la reproducción. Quisiera explorar la biología como un aspecto de la reproducción de las relaciones sociales capitalistas que se ocupa del imperativo de la reproducción biológica. En unas palabras, deseo mostrar hasta qué punto la sociobiología es la ciencia de la reproducción capitalista (HARAWAY, 1995).

O argumento de Haraway apresenta uma interessante perspectiva sobre a ciência, o conhecimento e o poder. Neste sentido, o postulado de que parte do processo de reconstrução humana como feministas e socialistas é refazer as ciências que constroem a natureza, as ciências naturais, para além da tarefa epistemológica que aponta, parece sugerir que este refazimento deve se dar desde outros termos que não o capitalismo, o masculinismo e etc. Apesar de neste excerto Donna referir-se às ciências da natureza, tomo aqui a liberdade de extrapolá-las no sentido de asseverar que as ciências que nascem na modernidade se constituem como técnicas de regulação da vida, a biopolítica.

Ora, se a ciência é sobre conhecimento e poder - e isso pode soar até mesmo óbvio, não? - a quem será permitido o acesso às instituições e métodos de produção da ciência e do conhecimento científico? As Universidades naquele momento se ocupariam da produção de conhecimento, da feitura da ciência; do desenvolvimento de métodos, metodologias e classificações capazes de auto-referenciação, padronização e codificação exclusiva de seus pressupostos. A ciência moderna se pretende categórica e universal, ou seja, suas leis seriam válidas para todos os povos conhecidos ou desconhecidos no mundo e para todas as pessoas independente de quaisquer marcadores sociais de diferença.

Este saber moderno foi chamado de “científico” e a ele foi atribuída superioridade em relação a outras formas de saber. O acesso à universidade significaria, portanto, participar nas relações de controle e produção da verdade, e portanto, do poder. É neste sentido que apenas as elites, oligarquias e classes dominantes frequentam este espaço.

O Brasil terá sua primeira Universidade em 1920 - a Universidade do Rio de Janeiro - criada pela reunião de três escolas superiores: A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho; a Faculdade Nacional de Medicina e a Faculdade Nacional de Direito. Tríade científica que somente se instala no Brasil por ocasião da vinda da Família Real portuguesa e da elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve em 1815, quando o país passa a funcionar como uma espécie de metrópole.

As elites locais, antes da vinda da Família Real, tinham por tradição enviar seus filhos de navio para estudar em Coimbra ou Paris, fato amplamente documentado e também ilustrado em tantos romances de língua portuguesa, a exemplo do personagem Carlos da Maia, do romance Os Maias de Eça de Queiroz. Mesmo com a criação das escolas reais no Brasil este hábito ainda se manteve, modificado apenas por uma espécie de dupla formação. Note-se, e este dado será relevante mais a frente, que as três carreiras reais (Engenharia, Direito e Medicina) seguem sendo no Brasil acessadas por aquelas com renda mais elevada e melhor acesso à educação básica.

A Universidade de São Paulo é fundada em 1934 e também se destina a educação da elite, contudo, neste caso em específico, como parte de um projeto de ensino superior encabeçado por alguns setores da elite liberal paulista, um tanto marcados por certo revanchismo resultante da derrota na Revolta Constitucionalista de 1932, um tanto influenciados por uma perspectiva proto-técnica de Estado. Segundo Schwartzman (2001), este projeto educacional visava “formar uma nova elite que assumisse a liderança do país,

superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o Estado líder da Federação”. É relevante a discussão proposta por Simas (2020) cuja dissertação de mestrado se ocupa da permanência do “discurso fundador” da USP atrelado a figuras da elite liberal paulista como Júlio de Mesquita Filho e Armando Salles de Oliveira, naquele momento dirigentes do período O Estado de São Paulo.

O “discurso fundador” corresponderia a incessante e repetida afirmação da necessidade de uma elite governante “instruída nos métodos científicos”, conforme aponta Cunha (2007) em referência ao “manifesto fundador” da Escola Livre de Sociologia. Notável também é o excerto do discurso de Júlio de Mesquita Filho, quando paraninfo da primeira turma formada, naquela ocasião, fazendo referência a derrota sofrida por São Paulo em 1932 e comparando (usa o termo situação idêntica) a situação de São Paulo com a Batalha de Jena na Alemanha, a Restauração Meiji no Japão e a Batalha de Sedan (Simas, 2020). O que tem todos estes eventos em comum? Após imensa derrota seguiu-se uma revanche fundada em processos amplos de reformas educacionais e treinamento para a burguesia e seus filhos.

As organização, funcionamento e conhecimentos que estruturaram a inauguração da USP eram marcadamente inspirados nas universidades francesas. Foram parte do corpo docente inúmeros intelectuais franceses de renome, que atuam/atuavam ativamente na produção de conhecimento, resultando em destaque internacional e construção de um imaginário sobre a USP que, como toda fantasia de dia das bruxas, quanto mais perto dela estivermos, mais saberemos tratar-se de uma fantasia, de uma ficção, uma falsidade.

Longe de ser preciosismo, como podem supor alguns, esta retomada histórica que fiz - um tanto apressada, é verdade - é fundamental para a contextualização desta obra, uma vez que o caráter excludente e exclusivo das universidades brasileiras, sobretudo as universidades públicas e ainda mais a USP decorrem justamente dos movimentos no interior da trama histórica do conhecimento, da ciência e das universidades.

Além disso a contextualização das forças e interesses que atravessam a chegada do Ensino Superior no Brasil e também as disputas pelo controle das técnicas, narrativas e conhecimentos entre as elites revela de forma indubitável o caráter absolutamente parcial e em nada neutro das instituições que se dedicam ao conhecimento e à ciência. No extremo aponta também para o aspecto profundamente colonial e eurocêntrico com que o saber acadêmico/científico se estrutura no Brasil.

Terceiro Tango: Cursinho, memórias e corpo.

Qual o corpo que acessa a universidade e os meios de fazer ciência e, portanto, produzir conhecimento? Ora, tendo em visto o exposto, poderíamos responder a essa questão da seguinte maneira: “É o corpo da elite” ou ainda “o corpo dos ricos”, tal resposta é verdadeira porém insuficiente, uma vez que oculta as categorias que na sociedade brasileira compõem o “corpo da elite”: branco, masculino, viril e rico em primeiro lugar, mas também branco, feminino, normativo e rico, com umas tantas variações, uma vez que esta esquemática corresponde a uma simplificação didática. Estes sujeitos acessam ao longo de sua existência condições materiais, sanitárias, de saúde e tantas mais que lhes garante repertório - não apenas de conhecimento - suficiente para que seu sucesso acadêmico e também financeiro esteja assegurado.

Importante dizer que desde 1911 o acesso às universidades e escolas superiores brasileiras se dá por meio do Exame Vestibular, em tese, a garantia de um procedimento probatório criaria condições igualitárias de acesso, abolindo, já nesta nascente República, os privilégios de acesso da nobreza e da fidalguia do Império. Contudo, os exames vestibulares que já de partida privilegiavam aqueles que possuíam educação formal, ou seja, os mesmos de sempre, passaram, no correr dos anos, a compor uma economia do acesso à universidade - e aqui faço saltos imensos no tempo - dominada por instituições particulares cujas mensalidades excediam em muito o salário mínimo da população brasileira. Paralelo a isso, seus conteúdos eram dramaticamente distantes das realidades das escolas públicas brasileiras. Há portanto uma desigualdade de acesso que faz com que o estudante de escola pública não possa estudar na universidade pública. O vestibular, neste caso, figura como instrumento de manutenção da elite no ambiente universitário.

Ao longo dos 70 o Brasil, apesar da Ditadura Civil Militar, vive um efervescente contexto de lutas por aumento de direitos. É nesse contexto que surgem, por exemplo, os movimentos pela democratização da universidade pública, com foco, entre outras coisas, na construção de cursinhos pré vestibulares populares, que preparariam os jovens negros, pobres, cujos corpo e presença não pertencem à Universidade para acessá-la.

Muitas batalhas são travadas neste período e, eu arriscaria dizer, se enovelam e se cruzam em dobras que coligam a reivindicação por direitos e as reivindicações por voz e por ter considerado como legítimo o próprio ponto de vista. Sindicatos, coletivos feministas, movimentos de liberação sexual, cursinhos, movimentos camponeses, movimentos urbanos, os movimentos de saúde compostos por tantas mulheres que reivindicam a saúde pública, movimentos críticos ao modelo manicomial e hospitalocêntrico de lidar com o sofrimento emocional e mental. Em todas as fronteiras da vida, onde quer que se afirmasse direitos em nome da proteção de dados corporais, se fez necessária a reelaboração do estatuto ontológico deste corpo, foi preciso, portanto, articular uns tantos saberes e posições que as ciências do normal pareciam recusar.

Já pondo este prefácio rumo ao seu fim, pois pode ser que vocês já não se aguentem de ansiedade pelos textos que virão, retomo aqui a perspectiva da trajetória pessoal, que está em todo canto neste texto, mas também em todo canto neste livro. Quando em 2009 entrei no Curso de Gestão de Políticas Públicas na EACH-USP fui tomada de insegurança. Obviamente aquela era uma imensa conquista, afinal, fui a primeira de minha família a acessar o Ensino Superior, como Brenda, nasci no Grajaú. Como Ana, estudei em um Cursinho Pré Vestibular comunitário. Nada naquele espaço pareceu, no começo, me pertencer.

Durante a tarde, era no Jardim Keralux, cuja população já estava saturada de ser convertida em objetos de pesquisa dos alunos da USP, que eu tomava café da tarde. Foi na EACH também que conheci a extensão universitária e lá vi nascer o Proext - Minc, que naquela época possibilitava que os participantes dos projetos que não fossem docentes, também recebessem uma bolsa de extensão.

Certa vez, ainda no primeiro semestre, lembro de uma colega de turma que me perguntou como era a escola pública e como eu consegui entrar na USP. Seu tom era bondoso, condescendente até, lembro que respondi que era “normal”, seja lá o que isso for. Me ofendi um tanto, muito mais do que ofendida, eu estava espantada. Como ela podia não saber o que era uma escola pública?

Contudo, guardo esse momento em minha memória, como representante das muitas situações em que percebi que sem a presença dos movimentos sociais em seu interior, sem uma extensão universitária dialógica, sem que outros corpos e modos de falar e escrever se

façam presente, a universidade, sobretudo a pública, corre o risco de minguar, porque não será mais capaz de responder aos problemas sociais e da vida que nunca cessam.

É com outros corpos, outras línguas, outras cosmologias, é com outros rigores que não os da ABNT que o real poderá penetrar pelos muros da Universidade, pelas frestas das persianas renovando suas questões, pondo fim às suas cantilenas desafinadas do século XIX. É desta forma que se pode pôr em movimento a ciência. E este livro realiza isso.

Movendo-me

Referências

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3 ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HARAWAY, Donna J. **Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza**. Madrid. Cátedra, 1995.

LE GOFF, Jacques & TRUONG, Nicolas. **Uma História do corpo na Idade Média**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.), **La colonialidad del saber. Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires, Clacso, 2005

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: MCT, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 20, n. 56, p. 161-189, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10128>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SIMAS, Alicy De Oliveira. A filha diletta: o cinquentenário da USP e o discurso “fundador” de intelectuais do Estadão nas narrativas do suplemento Cultura. In: **XVIII Encontro Estadual de História - Direitos Humanos, sensibilidades e resistências**, 1984, UNESC/Criciúma, Santa Catarina.



Conhecer é romper os muros e dialogar

Dennis de Oliveira

Algo que sempre me incomodou quando ando pelas ruas é uma certa naturalização de cenários. Quando se passa próximo a escolas particulares de alto padrão, nos bairros mais sofisticados, observa-se um perfil de crianças, adolescentes e jovens entrando ou saindo das aulas alegremente em direção aos carros com seus pais ou motoristas particulares, indo para as suas casas descansar, brincar e continuar a estudar. Andando um pouco mais a frente, outro perfil de criança ou adolescente vendendo doces ou pedindo esmolas nos cruzamentos das avenidas.

Estes perfis distintos aparecem também nos cursos mais concorridos das universidades de ponta, no acesso a pós-graduação e, de quebra, nos cargos melhor remunerados do mercado de trabalho.

Ao ligar a televisão, observa-se esta mesma diferença de perfis dos que mais aparecem comentando, opinando e tomando decisões e aqueles que vez ou outra surgem em casos de tragédia social ou violência física.

Por que incomoda esta naturalização de paisagens? Parece existir um “acordo tácito” de convivência com antagonismos históricos, construídos desde os tempos de colonização e escravidão no país nunca superados e nas nossas mentes mitigados por aquilo que o antropólogo Gilberto Freyre chamou de “equilíbrio de antagonismos” – a absorção dos antagonismos de raça e classe em dimensões cultural-idílicas criando um tipo de “tolerância” como aquela retratada no quadro *Sala de Jantar*, de Debret, em que uma sinhazinha abanda por negros escravizados, dá comida por baixo da mesa a um conjunto de crianças negras nuas. Passa-se no cruzamento da avenida, dá-se uma moeda qualquer para a criança que está pedindo esmola e segue o rumo. Os espaços definidos para cada ser humano categorizado

historicamente no sistema de opressão construído desde os tempos de escravismo prossegue com os seus equilíbrios freyreanos.

Porém, a tragédia em certa hora estoura a tampa da panela de pressão. O momento que vivemos da pandemia do Covid-19 deixou as veias abertas da desigualdade. De tão intensas, transcendem os perfis e se constituem em espaços-tempo distintos.

Tempos atrás, li uma reportagem que mostrava uma geração de jovens de classe média-alta moradora da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro que... *não conhecia o Rio de Janeiro!* Isto é, só conhecia a Barra da Tijuca – a avenida das Américas e seus vários shoppings, a avenida Lúcio Costa e sua orla belíssima e condomínios luxuosos, o aeroporto internacional e o exterior. Como uma mimese das praias de Miami, esta geração de jovens brancos se familiariza com o que Marc Augé chama de *não lugares* – espaços que se caracterizam pela uniformidade de perfis de sujeitos e comportamentos – e, principalmente, das barreiras (físicas ou simbólicas) que impedem que o diferente o problematize.

São Paulo, metrópole que concentra bairros periféricos imensos com populações superiores a países como o Uruguai, tem a segunda maior frota de helicópteros do mundo (perde só para Nova York) e a Avenida Paulista, no centro, sedia os principais centros do comando do grande capital que atua no território nacional. Como uma fronteira, descendo à esquerda (para quem vai da Consolação ao Paraíso), o centro de comando vai se enfurnando na precarização do centro, chegando próximo a chamada *Boca do Lixo*, virando à direita, a paisagem vai se sofisticando com as vitrinas das boutiques da rua Oscar Freire.

As experiências espaciais cristalizam valores e estes permeiam a forma de percepção das informações e construção dos conhecimentos. Não há neutralidade no saber como se pode pensar em um aprendizado construído em um espaço isolado de vivências. Pelo contrário, a concepção dos muros que cercam muitos campi universitários parece repetir esta organização dos espaços e das paisagens. Durante muito tempo, os campi universitários pareceram ser uma reprodução desta insistente paisagem Casa Grande/Senzala que se enfurnou na estrutura de país. Felizmente as pressões dos movimentos sociais, em particular do movimento negro, em defesa da democratização do acesso ao ensino superior paulatinamente quebrou este muro. Projetos extensionistas não podem parecer nem um pouco com o *Sala de Jantar*, de Debret. Nem tampouco pretenderem ser um espaço de equilíbrio de antagonismos freyreano.

Contra este Freyre, oponho outro, o Freire com “i”, não o *Gilberto*, mas o Paulo Freire, o que propôs que rompêssemos com a cultura do silêncio imposta pelo colonizador,

pois afinal de contas estes cenários não são naturais e sim socialmente criados e, assim, podem ser socialmente modificados. Mas para isto, é preciso estabelecer diálogos, o que implica romper muros, quebrar os privilégios e mudar as relações de Eu-Isso para Eu-Você-Nós.

É assim que o conjunto de pesquisadoras e pesquisadores da EACH-USP ousaram produzir os textos deste livro, produto de vivências, diálogos, saberes compartilhados e, sobretudo, da vontade de mudar as tipologias relacionais, pois como diz Paulo Freire, “ninguém liberta ninguém; ninguém se liberta sozinho; os seres humanos se libertam em comunhão”. Uma concepção de ser humano no qual a “liberdade” está diretamente ligada à opressão do outro não tem muito futuro – e isto ficou demonstrado nestes tempos de pandemia em que a solução para a erradicação da Covid-19 depende do coletivo (da esmagadora maioria se vacinar, da maioria se prevenir, da maioria ter condições de se prevenir, entre outros).

Esta lição da força do coletivo é o grande conhecimento que mulheres negras, homens negros, jovens da periferia, LGBTQs, movimentos sociais, ativistas em geral nas mais diversas formas retratadas aqui nesta obra nos ensinam. Abrir os muros da universidade para estas vivências é ampliar horizontes de conhecimento e de esperança. Como disse o poeta Ferreira Gullar,

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz.



Introdução

Corina E. Demarchi Villalón, Vinícius Fernandes da Silva, Marília Velardi

No período atual, de constantes avanços tecnológicos e de hegemonia da ideologia neoliberal, faz-se necessária a compreensão das novas relações entre as pessoas na sociedade pós-moderna. A relação entre Estado e sociedade civil já não é a mesma desde o movimento *Occupy* ou as Primaveras pelo mundo, implicando na necessidade de análises *in loco* - e a partir das pessoas envolvidas - dos processos e expressões de movimentos e coletivos. Na esteira de problematizações dessa natureza é que nasce a ideia dessa obra. Este livro reúne as experiências, relatos, memórias e histórias de quinze coletivos, grupos, organizações sociais e pesquisadoras e pesquisadores que atuam junto a movimentos sociais, principalmente da cidade de São Paulo.

Como obra pronta e acabada que chega agora para leitoras e leitores, achamos importante destacar que esse livro é construído para fortalecer um lugar de expressão muitas vezes negado para quem não pertence ao ethos acadêmico. Precisamos falar dessas tentativas de interrupção e das nossas resistências em persistir na ideia e, então, revolucionar, fazer acontecer.

Como militantes ligadas a espaços coletivos de organização social e política nós, muitas vezes, sentimos e vimos as experiências dos nossos grupos deslegitimadas dentro de diversos âmbitos na Academia. Parecia impossível que a Universidade criasse espaços de expressão e escuta para os coletivos e suas lutas. São aceitos estudos sobre os coletivos, seus espaços, sobre pensadores e pensadoras externos à Universidade como personagens ou sujeitos das pesquisas, mas é quase inconcebível que a nossa voz seja ouvida legitimamente nos espaços acadêmicos. E como nós pensamos e como pensamos, não interessa à Universidade? Será que apenas acadêmicas e acadêmicos podem falar sobre os movimentos, os próprios movimentos não podem falar sobre si?

Acreditamos que sim! Como pesquisadoras e alunas do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) que militam em coletivos e projetos ligados a espaços de organização social, cultural e artística, nós começamos a nos perguntar

se seria possível, abrir esse espaço na nossa Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), na Universidade de São Paulo (USP).

O projeto deste livro nasce e se constrói como espaço de expressão na disputa com um conjunto de exclusões impostas: a primeira, a exclusão academicista, que inicialmente assinalou a impossibilidade de que os textos dos nossos coletivos participassem de coletâneas editadas pela Universidade. Como experiências relatadas e problematizadas sob perspectivas distintas do tradicional modelo analítico ou compreensivo, os textos são normalmente tratados como “apenas experiências” e, portanto, não poderiam ser incluídos em espaços nos quais as reflexões de pesquisadores e pesquisadoras acadêmicas são prioridade. A segunda, da negação, de que um livro não pode ser organizado apenas por discentes, de acordo com as normas editoriais, orientação que tem se repetido em diversos periódicos acadêmicos. Conseguimos, estamos aqui para quem agora nos lê.

É importante lembrar que a história da EACH está diretamente ligada aos movimentos sociais da Zona Leste da Cidade de São Paulo, os quais, por anos, mobilizaram-se pela reivindicação por ampliação do ensino público de qualidade na região. Sem a luta dos movimentos sociais, dentre elas a marcante atuação do saudoso Padre Antônio Luiz Marchioni, conhecido como Padre Ticão, a EACH não estaria alocada na Zona Leste, e tampouco abrigaria um programa de pós-graduação nomeado Mudança Social e Participação Política.

Essa coletânea é, então, estruturada com a intenção de contribuir para a complexificação do olhar, por um lado, sobre as formas de organização e participação social e política e, por outro, sobre a produção de conhecimento diverso que entra em tensão com os limites do conhecimento acadêmico. Nossa intenção é que essa discussão apareça cada vez mais no ProMuSPP, pois nos parece necessário incitar outras formas de conceber as relações entre a Academia e a vida, muitas vezes entendidas em dimensões apartadas. Não são! A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, as epistemologias da vida comum e a crítica à padronização da problematização do mundo da vida em estruturas previamente fixadas pela Academia, são algumas das bases fundantes das relações estabelecidas pela EACH em seus cursos de graduação e pós-graduação.

As experiências dos grupos e coletivos aqui apresentadas evidenciam formas múltiplas e originais de organização e atuação, ao mesmo tempo em que habilitam novas estratégias de pensar questões sociais, políticas, econômicas, identitárias, dentre outras.

Nesse livro pretende-se retratar a produção de conhecimento sobre as próprias práticas que alguns grupos vêm realizando, colocando-se como sujeitos e sujeitas políticas, coletivos, suas autodeterminações e as maneiras diversas por meio das quais negociam suas existências/conflitos/demandas com/contra/frente o Estado, a Universidade, a mídia, as instituições e a sociedade como um todo.

Procuramos reunir produções de diversos grupos que propõem narrativas particulares sobre experiências políticas, sociais, artísticas, comunitárias, com destaque para a (auto)produção de coletivos e grupos que se narram a si mesmos, que contam as suas próprias histórias para (re)existir e revolucionar.

O que nos interessa é a problematização gerada no seio dos movimentos, nas disputas das lutas de toda ordem. Nesta obra, ainda, acreditamos que se configura a conquista legítima de um lugar nas lutas por espaço na Academia, e não a cessão condescendente e gentil de um lugar. Aqui não propomos dar voz, mas reconhecer que precisamos de olhos, ouvidos e sensorialidades abertas para as escutas e percepções. Tampouco propomos que a publicação outorgue legitimidade acadêmica àqueles e aquelas que legitimam suas posições e seus lugares nas disputas e lutas travadas diariamente. Não nos colocamos no falso lugar de estar legitimando os movimentos sociais, mas, pelo contrário, são os movimentos que legitimam esse livro com suas reflexões.

“Temos voz, não precisamos que ninguém nos dê voz. Nós temos voz e estamos gritando, são vocês que não nos escutam!”.

A questão é muito mais sobre ter a capacidade de compreender que o conhecimento também se dá na experiência, na rua, em movimento. Por isso, praticar a escuta é fundamental, mas sem cair na exotização ou objetificação dos movimentos sociais. Mais do que atender à lógica de produção intelectual na perspectiva neoliberal de “produtificação” das experiências de vida, a nossa intenção é pensarmos juntas, tecendo tramas a partir das inter-relações, entre processos. E, a partir desses encontros e tessituras, percebermos de que modos experiências e narrativas ecoam nas nossas práticas, em nossos contextos e nos nossos modos de pensar-ser-agir-existir.

Qual a importância da escrita? Quem pode escrever?

O exercício da escrita não é o modo mais importante nem o único, mas é um modo essencial para organizar e materializar tanto aquilo que se pensa quanto a práxis cotidiana. No

entanto, como Gloria Anzaldúa diz no seu texto “Falando em Línguas: uma carta às escritoras do terceiro mundo” (2000), não é todo mundo que pode escrever, não é todo mundo que foi treinado para essa prática, mas, mesmo assim, ou melhor, justamente por isso, devemos fazê-lo: “(...) escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever”(p.238).

Por outra parte, foi importante incluir, junto aos textos, fotos e imagens, entendendo que especialmente para nós, latinoamericanas, a imagem pode captar, revelar elementos do sensível incapazes muitas vezes de serem escritos:

Son las imágenes más que las palabras, en el contexto de un devenir histórico que jerarquizó lo textual en detrimento de las culturas visuales, las que permiten captar los sentidos bloqueados y olvidados por la lengua oficial. (...) Al mismo tiempo, el registro visual nos permite descubrir los modos en que el colonialismo se combate, se subvierte, se ironiza, ahora y siempre. (RIVERA CUSICANQUI, 2010: 5-6)

Se entendemos que a experiência não é dada, que a experiência se constrói no ato de narração, a experiência é, assim, uma narrativa, é uma interpretação. Nesse livro são os próprios movimentos que estão narrando suas experiências, interpretando-as e, dessa forma, também estão interpretando o mundo. Além disso, a escrita da trajetória coletiva pode funcionar como uma oportunidade de invenção-construção da história dos movimentos, como um processo tanto para “fora” quanto para “dentro”. Este documento escrito em palavras, em imagens, refletido, imaginado, é um documento datado, talvez muitas coisas que os coletivos e movimentos escreveram aqui já não serão iguais daqui a algum tempo, as coisas irão mudar, pessoas irão sair, outras irão chegar. Assim, esse conjunto de textos pode ter um valor histórico, subsidiando futuras reflexões sobre as trajetórias e caminhos percorridos em movimento.

Esses textos tratam de experiências pessoais e coletivas que são singulares, únicas. Uma experiência é muitas coisas ao mesmo tempo, mas é vivida por alguém, por determinado/s sujeito/s e por tanto narrada desde uma ótica particular (LARROSA, 2006). Porém, ao mesmo tempo, todos enfrentam problemáticas de opressão decorrentes do sistema capitalista, colonial, heteropatriarcal e neoliberal. Nesse sentido, nenhum texto é endógeno, nenhum texto fala só para si. Todos eles falam a partir de uma articulação com o social mais ampla. Por isso, o livro não está organizado em partes, mas procuramos estabelecer um fio condutor entre alguns aspectos de cada texto, construindo um tear de sentidos, que

obviamente poderia ser outro. Juntá-los todos num livro é também um início, um estímulo, uma tentativa de fazer uma conversa, um diálogo entre os movimentos.

O livro tem como primeiro texto *O Cursinho Popular como uma Trajetória Possível de Luta e (Re)Existência*, no qual professoras, alunas, alunos e psicólogas do Cursinho Popular do Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN) narram as suas experiências pessoais entrelaçadas com a trajetória de luta e resistência do curso preparatório para o vestibular NCN. O texto não se furta a discutir as estruturas racistas que, apesar da (infelizmente tardia) aprovação das cotas raciais na USP, continua marcando a experiência dos corpos de negras, negros e periféricos na universidade.

Na mesma linha, o texto *O Projeto Herbert de Souza* apresenta a realidade vivida por estudantes de um curso preparatório para o vestibular que desmascara e revela o desigual sistema de acesso ao ensino superior. A experiência pessoal colocada é muito significativa e demonstra como certos corpos, ancestralidades e vivências são constantemente afastados da Universidade.

A seguir, no texto *Nós por Nós: Movimentos de sujeitas/os periféricos na disputa de universidades públicas*, Brenda Silva traça histórias de alguns espaços/ocupações dos e das sujeitas periféricas nas universidades e desenvolve uma discussão imprescindível sobre o modelo de universidade no Brasil. Um texto que recupera várias vozes e vários registros (inclusive musicais), minando a produção e divulgação do conhecimento acadêmico e propondo outras maneiras de nos aproximar dessa questão.

Seguindo a ponte entre academia e periferia, o texto do Núcleo de Direito à Cidade: *Memórias Coletivas de uma Extensão Popular*, vinculado à faculdade de Direito da USP no Largo São Francisco apresenta a iniciativa que advoga e promove acesso aos direitos de moradia na cidade de São Paulo, contando sua história a partir de um texto performativo em diálogo com os principais autores utilizados em sua atuação e na formação do senso crítico do Núcleo.

Na sequência, artistas-educadoras do grupo de pesquisa ECOAR refletem sobre o método nas pesquisas artísticas-acadêmicas de maneira performática e multidimensional. No texto *Não Somos Loucas e Louco: Como o Coletivo pode Ecoar nas Pesquisas Artísticas-Acadêmicas* autoras e autor apresentam, em atos, um entramado de vozes, imagens e diálogos que, nos inspiram a diversificar os métodos através dos quais pensamos como

pensamos, reflexão fundamental para a realização de pesquisas acadêmicas implicadas com a vida comum.

A Aliança Universidade e os Povos Indígenas (AUPI) apresenta o texto *Sonhos, Histórias e Lutas!* Grupo que iniciou como projeto de extensão dentro da EACH na USP, ampliando para uma ONG com o crescimento necessário da relação entre a universidade e os povos originários apresenta-nos um texto que dialoga com as conquistas desta constante relação, combinando em ganhos sensíveis na construção de uma cosmologia pedagógica plural.

Felipe Corrêa e Lennon Oliveira Matos são autores de *Breve Trajetória da Organização Anarquista Socialismo Libertário (São Paulo, 2009-2019)*. Em seu texto os autores nos trazem um detalhado relato histórico da militância anarquista no Brasil, e propõem um diálogo entre as origens do movimento no Uruguai e os principais trabalhos realizados juntos aos movimentos sociais. A partir daí, eles discutem as principais questões e problematizações que emergem ao longo desta caminhada de 10 anos.

No texto *A Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo*, o coletivo contempla a trajetória de luta anti-cárcere histórica do movimento, traçando um caminho de explicitação da relação conflituosa com o Estado brasileiro. Segue apontando para a amplificação da atuação do movimento que passa a utilizar a internet também como um campo de manifestação e pedagogia para a humanização da relação do Estado com seus cidadãos e cidadãs.

Em seguida, a Equipe de Base Warmis-Convergência das Culturas apresenta *Narrativas e Percursos do Coletivo Warmis: Mulheres Migrantes e Interculturalidade*. O texto escrito em movimento e performativo é um exemplo da vivência e organicidade deste coletivo na cidade de São Paulo, que tem como uma das suas características fundamentais, o pluralismo de povos, culturas, cosmologias... São Paulo é Warmis, Warmis es São Paulo.

Luta Antimanicomial: Relato de uma Experiência Militante na Cracolândia traz o relato de um dia na Cracolândia, região central da cidade de São Paulo conhecida por abrigar muitos dependentes químicos. O relato dialoga com a violência do Estado, ausência das políticas públicas e a importante militância na humanização do outro e da outra.

Em *Apesar de Preta... Vivências de Mulheres Pretas e suas Trajetórias*, Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos traz um texto que deflagra o caminho, trajeto, história de

uma mulher negra, mãe e periférica na cidade de São Paulo, relatando a militância nos espaços, empoderamento e engajamento que almeja romper as amarras do racismo estrutural.

Irina Karla Bacci e Mariana Luppi Foster no texto *Caminhada de mulheres lésbicas e bissexuais de São Paulo: História de Outro Orgulho* apresentam a historicização detalhada e crítica da caminhada como evento e a relação/tensão com outros atores sociais. A contextualização de cada edição do evento permite enxergar a relação com o entorno social e político mais amplo e os modos de reverberação na construção de cada nova edição da Caminhada.

No ensaio “*Dignidade acontece quando se é inteiro*”: *Sobre a ideia de Povo, Interseccionalidades, Realidades e Utopias Lgbtqi+*, Yuri Fraccaroli analisa duas produções audiovisuais (o videoclipe da música “Não pode esquecer o Guanto!” de Leona Vingativa e o filme “Corpo Elétrico” de Marcelo Caetano), em relação com a “baixa teoria” e com vários eventos políticos, sociais e culturais atuais. As pinturas produzidas pelo autor se configuram como textualidades, mas, antes, propõem uma rica intertextualidade.

O texto *Não-monogamia Política: Por um Projeto Emancipatório e Coletivo* oferece uma discussão necessária sobre não-monogamia, tema pouco debatido academicamente. Nele, Newton Sérgio Lima Junior e Raiane Cristine de Miranda, visibilizam a monogamia como sistema compulsório em ligação com o sistema capitalista, sexista e racista.

Por último, Rocio Shuna Bravo e Maria Paula Botero da Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas e Bissexuais (MILBI), trazem o texto *Mulheres Migrantes: Corporal(Idades) e Inter(Ações)*, que retrata, performática e poeticamente, a ocupação do espaço e a formação de redes por parte das mulheres migrantes LBT na cidade de São Paulo.

Este livro é um livro movido pelo desejo. O desejo de ouvir e sentir diferentes experiências, de exercitar a escuta dentro de um ambiente acadêmico muitas vezes ensurdecido pelo ego de quem fala mais alto. Nossos desejos são, muitas vezes, excluídos da universidade, muitas vezes ocupada com indicadores numéricos de eficiência, eficácia e efetividade. Não duvidamos de que é importante reivindicar o desejo, porque nossos desejos partem do que acreditamos como pessoas implicadas com a vida que vivemos e as vidas que conosco vivem. Um desejo implicado.

Esta experiência de convívio entre nós, alunes, militantes, ativistas e professoras e professores também nos leva a entender que juntas temos um universo de construções

possíveis. Portanto, é extremamente importante estimular essas aberturas, esses caminhos, paulofrerianos de troca...

Em tempos nos quais muitas pessoas advogam pelas mortes, que instituem necropolíticas à luz do dia e a plenos pulmões, abertura, escuta, encontro, espaços de respiração são sinônimos de vida.

Vida e luta, resistência e revolução são dois lados de uma mesma moeda. Para nós é assim que o projeto deste livro, agora material finalizado e pronto para ser integralmente lido, se apresenta. Idealizado durante a pandemia de Covid-19 configura-se também como compromisso com a existência das memórias e das vozes daquelas e daqueles que não estão mais aqui conosco.

Somos eachianes, assumindo nossa identidade. Escutar e inverter posições historicamente hegemônicas nas relações é a nossa vocação.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**. v. 8 n. 1, p.229-236, 2000.

LARROSA, Jorge. Sobre la experiencia I. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín: v. 18, 4 abr. 2006.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores** - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2010.



O Cursinho Popular como uma trajetória possível de luta e (Re)existência

André Ramos Vaquero, Aline Coelho, Cristiane Maria de Paula, Michele Borges, Nara Lasevicius Carreira, Thaina de Paula Oliveira, Yaracê Morena Boregas e Rêgo.

Nota *in memoriam*

É com muita tristeza que escrevemos esta nota, meses depois da primeira versão deste texto, para lamentar profundamente o assassinato de um de nossos ex-estudantes, Denis Lima, em março de 2021. Denis estava traçando uma bela jornada, e com certeza tinha muito o que mostrar ao mundo de sua inteligência e sensibilidade.

Para começo de conversa...

Pensar a educação popular no Brasil mobiliza diferentes afetos naquelas e naqueles que a abraçam; é passar por diversos atravessamentos da sociedade e das subjetividades. Ao mesmo tempo em que constatamos a potência dessa experiência de ensino-aprendizagem, precisamos lidar diariamente com as contradições que a sociabilidade capitalista nos impõe. Testemunhamos e construímos uma trajetória de grandes aprendizados ao lado dos estudantes, mas deparamos frequentemente com as interdições que aparecem em seus caminhos, rumo à universidade, e nos nossos caminhos, sujeitos que acreditam que a universidade pertence ao povo. Neste texto, buscamos ecoar nossas próprias vozes, como agentes da educação popular, mas também a de tantas pessoas que dividem ou dividiram esse percurso conosco.

1 Experiências no Cursinho Popular do Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN-USP)

1.1 Cristiane P.

Minha trajetória como professora do cursinho popular do Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN) é um daqueles marcos divisores que temos na vida. Conheci o NCN durante minha graduação de História na USP, mas não foi nos primeiros semestres da graduação que tomei contato com o Núcleo, e isto é significativo pelo fato de eu ser uma mulher negra e não ter conhecimento de uma entidade que existe desde 1987 e se dedica a

lutar contra o racismo e a discutir, propor e denunciar as ações de racismo dentro da USP e na sociedade brasileira. Invisibilidade é a palavra-chave que descreve para mim as ações do NCN dentro da USP, invisibilidade esta que ocorre por meio de ações políticas que, ao longo de sua existência, só demonstram a resistência em sobreviver aos ataques para sua dissolução por parte de alguns reitores da USP.

O NCN foi idealizado por Jupiara Gonçalves de Castro, que era, em 1987, diretora do SINTUSP e recebia as denúncias de racismo sofridas pelos funcionários na universidade. Para ampliar as ações antirracistas, ela convidou outras três pessoas formar a entidade. Fizeram parte da fundação da entidade o professor Henrique Cunha Jr, à época diretor da ADUSP; Wilson Honório, então diretor do DCE; e Luís Carlos Santos, diretor da APG. A fundação do NCN, com a amplitude de integrar tantas entidades formais da universidade, só foi possível pelo fato de que, nas vésperas de se completar o centenário da Libertação dos escravos, havia quatro pessoas negras como diretores destas entidades.

A primeira ação do NCN foi expor à universidade o quanto ela tratava os negros como objeto de pesquisa, em um seminário acerca da história do negro no Brasil após 100 anos do final da escravidão, sem ter em sua composição para discutir os temas que seriam abordados no seminário nenhuma pessoa negra. A partir de então, a entidade começou a promover encontros, cursos e seminários para discutir a situação da população negra na sociedade brasileira.

Em 1994, o NCN apresenta o projeto Reparações, uma compilação de anseios de séculos da população negra, através de uma ação de impacto que repercutiu na imprensa nacional e internacional, em veículos como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Washington Post, Fantástico, da Rede Globo, entre outros. Foi o embrião de projetos que existem hoje na nossa sociedade. O projeto Reparações reivindicava o ensino da história dos afrodescendentes nas escolas, um desejo muito antigo dos movimentos sociais negros, e após a discussão que tomou conta da sociedade nos anos seguintes foi implantada a Lei 10.639/03.

Outro ponto do projeto Reparações foi a reivindicação de cotas nas universidades públicas. Este ponto foi e ainda é bastante polêmico, mesmo já tendo sido julgado constitucional pelo STF. Ressalto a polêmica pois, em 1994, a adesão às cotas em universidades teve muita resistência, inclusive dentro do movimento negro, mas, como água mole em pedra dura tanto bate até que fura, hoje temos as cotas raciais e sociais implementadas nas universidades públicas.

Não podemos, porém, nos esquecer que esta luta nasce dentro do NCN localizado na USP, e esta mesma universidade é a última a aderir as cotas em seus processos seletivos de graduação e ainda hoje não as implementou totalmente, além de sofrer várias tentativas de desfazer essa conquista. A diferença é que hoje o NCN não luta sozinho: a luta pela permanência das cotas é uma luta de grande parcela da sociedade brasileira, que entendeu a necessidade de se combater o racismo estrutural e de uma condição de reparação à população negra.

Neste mesmo contexto, nasce, com uma aula inaugural do então professor da UNICAMP, Luiz Felipe de Alencastro, o cursinho do NCN. A justificativa para tal criação foi a de que, enquanto o congresso discutia o projeto Reparações, o grupo teria que criar mecanismos de inserção da população negra e pobre nas universidades:

Tentativas de transpor as condições de vida em que estivemos imersos no pós-abolição levaram à realização de escolas formais e informais em um sem-número de agremiações negras com as mais diversas denominações. Nesta tônica de projetos políticos educacionais de fazer e não apenas reclamar o direito, é que temos na atualidade a instalação dos cursinhos pré-vestibulares voltados para o alunado negro, dos quais o do Núcleo de Consciência Negra (NCN) na Universidade de São Paulo, do qual participei como fundador, é um caso com particularidades interessantes e cujos antecedentes ilustram a saga afrodescendente de realizações em legítima defesa. (CUNHA JR., 2003, p. 18)

Ao me tornar professora de História do cursinho pré-vestibular do NCN e, depois de um tempo, também fazendo parte da gestão do NCN, sinto que ocorre uma sacudida da luta histórica em minha identidade – o que torna possível ver com mais facilidade a importância do espelho. Na troca de me ver nos alunos negros e periféricos do NCN o quão importante foi para minha construção acadêmica a educação recebida, e também em saber que sou espelho para muitos estudantes ao verem uma mulher negra como professora com três graduações em universidades públicas. Mas a manutenção do cursinho é uma luta árdua e diária, em que a história da entidade e também de quem nela transita se mescla, pois em ambos os casos “equilibram-se sempre no fio da navalha, sempre no campo do provisório, do precário” (CUNHA JR., 2002, p. 30).



Imagem 1. Reunião pedagógica de professores do cursinho.

Tornar-me professora me fez parar de gaguejar, adentrar o NCN me sinto em um quilombo dentro da Cidade Universitária, um espaço que deve ser acolhedor, de escuta e de fala, me faz renovar minhas esperanças em uma sociedade com menos desigualdades raciais e sociais ao ver e sentir as esperanças de nossos alunos. Não tem como explicar o sentimento de acabar uma aula e ouvir dos alunos com sorriso no rosto, apesar do horário de final da noite, após um dia exaustivo de trabalho: *obrigada, Cris*.

1.2 Yara M.

Quando entrei no curso de graduação em História na USP, as primeiras leituras dos clássicos metodológicos informavam que nosso olhar para o passado é sempre mobilizado pelas questões que nos atravessam no presente. Acredito muito que o mesmo movimento vai conduzindo as escolhas de nossas trajetórias.

Eu fui aluna de cursinhos populares. Além das sociabilidades incríveis, foram espaços formativos decisivos para meu ingresso na USP. Como muitos de meus colegas de então, venho de uma experiência escolar na rede pública, marcada pelas precariedades históricas que não articulam nossas experiências de mundo aos saberes exigidos no vestibular, aquela prova que interdita nossos sonhos de estudo e especialização (para dizer o mínimo, uma vez que a impossibilidade de continuidade nos estudos tem a implicação real de direcionar os jovens brasileiros para situações de maior vulnerabilidade e violência¹). O cursinho popular fica sendo então uma experiência que torna possível um olhar através da fresta, num contexto

¹ Estudos apontam que quanto maiores são as taxas de escolarização, menores são os registros de violência: ver tinyurl.com/y5hrzmhu. Acessado em 12 Out. 2020.

em que menos de 15% da população jovem brasileira encontra-se matriculada em universidades públicas².

Ingressei na USP em 2007, beneficiada pelos 3% de bônus por ser egressa da escola pública. Essa era a ação afirmativa oferecida pela USP. O debate sobre cotas raciais estava ainda bem incipiente, mesmo nas universidades federais. Refletindo sobre minha vida após a experiência universitária, não tenho dúvidas de que acessar esse espaço de circulação e produção de conhecimento (ainda que constantemente “carimbada” pelas marcas de minha trajetória progressa) impactou positivamente, de maneira incomensurável, todas as dimensões de minha vida. Modificou meu olhar sobre o mundo e também a maneira como sou olhada por ele.

Logo após meu ingresso, uma ocupação estudantil da reitoria gerou intensas mobilizações em torno do fortalecimento da autonomia universitária, da necessidade de democratização institucional, das políticas de permanência estudantil etc. E obtive conquistas importantes das quais me beneficieei enquanto estudante pobre. Naquele contexto fui me apropriando criticamente do que era (e o que poderia ser) a universidade, e do meu lugar nela.

Ainda nessa época vivi um momento que jamais me esqueço. Eu e um amigo estávamos ansiosíssimos por conseguir entrar numa atividade que ocorria no maior auditório de minha faculdade, a lotação mal nos permitia adentrar, e esse meu amigo, negro e periférico, após um olhar panorâmico ao ambiente, sorriu e me disse baixinho: “Olha só o grau de negritude da galera!”. Emudeci diante da abrupta consciência de que praticamente não havia pessoas negras ali naquele espaço lotado (de gente de luta). Naquela época discussões sobre racismo estrutural não ocupavam o centro do “Roda Viva”, e nem eram tão comuns nos espaços do movimento estudantil. No ano anterior, aliás, intelectuais da USP haviam se mobilizado justamente para escrever um “Manifesto contra as cotas”³.

Essa observação do amigo me marcou de tal maneira que eu, mulher sensível aos incômodos de estar em ambientes preenchidos praticamente só por homens, nunca mais consegui entrar num espaço sem traçar, no primeiro lance de olhar, um diagnóstico da diversidade étnico-racial presente. E, desse ponto de vista, sendo branca me escandalizava perceber que os ambientes discentes e docentes da USP eram os espaços mais brancos que eu já havia frequentado.

Depois, ao longo da graduação, outros véus foram caindo. Comecei aprendendo sobre nosso sistema escravista, sobre as resistências, depois tomei contato com (um pedaço) da

² INEP, Sinopse Estatística Educação Superior 2017. Acessado em 12 Out. 2020.

³ Ver tinyurl.com/y3wfv44r. Acessado em 12 Out. 2020.

história do continente africano, as histórias e lutas dos povos originários, fui conhecendo outras referências teóricas e percebendo que os movimentos negros (em sua diversidade de expressões ao longo do tempo e nos diferentes lugares) se articularam em torno de suas próprias pautas e referências, e sempre buscaram expor suas questões publicamente, apenas não tinham eco nos circuitos hegemônicos de conhecimento e poder. A diáspora africana nas Américas tomou outra dimensão para mim; me envolvi num processo de compreensão de que a questão racial é o elemento mais estruturante do Brasil, seja qual for o aspecto da análise. Com essa causa me imbuí, convicta de que compreender e acabar com o racismo é responsabilidade (urgente) de gente branca e não branca.

Chego ao cursinho popular do NCN com essa bagagem, convidada por um amigo da pós-graduação. Nossa frente era a de Atualidades e juntos pudemos construir um programa de curso que, a partir de fenômenos do presente, pretendia apresentar aos alunos uma perspectiva antirracista e decolonial sobre nossa experiência social. Eram curtos encontros semanais em que basicamente mediávamos o debate entre os alunos após a apresentação de um elemento disparador trazido por nós.

Até então nunca tinha “conduzido” uma sala de aula. Sentia-me despreparada para este trabalho, que já considerava de extrema responsabilidade. Só em 2016, já formada e com experiência em grupos de estudo sobre educação e projetos como o PIBID, senti alguma segurança sobre meu próprio repertório como educadora. Mas foi ali, na relação com aqueles estudantes e nos espaços de discussão entre os professores, que me formei docente.

Não tem como falar de educação popular sem pensar em Paulo Freire. É bastante conhecida aquela sua máxima de que “não existe ensinar sem aprender”⁴, mas foi nas experiências no cursinho do NCN que senti pela primeira vez toda a potência dessa afirmação. Não falo aqui de um mundo encantado em que todos se dão as mãos e caminham juntos. Falo aqui de dificuldades agudas e cotidianas; de enfrentamentos internos e externos; de precariedade. Mas que caminha ao lado da admiração pelos que constroem aquele espaço em seu cotidiano, pela garra dos alunos que acreditam em si como elos de um movimento maior e pelo engajamento e compromisso ético de colegas com a formação desses alunos. Falo também de afeto.

⁴ Carta de Paulo Freire aos professores, disponível em tinyurl.com/y3nesohr. Acessado em 12 Out. 2020.



Imagem 2. Confraternização de fim de ano - estudantes, docentes e gestão, 2017.

Enquanto instituição, o NCN acabava de passar por uma mudança importante pouco antes de minha entrada. Saíra dos barracões ocupados nos fundos da FEA/ECA/POLI e entrava nas “Colmeias”, espaço até então destinado ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). A melhoria estrutural do prédio tensionava com a precariedade financeira e diminuição da autonomia sobre a autogestão do espaço. Da estrutura existente, nem todos os espaços eram disponibilizados (mesmo os inutilizados pelo IEB), a limpeza do prédio não contemplava os ambientes do NCN (então esse serviço estava muitas vezes a cargo dos estudantes). Sem subsídios da universidade, fica a cargo dos professores (voluntários), e também dos alunos, os custos do cotidiano pedagógico: giz, material impresso, livros, equipamentos eletrônicos, etc.

Para os estudantes, chegar ali já é uma luta, uma vez que não têm acesso ao transporte gratuito e nem às refeições do restaurante universitário, que fica bem ao lado. Embora eu tenha me sentido acolhida pelas pessoas do cursinho, os alunos não sentem o mesmo em relação à universidade. São constantes os relatos de olhares “estranhos”, de grosseria e insultos por parte de funcionários da universidade, de portões fechados... de treta, né. Não é só o vestibular que interdita o acesso.

Essas questões do cotidiano são identificadas pelo grupo como importantes fatores de evasão, problema que atinge cursinhos populares no geral. Já vi salas de aula começarem com cerca de 100 alunos e em poucos meses restarem menos de 20, de frequência intermitente. Em algumas aulas a demanda dos alunos já foi mais sobre minhas experiências de burla às constantes interdições impostas pela universidade do que o “conteúdo” do vestibular em si.

Em geral são jovens e adultos que chegam com pouca referência sobre a experiência universitária, então nossos relatos têm outra dimensão naqueles ouvidos.

Lembro de um passeio guiado que fizemos com os alunos pelo campus, num roteiro organizado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e destinado sobretudo ao público escolar, além do deslumbre com o tamanho da cidade universitária e com a variedade de unidades, um dos momentos de maior entusiasmo para os alunos foi poder fazer uma refeição no bandeirão “como qualquer outro estudante”. Pois foi justamente isso o que mais deu trabalho de agendar junto à universidade: alunos de cursinho popular não são considerados alunos, não têm direito ao convite especial.

Ao mesmo tempo, entre os estudantes que conseguem permanecer há um empoderamento importante. Formam laços vigorosos entre si e apropriam-se do espaço de modo próprio com mutirões, assembleias, saraus, festas e grupos de estudo. Talvez sem se dar conta, vão construindo entre eles a própria formação a partir de experiências que seguramente informarão sua trajetória universitária vindoura. São esses os novos sujeitos que o cursinho popular do NCN está ajudando a inserir nas universidades.

A relação horizontalizada com os professores permite também que os tensionamentos raciais sejam explicitados: “Por que o Núcleo de Consciência Negra da USP tem tanto professor branco?” A partir daí podemos construir um debate qualificado sobre racismo estrutural, inseridos de corpo inteiro na questão.

Entre os professores, as reuniões organizativas e pedagógicas são espaços de compartilhamento das angústias desse cotidiano, mas não só; ali pensamos e dividimos também repertórios e estratégias de atuação. Nem todos os professores (sequer a maioria) têm condições de dedicar o engajamento necessário, mas existe ali um grupo de pessoas que “não deixam a peteca cair”. Porém, como a perspectiva é de construir um espaço de relação horizontalizada, essa realidade traz também as suas crises: a sobrecarga de trabalho nas mãos de alguns, depois o cuidado para não gerar um esgarçamento que afaste justamente aquelas pessoas que tinham maior disposição e compromisso. Dilemas comuns a muitos dos grupos autogestionados.

Há por fim um compromisso comum de sensibilizar os alunos não para as “ausências” de suas formações, mas para a consciência de que o vestibular seleciona trajetórias desejadas por quem “hegemoniza” a universidade. O ingresso deles tensiona essa estrutura, o que (esperamos) resultará no ingresso de novos sujeitos que trarão diversidade nas questões, iluminando outros objetos de estudo e produzindo outras formas de conhecimento.

1.3 André V.

Acredito que aprendemos a ser professor desde pequenos com nossos exemplos de professores, sejam os bons, os intermediários ou os ruins. Ser professor é fazer as coisas corretas, é fazer as coisas erradas, é achar que faz certo fazendo errado, é achar que faz pouco fazendo muito, é ser humano e reproduzir a sociedade em que vivemos, mas também pode ser participar da construção de um espaço de esperança ativa e luta por uma sociedade melhor. E essa última me parece uma meta do cursinho do NCN, um trabalho político e crítico da sociedade, que vai além do simples preparo para o vestibular.

Minha história de professor no cursinho do Núcleo de Consciência Negra começou com muitas reproduções, que, trabalhadas, me levaram a construções, sejam de parcerias, de conhecimento do outro, de autoconhecimento e, sobretudo, de resistência. Começou em 2013, sendo 4 anos como professor e 3 na coordenação pedagógica. Tinha uma visão de mundo que me impelia a tentar modificar o mundo, a “fazer a diferença”. Ao entrar no cursinho, acabei me modificando e assim participando também de mudanças, que, embora pequenas, imagino que tenham sido significativas para muitos e por isso são importantes.

Em meus primeiros anos como professor, comecei aprendendo muito – sobre ritmos de aprendizado, organização de aula, didática; porém o que mais aprendi foi sobre questões estruturais da sociedade. Aprendi sobre empatia, racismo, e desigualdades sociais, de gênero e de sexualidade. Tudo o que sempre soube superficialmente que existia, por ter vindo de uma família de classe média, mas ali, naquele espaço, pude ter um aprendizado efetivo. Aprendi vendo e ouvindo estudantes que muitas vezes trocavam o dinheiro da comida pelo da passagem de ônibus para frequentar as aulas. Senti inicialmente empatia, que veio com dor, pela injustiça social a que esses fatos remetiam, pelos direitos da educação e dignidade negados aos estudantes. Em um segundo momento, aprendi sobre respeito e admiração, pela força que esses estudantes tinham ao superar ou não esses desafios. Todos eles eram guerreiros, passando ou não em vestibulares, conseguindo ou não frequentar as aulas, cada um ao seu modo.

Como já disse, ser professor é errar e reproduzir uma sociedade. Provavelmente reproduzi em alguns momentos uma sociedade machista, racista, homofóbica, capacitista e classista. O professor não é um super-herói, é apenas um humano com seus erros e acertos. Acredito que o que pode nos tornar diferentes é: a oportunidade de olhar para os outros, a atenção redobrada para não reproduzir as questões estruturais citadas, e o comprometimento

com quem tem os direitos negados, para assim então podermos ser mais coletivos e empáticos.

Acredito que nossa sociedade é marcada por mitos que irei tratar como o do salvador ou herói, o mito do(a) professor(a) iluminado(a) e o mito do sacrifício. Com relação ao primeiro, talvez influenciado por religiões, fato é que acreditamos que existem pessoas sobre-humanas que muitas vezes se ocupam como professores. Pessoas bondosas, amorosas, que estão sempre prontas para ajudar as outras. Penso que isso seja um grande problema para qualquer instituição de ensino, ainda mais instituições pautadas no trabalho popular e voluntário. Muitos chegam para “dar” aulas nesses espaços com um ideal de caridade. Não acho que sejam pessoas ruins, mas muitas vezes isso os afasta de ideais de comprometimento com equidade social. “Ajudar” traz premissas como “não tenho obrigações mas estou aqui”, e também premissa de hierarquia, na qual existe o que ajuda e o que é ajudado. Para não reproduzir esse mito acredito que sempre precisamos ter ideais de parceria e comprometimento com a equidade social, e ideais de que todos devem ter acesso a todos os direitos básicos. Esse combate à falta de equidade social deve ser encarado não como ajuda, mas como obrigação de todos.



Imagem 3. Estudantes realizando debates em grupos, 2019.

O segundo mito, o do(a) professor(a) iluminado(a), se relaciona muito com o primeiro, pois, se temos heróis, pessoas que têm algo para “ajudar” os outros, se temos pessoas com a “luz” do conhecimento, temos também os estudantes (vistos como pessoas de pouco saber sobre algo). Isso impede aos professores de aprender com as relações, além do que, observando, podemos conhecer mais sobre modos de aprendizado. Infelizmente, existe um conhecimento preconizado pela sociedade como “O” conhecimento que importa, muito

de influência europeia. Não digo que esse conhecimento não importe, mas não podemos permitir que ter ou não “o” conhecimento, exigido em vestibulares, seja uma forma de classificar as pessoas em seres iluminados ou não. A partir dessa visão, precisa-se também valorizar o conhecimento de outras matrizes que não apenas a europeia. Precisamos ter uma visão na qual todos podem contribuir: os estudantes com suas vivências e seus aprendizados, e os docentes que possuem um saber de algo que a sociedade julga importante (mas não necessariamente é). Tal conhecimento dos professores, seja útil na prática ou não, pode ser uma ferramenta de melhoria de vida direta ou indireta para os estudantes, mas também acaba sendo uma ferramenta para uma batalha social como a busca por uma vaga em uma faculdade.

O terceiro mito é o do sacrifício. Muitos vendem esse mito como o da superação de suas adversidades, e que todos poderiam conseguir melhores condições de vida caso sejam “fortes”. É um mito que nos faz naturalizar condições indignas e de falta de direitos básicos garantidos por lei, como a falta de direito à educação e saúde. Traz um louvor ao autossacrifício e avalia que a sociedade olhe para estudantes que passam fome em sala de aula e não se mobilize para que isso não mais ocorra. Esse tipo de discurso afeta principalmente a população negra, que sempre teve direitos negados e hoje se espera que superem os obstáculos sociais com sacrifício, determinação e resiliência. Crueldades que justificam a desigualdade de oportunidades, a não obtenção de direitos básicos e a falta de equidade.

Acredito que, em meus anos de NCN, reproduzi e vivenciei cada um desses mitos, assim como vivenciei o racismo, a misoginia, a homofobia, o capacitismo, e a desigualdade de classes. Como ganho de professor e pessoa, acredito que mais do que ensinar eu aprendi a tentar cada vez menos reproduzir tais comportamentos danosos, tendo assim a esperança ativa e de luta que, através da participação coletiva na construção de espaços como o NCN, verdadeiros quilombos, exista uma sociedade um pouco melhor no futuro.

1.4 Nara L.

Minha entrada no NCN, em 2015, coincidiu com o momento em que tomei contato com o pensamento de bell hooks, uma das mais relevantes teóricas e educadoras do nosso tempo. Suas reflexões sobre a educação como prática da liberdade confluíram com aquilo que passei a experienciar, junto dos estudantes, a cada aula. A trajetória intelectual de hooks é profundamente vinculada a Paulo Freire, de quem foi aluna. Um primeiro aspecto para pensar

a educação popular a partir desses autores é o reconhecimento dos limites do trabalho docente, o que significa pensar o discente como parte ativa e fundamental do ensino-aprendizagem, ou, nos termos de Freire, “coinvestigadores críticos no diálogo pedagógico” (FREIRE, 1996, p. 62). Por sua vez, bell hooks fala das expectativas que encontrou nas diversas turmas com as quais trabalhou ao longo dos anos: há, segundo a autora, uma “visão da educação libertadora que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser. [...] Embora seja irrazoável da parte dos alunos ter a expectativa de que as aulas sejam sessões de terapia, é adequado terem a esperança de que o conhecimento recebido nesse contexto os enriqueça e os torne melhores” (HOOKS, 2013, p. 32), de tal modo que, inclusive, tenham autonomia e segurança para escolherem seu próprio caminho, independentemente de nossa orientação.

Este foi e é um aspecto central da minha experiência no NCN: evidentemente, nos comprometemos, como professores do cursinho, a acompanhar os estudantes nesse duro trajeto da preparação para o vestibular, um mecanismo de seleção que simplesmente não deveria existir – o acesso à universidade deveria ser garantido a todos que assim o desejassem... Porém, são muitas as vezes em que esse espaço de educação popular transcende o objetivo mais imediato da aprovação no vestibular e se torna um lugar de autodescoberta dos estudantes, de entender que, à revelia de uma sociedade profundamente excludente e racista, eles podem arriscar novos caminhos.

Relato um caso, entre tantos, que demonstram o que quero dizer. Em 2016, tivemos, por alguns meses, um aluno que vinha de uma experiência muito dura no atual chamado Sistema de Medidas Socioeducativas, à época FEBEM. Sua participação nas minhas aulas – de Literatura e Gramática – trazia tantas questões distintas, por vezes ambíguas, que me tornei uma educadora melhor pelas reflexões que ele me colocava e pelo próprio comportamento que ele tinha comigo. Uma vez, eu explicava algum conteúdo gramatical e disse: “na escola a gente geralmente aprende desse jeito...”, ao que ele me interrompeu: “a gente quem, professora? Eu não frequentei a escola”. Me colocar em uma posição desconfortável, como nesse episódio, me fazia desautomatizar meu olhar, meu pensamento; evitar pressuposições e buscar conhecer a realidade dos estudantes, sem generalizações (muitas vezes orientadas pelo racismo que nos estrutura), são atitudes éticas e pedagógicas centrais que minha atuação no NCN me trouxe.

Esse aluno propunha questionamentos que evidenciavam a lógica eurocêntrica do nosso currículo e, por consequência, dos nossos processos seletivos – questionamentos que eventualmente inflamavam as discussões na sala de aula. Por outro lado, ele sempre me

procurava no final das aulas para me pedir alguma sugestão de leitura e, não raro, para me indicar algo que estava lendo (seu repertório era imenso). Estas conversas nos “bastidores” da aula vinham acompanhadas de gestos delicados como me trazer alguma comidinha vegana que ele havia feito, sabendo da minha escolha alimentar. Após alguns meses, ele saiu do cursinho, pois entendeu que não queria, na verdade, cursar uma graduação, mas trabalhar com gastronomia. Eu o acompanho ainda nas redes sociais e é um prazer ver a evolução do seu trabalho como cozinheiro profissional.



Imagem 4. Grupo de leitura das obras literárias da FUVEST. Encontro na Biblioteca Mário de Andrade, centro de São Paulo, 2019.

O trabalho como educadora popular em cursinho centrado na luta antirracista como o do NCN me coloca o desafio de pensar a diversidade de maneira crítica, sabendo que sua beleza e sua potência são transformadas, em nossa sociedade, em desigualdades. Abraçar esse desafio significa romper com a visão do branco como norma, entendendo-o também como étnico; com o uso do discurso da igualdade para diluir diferenças; com os padrões de desempenho determinados a partir do grupo dominante; para, assim, interrogar os regimes de dominação: *por que aprender isto? por que aprender dessa forma?* Assim, precisamos ecoar

diversas vozes na sala de aula, evidenciando as múltiplas formas de ser e estar no mundo, formas possíveis de encorajamento e proteção a partir de uma relação de ensino-aprendizagem pautada no afeto, no cuidado e, primordialmente, no compromisso com uma educação antirracista.

1.5 Aline C., Michele B. e Thainá O.

Nossa experiência no cursinho do NCN se dá por meio de um projeto que nomeamos como *Rodas de Conversa: Espaço de Fala e Escuta Litoral*. Ele funciona junto aos alunos desde novembro de 2016, quinzenalmente, com o propósito de oferecer um espaço de circulação da fala e escuta entre os estudantes. Um espaço para acolher as angústias, sejam elas do processo preparatório para aprovação no vestibular, ou das situações atravessadas por cada um.

O pedido do trabalho de escuta vem através da percepção de alguns professores, assim como da coordenação e gestão do NCN, de que os alunos traziam muitas dessas angústias e inseguranças no decorrer das aulas, o que os levou a pensar em uma escuta direcionada, uma vez que percebiam o quanto tais sentimentos influenciavam no processo do vestibular. As escutas são feitas orientadas pela psicanálise lacaniana, e não há obrigatoriedade de que os estudantes frequentem as Rodas, e, quando frequentam, não lhes é imposto que falem. As falas surgem de forma livre e espontânea.

Percebemos ao longo do trabalho que o cursinho tinha função não só de *formação conteudista*, mas também de formação cidadã. Este espaço de aprendizagem representa na vida dos alunos um espaço também de construção de um posicionamento político, de luta por direitos, de apropriação de um lugar que lhes pertence como sujeitos de direitos, de se reconhecerem negros e/ou periféricos.

O trabalho com as Rodas nos trouxe grandes contribuições, tanto pessoais – com as nossas questões e atravessamentos raciais e periféricos – quanto como analistas. A psicanálise não é uma teoria que se aplica à prática clínica, é uma prática orientada pela teoria, que constrói, a cada caso, um passo a mais na teoria. Assim, as Rodas contribuíram para a psicanálise clínica e para o que sustentamos na pólis, que chamamos de psicanálise em extensão.

Foram muitos os relatos trazidos por alunos que vivenciavam situações de racismo, como o de um dos estudantes que nos conta da experiência de uma primeira sessão com uma psicanalista. Nesta sessão ele diz que se sente muito angustiado no Brasil pelo preconceito racial e tudo o que envolve ser negro nesse país. A analista responde que não o vê como um

homem negro. Na roda de conversa, ele declara ter se sentido muito desrespeitado e não voltou para uma próxima sessão com a analista em questão. Djamila Ribeiro afirma ser importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade devemos tirá-la da invisibilidade. Frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso como uma justificativa para oprimir. É importante vermos as cores, somos diversos e não há nada de errado nisso, vivemos relações raciais. É preciso falar sobre negritude e branquitude (RIBEIRO, 2019). Um outro estudante relata a seu analista que sofre muito ao andar pelas lojas e perceber que os seguranças destes locais sempre o observam e o seguem por onde anda. O analista sugere que ele possa estar sofrendo de uma sensação persecutória e que estas situações poderiam não estar acontecendo.

Foi possível perceber, ainda, como alguns alunos, após a aprovação nas universidades, saíam do lugar de *exclusão*, mas seguiam no lugar da *exceção*. Em diversos momentos, convidamos ex-alunos – alguns atuavam agora como professores no cursinho – para falar de suas experiências tanto do período em que se preparavam para o vestibular, como as de estudantes de universidades públicas. Em todas as falas pudemos ouvir esse lugar de exceção, em posicionamentos de professores que cobravam o conhecimento em línguas estrangeiras para ler textos e artigos, achando um absurdo estarem numa universidade como a USP e não conseguirem ler em inglês ou espanhol. Também recolhemos este lugar em relatos de estudantes sobre a pressão de ter que resolver um exercício em sala de aula e não conseguir, mas ter muita facilidade quando estavam sozinhos; ou nas situações em que os olhares acusadores lhes atravessavam como um questionamento *o que você faz aqui? Está tirando o lugar de um outro aluno*.

O trabalho das analistas na Roda de Conversa não se assemelha ao trabalho no consultório por sua tática e sim por sua ética. A ética da psicanálise é a ética do bem dizer, isto quer dizer que o psicanalista intervém e atua a partir do que emerge inconscientemente pela linguagem dos analisantes ou participantes da Roda de Conversa. Trouxemos estes fragmentos de relatos de experiência dos participantes para ilustrar a especificidade da psicanálise e os erros em que podem incorrer os analistas quando não estão advertidos da ética de sua prática e não consideram a realidade que vivemos em nosso país.

A morosidade com que a USP aderiu à política de cotas aprovada pela Lei n.º 12.711 de 29 de agosto de 2012, também nos diz muita coisa, já que isso somente aconteceu no ano de 2018, com um percentual de 37% de vagas destinadas às cotas, aumentando gradativamente até atingir 50% somente em 2021. Além disso, junto com a adesão às cotas, aumentou também a nota de corte dos cursos e foi reduzida em cerca de 50% a verba

destinada à *bolsa manutenção*⁵. É preciso considerar, ainda, toda a resistência que o NCN faz para continuar existindo dentro da USP, pois é evidente que o Cursinho Popular do NCN é *na* USP, mas não *da* USP. Posicionamentos estes que nos deixam advertidas sobre como esses estudantes chegarão e como se manterão nas universidades.

Nas escutas que fizemos foi possível perceber como se apropriar e ocupar um lugar, um território, ou seja, resistir para existir e (re)existir. Posicionamento que exige sentir no corpo os efeitos, seja no preconceito direto ou velado, nas *batidas* policiais vexatórias a que os alunos são expostos dentro do campus da universidade, ou pela interdição do uso da cozinha – o que só mudou em 2019. Ou, ainda, pelas dificuldades financeiras, pelos enfrentamentos familiares que muitos alunos tinham, já que a família esperava que trabalhassem para ajudar nas despesas, ou pelo cansaço físico de trabalharem o dia todo, enfrentar longos períodos no deslocamento e assistirem a aulas noturnas, e também pelas dificuldades com os conteúdos, que muitas vezes levavam os alunos à desistência.

Elsa Dorlin, ao falar sobre quem tem o direito à autodefesa, tão própria aos detentores das propriedades privadas, oferece uma visão interessante sobre o que significa essa resistência:

Em determinadas circunstâncias e para determinados corpos, defender-se equivale a morrer por esgotamento de si: lutar é debater-se em vão, é ser derrotado (a). Trata-se de uma mecânica de ação desgraçada com implicações em termos de mitologias políticas (qual pode ser o destino de nossas resistências?). E provavelmente é a experiência vivida – não tanto sua potência, mas a dúvida, a angústia e o medo que engendram suas faltas, seus limites e seus efeitos opostos – que desponta como fundamental, no sentido de que essa experiência não é tanto a consequência de um perigo externo, de uma ameaça ou um inimigo, por mais terríveis que sejam, e sim o efeito espelho de sua ação / reação, espelho de si mesma (DORLIN, 2020, p. 16-17).

Uma das alunas trouxe uma fala em que dizia que o processo todo era muito injusto, pois sentia que os alunos brancos e de classes mais altas *subiam de elevador* enquanto eles *tinham que subir de escada*. Outro estudante traz a desesperança que sentia, relata o quadro depressivo e a vontade de desistir de tudo, sobretudo no período pós-eleição presidencial, e como estar no cursinho, ter o apoio da gestão, dos professores e dos amigos o ajudava a seguir. Outra aluna relata a sensação de impotência vivida nesse ano de pandemia, em que manter a data do ENEM e dos vestibulares incorria no risco de não ser aprovada por ter

⁵ Auxílio fornecido aos alunos de baixa renda para se manterem durante o período de graduação para não precisarem trabalhar.

dificuldades de estudar em casa, mas adiar significava mais um ano perdido, e completa: *nosso povo já perdeu tanto, é justo perder mais um ano?*

A experiência das Rodas de Conversa no período de pandemia se deu a partir de uma aposta de que aquele espaço, agora na internet, poderia ser uma das formas de enfrentamento de uma situação até então inédita, e que se apresentava como disruptiva de uma realidade conhecida. De fato, a aposta que fizemos enquanto psicanalistas foi uma aposta freudiana, de que pela fala e pela escuta se pudesse encontrar um outro lugar, diferente daquele inundado pela angústia do novo ameaçador e da impossibilidade de se confiar no futuro. Especialmente desconfortável para aqueles que organizavam grande parte de suas vidas e investimento ao redor de datas fixadas para o vestibular.

No entanto, as experiências das Rodas foram marcadas por um esvaziamento de difícil tradução, e da parte dos estudantes estava presente a ausência, apontada também pelos professores em relação às aulas. Nesse sentido, enquanto psicanalistas nos questionamos: como fazer litoral, borda, e abordar o sofrimento psíquico em especial atenção aos efeitos do isolamento social e das incertezas provocadas pela pandemia? A saída proposta para este impasse é, também, uma saída freudiana, pois à medida que as Rodas foram gradativamente afetadas pelo vazio do isolamento social, a resposta que enquanto psicanalistas oferecemos foi o fortalecimento da oferta de análise pessoal aos alunos do cursinho e das atividades de supervisão horizontal. Sustentar o processo analítico possui uma relação íntima com a ética da psicanálise, pois é pautada na aposta radical do *Bem-dizer*, que não é falar bonito ou discursar, mas se lançar aos significantes e aos efeitos que produzem. Efeitos que, inclusive, permitem ao sujeito *tocar e ser tocado*, em um momento em que o contato é ameaçador e o significante se apresenta como uma das únicas vias de sustentação dos laços sociais.

Nosso trabalho com as rodas não tem o objetivo nem a pretensão de dar respostas, *receitas de bolo* de como conseguir atravessar todos os desafios, mas de fazer *litoral*, fazer borda na angústia, dar espaço para que a angústia, o mal-estar possa ser dito, possa ser compartilhado e, no exercício de ouvir como cada um vivencia e lida com suas dores, possa surgir o sentimento de pertencimento, a certeza que de embora a trajetória seja de cada um sozinhas(os), não precisa ser solitária e, assim, possam Resistir, Existir, (Re)Existir e não Desistir.

Referências

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, June 2015.

Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200361&lng=en&nrm=iso. Acessado em 12 Out. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Site do Planalto. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acessado em: 28 Out. 2018.

COELHO, Aline; BORGES, Michele. Entre a exclusão e a exceção: experiência com roda de conversa no núcleo de consciência negra. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, 2020, v. 11, n. 1, p. 33-44.

CUNHA JR., Henrique. Contexto, antecedente e precedente: o curso pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra na USP. In: ANDRADE, R.; FONSECA, E. (Orgs). **Aprovados: cursinho pré-vestibular e população negra**. São Paulo: Selo Negro, 2002, p 17-33.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa** – uma filosofia da violência. São Paulo: Crocodilo/ Ubu Editora, 2020.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 259-268, Aug. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200013>. Acessado em 12 Out. 2020.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INEP. **Sinopse Estatística Educação Superior 2017**. Acessado em 12 Out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.



O Projeto Herbert de Souza

Ana Cláudia Morais Alves

O Cursinho Herbert de Souza nasce e se configura como cursinho pré-vestibular alternativo entre os anos de 1997 e 1998, a partir da iniciativa de um grupo de seis estudantes da Universidade Estadual de Campinas, que pensaram a criação de um espaço que pudesse preparar de forma crítica, jovens da classe trabalhadora para os vestibulares de universidades públicas e privadas de todo o país.

No ano de 1998, primeiro ano de funcionamento, as aulas aconteceram em um espaço alugado na igreja católica Santa Maria Madalena Postel, localizada no jardim Yeda, bairro adjacente à Vila União, na periferia de Campinas/SP. Ao longo deste ano foram feitas arrecadações financeiras, além de uma mobilização dos membros do projeto em busca de um espaço para sua instalação definitiva. Por meio de uma parceria entre a associação de moradores do bairro e os membros do “Betinho”, termo carinhoso que empregamos para o espaço, foi cedido parte do terreno da própria sede da associação para a construção do cursinho. Foram erguidas quatro salas, a secretaria e um banheiro, que ainda fazem parte da estrutura do prédio. A construção foi possível, graças à colaboração de alunos, professores, coordenadores do projeto e moradores da região.

A partir de 1999, o novo prédio é ocupado e iniciam-se os cursos preparatórios para os vestibulares nos períodos matutino e noturno. Entre os anos 2003 e 2004 também são criadas turmas para o curso pré-vestibulinho no período vespertino, assim como oficinas de xadrez abertas à comunidade e uma biblioteca comunitária, além do estabelecimento de parceria com a Casa de Cultura Tainã, tradicional ponto de cultura da cidade de Campinas, e inclusão do cursinho na Rede Mocambos (rede de coletivos populares).

Diferente das instituições privadas de cursinhos preparatórios para o vestibular que visam o lucro, os cursinhos populares ou alternativos são projetos geridos por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos e que oferecem formação crítica para os alunos, em sua maioria trabalhadores e de escolas públicas. Paralelamente, de acordo com Corrêa (p.78, 2011): “As iniciativas dos cursinhos populares podem ser classificadas como movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso ao ensino superior”.

Ainda segundo Corrêa (2011), a estrutura do Projeto Herbert de Souza (PHS) segue um padrão de organização desde o início de suas atividades, com Assembleia Geral, Coordenação Geral e Conselho Fiscal:

“A assembleia Geral é constituída pelos associados fundadores e efetivos e é este espaço que elege e pode destituir os membros da Coordenação Geral e do Conselho fiscal, porém resguardando amplo direito de defesa e contraditório. Aprova as contas apresentadas e decide sobre assuntos do cursinho. No que se refere às eleições de Coordenação geral, [...] $\frac{3}{4}$ dos membros deverão ser eleitos, necessariamente, entre o grupo de ex-alunos do Projeto.” (CORRÊA, p.88, 2011)

A Coordenação Geral, formada por quatro pastas de atuação, sendo elas: pedagógico, administrativo, financeiro e de extensão, também conta com o suporte da equipe de infraestrutura, formada por três secretários e duas pessoas responsáveis pela organização geral que recebem ajuda de custo mensal, assim como os professores voluntários, com a diferença de que os últimos recebem por hora/aula.

O prédio é composto atualmente por três salas de aula, uma sala de convivência, cozinha, 2 banheiros e secretaria. Na área externa, há um forno de barro, construído pela turma de 2018 do curso de permacultura, uma horta comunitária e uma área reservada às atividades extra sala, como aulas de educação física, experimentos criados pelos professores e alunos, saraus e festas.

A história dos voluntários acaba por se confundir com a história do próprio projeto, já que a maioria dos alunos e voluntários têm suas vidas modificadas a partir desse contato. Uma dessas histórias, que influencia e segue sendo influenciada pelo PHS, é a de Ana Claudia Morais Alves, que iniciou sua trajetória no cursinho em 2015 como aluna, compôs a infraestrutura como secretária e parte da organização geral entre os anos de 2016 e início de 2018, ano no qual foi convidada e eleita pela Assembleia Geral, para compor a coordenação na pasta de extensão, onde atua até hoje.

Para conhecer um pouco de sua trajetória no projeto, faremos uma retrospectiva das memórias de vida e de escola dessa *Herbertiana*.

Relato pessoal de Ana Morais

Minhas memórias sobre a passagem pela escola são um misto de emoções e sentimentos, por isso tentarei fazer aqui um breve relato sobre esse período da minha vida, para que o restante da história faça sentido. Me chamo Ana Claudia Morais Alves e nasci em Juara, uma cidade a noroeste do estado do Mato Grosso; em minha família a maioria das mães são solo e contam com o suporte dos tios, tias e avós, como a maioria das famílias da

classe trabalhadora. Aos 5 anos de idade me mudei para o sudeste com parte da família, buscando ascensão social e uma vida mais urbana; o destino foi Campinas, uma cidade próxima a capital do estado de São Paulo.

Quando finalmente nos estabelecemos, depois de várias mudanças de casas e bairros e levando em consideração a renda familiar, o local possível foi a Vila 31 de Março, zona leste da cidade. Não tínhamos casa própria e a renda mensal era incerta, assim nos adaptávamos às condições de cada época; em decorrência disso, estudei em várias escolas públicas, estaduais e municipais. A primeira foi uma escola de ensino infantil na Vila 31 de Março, cultivo ótimas lembranças do tempo que passei nessa escola e também tenho o privilégio de manter contato com vários colegas das turmas que fiz parte, digo privilégio pois fiquei pouco tempo nas outras escolas nas quais estudei, o que dificultou a formação de vínculos duradouros com os colegas, situação diferente desta primeira escola. As atividades lúdicas sempre foram as mais interessantes e estimulantes para mim, adorava participar das aulas de desenho livre e acredito que essas experiências tenham despertado o interesse por arte e por cogitar seguir minha formação como educadora na linha da arte e educação, em uma possível e esperada pós-graduação.

Não tenho muitas memórias sobre a alfabetização, sei que tive dificuldades durante a assimilação na aprendizagem de formação das palavras, por isso permaneci um ano além do esperado no então chamado “pré” escolar. Ao fim desse ciclo, fui matriculada na escola municipal Dr. Lourenço Bellocchio, localizada no Jardim Boa Esperança, próximo ao conhecido “Morro do Querosene”; por ser uma escola municipal com uma gestão progressista, foram oferecidas a nós várias atividades extra curriculares, graças às parcerias com Organizações da Sociedade Civil e empresas privadas, que proporcionam experiências e bolsas referentes a cursos nas áreas das artes em geral. Tive contato com dança, música (flauta) e teatro, participei do coral infanto-juvenil, das oficinas de arte e teatro da escola e fiz algumas atuações em peças infantis no teatro Castro Mendes, como “O mágico de Oz”, “Chapeuzinho vermelho” e também em uma apresentação sobre a identidade do povo brasileiro, na ocasião interpretamos dançarinas e dançarinos do frevo pernambucano. Mais uma vez, quase não tenho lembranças das atividades em sala de aula, para não dizer que não me lembro de nada, consigo projetar na memória a lembrança de como eram dispostas as carteiras, uma ao lado da outra, sempre em formato de círculo ou retângulos, deixando um espaço livre no centro da sala, possibilitando um contato mais direto da professora conosco.

No Ensino Fundamental II fui transferida para a E.E Luis Gonzaga de Moura (Monsenhor) onde, diferentemente da escola anterior que é de bairro periférico, está

localizada próxima da Avenida Norte Sul e bairros de alto padrão, como Taquaral e Cambuí. Nesse local sofri bullying, tanto de colegas quanto de professores, por não conseguir acompanhar o desempenho da turma; além disso, infelizmente acabei criando algumas barreiras relacionadas ao aprendizado de algumas disciplinas, como por exemplo, matemática, inglês e ciências, o que acabou por desenvolver em mim outros bloqueios ao longo da vida escolar. Tal dificuldade me influenciou no momento dos vestibulares e mesmo aos 27 anos, ainda tenho certa dificuldade em aprender as tão temidas fórmulas de física, química e matemática.

Em 2006, ainda no 6º ano do Ensino Fundamental II, mudo com parte da família (mãe e irmão) para a Vila Padre Anchieta, quando fomos sorteados para o financiamento de um apartamento no Conjunto Habitacional Padre Anchieta, projeto estadual mais conhecido como CDHU e que vem sofrendo ameaças de extinção com o Projeto de Lei 529/2020 de João Dória.

Dessa forma, tive que transferir minha matrícula para a E. E. Roberto Marinho, escola conhecida como F2 pelos moradores do CDHU. Geralmente, escolas estaduais em bairros periféricos, com questões como tráfico de drogas e violência, recebem os profissionais mais despreparados, com pouca bagagem em sala de aula e gestão, ou até mesmo os profissionais considerados mais “linha dura”. Esse foi o caso na F2, havia e ainda deve haver tráfico de drogas, violência verbal entre alunos e professores e o pior de tudo, violência física da direção com alunos dentro da escola. A polícia militar se fazia sempre presente, sem contar a estrutura do prédio, que mais parecia uma mistura de chão de fábrica com Fundação Casa.

Em 2007, aconteceram algumas mudanças na família: minha mãe, que havia se casado há alguns anos, teve mais uma filha, nossa caçula Laura, aumentando assim o número de integrantes da família e, além disso, fui morar com uma tia em Sorocaba. O nascimento de minha irmã e a mudança de cidade trouxeram novos momentos e aprendizados; em Sorocaba estudei na E.E. Genésio Machado, a primeira escola que frequentei onde a ida à biblioteca era uma atividade obrigatória das aulas de língua portuguesa. Nesse sentido, realizávamos leituras individuais e conjuntas, além de práticas a escrita de resenhas e resumos dos textos estudados, esse foi meu primeiro contato com tipos e gêneros textuais. No ano de 2008, de volta a Campinas e a escola Monsenhor, termino o Ensino Fundamental II.

Ao fim de mais um ciclo, fui matriculada, agora para o ensino médio, na E.E Adalberto Nascimento (mesma região da escola Monsenhor), onde cursei os então chamados 1º e 2º anos do Ensino Médio; entretanto, ao fim do 2º ano, em 2010, fui reprovada por presença insuficiente. Tais acontecimentos não foram isolados, o fracasso escolar está ligado

a muitos outros fatores da vida privada de nós, alunas e alunos. Este também pode ser o caso de minha família, em que tivemos duas perdas: meu primo Murilo, que era mais como um irmão, em um acidente de carro, e meu tio Emerson, vítima de bala perdida em um acerto de contas entre traficantes em 2009. Morei com ambos em diferentes momentos da minha vida, especialmente com o Murilo, pois estudamos na mesma escola e compartilhamos o mesmo grupo de amigos. Esses fatos, somados a perspectiva que eu tinha sobre a escola, o ensino público, meu futuro escolar e o cansaço de já trabalhar para complementar a renda de casa, foram determinantes para minha reprovação.

Já no ano de 2011, de volta ao CDHU, na Vila Padre Anchieta, comecei a cursar o 2º ano do ensino médio no período noturno da escola F2, mas desisti meses depois, afinal essa é, infelizmente, a realidade de muitos jovens brasileiros, que não veem nesse tipo de ensino arcaico, raso e sem ligação com a própria realidade de vida, incentivo a permanecerem na escola e se prepararem para a vida, o mundo e o mercado de trabalho.

Próxima de completar 18 anos, comprei um diploma de ensino médio, mas logo me arrependi e busquei finalizar esta etapa do ensino na E.E Adalberto Prates e Silva, escola localizada na Vila Costa e Silva, região norte da cidade, na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), porém a cursei durante um semestre, quando fui chamada para uma entrevista de emprego em uma rede de lojas de roupas bastante conhecida em Campinas e região. Um dos pré-requisitos para o emprego era ter o diploma do ensino médio, portanto resolvi me transferir da modalidade EJA para o Supletivo Privado, pois assim levaria aproximadamente três meses para receber o diploma, justamente o período de experiência no trabalho. Finalmente, graças a essa entrevista de emprego e minha persistência em não me tornar parte das estatísticas de jovens sem diploma do ensino médio, me formei no ano de 2013.

Em suma, a troca constante de escolas, aliada à não continuidade na aprendizagem, desenvolveram muitos bloqueios e dificuldades em acreditar no meu potencial e capacidade para enfrentar os desafios da vida, como por exemplo, o ensino superior. Contudo, tais problemas também me fizeram refletir sobre quais seriam as formas de enfrentá-los; desse modo, em 2014 decidi me matricular no curso de Serviço Social na Universidade Anhanguera Educacional. A escolha aconteceu por influência de pessoas muito próximas na época, além do contato com assistentes sociais nas escolas de Ensino Fundamental, com os núcleos de convivência no contraturno escolar e também com situações de violência que presenciei nos bairros onde morei, nas escolas que estudei e durante o tempo que trabalhei como ambulante no centro de Campinas, como por exemplo, tráfico de drogas, prostituição e aliciamento de pessoas com menos de 18 anos.

Durante a graduação e meses antes de completar 22 anos, soube a partir da Elaine, uma colega de sala *prounista*, que com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio, poderia ter desconto de até 100% na mensalidade do curso utilizando-se do Prouni. Procurei assim alguns cursinhos pré-vestibulares pela internet que pudessem dar o suporte necessário para prestar a prova, sendo que a primeira tentativa me frustrou: visitei um cursinho privado onde fiz uma prova de habilidades e logo em seguida fui encaminhada para o setor de vendas da instituição; neste momento descobri que aquele espaço era uma empresa, que vendia a certeza de aprovação com discurso totalmente meritocrático, obviamente desisti desta opção.

No caminho de volta para casa, como se fosse um sinal de Oxalá, vi dentro do ônibus um panfleto do Cursinho Popular Herbert de Souza, também conhecido como Projeto Herbert de Souza e logo que cheguei em casa busquei mais informações sobre o cursinho no Facebook. Li alguns relatos de alunos e ex-alunos e logo decidi visitar o espaço; chegando lá, achei o lugar bastante diferente do cursinho privado que havia visitado anteriormente, acredito que tenha sido isso que me fez escolher o PHS. Na entrada, haviam vários *stencils* de personalidades ligadas à movimentos de luta nas paredes, como o de Angela Davis, ativista do movimentos negro e dos direitos civis nos Estados Unidos, Dandara dos Palmares, figura da luta feminista do quilombo Palmares, Pixinguinha, músico e instrumentista brasileiro, Florestan Fernandes, Sociólogo e pensador, Laudelina de Campos Melo, mulher negra, criadora do primeiro sindicato das empregadas domésticas e figura muito conhecida em Campinas, Frida Kahlo, figura da luta feminista mundial e Paulo Freire, um grande pensador e educador brasileiro. Senti que ali seria o lugar ideal, não só para conquistar o desconto pelo Prouni, mas para me formar politicamente e também como sujeito da minha própria história.

Por sorte ou obra celestial, havia uma turma com inscrições abertas para o curso preparatório para o ENEM, que acontecia todos os sábados das 09h às 18h. O trabalho que eu fazia naquele momento como vendedora comissionada me impediu de frequentar os dois períodos do curso, já que aos sábados permanecia na loja até as 12h; em decorrência disto, perdi os conteúdos e dicas das aulas da manhã, o que somado aos vários anos do defasado ensino formal acabaram prejudicando meu desempenho nos vestibulares, mesmo assim procurei me dedicar ao máximo. Durante o curso, fiz mais que descobertas sobre a história do mundo ou as fórmulas e moléculas de física, química e biologia, fiz descobertas sobre a vida e sobre outras perspectivas de enxergar a realidade e ser feliz.

Nas poucas aulas que tive durante o curso pré-Enem, conheci pessoas incríveis como o ex-professor de física do cursinho, Rafael, exemplo de superação e inspiração para mim, pois mesmo tendo sido um estudante trabalhador, formou-se em uma das universidades mais

elitistas do país, a Universidade de São Paulo. Além dele, conheci a querida Luciana Garcia, professora de Biologia que na época iniciava seu mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e hoje é mestre em educação e minha parceira de coordenação no cursinho. Assim como eles, conheci outros exemplos de pessoas que me mostraram ser possível conquistar não só uma vaga como Prounista, mas também em alguma das universidades públicas mais concorridas do estado de São Paulo.

Tendo isso em vista, observa-se que as relações no cursinho vão muito além daquelas entre aluno, professor e coordenação, como em outros espaços educacionais, pois lá somos enxergados, e não somente vistos, pela pessoa que está a frente, dando aula ou falando sobre a organização do projeto, uma vez que viemos do mesmo lugar e buscamos um objetivo em comum, ou seja, ocupar as universidades públicas e a cidade com pessoas da classe trabalhadora. As paredes, o chão e o jardim do cursinho se tornam parte de quem somos, o espaço se torna “o nosso lugar”, construímos laços de amizade, respeito e admiração que não podem e nem vão ser desfeitos facilmente, aprendi que estar feliz pela conquista do outro é parte da nossa luta e acredito que esse seja o grande diferencial dos cursinhos alternativos e populares em relação aos cursinhos privados.

A partir disso, estabeleci uma relação de amizade com alguns membros da coordenação e do grupo de professores e ao fim do curso fui convidada a construir o cursinho de forma mais efetiva, atuando além de aluna, como secretária voluntária. Com isso não quero dizer que as alunas e alunos não construam efetivamente o projeto, pois ele só (re)existe para eles e por conta deles, falo também no sentido de estar “por trás dos bastidores”, tornando possível a existência de novas histórias que, assim como a minha, passam a se confundir com a história do projeto.

Vale ressaltar ainda que, para os jovens de periferia, diferentemente dos jovens das outras classes, as diversas dificuldades, já mencionadas no decorrer de minha trajetória, começam muito antes de participarmos de espaços dedicados à preparação para os vestibulares, o que interfere muito em nossa autoestima e conseqüentemente no desempenho. Este é um dos motivos para a grande relevância de espaços como o Projeto Herbert de Souza e demais espaços de educação popular no país, que oferecem esse preparo não só para as provas, mas também para a vida, através do companheirismo e de ajuda psicológica, por exemplo.

Em seguida, 2016 torna-se meu primeiro ano como voluntária e aluna do PHS, e por conseguinte, foi o momento das maiores descobertas sobre as ciências, a vida das pessoas ao meu redor e minha própria história. Não podia acreditar que vivi até os 22 anos sem conhecer

tudo aquilo e percebi como a configuração do ensino público é um projeto político que desenvolve nos alunos, ao invés do interesse, o desinteresse por aprender sobre nossa própria história, e no lugar disso, incentiva-se a cultura de massa e um pensamento empreendedor característico do período histórico atual, cultivado em mim desde minha infância pelas grandes mídias e agora ainda mais com a difusão das redes sociais. Percebi também que o terceiro setor acaba por se tornar responsável por preencher as lacunas deixadas pelo Estado e para que isso aconteça cada vez menos, devemos trabalhar de forma conjunta e objetivando sempre que o interesse em conhecer e aprender floresça nas crianças e jovens das periferias.

Por isso e por influência de docentes do projeto, escolhi prestar licenciatura em História ou Geografia na Unicamp, somente como treineira pois o objetivo ainda era o ENEM e a vaga no Prouni. Neste ano, não consegui passar para a segunda fase da prova da Unicamp, descobri também que não poderia utilizar a nota do Enem para o Prouni, nem as cotas de escola pública no SISU, tão pouco o PAAIS (Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social) na prova da Unicamp, pois havia me formado no ensino médio privado (supletivo privado). Criei, a partir disso, um plano de estudos coerente com a minha realidade: fazer três anos de cursinho para recuperar o conteúdo perdido e com isso, ingressar na universidade pública já formada em Serviço Social, esta foi uma das melhores escolhas da minha vida.

Durante esse período, fazia estágio como estudante de Serviço Social no centro comunitário Jardim Santa Lúcia, região sudoeste da cidade, e além da graduação, voltei a morar na Vila 31 de Março, fazia trabalho voluntário e estudava no cursinho Herbert de Souza. Me deslocava semanalmente por praticamente todas as regiões da cidade. Foram dois anos muito cansativos mas bem produtivos, dos quais não me arrependo de maneira nenhuma; fiz amigos que trago comigo até hoje, que batalharam comigo pelo acesso ao ensino superior público e conquistaram, uns mais rápidos e outros como eu, de forma mais lenta, mas sempre no seu tempo, a vaga no curso e universidade que sempre sonharam estudar.

No último ano de curso da graduação em Serviço Social, houve um aumento no valor da mensalidade, tornando minha permanência no curso inviável. Foi uma escolha difícil, pois faltava apenas um ano para conseguir o diploma, porém tive que trancar o curso no último semestre. O interessante de tudo isso foi que, durante o segundo estágio supervisionado, descobri uma afinidade com os trabalhos da equipe pedagógica, o que me motivou a prestar pedagogia. No mesmo ano, cheguei mais uma vez à segunda fase do vestibular Unicamp, mas aparentemente, ainda não era a “minha hora e vez”. No ano seguinte, mais coisas mudaram.

O convite para a coordenação e o acesso à universidade pública

Em 2018, fui convidada a compor a equipe de Coordenação Geral do projeto, e com isso, criei a proposta para ocupar a vaga de extensão, que foi discutida e votada na Assembleia do cursinho e em agosto de 2018, após ser eleita, iniciei o mandato com vigência até dezembro de 2020. Nos meses seguintes vieram as próximas conquistas: fui novamente aprovada para a segunda fase do vestibular da Unicamp e consegui uma bolsa 100% para terminar o curso de Serviço Social. Sob muita pressão, fiz a prova da segunda fase da Unicamp para o curso de pedagogia e me inscrevi também para o curso de pedagogia pelo SISU, na UFSCar. Não demorou muito tempo e logo no começo de 2019 recebi um *e-mail* dizendo que havia sido aprovada na primeira chamada para o curso de pedagogia na UFSCar e depois, na presença de meus amigos, Jéfferson Pereira, que na época era membro da infraestrutura e hoje participa do projeto como membro da Assembleia Geral e Luciana Garcia, parceira de coordenação, abri como quem nada queria a lista de aprovados na primeira chamada da Unicamp e para a minha surpresa, meu nome estava lá.

Acabou então a angústia, o sentimento de incapacidade, o sentimento de não aceitação que estiveram presentes durante tantos anos. Essas foram as minhas primeiras grandes conquistas conscientes e acredito que esse tenha sido um dos dias mais importantes da minha vida. Não foi fácil chegar até esse momento, mas com o apoio dos meus companheiros de trabalho, meus familiares, meus queridos amigos em sala de aula, os inúmeros debates e momentos de conquista e partilhamento diários que tivemos durante todo esse tempo, o caminho percorrido tornou-se ainda mais significativo do que a aprovação em si. No PHS, aprendi a acreditar no meu trabalho, potencial como mulher, como sujeito, que o tempo é relativo para cada indivíduo e que esse é o menor dos problemas a serem enfrentados pela educação, sobretudo popular, o que é imprescindível para uma estudante de pedagogia.

E então finalmente 2019, estar na universidade pública sabendo que você faz parte daquela história e mais, sabendo que você representa muitas pessoas e o próprio cursinho é emocionante. Cada aula na Faculdade de Educação para mim era um evento, uma palestra; adoro escutar as/os docentes e presto atenção em cada detalhe, porém atuando de maneira crítica como o PHS me ensinou, também surgiram os desapontamentos com relação às exigências e a falta de consciência de classe da parte de inúmeros docentes. Mesmo assim,

me senti mais capaz de atuar de forma mais concreta como uma das Coordenadoras do PHS, começando então a trajetória como coordenadora de um movimento estudantil popular e estudante do ensino superior, com a plena responsabilidade de representar um projeto com mais de vinte anos de história, sendo o mais antigo cursinho popular ainda em funcionamento desde sua abertura em Campinas.

O primeiro e o segundo mandatos 2018-2023

A pasta de Coordenação de Extensão do cursinho pode ser entendida como uma espécie de relações públicas do projeto e por ser pouco reconhecida pelos movimentos sociais de Campinas, pude contar com a colaboração dos meus colegas de equipe e fui apresentada a vários coletivos, participei de inúmeras reuniões, rodas de debate, encontros com outros movimentos sociais e espaços de luta. Construímos parcerias com diversos espaços, como por exemplo, o trabalho com o cursinho Triu, um cursinho popular que ocupa a escola Barão de Rezende em Barão Geraldo (Campinas), onde importamos e ressignificamos a proposta de orientação pedagógica para o PHS, que vem gerando inúmeros resultados positivos. É importante destacar também um coletivo que temos constante contato, o Movimento de Cursinhos Populares de Campinas e região, com quem nos mobilizamos e lutamos por questões bastante pertinentes e necessárias para a continuidade do trabalho dos cursinhos da região metropolitana de Campinas, como por exemplo, o acesso ao passe livre pelos estudantes de cursinhos alternativos e populares, a partir de abaixo assinados, reuniões com representantes da Emdec e pré-candidatos a câmara de vereadores e prefeitos, além de outras mobilizações.

Outros movimentos são: a parceria com a Associação Três Fontes, que oferece cursos de formação voltados para educadores das regiões periféricas da cidade e o trabalho que realizamos em 2019 no acampamento do MST Marielle vive, onde interagimos e aprendemos com os integrantes do acampamento, além da retomada de velhos hábitos como festas temáticas e saraus, com exposições de textos, poesias, desenhos, apresentações de teatro e musicais, aulas de bateria e visitas à Unicamp e também ao Cotuca. Soma-se a isso, aulas debate, rodas de conversa, plantões de dúvida, cursos de atualidades, de redação, aulas corujão (aulas dica, mais descontraídas que perpassam uma madrugada da sexta anterior a prova da segunda fase do vestibular da Unicamp), o jornal do cursinho em comemoração aos 20 anos de projeto e os simulados referentes aos vestibulares das universidades públicas do estado de São Paulo, como a Unesp, Unicamp e USP, que são estruturados e aplicados pela Coordenadora Pedagógica Luciana Garcia.

Coloca-se também a criação do curso preparatório para concursos públicos de nível fundamental e curso de inglês básico voltado para alunos matriculados no projeto, pensados e organizados pela Coordenadora Pedagógica Ana Carolina Neves e pelo coordenador financeiro Moacir Mendes. Foram oferecidas aulas de educação física, pela ex-aluna do projeto e estudante da Unicamp, Talita Batista, aos alunos dos cursos pré-técnico. Há também um projeto de reformulação do documento para o Projeto Político Pedagógico (PPP), que vem sendo organizado pelo Coordenador Pedagógico Marcelo, com o suporte da ex-aluna e membro da Assembleia Marcia Anacleto, assim como os demais membros da assembleia que durante a pandemia da covid-19, vem resgatando as memórias individuais e coletivas do projeto para a criação de uma cartilha de memórias própria do cursinho.

Por fim, destaca-se a construção de uma Horta comunitária, obra da antiga coordenadora e membro da assembleia Ellen Amaral, junto dos então coordenadores administrativo e financeiro Silas Eduardo e Moacir Mendes, além da importante criação de um programa de rádio livre, o chamado “RadioCast Betinho”, um projeto possível somente graças a uma parceria entre o PHS, a Casa de Cultura Tainã que cedeu espaço na programação da Rádio Tainã e os bolsistas da Bolsa Auxílio Social da Unicamp, que foi pensado pelo Coordenador Administrativo Silas Eduardo, junto com os parceiros TC Silva e Júnior Paixão, da casa de cultura Tainã e o ex-coordenador do PHS, Robson. Este projeto hoje é coordenado por mim, que sou responsável pela pasta de extensão e construído junto das e dos bolsistas da Bolsa auxílio Social (BAS) da Unicamp, Luis Gustavo, Mônica Moretti, João Victor, João Carlos, Thamyres e Débora Ananias, ex-alunos que escolheram o projeto para o cumprimento das horas trabalho. Esse programa, que acontece de forma semanal e tem duração de duas horas, tem intuito de resgatar memórias de pessoas que atuaram, atuam ou têm relação com o cursinho, como alunos e ex-alunos, professores e ex-professores, coordenadores e ex-coordenadores, membros da assembleia, além de pessoas atuantes em outros movimentos sociais e ativas nas suas comunidades, de maneira a acumular esses relatos como documentos históricos do projeto e das lutas populares presentes em Campinas e região.

Os projetos supramencionados são possíveis apenas e sobretudo pela base política e ideológica que vem sendo transmitida de geração para geração no PHS, além da interação, respeito e admiração de cada membro, sendo estes atuantes na gestão, Assembleia Geral ou antigos membros dessas instâncias.

Conquistas estruturais

Entre os anos de 2016 e 2017, o cursinho teve grandes mudanças na gestão. Alguns coordenadores deixaram suas pastas, e as mesmas foram ocupadas por membros da Assembleia Geral até a finalização dos mandatos, esses membros da assembleia trouxeram grandes mudanças que vão desde as cores das paredes até o modo de gerir o espaço.

A primeira grande mudança foi também uma conquista para o PHS: Cintia, que ocupou a pasta da Coordenação Financeira, apresentou uma proposta de reformas que mudariam além de visualmente, as condições de uso do espaço pelos voluntários e alunos do cursinho. Esta proposta consiste na instalação de pisos em ardósia, já que nessa época o piso ainda era em chão batido, e a troca dos equipamentos eletrônicos e das lousas verdes por lousas em vidro, o que foi aceito pela Coordenação e Assembleia Geral e teve início em 2017. No ano seguinte e com a nova eleição para Coordenação Geral, houve por parte da nova gestão, o desejo de dar continuidade às mudanças e melhorias no prédio, o que nos levou a transformar uma das salas (Florestan Fernandes), que estava sendo usada como depósito, em sala de convivência com uma “cozinha americana”, mesas e grandes sofás, construídos com pallets que recebemos como doação.

As novas reformas estruturais trouxeram benefícios aos alunos e professores que são em maioria estudantes e trabalhadores, passavam e passam praticamente o dia todo entre conduções, trabalho ou estudos, no cursinho ou em escolas. A Coordenação Geral nesse período era composta por Ellen Amaral, Coordenadora de Extensão, Silas Eduardo, Coordenador Administrativo, Moacir Mendes, Coordenador Financeiro, Marcelo Lopes e Rafael Batista como Coordenadores Pedagógicos. Ao fim do primeiro semestre de 2018, a coordenadora Ellen Amaral deixa a equipe e Ana Claudia Morais (eu), aluna que compunha a equipe da infraestrutura é convidada a integrar parte da coordenação, ocupando a mesma pasta, assim como Rafael Batista, deixa a Coordenação Pedagógica e a pasta é ocupada por Luciana Garcia.

Referências

CORRÊA, L. J. L. PPC Cursinho popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras. 162 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

Nós por Nós: movimentos de sujeitas/os periféricos na disputa de Universidades Públicas

Brenda Silva

Olá! Eu sou a Brenda Silva. Sou Educadora Popular, nascida e crescida no Grajaú, distrito periférico nas margens sul da cidade de São Paulo, SP. Viver nas periferias, como tenho aprendido com as proposições de Tiaraju Pablo D’Andrea (2013), é uma experiência urbana compartilhada. Eu, que nasci e cresci neste contexto, tenho uma relação com o mundo que vista a partir deste lugar e também do meu deslocamento para outros, rotina cotidiana para nós, moradores de periferias urbanas afastadas do centro, que se movimenta pela cidade para poder existir, subsistir e re-existir.

Dessa experiência compartilhada que vivenciamos, também aprendemos que somos “*nós por nós*” - ou nós por nós - pois, longe de ser um acaso, essa oposição centro-periferia, é uma relação intencional da sociedade em que vivemos. Por sermos *nós por nós* também desenvolvemos uma série de estratégias, táticas, tecnologias... Ou não existiríamos. Quero falar e refletir sobre os impactos que nós temos quando acessamos o ensino superior público. Eu sou formada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, campi Baixada Santista, sou mestre em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo - USP, campi Leste e, novamente, estou vinculada a um programa de mestrado, na mesma instituição em que me graduei, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais.

Apesar dessa formação, que pode ser considerada “sólida” acadêmica e profissionalmente falando, devo dizer que até hoje, nada - nada, *nadinha mesmo* - que o contexto acadêmico tem me “apresentado” as relações periféricas em que me insiro não tenham me apresentado antes. Especialmente por meio dos espaços de oralidade e expressão poética que temos - saraus, slams, batalhas de rima...

A cultura Hip Hop, por meio da articulação de seus elementos, juntos com os movimentos sociais, especialmente os de participação de adolescentes, formam “meu capital cultural”. Formação que até hoje permite que eu permaneça intelectualmente nos espaços acadêmicos e também que, na base do *nós por nós*, movimente-se nessa estrutura. Como periférica que reconhece tal condição, mas, mais do que isso, orgulha-se e age politicamente a partir disso, intervenho na sociedade como *sujeita periférica* (D’Andrea, 2015).

E como *sujeita periférica*, encontro outros sujeitos/os periféricos no contexto universitário, na mesma função do *nós por nós*, o que gera mudanças importantes nesse ambiente. É sobre isso que vou falar. Para isso, quero compartilhar um pouco dessa minha vivência acadêmica no período da graduação, para que depois eu, por aqui, reflita alguns pontos e você, daí, consiga acompanhar minhas reflexões e dialogarmos sobre isso. *Vamo que vamo!*

Além da sala de aula, além da expansão: *NERP, PDAAN e PET*⁶

Ao vivenciar, observar e investigar as universidades públicas em sua expressão contemporânea encontramos diferentes projetos de universidade em concorrência. Apesar de *um* modelo ser hegemônico, não devemos desconsiderar outras propostas na construção da universidade.

O movimento da realidade requisita que novos projetos se firmem e afirmem. À medida que novas/os estudantes passam a ocupar as universidades, passam também a interferir na reprodução desse lugar. Essa construção é singular, mas, dada as particularidades em comum que incidem no contexto universitário, há similaridades nesse processo de singularização.

Conforme as/os estudantes, especialmente *sujeitas/os periféricas/os*, requisitam, interferem e constroem *na e a* universidade, as instituições *também* são provocadas a responder às demandas e proposições. Nesse sentido, para além de uma vaga na sala de aula e de políticas de permanência financeiras, outros espaços apresentam-se como possibilidades para a afirmação de uma universidade que enfrenta seus desafios contemporâneos.

Considerando a singularidade desse processo e que cada lugar encontrará sua força, recupero brevemente aqui três espaços demandados por estudantes, *especialmente sujeitas/os periféricas*. Ao *ocuparem* a Universidade Federal de São Paulo, essas/es estudantes construíram intervenções para além da sala da aula e além de coletivos estudantis, propondo espaços e experiências organizadas na *estrutura* universitária.

Refiro-me à *ocupação*, pois, como veremos, contrapõem a proposta de acesso que foi concedida/conquistada, exigindo uma ação política para a aproximação e construção das

⁶ Este texto é parte dos ensaios que formam o Caderno “Universidade: produção e reprodução do conhecimento OU de opressão *por meio do conhecimento*” que é parte de minha dissertação de mestrado intitulada “‘*Faz isso por nós, faz essa por nós*’: reflexões sobre a periferia como sistema cultural e a universidade pública contemporânea”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política - PROMUSPP na Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH da Universidade de São Paulo - USP.

formas de acesso. Com isso, experimentam formas de aprofundar dimensões estruturais de uma expansão do acesso ao ensino superior que se configurou apenas de modo conjuntural.

O surgimento do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares – NERP⁷

Em 2012 o Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, realizou uma cerimônia de inauguração do *campi* Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Apesar da inauguração, o *campi* não reunia as condições necessárias para estar em funcionamento, foi interditado pelos riscos apresentados à integridade física da comunidade acadêmica, por não reunir as licenças necessárias para seu funcionamento e a alternativa foi transferir as atividades acadêmicas recém-implantadas para outro prédio.

Após a regularização da situação e de uma greve de cerca de quatro meses, o retorno às aulas foi feito já no novo prédio. O novo prédio fica numa região da cidade de Santos que, até então, era desconhecida para a maior parte da comunidade acadêmica que, à época, era formada majoritariamente por pessoas de outras cidades. Longe da orla santista e em uma região menos apreciada e turística da cidade, a comunidade acadêmica também *reclamava* do entorno da universidade, não se reconhecendo no território.

Ao mesmo tempo, as relações sociais que já ocorriam naquele território também apresentavam suas ressalvas em relação à universidade: a construção havia durado muitos anos, havia impactado na dinâmica do bairro, moradores haviam sido desapropriados e em razão da chegada da universidade, o bairro iniciava um processo de gentrificação, ainda em curso.

Numa unidade curricular de Metodologia do Trabalho Científico, com uma turma de ingressantes no curso de Serviço Social, uma professora propôs aos estudantes a realização de um trabalho que dialogasse com o entorno do prédio novo. Com a intenção de ensinar o processo de pesquisa a partir desse entorno, a Professora Renata Gonçalves, propôs que as/os estudantes realizassem uma caminhada ao redor da universidade, observando a região, para identificarem um tema de pesquisa que seria desenvolvido durante o curso daquela unidade curricular.

A caminhada no entorno do prédio identificou diferentes temas de pesquisas entre as/os estudantes. Num desses grupos, as/os estudantes observaram a população negra. Apesar da Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, ter sido sancionada em 2012, somente no ano

⁷ O objetivo é contar o contexto em que surge e as principais ações desenvolvidas. A análise qualitativa dessa atuação não é matéria dessa escrita.

posterior é que a composição das/os estudantes começa a ser diversificada⁸. Portanto, para a turma ingressante em 2012, a presença de pessoas negras na universidade ainda não era comum, mesmo no curso de Serviço Social. Então, não foi difícil o entorno do prédio *chamar a atenção* da comunidade acadêmica.

A observação da população negra no entorno do prédio, também foi desvelando processos históricos da cidade de Santos e de diversos eventos ocorridos *naquele lugar*. Quilombo, abolicionistas, escolas de samba, blocos de carnaval, terreiros... O interesse em conhecer o entorno e as contradições entre o entorno e a universidade, extrapolaram o trabalho em sala de aula, a sala de aula e aquele semestre.

A partir das descobertas e reflexões do grupo e da turma, alguns estudantes, negras e negros, *sujeitas/os periféricas/os*, e também não-negros/as e não-periféricos/as, propuseram encontros para dar continuidade aos estudos sobre o assunto. Com alguns encontros após às aulas, o grupo havia firmado o interesse em criar um núcleo de estudos⁹. O grupo nomeou-se *Reflexos de Palmares* em referência a necessidade de serem vistos, terem reflexos nos espelhos, conforme sensibilizados pelo texto de Osvaldo Faustino e também em referência ao Quilombo de Palmares, evocando a trajetória de lutas sociais das negras/os no Brasil.

Em 2013 o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares oficializou suas atividades propondo atividades formativas e culturais, a exemplo da Semana da Consciência Negra, hoje parte do calendário acadêmico da universidade¹⁰. O grupo passou a realizar o estudo sistemático de intelectuais negras/os invisibilizados na produção acadêmica, bem como acabou aglutinando estudantes negras/os da universidade, possibilitando processos de permanência simbólica e epistêmica.

Além das Semanas da Consciência Negra, em pouco mais de sete anos de atuação o núcleo, hoje caracterizado como grupo de pesquisa e estudos, realiza estudos sistemáticos em matérias de relações raciais; recebe estudantes de graduação e pós-graduação que desenvolvem pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e dissertações

⁸ Mesmo antes da Lei de Cotas, a UNIFESP realizava reserva de 10% de suas vagas para cotas raciais. Essas vagas eram preenchidas, mas, não *víamos* ou conhecíamos as pessoas que haviam se autodeclarado negras durante o ingresso.

⁹ Na mesma época, parte dessas/es mesmas/os estudantes também fomentaram outros espaços na universidade. Procuraram por grupos que *já existiam*, como o Núcleo Heleieth Saffioti e o Núcleo sobre Violência Social. E também fomentaram a criação de um grupo de estudos em Antropologia Urbana. No entanto, dos grupos demandados por estes estudantes, apenas o de relações raciais foi instituído.

¹⁰ Inicialmente as Semanas da Consciência não faziam parte do calendário acadêmico. Tal conquista/concessão foi uma resposta institucional ante à reiterados casos de racismo na comunidade acadêmica e como forma de expressar que a universidade estava comprometida no enfrentamento ao racismo.

de mestrado; realiza projetos de extensão; visitas pedagógicas; organiza eventos acadêmicos e culturais; propõe e realiza disciplinas na graduação e na pós-graduação, entre outros.

Também nesse período, as/os participantes do NERP enfrentaram sindicâncias, processos judiciais e a hostilização, seja por suas pesquisas *panfletárias*, seja pela reiteração ao racismo estrutural. Por seu posicionamento antirracista, o posicionamento do NERP ante as expressões do racismo no contexto universitário, também gera aversão em parte da comunidade acadêmica.

Programa de Educação Tutorial – PET Educação Popular: criando e recriando a realidade social.

O PET Educação Popular também surge de uma demanda dos estudantes, nem todos periféricos. No entanto, pela proposta de atuação consolidada pelo grupo, é comum que sujeitas/os periféricas/os atraiam-se por essa extensão. De referencial Freireano, o PET Educação Popular possui uma configuração única no Brasil: é um núcleo do Programa de Educação Tutorial e foi o primeiro cujo tema seja a Educação Popular¹¹. Apesar da unicidade dentro do Programa, encontra pares no campo das extensões universitárias, especialmente extensão popular. No blog do grupo, eles se apresentam assim:

O PET Educação Popular: Criando e Recriando a Realidade Social foi oficializado em novembro de 2010, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mais precisamente no Departamento Saúde, Educação e Sociedade, Campus Baixada Santista. Contudo, a atuação do grupo é anterior a adesão ao Programa de Educação Tutorial. Foi o ensejo de alguns estudantes pela temática da Educação Popular que fizeram com que estes procurassem a Professora Raiane, especialista no assunto à época recém chegada na UNIFESP, para que juntos pudessem construir algo em Educação Popular. Este protagonismo discente foi o germe de nosso grupo. O grupo vem atuando na perspectiva de transformar os modos de (re)produção da vida social dos sujeitos envolvidos, provocando reflexões críticas sobre a realidade, o engajamento dos sujeitos em processos e organizações populares e a busca permanente por novos conhecimentos (PET EDUCAÇÃO POPULAR, s/d).

O grupo organiza-se por meio de frentes de trabalho e, na prática, cada frente desenvolve um projeto de extensão ou fortalece a realização de alguma extensão. Importante recuperar que o PET foi regulamentado pela Lei nº 11.180, em 2005, mas seu histórico anterior relaciona-se à formação de grupos de excelência acadêmica. Apesar da regulamentação mais recente, ainda é forte o legado anterior do programa, em sentido elitista.

¹¹ O pioneirismo se manteve até 2018, quando surgiu o Grupo de Ação e Pesquisa em Educação Popular – GAPE PET.

A partir da nova regulamentação, o PET passou a fomentar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, apoiando o desenvolvimento de atividades acadêmicas de qualidade e de excelência e a formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país. Anteriormente os grupos PET eram associados à cursos de graduação, mas a partir de 2009, o Programa criou a modalidade “PET/Conexões de Saberes”,

voltados a estudantes oriundos de comunidades populares e orientados também para os seguintes objetivos: Ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como com suas instituições; Aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares; Estimular a formação de novas lideranças capazes de articular competência acadêmica com compromisso social (MEC, 2010, p.2).

É nessa modalidade que o grupo PET vinculado à UNIFESP Baixada Santista, que havia sido impulsionado por estudantes, concorre ao chamamento público, é contemplado e passa a implementar a realização do PET. Por meio do PET realizam trabalhos em educação popular, conforme o grupo informa:

Fundamentamos-nos na:

- formação político-pedagógica e teórico-metodológica, a partir método histórico crítico e com base no pensamento freiriano e gramsciano; como também técnico-operativa com o uso de novas tecnologias;
- sistematização da experiência e vivência da práxis (construção do conhecimento a partir dos referenciais teóricos e reflexão sobre a prática);
- realização de diversas pesquisas sobre a temática Educação Popular e Universidade: produções e transformações a partir de contextos contraditórios (PET EDUCAÇÃO POPULAR, s/d).

Aqui, destaco a atuação da Frente Cultura e Resistência Indígena, iniciada em 2016 e que realiza atividades em conjunto com a Tekoa Paranapuã. Localizada no município de São Vicente, a Paranapuã reúne cerca de 25 famílias da etnia Guarani Mbya. Sem território demarcado, os Indígenas que ali vivem encontram-se ameaçados. Além do referencial freireano, a Frente busca apreender a cosmogonia do povo Guarani Mbya da Tekoa Paranapuã e a partir disso entender as demandas e de que forma, podem fortalecer a autonomia da Tekoa. As atividades são planejadas *com* os indígenas e os membros da Frente. Da intervenção por meio da Frente, também surgiram novas possibilidades de articulação com outras organizações sociais em apoio aos povos indígenas. É o caso do Conselho Regional de Psicologia e também da Universidade Católica de Santos, que também passaram a fortalecer a Paranapuã.

Dessa atuação, a Frente já pôde apoiar a realização de atividades na própria Tekoa, como os Jogos Indígenas e o Ka'a Nhemongarai - "Batismo". Já externamente, a realização de eventos, articulação junto à outros povos indígenas, e a elaboração e realização do curso de extensão "Conhecendo a Cultura Guarani" que abordou a cultura Guarani na perspectiva dos direitos humanos, são exemplos de ações realizadas pelo grupo.

Outra Frente que destaca é o Cursinho Popular Cardume que teve origem em 2013 e seus membros inicialmente atuaram no grupo de trabalho responsável pelo planejamento e implementação do Cursinho Popular Cardume na UNIFESP Baixada Santista. Após a implantação do Cardume, as/os extensionistas do PET continuaram atuando no Cardume, na lógica desse novo projeto de extensão e na qualidade de educadoras/es no Cursinho.

O Cardume é um cursinho pré-ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM) e organiza-se por meio de Áreas do conhecimento, conforme o ENEM. As/os extensionistas do PET, foram responsáveis pela Área de Redação e em alguns momentos também fortaleceram a Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Ancorados no referencial teórico-metodológico de Paulo Freire, o programa pedagógico dessas áreas abarcava, além dos conteúdos programados pelo ENEM, a Educação em Direitos Humanos a partir da realidade das/os sujeitas/os educandos.

O destaque para essas duas Frentes no PET, deve-se ao fato delas terem sido iniciadas por *sujeitas periféricas*. Contudo, outras/os periféricas/os engajaram-se nas diferentes Frentes que o PET já desenvolveu ou desenvolve.

Em dez anos de atuação o PET Educação Popular já abarcou Frentes de Trabalho com atuação em torno de temas como moradia, educação, sistema prisional, juventudes e saúde; organizou, promoveu e realizou Fóruns de Educação Popular; participou de eventos e congressos acadêmicos nacionais e internacionais; e contribuiu para a permanência financeira de seus extensionistas e ainda a permanência simbólica de estudantes no geral.

Por sua vinculação com movimentos populares, também acelerou processos de escuta das demandas de movimentos populares e contribuiu na articulação de respostas que a universidade pode ou precisa dar, engajando-se em movimentos de moradia, educação, enfrentamento à violência de estado, saúde, cultura e comunicação.

Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento – PDAAN

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento – PDAAN é um programa do Ministério da Educação. Na UNIFESP, o programa foi realizado no ano de 2018

como projeto de extensão realizado em três campi da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

O projeto surgiu de forma embrionária no Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares que, à época, refletia os desafios da permanência estudantil e simbólica e a expansão de acesso ao ensino superior em nível de graduação. Dada a ampliação do acesso à graduação, projetava-se que também seria necessário pensar a ampliação do acesso na pós-graduação, especialmente em programas de mestrado e doutorado.

Considerando os próprios desafios que o NERP enfrentava para incluir as relações raciais na agenda da universidade, projetavam que o processo de invisibilização tanto de pesquisadoras/es negras/os, quanto do racismo estrutural no modelo hegemônico de universidade, acentuam as barreiras para a aprovação de negras/os em processos seletivos na pós-graduação *strictu sensu*.

Assim, houve um esforço em pensar estratégias que pudessem acelerar esse processo. Na mesma época, o Ministério da Educação lançou edital para o recebimento de propostas para o PDAAN, com objetivos similares aos que o grupo refletia. O NERP, então sugeriu um projeto de formação preparatória para processos seletivos de mestrado. Como o grupo estava fortalecendo a relação com outros *campi* da UNIFESP, especialmente Guarulhos e Osasco, propuseram um projeto de caráter itinerante ou concomitante aos *campi*. A coordenadora do NERP sistematizou os insights do grupo e submeteu a proposta. A proposta foi aprovada ainda em 2015, mas em razão do contexto político no governo federal, somente em 2018 efetivamente os recursos para a implementação do projeto permitiram sua realização.

Além da proposta do NERP, outra proposta submetida por docentes da UNIFESP foi contemplada no mesmo edital. Assim, no ano de 2018 a UNIFESP realizou um curso de formação pré-acadêmica nos *campi* Guarulhos, Santos e São Paulo, envolvendo o NERP, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC. Em Guarulhos e São Paulo os cursos voltaram-se para candidatos com foco na área das Ciências Humanas e Sociais e em São Paulo, área da Saúde. Na área das Ciências Humanas e Sociais, o curso visou proporcionar os seguintes eixos temáticos:

Construção do conhecimento numa perspectiva antirracista; educação das relações étnico-raciais; Técnicas de redação científica; Metodologia de pesquisa; Aprendizado instrumental da língua inglesa; Pensamento social antirracista; Teoria Social; Temas contemporâneos: Racismo institucional no Brasil e resistências; Expressão artística: do teatro experimental do negro ao teatro de combate ao racismo; Branquitude e relações raciais no Brasil; Leituras dirigidas; Orientação: Elaboração/ apresentação final de pré-projeto (UNIFESP, 2018, p. 1-2).

Além das aulas, o curso proporcionou a tutoria individual a orientação de pré-projetos de pesquisa por meio de tutoria. A tutoria foi uma estratégia para que as/os estudantes conseguissem dar maior concretude às propostas de pesquisas, já que há uma dificuldade neste exercício e também configurou-se como um espaço de enfrentamento à insegurança que apresentam de forma individualizada, mesmo esta tendo uma origem coletiva, uma vez que está relacionada com reprodução do racismo estrutural e institucional.

Na área da Saúde, curso tinha como objetivo

Capacitar estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a estruturar um projeto de pesquisa para concorrer aos processos seletivos de mestrado e doutorado na área da saúde. (...) A programação do curso preparatório em metodologia científica de pesquisa em saúde está organizada em unidades de aprendizagem que capacitarão os alunos para estruturação de um projeto de pesquisa de mestrado ou doutorado na área de saúde. Além disso, pretende-se discutir projetos de pesquisa na área da saúde com abordagem interdisciplinar que incentivem a curiosidade, questionamento, visão crítica do problema, inventividade e a produção de conhecimento (UNIFESP, 2018b, p.1).

O curso foi realizado na modalidade presencial, com encontros semanais aos sábados e em período integral durante um semestre. Ao término do curso, os participantes puderam apresentar seus trabalhos no Congresso Luso-Afro-Brasileiro – CONLAB, experienciando coletivamente a participação em um congresso acadêmico.

Algumas Reflexões...

O objetivo em relatar brevemente estas três experiências ocorridas no âmbito da Universidade Federal de São Paulo é uma forma de compartilhar estratégias que estudantes e docentes têm *arranjado* para responder às demandas contemporâneas apresentadas às universidades públicas que passam pelo processo de expansão.

Apesar de não se intencionar a análise qualitativa dessas experiências, cabe observar que elas expressam um intenso movimento de *construção* da universidade a partir da provocação de estudantes e também o esforço de docentes e técnicos em acolher de forma institucional essas propostas.

Embora eu não tenha investigado e sistematizado essas experiências para poder aferir se as/os estudantes que *provocaram* essas ações são estudantes que se reivindicavam como sujeitas/os periféricas/os, pela minha vivência nesses três processos, posso inferir que estes/as estudantes, em sua maioria, são estudantes que não se reconhecem/iam no modelo hegemônico de universidade; enfrentavam dificuldades de permanência estudantil, tanto

simbólica, epistêmica e financeira; tiveram acesso ao ensino superior público somente no contexto da expansão e se não fosse essa conjuntura teriam dificuldades em acessar esse espaço; preocupavam-se com os desafios que enfrentavam e *também* com as gerações que ainda *ingressariam*, o que explicaria a proposição de projetos mais duradouros do que o período em que cursaram a graduação, ainda que essa preocupação pudesse prolongar o próprio período idealizado para a formação delas/es; e também a proposição de ações que tornassem mais *estrutural* do que conjuntural a expansão da qual se beneficiam.

Nesse sentido, a contribuição dessas/es estudantes, *especialmente as/os sujeitas/os periféricas/os*, cuja as vivências *periféricas* os implicam numa forma de ser e estar no mundo de modo criativo e coletivo, embora não estejam sistematizadas ou mesmo reconhecidas, são contribuições que *propõem e realizam* outros modelos de universidade.

São contribuições e experiências que colocam em questão os interesses da universidade pública contemporânea e desvelam um modelo de universidade que, longe de uma aparente *neutralidade*, é um espaço que por meio de sua lógica de produção e reprodução de conhecimento, também produz e reproduz opressões *por meio do conhecimento*.

Ao tomar o modelo hegemônico como o único modelo de universidade *possível*, a universidade pública contemporânea *em expansão*, que se estrutura numa matriz de conhecimento eurocêntrica, positivista e ocidental e num modelo de gestão alinhado ao *ethos* da sociedade capitalista, ainda que se diga *em expansão*, torna-se um lugar que promove uma sociabilidade expulsiva e ofensiva para o público que deveria se beneficiar com a expansão. Ao deparar-se com um contexto universitário incoerente com a proposta de expansão, uma parte das/os novas/os estudantes vão buscar estratégias para permanecer e transformar a universidade, assim como outra parte vai evadir ou aderir a este projeto hegemônico que produz opressão por meio do conhecimento.

Também cabe observar que a expansão do ensino superior é uma necessidade desse modelo hegemônico e também *atende* aos interesses da sociedade capitalista. A universidade contemporânea *precisa* seguir competitiva e atrativa para esse modelo econômico. Contudo, o paradigma de conhecimento vigente na universidade, também começa a apresentar um esgotamento de suas possibilidades para o capital, na medida em que requer um investimento prolongado para a produção do conhecimento, enquanto as universidades têm sido cada vez mais requisitadas à dar respostas aceleradas.

Se considerarmos, que no modelo hegemônico o processo de formação de acadêmicos e de produção do conhecimento leva, pelo menos, 20 anos¹², a expansão do ensino superior *também* promove tanto a competitividade entre a comunidade acadêmica, quanto acelera o processo de produção do conhecimento, especialmente na área das ciências humanas e sociais. Isso ocorre, pois, anteriormente o público que era o “objeto” de pesquisas, agora está em sala de aula, é o próprio pesquisador, encurtando o tempo e o investimento necessário para se produzir conhecimento.

Esse movimento produz uma enorme celeridade na compreensão dos fenômenos sociais, entretanto, a comunidade acadêmica, afeiçoada a um único modelo de conhecimento, e reprodutora de um conservadorismo, não compreende nem o próprio modelo ao qual aderem, pois consideram-no o único *possível* e não o *hegemônico*; nem quer ou consegue compreender a contemporaneidade e atualidade dos conhecimentos que as/os estudantes oriundos da expansão inserem na universidade, já que *ainda não pesquisaram* essa realidade.

O conservadorismo ante às mudanças estruturais que a expansão do ensino superior exigem, evidenciam a obsolescência do paradigma hegemônico para compreender a realidade que a própria universidade contemporânea enfrenta. Esse conservadorismo, fortalece o discurso de que a universidade pública não é produtiva para a sociedade (na verdade, para o capital), especialmente nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, servindo de justificativa para a diminuição de recursos e investimentos nessas áreas. Ao mesmo tempo, de modo geral, a sociedade adere ao discurso da obsolescência da universidade e de seu alto custo, uma vez que a universidade nunca foi democratizada e mesmo com a expansão, segue sendo um reduto elitista. Se hoje a universidade enfrenta seu desmonte é também por não ter, ela própria, enfrentado seriamente as incoerências e contradições que sua exclusividade e elitismo guardam, ao ponto de a sociedade desconhecer sua natureza pública e o impacto que sua privatização pode gerar.

Com menos recursos, o ambiente acadêmico torna-se mais competitivo. Nesse cenário as/os estudantes que acessaram a universidade somente no contexto da expansão, e portanto não possuíam referências de como era a universidade, podem se adaptar mais facilmente às novas exigências capitalistas, bem como não quer abrir mão da ascensão social e financeira que o ensino superior pode lhe gerar.

¹² Considerando o período de graduação (4 anos), pós-graduação (6-7 anos), construção de autoridade por meio da experiência profissional (5 anos) e de construção de hegemonia por meio da publicação de resultados e divulgação científica (5 anos).

Do ponto de vista da produtividade, essas/es estudantes, quando conseguem permanecer, por terem enfrentado e superado diferentes barreiras estruturais e ainda assim conseguido chegar no mesmo lugar que os estudantes que não enfrentaram barreiras estruturais e historicamente têm acesso à universidade, podem ser mais produtivos e criativos e *sabem* fazer mais com menos - sempre foi *nós por nós*, lembram? A expectativa do capital é que elas/es façam mais com menos em favor do capital.

No entanto, há uma forte tensão quando, no lugar de se adaptar às opressões produzidas pelas relações sociais na universidade e se tornarem mais produtivas/os ao capital, essas/es estudantes passam a *desvelar* essas estruturas e questionam o modelo de universidade. Também nesse cenário a instituição universitária não consegue ou não quer compreender a contemporaneidade e complexidade do fenômeno que se vivencia. Tal compreensão implica em transformar sua forma de ser e desvelar/aceitar que os pilares em que se firmam não são tão neutros, imparciais, meritocráticos e ilibados, como construíram no imaginário social.

Destarte, a expansão universitária visa a ampliação do acesso e a competitividade da universidade na lógica do capital e não a sua democratização e transformação, inclusive, tornando-a mais produtiva e rentável para sua privatização, afinal o mercado não investe onde não se pode obter mais-valia.

O processo de desvalorização da universidade, muitas vezes atribuído à expansão que, na minha interpretação, *é justamente* o que a valoriza e torna interessante para ser explorada pelo capital privado, para ser enfrentado, precisa antes de tudo, desvelar, reconhecer e enfrentar o modelo hegemônico de universidade. Sem essa tomada de consciência, nem as/os sujeitas/os que atualmente *valorizam* a universidade tornando-a mais atrativa para a *exploração* privada e ao mesmo tempo alargando as possibilidades de acesso e permanência, nem a comunidade acadêmica que de forma conservadora resiste à entrada desses estudantes, serão capazes de construir uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Esticando a prosa - “De Capítulo 4, Versículo 3 à AmarElo” – diálogos entre universidade e o RAP

“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial.

A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras.

Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros.

A cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo.

Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.

(RACIONAIS MC’S, 1997)

São com estes versos-denúncia que “Capítulo 4, Versículo 3” é introduzida pelo grupo de RAP Racionais MC’s e que a depender de seu conhecimento musical e periférico, você leu no mesmo ritmo da música. Não se sabe quais as fontes que Primo Preto utilizou para construir esses versos, mas, fato é que algumas gerações apreenderam esses dados que aproximavam-se da realidade. Desses dados, quero dialogar ao que se refere à universidade.

Crescemos ouvindo que nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos eram negros. Como expressão poética das periferias, o RAP também expressa a compreensão de mundo que os moradores das periferias possuem. Então, a realidade observada e a reflexão sobre nossa ausência no ensino superior, tanto nos educou sobre a ausência, quanto nos tornou críticos às universidades, dada as desigualdades que ela reproduz e a partir da opressão por meio do conhecimento.

No RAP e nos espaços de expressões poéticas mediadas pela oralidade, sempre apreendi um posicionamento crítico e até mesmo quase uma *aversão* à universidade... O que não ficava muito compreensível era se a crítica também se dirigia aos negros/os/periféricos/os que adentravam ao ensino superior, uma vez que temos visto e vivido essa mudança na realidade da composição estudantil ser alterada em decorrência de políticas de expansão do ensino superior (que, é importante que se diga, já estão sendo retraídas, ante ao projeto político vigente no Brasil).

Por vezes as próprias produções das expressões poéticas da periferia reproduzem um discurso segregacionista em relação à universidade, quando, na minha percepção, a crítica, na realidade, dirige-se *ao modelo de universidade*, esse que nos oprime, esse que nos objetifica, esse que nos rejeita, esse que esteriliza nosso pensamento, que inscreve um projeto de conhecimento antagônico à nossa existência e escamoteia a dominação e opressão por meio do conto da neutralidade: “Nem todo livro irmão, foi feito pra livra: depende da história contada e também de quem vai contar” (ElNiño, 2017).

Nosso “incômodo” é com a postura de pesquisadores “extrativistas” de conhecimento, que investigam pobres, muitas pesquisas que não se traduzem em mudanças

nas vidas das/os pesquisados, mas geram benefícios para os pesquisadores, às custas da expropriação do nosso conhecimento, que aderem a este modelo de universidade sem questioná-lo, mantendo-se uma estrutura desigual. Criolo já versou que “Cientista Social, Casas Bahia e tragédia, gosta de favelado mais que nutella” (CRIOLO, 2011).

A sujeição a esse modelo de universidade contribuiu para que ao longo do tempo a ideia de intelectuais, pesquisadores e universidades fosse, de certa forma, rechaçados nos RAPs – embora o Hip Hop faça um apelo ao conhecimento, sendo esse, inclusive, um de seus elementos, afinal, sabemos que não é exatamente na universidade/livros que existe conhecimento. Ao mesmo tempo, sabendo-se que o ensino superior pode possibilitar ascensão social também houve um maior apelo para que periféricas/os adentrem às universidades públicas e privadas, disputando tal modelo.

Essas mudanças que vão desde a nossa ausência, passando pela sujeição, acesso, disputa e transformação deste lugar também pode ser percebida num conjunto de RAPs que possuem versos falando sobre sobre periferias/periféricos e universidades.

“Capítulo 4, Versículo 3” dos Racionais MC’s; “Coração de Mãe”, do Face da Morte; “À quem possa interessar”, de Kamau; “Pedagoginga”, do gigante Thiago ElNiño; “Cota não é esmola”, de Bia Ferreira; “A volta pra casa”, de Rincon Sapiência; “À Propósito”, de Rashid, Kamau e SPvic; e “Ismália” e “AmarElo” de Emicida, são alguns sons que, somados à minha própria inserção como *sujeita periférica* no contexto universitário, disparam, suportam e expressam muitas das reflexões que compartilho por aqui.



E para que você não fique de *chapéu atolado* e possa seguir nos ouvindo organizei uma playlist lá no youtube com esses sons. Escaneie o QR Code para escutar *nós por nós* mesmos ou acesse aqui: <https://bit.ly/2THqcSp>.

Valeu!

Referências:

CRIOLO. *Sucrilhos*. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EObuy3kTA5w>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2013.

ELNIÑO, Thiago. **Pedagógica**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lEM-zYi7hcs> . Acesso em 29 de outubro de 2020.

MEC. **EDITAL No 9**. Programa de Educação Tutorial – PET. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7140-edital-pet2010-novosgrupos&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 29 de outubro de 2020.

PET EDUCAÇÃO POPULAR. **Conheça o PET**. Disponível em: <http://educacao-popular.blogspot.com/p/nossa-historia.htm> . Acesso em 29 de outubro de 2020

RACIONAIS MC's. **Capítulo 4, Versículo 3**. 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TITRneC6jLU> . Acesso em 29 de outubro de 2020.

UNIFESP. **Processo Seletivo de Estudantes**. Edital no 12 de 2018. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/Editais/AbdiasNasc_edital12/Edital_2018_12_Alunos . Acesso em 29 de outubro de 2020.



Núcleo de Direito à Cidade: memórias coletivas de uma extensão popular

*Núcleo de Direito à Cidade,
Alice Maria Gallian Augusto, Alicia Santos Soares, Bruna Neri Cardoso Brandão,
Bruno Lescher Facciolla, Eduardo Abramowicz Santos, Geovanna Sales,
Gianluca Biagini, Gustavo Soares Formenti, Leticia Sarmento Kleim,
Luis Filipe P. F. Oliveira, Maria Gabriela F. N. de Moraes, Maria Luísa Pardo Lopes,
Mariana Costa O. Morais, Marianna Haug, Tales Fontana Siqueira Cunha e Walquíria
de Paula Fernandes da Silva.*

1 Introdução: Panorama sobre o Núcleo de Direito à Cidade

O Núcleo de Direito à Cidade (NDC) é uma extensão universitária popular freireana¹³, vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e aberta à participação externa, que atua principalmente com as pautas do direito à moradia e à cidade. As principais frentes de atuação do NDC são (i) acompanhamento de três processos judiciais de usucapião coletiva envolvendo aproximadamente 300 casas em Paraisópolis (SP); e (ii) atuação política junto à União em Defesa das Moradias e Melhorias das Comunidades do Estado de São Paulo (UDMC), movimento social de base formado por moradores de Paraisópolis. O NDC existe desde 2003; a princípio, com o objetivo de encabeçar o projeto de regularização fundiária em Paraisópolis, e ao longo do tempo transbordou sua atuação para além dessa tarefa inicial. Como o grupo é uma organização aberta e horizontal, optamos por escrever o texto a partir de um diálogo entre diversas gerações de integrantes da extensão, compartilhando análises, experiências e memórias coletivamente.

¹³ Pautado pela estratégia da educação popular de Paulo Freire.



14

2 Organização do grupo

Henri Lefebvre:¹⁵ O NDC é uma extensão popular independente e horizontal composta principalmente por estudantes e que funciona há cerca de quinze anos. Quais são as diferenças da organização do NDC em relação a outros grupos (de dentro e de fora da Faculdade de Direito¹⁶) que o possibilitam ser o que é até hoje? O que não existe em muitas organizações - e está presente no NDC - é o enraizamento em projetos muito bem consolidados; e o objetivo de pautá-los pela perspectiva da extensão popular como um acordo mínimo entre as integrantes¹⁷, mesmo quando há divergências.

Milton Santos: As primeiras coisas que me chamaram a atenção no NDC foram a estrutura horizontal e o fato de as decisões serem coletivas. Eu tinha passado por experiências em outras organizações em que não sabia exatamente tudo o que estava acontecendo, pela existência de conversas paralelas e tomada de decisões em outras instâncias. No NDC todas as decisões eram tomadas em reunião ou por e-mail coletivamente. Por mais que tivessem divergências no grupo, nós tratávamos isso em conjunto, tentando chegar sempre a um consenso, o que funcionava muito bem na prática.

¹⁴ Foto tirada em dezembro de 2019 junto ao movimento social UDMC em Paraisópolis.

¹⁵ Como muitas das falas não são atribuídas a uma só pessoa, mas mesclas e construções coletivas, substituímos nossos nomes por nomes de autoras/es que são importantes referenciais teóricos para as formações do grupo.

¹⁶ Ao longo do artigo, menções à “Faculdade de Direito” ou à “Faculdade”, de maneira geral, são especificamente à Faculdade de Direito da USP.

¹⁷ No transcorrer do artigo, optamos pelo uso do feminino universal para tratar das integrantes do grupo em razão da preferência por uma linguagem mais inclusiva.

E isso tem a ver com o fato de ser um grupo muito orgânico: temos reunião toda semana; há uma organização interna coesa, em que sempre discutimos nossa linha antes de nos posicionar; e temos a disposição de acolher e atualizar as pessoas novas, já que é um grupo que passa por constantes mudanças, por ser aberto. O fato de ter formações contínuas, além da prática, fazia com que lidássemos bem com as divergências - que eram bem-vindas, e a partir de discussões sobre elas, chegávamos a sínteses. As imersões¹⁸ também são muito importantes para o grupo, porque sempre tivemos espaços reservados para balanço e planejamento das estratégias de atuação do grupo e da nossa estrutura. A construção desse consenso não busca uma concordância vazia nas propostas para evitar divergências internas ou alcançar um meio-termo entre opiniões distintas, mas permite a ponderação de opções por meio do diálogo, podendo até gerar decisões mais radicalizadas em comparação às obtidas pelo voto (isto é, se fossem simplesmente decididas pela maioria). Discutíamos como chegar a esses consensos em espaços fora da reunião, até mesmo quando tínhamos de resolver algo rápido por Whatsapp, pensando que todas essas questões relativas à boa organização sempre eram um objetivo dentro do grupo.

Paulo Freire: Uma característica muito importante do NDC como extensão é que o grupo entende que sua organização não é neutra, mas política por si só. Por ser uma proposta de extensão popular, o grupo também é voltado à formação de militantes em razão de nossa estrutura de organização, apesar de não ser vinculado especificamente a nenhum grupo político. Defendemos nossas pautas políticas e, para além desse contexto de atuação prática específica que tínhamos como proposta geral - a questão da usucapião coletiva - conseguimos lutar e nos aliar a movimentos sociais dentro de Paraisópolis, entendendo nosso papel de forma diferente da organização em formato institucional que as extensões da Faculdade de Direito geralmente apresentam.

Raquel Rolnik: Olhando para algumas outras experiências de extensões das quais eu participei, assim como Santos¹⁹, eu vejo que várias delas têm diretorias, coordenações, e outros órgãos de poder que, por eu não participar, me traziam uma sensação de falta de pertencimento real ao projeto. Isso mudou quando entrei no NDC, pois senti que, com a horizontalidade, estava construindo algo ativamente e que minhas opiniões e ideias eram

¹⁸ Reuniões semestrais em que o grupo passava um fim de semana inteiro junto para fazer uma análise dos últimos seis meses, planejamento do próximo semestre e confraternização.

¹⁹ Idem, nomes fictícios com base em autoras/es que o grupo tem por referência.

acolhidas. Em muitas dessas extensões, as integrantes acabam servindo como mão-de-obra para que o grupo continue funcionando, mas sem ter voz ativa para definir projetos que o grupo realizará.

Vera Telles: A horizontalidade “convida” as pessoas a integrarem e a permanecerem no NDC. Nessa estrutura, todas as opiniões devem ser ouvidas e respeitadas para que se tome uma decisão em conjunto. Constrói-se um espaço confortável para integrantes dizerem o que pensam sem medo de serem menosprezadas, o que gera uma sensação de auto-pertencimento e confiança de que suas manifestações são de fato importantes para a construção do grupo. Para além da esfera individual, as integrantes tendem a se relacionar de maneira muito sincera umas com as outras para que a horizontalidade funcione, por isso, o grupo acaba se mantendo unido por esse laço de confiança e amizade criado.



20

Augusto Boal: Falando especificamente sobre a estrutura das reuniões, a primeira parte geralmente consiste na formação. Para mim, o diferencial do NDC é o fato de o grupo abordar nessas formações temas sobre a função das universidades públicas, o que é extensão

²⁰ Reunião aberta do NDC realizada na Faculdade de Direito da USP junto com estudantes de duas escolas municipais em Paraisópolis que ocuparam as escolas no movimento estudantil de 2015 contra a reestruturação escolar.

popular e como se organizar horizontalmente. E é importante lembrar que somos uma das poucas extensões dentro da Faculdade de Direito que ainda faz formação, ou seja, discute esses temas. Após esses debates e a partir deles, atuamos em nossas pautas referentes aos processos de usucapião coletiva e também políticas, seja da faculdade ou de Paraisópolis. No final, elencamos nossas tarefas, deixando livre para cada membro escolher a que poderia ficar responsável de acordo com suas preferências e com a sua rotina. Geralmente, pessoas que nunca estiveram em uma organização horizontal se sentem acuadas de se responsabilizar por uma tarefa no primeiro momento, mas o grupo sempre incentivava a divisão de tarefas com alguém que já está há mais tempo no NDC para a pessoa ir se acostumando.

Além disso, o fato de a reunião começar com uma formação e a prática dos projetos ser discutida depois faz com que a formação oriente a prática e vice-versa. Ademais, pelo fato de termos formações constantes e permanentes, recebemos sempre pessoas de fora que se interessam por elas. Como o grupo é aberto, isso nunca foi um problema, pelo contrário: o NDC está sempre se atualizando, formando e acolhendo novos debates. Essa indissociabilidade entre teoria e prática nos influencia bastante.

Flávio Villaça: Não achávamos que ser um grupo horizontal por si só já seria suficiente para resolver os problemas. Sempre tivemos grande preocupação em relação à efetividade da horizontalidade e da tomada de decisões coletivas. Essa estrutura só deu certo - e o fato de estar acontecendo esse encontro para resgatar a memória do grupo é um exemplo disso - porque as reuniões semanais se mantiveram e pela relação muito forte com Paraisópolis desde o princípio. Isso se difere de outras organizações da Faculdade, que primeiro criam o grupo e depois buscam movimentos para se relacionar e projetos para realizar.

Sérgio Ferro: O que o Villaça falou me lembrou de uma questão: esse modelo de horizontalidade e voluntariedade nas tarefas nos trouxe algumas dificuldades, porque existem tarefas que são mais simples, e você não precisa de um conhecimento acumulado para desenvolver, mas também existem tarefas mais complexas. Nos colocamos à disposição das pessoas para que elas se incorporem a novas tarefas e se juntem a outras integrantes para realizarem as mais complicadas, de modo que todo mundo possa participar. Ainda assim, é comum que alguns indivíduos fiquem especializados em determinadas tarefas. Por exemplo: quando tivemos muitos andamentos processuais, com a sentença e apelação da usucapião coletiva, havia tarefas mais jurídicas que acabaram se concentrando em algumas pessoas, até

por uma questão de que as integrantes estavam em diferentes momentos da graduação. Há outras tarefas, no entanto, que ficam com a “cara” de algumas pessoas, e elas se tornam referência nesta pauta. Essa questão é um de nossos cuidados e uma discussão recorrente.

O que já discutimos coletivamente sobre isso é que ocorre de as pessoas ficarem acomodadas com essa situação, de não saberem realizar algumas tarefas e precisarem que alguém as ensine. Porém, o que tem que acontecer é justamente o contrário: não depositar mais uma tarefa de ensinar naquela pessoa que já está sobrecarregada. As outras integrantes, percebendo isso, têm de se colocar à disposição e buscar aprender a resolver alguma questão que estava acumulada.

Pelo fato de a organização do grupo ter um sentido político, é fundamental para a própria existência do grupo, como prioridade e responsabilidade, manter a estrutura horizontal como um limite e um parâmetro para as tarefas e os projetos que desenvolvemos. Isso também acaba criando uma cultura dentro do grupo de estimular e valorizar a organização, que vai sendo passada para as próximas gerações de forma orgânica. As novas integrantes vão incorporando essas práticas por meio da vivência, não sendo algo que precise ser ensinado de forma tradicional ou formal.

Boal: Exatamente, Ferro! Na época em que eu participava ativamente, as tarefas burocráticas acabavam recaindo mais sobre as mulheres do grupo, então buscávamos realizar reuniões internas entre as mulheres e depois levar esses apontamentos e reclamações para o grupo inteiro. Assim, colocávamos em pauta essa questão de gênero e discutíamos como poderíamos melhorar.

Vera Telles: Sim, um ponto negativo da organização horizontal para o NDC é justamente a dificuldade de realizar algumas tarefas. Há épocas em que muitas delas ficam paralisadas porque ninguém se voluntaria a trabalhar nelas, ou porque a pessoa responsável por ela está com problemas, algo que não acontece em estruturas hierarquizadas, já que o indivíduo é *obrigado* a fazê-la. Geralmente, essas questões são debatidas em nossas imersões e resolvidas com o engajamento de todos.

Telles: Sobre esses dois pontos, queria trazer uma perspectiva do que vem ocorrendo hoje no grupo. A primeira consideração é sobre a especialização de tarefas, algo que acontece até hoje. O segundo ponto é sobre a divisão de tarefas por gênero e a concentração delas nas

mulheres do grupo, questão que era muito debatida quando eu entrei no NDC. Após a implementação de algumas diretrizes, acredito que esse problema não seja mais latente. O que eu enxergo hoje é uma concentração de tarefas por “gerações”: os mais velhos ficam com as tarefas mais “difíceis”, que necessitam de mais tempo e envolvimento com outras pessoas para serem realizadas, como a atuação política junto à UDMC; e os mais novos ficam com as tarefas que não demandam um grande acúmulo de experiências prévias, como a relatoria²¹ dos textos para as formações. Acredito que isso esteja ocorrendo principalmente pela dificuldade de comunicação com as novas integrantes do grupo durante a pandemia, e pela falta de contato com Paraisópolis. Apesar disso, também precisamos pensar em como fazer uma transição melhor das gerações mais velhas para as mais novas no futuro.

Camila C. N. Dias: Além de reconhecer as críticas para revermos os nossos próprios desafios como extensão que visa fazer uma ponte com a comunidade, buscando manter e difundir o caráter horizontal, é necessário pontuar que o diálogo aberto traz uma maior diversidade de opiniões. Um dos diferenciais nisso é a possibilidade de haver integrantes de outras universidades ou que não necessariamente estejam na universidade, mas que se interessem pela temática e se envolvem e contribuem para a construção do projeto, permitindo uma visão interdisciplinar - mesmo que isso não tenha ocorrido de maneira recorrente na história do NDC. Às vezes, ficamos voltados às questões jurídicas e impregnados com a linguagem do Direito, de modo que a abertura do grupo ajuda a ampliar a perspectiva para além desse campo, gerando um caráter acolhedor e a possibilidade de mais pessoas se integrarem ao projeto.

Santos: Esse ponto é bem importante, o fato de o grupo ser aberto para qualquer pessoa participar de qualquer reunião, a qualquer hora, é muito interessante. No senso comum, relacionam a horizontalidade à falta de estrutura ou falta de organização, mas na verdade tínhamos muito mais trabalho de sempre estar repensando a estrutura e criticando o acúmulo de tarefas do que se tivéssemos uma estrutura posta, em que você tem um determinado cargo para desempenhar certa função. Dá muito trabalho manter uma estrutura horizontal, só que isso faz toda a diferença e permeia toda a estratégia do grupo.

²¹ Exposição dos principais pontos do texto discutido na seção de formação nas reuniões do NDC.

David Harvey: Seguindo essa questão de sermos um grupo aberto, um diferencial muito importante é o impacto da falta de processo seletivo e da voluntariedade das integrantes. Como as reuniões são abertas, qualquer pessoa pode participar para, em um primeiro momento, conhecer os projetos e os temas discutidos, e depois de fato decidir se aquilo a interessa ou não. Portanto, quem integra o grupo o faz de forma voluntária, porque realmente querem ajudar a construir a causa e realizar as tarefas necessárias. E, a partir do momento em que não podem mais integrar o NDC, por qualquer motivo, podem sair, diferentemente de outras entidades e extensões²², em que após ser aprovado no processo seletivo, mesmo se descobrir que não gosta realmente do grupo, às vezes não pode sair, pois precisa cumprir um período determinado. Isso é muito desgastante tanto para a pessoa quanto para as outras integrantes, porque essa pessoa não está mais motivada a realizar as tarefas, nem a participar das reuniões.

Ainda, o fato de não ter processo seletivo também atrai muitos alunos da faculdade, porque existe um acolhimento ali. Hoje, na Faculdade de Direito, existem muitas extensões, mas para você entrar deve fazer um processo seletivo muito extenso, e chegam até a ser mais competitivas que vagas de estágio em escritórios de advocacia. Porém, quando você recebe uma resposta negativa de uma extensão, passa-se uma imagem de que você não serve para aquele projeto, o que desestimula muito a prestar o processo seletivo de novo ou até mesmo a se engajar em outra entidade. Nesse ponto, eu acho que o NDC está muito à frente.

Evgeny Pachukanis: Atualmente, a Faculdade de Direito está passando por um momento único, que é o ingresso de mais alunos negros e pobres na faculdade, por conta do aumento das cotas no vestibular. A não exigência de um processo seletivo e a relação horizontal são pontos diferenciais do NDC, porque acabam acolhendo os alunos. Falando por experiência própria, é muito complicado entrar na faculdade e perceber que há diversas entidades que exercem funções interessantes mas exigem um processo seletivo, no qual é preciso ter um currículo e fazer entrevistas, que parecem até entrevistas de escritório, como o Harvey bem apontou. Isso é um pouco assustador para o aluno que acabou de chegar na Faculdade de Direito - o que é uma conquista por si - e, quando ele não consegue entrar nas entidades, acaba se sentindo excluído da faculdade. O NDC tem um papel importante nesse sentido, e também acho interessante que a gente continue com essa estrutura, porque futuramente as

²² Pontuamos que, até o momento (outubro/2020) dentro da FDUSP, embora poucas, há outras extensões populares, como o Serviço de Assistência Jurídica (SAJU), este que também se organiza a partir das premissas de Paulo Freire.

entidades vão ter que repensar as suas próprias estruturas para fazerem os alunos se sentirem acolhidos e, principalmente, fazerem com que eles tenham a oportunidade de serem ouvidos.

Freire: A abertura do grupo também é muito importante por estimular que as pessoas consigam participar. Nós queremos o modelo de educação popular e que ela seja viável para todos. Além de questões como voluntariedade das tarefas - em que uma pessoa que esteja em uma semana difícil, seja por qualquer motivo, é possibilitada de participar sem se sobrecarregar -, a relatoria dos textos de formação também desempenha um papel muito importante nesse sentido. Também é o caso das funções da pauta e da ata²³, realizadas pelas integrantes, porque estruturamos a nossa reunião com base na primeira, enquanto a segunda é elaborada no mesmo momento em que está acontecendo a reunião. Sabemos como as demandas do curso podem ter um peso muito grande às vezes, e eu acredito que tais medidas auxiliam para que todos estejamos sempre a par do que acontece no grupo. Assim, é possível para todas, mesmo que não disponham de um tempo ao longo da semana para as leituras, ou mesmo que não consigam comparecer na reunião, estar a par dos temas e das discussões, para que façamos discussões sempre em pé de igualdade.

Dias: Pegando um gancho da última fala, um ponto positivo do NDC é que sempre tentamos guardar esses documentos com muito cuidado. A própria cultura de cultivar a memória do NDC vem também através do arquivamento das atas e do ato de consultá-las. Isso pode parecer simples, mas faz parte do movimento de respeitar o pensamento das gerações passadas e de se apropriar desse conhecimento trocado e registrado.

Além disso, é nítido que a gente se organiza através de um modelo freireano de extensão popular, se apropriando dos saberes de Paulo Freire sobre educação popular. Nesse sentido, nossa organização traduz nossas ideias políticas de que todos os conhecimentos são válidos e as decisões são construídas por meio do diálogo. Diferentemente de muitas extensões que entendem a forma organizativa como neutra, isto é, como se a própria organização da extensão não carregasse uma concepção política e ideológica por si só.

²³ “Pauta” do elenco prévio dos temas a serem debatidos em cada reunião e “ata” se trata do registro das reuniões.



24

3 Objetivos do grupo

Telles: Como já conversamos, os objetivos do NDC estão intrinsecamente relacionados com o nosso modelo de organização interna e de extensão. Um deles é manter uma relação e uma troca de experiências horizontal entre as integrantes e com as pessoas de fora, com as quais construímos nossos projetos, como a UDMC e os moradores da quadra²⁵ da usucapião coletiva. Tentamos não atuar de maneira impositiva e puramente assistencialista²⁶, mas com base no diálogo para compreender a situação de Paraisópolis sob o olhar de quem mora lá. O objetivo é construir um projeto de forma conjunta, em que todos se sintam importantes para sua estruturação, diferentemente de outras entidades que sofrem da “síndrome do salvador”, acreditando que somente elas sabem como resolver os problemas da comunidade, impondo projetos sem o mínimo de diálogo ou construção coletiva.

²⁴ Imersão do grupo do primeiro semestre de 2019.

²⁵ Por “quadra” entende-se os territórios, em sua maioria, grandes quarteirões, que estão incluídos no âmbito dos processos de usucapião coletiva dos quais o Núcleo de Direito à Cidade é responsável.

²⁶ Pressupõe-se uma dicotomia entre “assessoria” e “assistência”. Para saber mais conferir: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro Cruz. Extensão popular: a reinvenção da universidade. In: “Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência” / Eymard Mourão Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz, organizadores. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011., p. 41-62.

Freire: É muito importante isso que a Telles falou, porque já somos, por si só, uma organização política. Com os preceitos políticos básicos da nossa estrutura organizacional, não tínhamos como levar a prática de uma forma diferente do que construir um projeto conjunto dos moradores no contexto das ações de usucapião em Paraisópolis. E, além disso, também houve uma opção pela modalidade coletiva, e não individual, que, apesar de não ter sido totalmente acolhida, mostra a intenção do grupo de tentar construir a luta de uma forma popular, principalmente em conjunto com os moradores da região.

Houve uma reunião específica, acredito que em 2019, em que eu me lembro muito de discutirmos a problemática de hierarquização do conhecimento e a sua incidência na atuação prática. Nós temos de nos apropriar de alguns conceitos acadêmicos, e tentar levá-los para a realidade de uma forma consciente, sabendo que a teoria por si só não basta. O conhecimento popular e dos moradores de Paraisópolis sobre o local e sua dinâmica, por exemplo, é uma proposta muito importante, e que é constantemente pautada dentro do grupo.

Dias: Se tentarmos sintetizar quais são os objetivos que temos enquanto extensão, dá para fazer uma separação didática - que na prática se confunde - entre nossa atuação dentro e fora da universidade. Na nossa atuação externa, tendo em vista que historicamente atuamos nos processos de usucapião coletiva, parte dos nossos objetivos é garantir que as pessoas não sofram remoções, além de compor uma luta ampla por moradia digna de movimentos sociais, partidos, indivíduos e moradores. Dentro da universidade, é a luta por uma universidade popular, que não só saiba levar os seus conhecimentos para fora de seus muros, mas que, de fato, esses muros deixem de existir. Nesse sentido, buscamos atuar de maneira não assistencialista, uma vez que nosso horizonte é o de um futuro em que nossa atuação e os processos de usucapião coletiva não precisem existir. Não é uma atuação para que os problemas se mantenham ou em uma “atividade salvadora de afirmação do próprio ego das integrantes”: é lutar em conjunto com outros movimentos para que a nossa luta um dia seja desnecessária, e que as pessoas tenham autonomia sobre a resolução de seus problemas.

Rolnik: Falando como alguém que entrou recentemente no NDC, acho que o relato das integrantes mais velhas evidencia a insuficiência do Direito. O NDC surge com o propósito de cuidar de uma ação de usucapião coletiva, mas depois de anos percebe que é muito difícil encaixar o direito com a realidade prática. Foi se construindo, assim, uma visão crítica do

Direito e do direito à cidade, e se caminhando para uma construção conjunta de conhecimento.

Maricato: No sentido do que a Rolnik falou, de que as integrantes mais antigas têm uma sensação de insuficiência do direito, isso está relacionado com o momento do processo judicial que nós vivenciamos quando lemos a sentença. Eram inúmeros os problemas com os quais tivemos que lidar porque a sentença, nos moldes como foi prolatada, não garantia de fato o direito à moradia aos moradores da quadra. E essa sensação de insuficiência veio quando tentamos buscar soluções para esses problemas dentro do campo jurídico e percebemos que a usucapião coletiva tinha inúmeras limitações. Diante dessas limitações, revimos o objetivo do grupo, mas, de todo modo, para nós era nítido que, embora a usucapião coletiva trouxesse inúmeros óbices para o acesso à moradia, naquele momento, ela seria a forma mais plausível de garanti-lo.

Villaça: Fiquei pensando em algo anedótico que aconteceu comigo na Faculdade que para mim sintetiza essa questão: eu tava assistindo à aula de direito civil quando recebi uma mensagem dizendo que alguém de Paraisópolis estava na Faculdade desesperado pedindo para chamar nós do NDC. Esses moradores eram da quadra na frente da que nós atuamos, onde originalmente existia um projeto de regularização fundiária sob responsabilidade de outra entidade, e que estava sofrendo ameaça de reintegração de posse.

Eu levei a decisão que autorizava a reintegração para o professor da minha aula de Direito Civil para perguntar o que poderíamos fazer e ele mal soube me responder: somente disse que se poderia entrar com embargos de terceiros. Foi uma resposta que claramente não se conectava com absolutamente nada naquela situação e foi nesse momento que ficou claro para mim o quão importante era o que o NDC fazia e como esses professores não estavam conscientes da realidade social brasileira.

Lefebvre: Seria cômico se não fosse trágico, Villaça! E por mais que a atuação do NDC tenha sempre tentado ser interdisciplinar, ainda era muito pautada pelo Direito – na Faculdade, no local das reuniões, na proporção das integrantes – e ao longo dos anos fomos construindo uma compreensão de como a forma jurídica e as instituições nos alienam dos problemas, como a questão da usucapião. Há quinze anos, foi protocolado o processo envolvendo trezentas famílias que só sabiam do andamento processual através do nosso contato - o que envolveu uma série de problemas ao longo do tempo - e era difícil explicar o

que estava acontecendo no caso, porque o processo era alheio aos problemas sociais concretos. Foi muito importante a organização do grupo sempre estar voltada a mitigar esse problema, consciente da estrutura do Direito e da impossibilidade de mudá-la com nossa atuação, mas tentando construir as pautas em conjunto com a quadra da usucapião coletiva e com a UDMC. Essa pretensão de horizontalidade tentando superar a alienação do Direito é diferente de outros projetos de extensão e de outras organizações que tratam de Direitos Humanos em geral, e está intimamente ligada com o nosso horizonte político de conectar teoria e prática.



27

Ferro: Sobre a constante crítica realizada, não temos aqui ninguém que estava quando o grupo foi criado para mencionar as dificuldades iniciais, mas queria trazer a reflexão de como a formação do grupo em torno do processo de usucapião coletiva trouxe dificuldades para que esses objetivos, pontuados anteriormente, fossem efetivados na prática, não é mesmo? É um projeto que veio da Prefeitura, seguindo a expectativa da sociedade civil de aplicação dos instrumentos de urbanização criados pelo recém promulgado Estatuto da Cidade²⁸. Apesar dos esforços de construir uma relação com os moradores da quadra, por meio de reuniões para a criação de uma associação representativa deles, a demanda não partiu da comunidade

²⁷ Participação do NDC no ato de abril de 2017 pela greve geral.

²⁸ Em 2003, a prefeita Marta Suplicy (PT), firmou convênios com diversas entidades como OAB, Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, Centro Acadêmico 22 de Agosto da Faculdade de Direito da PUC e Centro Acadêmico João Mendes da Faculdade de Direito do Mackenzie com vista a regularizar a situação fundiária dos moradores de algumas quadras centrais de Paraisópolis através de processos de Usucapião Coletiva Urbana, modalidade então recém regulamentada pelo PDE/2002. Tais convênios foram revogados na gestão seguinte da Prefeitura de São Paulo, encabeçada por José Serra (PSDB). O Núcleo de Direito à Cidade da FDUSP foi o único grupo a dar continuidade à proposta de regularização fundiária, contando com apoio do Centro Acadêmico XI de Agosto e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo.

para a universidade. Com isso, o NDC teve a preocupação de que o projeto respeitasse as vontades dos moradores, além das dificuldades de construir um processo judicial coletivo, já que o judiciário brasileiro nunca o enfrentou em uma favela nesses moldes. Por outro lado, é importante a nossa parceria com essas pessoas, porque elas são a todo momento interpeladas pela burocracia, pelos entraves jurídicos, e nós vemos como isso se torna um problema muito grande, e que nossa atuação, mesmo limitada, pode colaborar para resolver.

Outro ponto também é a importância da universidade pública para a manutenção do projeto. As faculdades privadas o deixaram após o término do convênio com a Prefeitura, sendo possível somente o NDC continuar em razão do financiamento do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito e dos programas de bolsas da USP, o que evidencia como a universidade precisa estar comprometida também com o financiamento da extensão popular.

Santos: O financiamento é bem importante mesmo, porque parte da autonomia do grupo e da liberdade de escolher as pautas e estratégias está ligada à nossa independência financeira, que foi possível graças à universidade pública.

É muito curioso ver como o grupo mudou. O grupo surgiu de um processo da Prefeitura, quase como um laboratório da usucapião coletiva para inaugurar essa ferramenta aqui em São Paulo, e ao longo do tempo isso foi questionado, assim como as decisões antigas das integrantes. Se no começo o NDC ainda tinha uma visão até mais idealizada de como aplicar a usucapião coletiva, pensando principalmente que seria uma propriedade coletiva, depois fomos esbarrando nas próprias limitações provocadas pelo Direito.

Se antes havia uma visão mais idealista do Direito, depois passamos a pensar estrategicamente em como evitar a reintegração de posse. Se abandonássemos o processo, as pessoas poderiam perder as casas, sofrer reintegração ou ter a moradia registrada no nome de outras pessoas. Essa visão estratégica veio de pensar essa questão para além do Direito, ampliando para outras articulações políticas como estar no Comitê Popular da Copa contra as reintegrações da Copa do Mundo, nas greves, na Jornada pela Moradia Digna²⁹, etc. Então, para além do resultado da sentença, é preciso olhar para isso como um exercício de criatividade política para pensar fora das imposições do Direito.

²⁹ Espaço de articulação formado por entidades, órgãos públicos e movimentos sociais comprometidos com questões urbanas relacionadas ao acesso à moradia e à cidade, organizado pela Defensoria Pública de São Paulo.

Boal: Um dos objetivos do grupo também é discutir politicamente a pauta de direito à cidade, e esse tema se relaciona muito com a nossa Faculdade, que se localiza no centro de São Paulo. Vira e mexe os alunos lá discutem sobre a segurança do local, por conta dos relatos de assaltos, e algumas das sugestões são colocar câmeras e catracas na faculdade, além de um maior policiamento. O NDC sempre levanta a discussão do que essas soluções implicam para uma universidade pública e também no centro, local de grande desigualdade.

Karl Marx: Atualmente dependemos muito da UDMC para ter informações de Paraisópolis, o que é um problema, porque a UDMC é composta por pessoas mais velhas, e isso faz um recorte muito grande do ponto de vista da organização sobre os problemas e possíveis soluções da comunidade. Acho que um desafio bacana do NDC é justamente conseguir alinhar um contato com a população mais jovem da comunidade, pois essa certamente possui outra forma de observar e pensar os problemas práticos dos moradores. E fazendo também uma ponte com o próximo tópico, sobre as interseções entre atuação e a organização do grupo, entendo que o NDC funciona em meio a desafios constantes, na organização interna e na atuação externa: o desafio de mantermos o grupo ativo, por ser aberto e voluntário; o desafio de conseguirmos transmitir diversos conteúdos ao longo das gerações; e essa crítica já mencionada sobre o desmonte da universidade pública. Ao mesmo tempo, esses desafios também se refletem na comunidade, pela rotatividade de integrantes e de moradores, gerando uma dificuldade na criação de vínculos e na manutenção dos moradores como protagonistas do próprio processo e por meio de uma construção coletiva. Por isso, o grupo é um desafio por tratarmos de problemas estruturais e históricos, trazendo também questões atuais e, apesar das diferenças entre como nós atuamos dentro e fora da universidade, elas se interseccionam, porque seguimos na tentativa de continuarmos criticando e buscando a transformação do que está vigente.

4 Interseções entre organização e atuação do grupo

Ferro: Um desafio da nossa organização, na intersecção com a atuação especificamente em Paraisópolis, é o fato de a nossa relação ser com pessoas que estão fora do circuito da Universidade e que não sabem o que é uma extensão universitária, muito menos popular e horizontal. Por exemplo, quando entra algum membro novo na UDMC e nós precisamos nos apresentar, pode acontecer uma confusão de pensarem que nós somos estagiários da

Faculdade. Acredito que a saída é através da troca de experiência e da honestidade quanto a nossa atuação.

Com relação à quadra em que houve o processo de usucapião coletiva, vivemos uma dificuldade maior ainda, pela importância do processo para a vida deles e que, por conta do distanciamento que existe do judiciário, nós representamos o máximo de contato que eles têm com essa esfera.

A saída nesse caso é também mostrar a nossa constância e preocupação, mesmo com as mudanças que ocorrem no grupo por se tratar de estudantes que têm um ciclo de formação, e que estamos amparados por profissionais. Apesar de a nossa tarefa ser complicada, de bater nas portas e pedir os dados e documentos pessoais dos moradores para a atualização do processo, procuramos fazer isso nos mostrando abertos ao diálogo, à convivência e à construção de uma relação de confiança, estando presentes sempre que possível; uma construção que foi se dando com o tempo, até que hoje, quando chegamos, falamos que somos o pessoal da usucapião e somos bem recebidos.

Harvey: De início, como Ferro falou, quem representava a quadra no processo era uma associação “fictícia” dos moradores³⁰, e eu lembro que a ideia era que conseguíssemos organizar a quadra nessa associação e que eles mesmos se apropriassem mais do processo do que nós. Isso foi uma dificuldade, por diversos motivos, como as barreiras do Direito, até porque o processo se estendeu por muito tempo, de forma que as pessoas da quadra mudaram.

Além disso, é importante falarmos sobre o fator da comunicação! O processo jurídico é algo alheio da realidade que eles vivem, tem uma linguagem totalmente diferente e não sei se conseguimos passar a importância e o que estava em jogo, no fim, o processo ficou mais nosso do que gostaríamos.

Lefebvre: Sabíamos que a sentença seria uma vitória. Ela foi até divulgada no portal do Tribunal e em portais jurídicos como “Justiça concede usucapião coletiva para moradores de Paraisópolis³¹”, passando uma ideia de que o Judiciário teria feito tudo e concedido como presente, como se os moradores não tivessem travado uma luta de quase 15 anos. Na época,

³⁰ Antes do início do processo de usucapião coletiva, o NDC atuou junto dos moradores na constituição de uma associação que os representaria no processo, viabilizando o caráter coletivo do pedido.

³¹ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-out-27/justica-determina-usucapiao-especial-coletiva-paraisopolis>.

isso já nos pareceu desesperador, sabendo que o que conseguimos não era exatamente o que pedimos³² – e que mesmo o que pedimos estava apenas nos limites do Direito.

A visão que tivemos do processo nesse momento mais crítico, que foi também muito difícil para o grupo, foi da importância do enraizamento prévio que tínhamos construído com a UDMC e com a quadra, apesar das dificuldades que enfrentamos. O NDC, como grupo, esteve enraizado lá por muito tempo, e isso mudou muito a situação naquele momento, inclusive como seria a nossa atuação. Não era apenas um precedente para o grupo, e era até difícil de explicar para as pessoas que nos ajudaram na época que nosso objetivo não era chegar nos tribunais superiores e criar jurisprudência³³. O nosso enraizamento estava ligado ao objetivo de resolver aquela situação da melhor forma possível, e foi muito importante para determinar nossa atuação. Com a UDMC essa questão do enraizamento foi até mais importante, nunca foi uma questão continuarmos ou não o projeto, como acontece com outras extensões. Toda estrutura do grupo era voltada para isso, era a questão central.

Santos: Essa questão do enraizamento é essencial, porque sempre víamos muito criticamente quem fazia o chamado “favela tour” enquanto algo exótico, o que é muito problemático. Ter o enraizamento, as pessoas te conhecerem há muito tempo, construir essa confiança histórica, é essencial, porque nós entrávamos nas casas das pessoas, na intimidade da vida delas, e nisso esbarrávamos em outras questões para além da moradia, como casos de violência doméstica, pautas de guardas de criança, filhos presos e outras demandas que surgiam. Ver essas pautas articuladas foi importante para o caráter do grupo. Tendo em vista a rotatividade de ambos os lados, é impressionante ter conseguido manter essa confiança, porque às vezes uma outra pessoa do NDC ia na casa deles, um rosto novo. Isso foi possível graças a essa organicidade. Era assim em todos os espaços: se tinha alguma reunião fora do grupo e ia um representante do NDC, depois havia um repasse de tudo, todos ficavam a par do que aconteceu e alinhavam juntos, para que qualquer pessoa pudesse atuar em qualquer tarefa a qualquer momento, e isso é muito difícil, porque tem tarefas muito complexas. Nem o judiciário sabia bem como lidar com um caso nesses moldes, ninguém sabia com certeza como nos orientar; então dependíamos realmente de ter uma linha de atuação sólida no grupo.

³² A diferença entre o que foi pedido e o que foi concedido será melhor evidenciada adiante no texto.

³³ Termo jurídico para o conjunto de decisões judiciais que consolidam a interpretação de um mesmo tema.

E é difícil escrever um artigo sobre o que é o NDC porque é uma experiência múltipla de formação, de atuação política, de criação de afetos, amizades, confraternizações e construções coletivas.



34

Rolnik: Como foi lidar com uma das primeiras ações de usucapião coletiva no Brasil para o grupo? Considerando que muitos eram estudantes de segundo ano na época em que saíram as sentenças, surgiu a responsabilidade de estudar o direito processual e aplicar no caso, ou contaram com a ajuda de um advogado orientador?

Ferro: Acho que durante o percurso, além do momento crítico da proposição dos processos, teve um longo período em que as ações ficaram paradas, o que levou a um afastamento entre nós e os moradores durante esses 15 anos. Mas o processo teve um salto em que, de repente, bem no período da minha geração e de mais alguns que estão aqui, nós tivemos que escrever as alegações finais, um resumo do processo para a juíza utilizar como base para o julgamento e, finalmente com a sentença, foi necessário recorrer dessa decisão, com um recurso de apelação.

³⁴ Cadastro de moradores para regularização fundiária em Paraisópolis.

Essa foi a maior dificuldade, porque a sentença autorizou a usucapião, mas com um problema técnico muito grande, porque esta dizia que deveria ser registrada a propriedade em nome dos moradores listados na petição inicial, entre os anos de 2005 e 2008, que não representava de forma nenhuma as pessoas que moravam lá naquele momento, e que não representam também no momento atual. Tivemos de fazer um estudo de todas as possibilidades e argumentações que poderiam ser construídas a nosso favor para reformar a sentença. Não existia um conhecimento já consolidado, um manual para essa situação. Primeiro nos reunimos e escrevemos em um cartaz, todas as dúvidas e possibilidades em que pudemos pensar. E, a partir disso, procuramos opinião de outras pessoas, especialistas variados que pudessem contribuir, porque de fato essa resposta não estava pronta, e ela foi sendo construída coletivamente. Por isso foi muito bom que, enquanto grupo, ao longo do tempo construímos uma reputação e uma relação com outros especialistas, acadêmicos, profissionais e grupos da área; figuras a que pudemos recorrer neste momento difícil³⁵. Inclusive, não sei se minha fala acabou romantizando esse processo, porque na verdade não foi um processo tranquilo para ninguém.

Lefebvre: Uma questão importante aqui é a continuidade entre as gerações do grupo. Foi uma pessoa que esteve no NDC por muitos anos que nos alertou e auxiliou quando o momento mais crítico do processo chegou. Conseguimos construir uma solução coletiva baseada na nossa organização até com as integrantes do grupo e com outros agentes que nos ajudaram nesse momento, inclusive professores e outros coletivos.

Freire: Concordo com você, a coesão do grupo, construída ao longo desses 15 anos é muito importante! Em meu ano de calouro, muitas das integrantes antigas estavam em seu último ano de faculdade, e essa saída iminente fez com que precisássemos desenvolver uma relação muito forte com o processo em um período curto de tempo. Por conta disso, tivemos uma mobilização intensa para a construção e coesão de um grupo maior. A plenária de final de ano teve um balanço muito positivo, com a presença de muitas novas integrantes. E, na realidade, nunca existe um abandono total do grupo, há uma continuidade na relação com antigas integrantes que nos dão suporte em várias das questões. E é essa memória institucional, que

³⁵ Ressaltamos que, desde início, recebemos o acompanhamento de um advogado orientador, inclusive que facilitou nossa incorporação ao Departamento Jurídico XI de Agosto - fato importante para o direcionamento jurídico do processo. Até hoje (outubro/2020), firmamos tal parceria com o Departamento Jurídico.

estamos criando aqui hoje também, que faz com que exista um apoio mútuo do grupo, mesmo no que diz respeito a diferentes gerações.

Dias: Ao falar sobre a intersecção entre organização e atuação sempre acabamos falando também de maneira interna, como nós vemos essa intersecção, mas é importante pensar como nos veem. Há outras extensões muito burocratizadas que ficam chocadas quando sabem que o NDC existe há quase vinte anos de maneira funcional e com sucesso, ainda após conseguirmos a vitória do processo, com todas as suas limitações. Então é um exemplo de sucesso contra toda a maré: somos uma extensão popular no meio da Faculdade de Direito, organizada de forma horizontal, sem apoio da institucionalidade e que se pauta por princípios essencialmente políticos, sobrevivendo de repasses de verba pelo Centro Acadêmico e de bolsas da USP. Apesar de todos os saldos negativos e autocríticas que fazemos, é um grande orgulho ver que ainda existimos e com sucesso.

5 Balanços e Conclusão

Freire: Meu balanço talvez seja mais positivo do que negativo. Somos um grupo muito importante para a sobrevivência da Universidade Pública, e para o entendimento dessa noção de publicidade: para quem ela serve e em quais moldes ela vai se pautar. A nossa existência, como já falamos, é uma existência política, e o fato de estarmos presentes no meio de milhares de extensões burocráticas e institucionalizadas representa forte impacto na alternativa a esse modelo.

Mais especificamente sobre a minha experiência, o NDC foi um grupo indispensável na minha graduação até agora. Ele representou um divisor de águas, tanto positiva quanto negativamente. O grupo me trouxe diversas percepções que possibilitaram que eu me desiludisse com diversas teorias do Direito dentro da faculdade; mas ao mesmo tempo me mostrou um caminho possível de vislumbrar uma prática jurídica de construção coletiva e mais adequada à realidade. É uma formação bonita dentro dessa estrutura. Construímos laços com as integrantes de forma aberta, e nos permitimos nos identificar com as pautas que defendemos por meio desses vínculos.



36

Rolnik: Para concluir, eu queria apontar que o NDC faz uma escolha em relação ao seu modo de organização. Ele abre mão de burocracias que se pensa que uma extensão precisa para funcionar, e opta por um modelo horizontal que é muito mais acolhedor. Todos no grupo têm algum nível de autonomia para propor e participar de projetos, e isso tem um saldo muito positivo. Eu vejo outras extensões na faculdade que acabam tendo uma disputa política muito forte sobre quem vai gerir a extensão, e isso acaba afastando os próprios extensionistas que não conseguem chegar a esse “comando”. Ao contrário, o NDC cria um ambiente em que ninguém tem poder, e isso impacta também na relação de amizade do grupo. Existe um respeito sobre a opinião das diferentes integrantes, e isso acaba conduzindo a gente a sempre buscar uma participação coletiva na construção.

Marx: Acredito que lidamos bem com divergências no grupo, e ter o diálogo constante é muito importante, porque o NDC acaba sendo um trabalho de muitas mãos e diferentes experiências de vida, mesmo em um contexto da Faculdade de Direito, em que somente há duas extensões populares - NDC e SAJU. Por isso, temos muitos desafios pela frente, como dar continuidade a projetos populares para além dos processos de usucapião e continuar a propagar esse modelo de extensão dentro da universidade pública, mantendo nossa atuação e debates.

³⁶ Participação do NDC no Fórum de ATHIS de arquitetura e direito à cidade em maio de 2019.



37



38

Referências

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. São Paulo, Cosac Naify, 2013.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**.

³⁷ Reunião extraordinária do grupo em abril de 2017.

³⁸ Confraternização do grupo em maio de 2017.

Tese (doutorado) em sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Proj. Editores Associados, 2a. ed., 1982

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2006.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 2006.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Sundermann, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TELLES, Vera S.. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. Publicações Pólis, São Paulo, v. 14, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo. Global Editora, 1986.

Não somos loucas e louco: como o coletivo pode *ECOAR* nas pesquisas artísticas-acadêmicas

*André Bizerra; Anna Carolina Longano; Diane Boda; Marília Velardi; Nathália Bonilha Borzilo; Renata Frazão Matsuo*³⁹

Terceiro Sinal

Um dos espetáculos mais conhecidos do dramaturgo britânico William Shakespeare é *Hamlet*. Essa é uma daquelas peças que você pode nunca ter lido ou assistido à uma montagem, mas provavelmente você já ouviu e, talvez, tenha até pronunciado alguma de suas frases. Numa livre tradução, em *Hamlet* é proferida desde a famosa “ser ou não ser, eis a questão”, até aquela que afirma que há algo de podre no reino na Dinamarca, indicando que há mais de 500 anos governos estão relacionados à podridão (SHAKESPEARE, 2000).

Para este texto nos inspiramos nesse material artístico para iniciar nossa reflexão. Enquanto várias personagens acham que Hamlet, o príncipe da Dinamarca, enlouqueceu após a morte de seu pai, Polônio, personagem inteligente e de ética questionável, é implacável: pode-se até nomear de loucura a forma como Hamlet age, mas há, naquela loucura, muito método.

E é sobre isso que queremos falar neste texto. Sobre método. E sobre loucura, ou melhor, sobre considerarem loucura o que fazemos ou já termos sido consideradas loucas e louco, e o impacto do coletivo em nossas pesquisas acadêmicas-artísticas. Nós, cinco pessoas artistas e acadêmicas brasileiras, juntamente com nossa orientadora, queremos falar sobre o grupo de Estudos em Corpo e Arte (ECOAR), e como a valorização de nossas experiências e saberes impactam nossas pesquisas.

1 Prazer, nós somos o ECOAR

Gravação de um vídeo sobre o Ecoar. Marília olha para a câmera, sorri e, ao receber um sinal, começa a falar.

³⁹ Pesquisadoras e pesquisador do grupo de estudos ECOAR.

MARILIA: O ECOAR foi criado em meados de 2006 o objetivo de investigar questões que emergiram da minha atuação com o NUO-Ópera laboratório⁴⁰. Ao atuar com pessoas artistas e vivenciar as inquietudes das práticas e ações do grupo, estando vinculada à pós graduação na Universidade São Judas Tadeu, fundei o ECOAR, com o objetivo de incorporar as estudantes artistas do NUO-Ópera laboratório e possibilitar a construção de pesquisas acadêmicas relacionadas ao ofício artístico. Afinal, não é necessário escolher entre ser ou não ser artista, ser ou não ser acadêmica. É possível ser tudo - ou nada - disso. Em 2011, quando me tornei professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), fui instigada por duas alunas a retomar as atividades do ECOAR, trazendo para o curso de Ciências da Atividade Física reflexões sobre corpo e arte. O tempo passou e a casa mudou, mas a proposta do ECOAR continua fazendo sentido e sendo necessária para outras pessoas. Movendo-se com o coletivo que o forma, o ECOAR, buscando compreender as questões sobre corpo e arte, começou a centrar suas indagações sobre COMO FAZER investigações dessa natureza. E, há mais de 10 anos, diferentes artistas e acadêmicas formam um coletivo que questiona: como construímos pesquisas acadêmicas que deem conta de atender uma lógica investigativa que parte da prática (experiência) artística e corporal e que incorpora a teoria ao longo do processo?

É neste momento que retomamos a frase de Polônio, no início do texto. Ao levarmos nossas práticas artísticas para a Academia, muitas vezes fomos tachadas e tachado, de maneira direta ou metafórica, de loucas e louco. E muitas vezes nós mesmas chegamos a acreditar que nosso desejo era apenas loucura. Através do acolhimento da Marília e do ECOAR, fomos compreendendo que o que fazemos pode até ser loucura. Mas há método.

André, uma das pessoas que formam atualmente o ECOAR, traz seu corpo dançante para o vídeo, cruzando a fala de Marília. Enquanto Marília fala, André dança as palavras a seguir.

ANDRÉ: O ECOAR é um lugar de encontro dos “não lugares”, que nos (re)conhecemos como pessoas pesquisadoras, artistas e educadoras de almas inquietantes, que transitam por diferentes lugares sem se fixar em nenhum, para realizar pesquisa que faça sentido a partir das nossas trajetórias e experiências dialogando diretamente com a sociedade.

⁴⁰ O NUO-Ópera Laboratório é uma companhia de ópera estável, criada pelo maestro e compositor Dr. Paulo Maron no ano de 2003. Conhecido pela sua vocação de trabalho cênico centrado no teatro contemporâneo, o grupo tem interesse em novas formas de encenação, diferentes daquelas propostas tradicionalmente para a ópera.

O ECOAR não é apenas um coletivo. É um lugar que torna existente o que não existia. Para dar conta das diferentes almas transeuntes, nosso grupo tem como objetivos:

1. a construção de conhecimento com artistas sobre a Arte;
2. a busca por epistemologias artísticas como suporte para as investigações qualitativas;
3. a criação de estruturas de performances dos dados ou dos conhecimentos produzidos nas investigações.

A linha de pesquisa que orienta as ações investigativas é “As pesquisas radicalmente qualitativas e as artes da cena”. Nesta linha incorporamos projetos e estudos que visem compreender e desenvolver as estruturas de pesquisas radicalmente qualitativas, bem como propomos a sua aplicação nos estudos realizados no campo das artes. Parte-se da ideia de que é preciso discutir as epistemologias artísticas ou a práxis em artes para a construção de investigações em Artes da Cena, bem como refletir sobre quais são os seus papéis na estimulação de investigações qualitativas noutras áreas e campos de conhecimento. E são através destas ações que entendemos e afirmamos que, na nossa loucura, há sim, muito método. Mas método entendido como forma de agir-pensar.

Marília continua falando para a câmera, sorrindo.

MARILIA: Como artistas-pesquisadoras no Ecoar, temos buscado caminhos que nos possibilite romper com as amarras epistêmicas e metodológicas na academia para construir nossas pesquisas. Buscamos percursos coerentes com nosso modo de pensar, percursos qualitativos que permitam “fluidez entre métodos”, visto que as pesquisas qualitativas mais radicais nos possibilitam uma ruptura e uma ampliação no modo de pensar e agir na academia. (VELARDI, 2018).

2 Ensaando: como pensam e agem as pessoas artistas?

ECOAR. Início de um encontro. 2006, 2010, 2017, 2020. O ano é indiferente, toda vez que uma nova integrante chega, os discursos parecem se repetir. Quando se é novata no grupo, uma sensação de alívio percorre o corpo de quem se apresenta, ao perceber que suas angústias não são novidades para as outras pessoas. Quando já se é veterana no grupo, a sensação continua sendo de alívio ao lembrar o lugar que se está.

RENATA (*fala em 2006*): Minha formação como professora e pesquisadora seguiu um modelo de racionalidade historicamente imposto, formada nos ditames da ciência tradicional, fazendo bacharelado, especialização e mestrado em Educação Física.

ANDRÉ (*fala em 2019*): O percurso que tive no mestrado em Educação Física se deu pela lógica da pesquisa científica clássica, na qual ordena que a descrição do método antecipe a experiência que, ali, denomina-se experimento.

DIANE (*fala em 2019*): Houve uma época em que a pesquisa não tinha começo. Consegue imaginar? Um projeto sem início, como frases soltas no presente desenraizadas dos desejos que as trouxeram para existir no mundo. Como é aquela frase do Ki-Zerbo? “(...) Sem identidade nós somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros: um utensílio” (KI-ZERBO, 2006, p. 12). Pois é... é estranho eu vir até aqui dizer que aprendi que minha pesquisa não tem passado, logo eu, formatada em história, ouvindo ao longo de 5 anos sobre a importância de reconhecer nosso passado, conhecer, criar laços entre o que somos e o que se fez do mundo para chegarmos aqui.

ANNA e NATHÁLIA (*Anna dá essa fala em 2017, Nathália em 2018*): Minha formação acadêmica é em Artes. Artes Cênicas. Durante a graduação eu aprendi como vários homens e poucas mulheres registraram seus estudos e como, até hoje, esses registros são referências... ou normas? Bem, a gente estuda essas pessoas na Academia e, segundo eu aprendi, cada artista teatral tinha seu jeito de agir e pensar e fazer sua arte. Mas parece que quando eu quis levar isso para uma pesquisa acadêmica, levar o que eu fazia como artista para a Academia, disseram que não era por aí. Eu não entendi direito. Ué, mas não era isso que aquelas pessoas, como estudei na graduação, tinham feito? Por que elas podiam registrar o que elas fizeram e estudávamos aquilo na Academia, mas eu não podia registrar, através da Academia, o que eu fazia? Era assim com vocês também?

Neste momento, todas as integrantes se encontram em 2020 e passam a rememorar suas experiências artísticas e as relações com a pesquisa acadêmica.

RENATA: Como bailarina, foram anos de experiência no Método Vaganova de Balé Clássico. Mais eurocêntrico e cartesiano impossível! (*Ri*) Anos e mais anos de treinamento sobre uma maneira padronizada de pensar, executar e dançar. (*Pausa*) Nunca refleti sobre ser

ou não o modo mais adequado para mim, e muito menos se seria o modo como eu criava, lecionava, estudava e pesquisava. Me lembro bem das dificuldades que senti nos primeiros anos em que coreografei, nossa! Ah, e me lembro, com muita angústia, das dificuldades que tive para construir e finalizar minha dissertação de mestrado.

ANDRÉ: Meu processo na dança era bem diferente do meu processo acadêmico. Mas, quando tentei juntar essas coisas no mestrado, a pesquisa experimental foi o método utilizado para o estudo que realizei com bailarinos e bailarinas. Como premissa do método, ainda, o meu afastamento do objeto de estudo era uma exigência indiscutível. (*Rindo*) Hoje essa lógica não parece ajustada ao tipo de inquietação que me move.

DIANE: Eu só pensava se havia alguma especificidade em ser mulher na educação de teatro. E a partir disso eu tentava conectar passados e sentidos que não eram os meus, anotava qualquer citação que fizesse algum sentido pra justificar meu desejo, meu questionamento, tentava espremer caminhos para uma pesquisa. Caramba, eu estava fazendo uma pesquisa utensílio?

Diferentes origens artísticas, mas a insatisfação permeava todas as pessoas participantes. Por que, em algum momento, parecia estranho para aquelas pessoas reunir numa mesma ação, que é pesquisar, os estudos artísticos e acadêmicos? Elas sempre pareciam pender para um dos lados, desagradando ao outro lado e a si mesmas. As pesquisas eram artísticas demais e acadêmicas de menos ou acadêmicas demais e artística de menos.

Ao abrirmos nosso processo individual neste texto é pela certeza que nossa individualidade reverbera no coletivo. A sensação de não pertencimento, de loucura, de desorientação esteve presente na Renata, no André, na Diane, na Nathália, na Anna. Em cada uma e um, e em todas e todos nós, que encontramos em nossa orientadora, acolhimento, e no ECOAR, suporte. Se o fato de sermos artistas é o que dá união a essas histórias tão semelhantes e distintas, sabemos que a sensação de não se encaixar com os padrões positivistas de pesquisa acadêmica não é exclusividade de artistas. Por isso compartilhamos nossos processos. A arte é a nossa forma de agir e pensar no mundo. Qual é a sua?

Chegamos, então, a uma pergunta que se faz presente em todos os encontros do ECOAR.

MARILIA: Quem é você? A proposta, nesta pergunta, não é que você apresente seu currículo, seus bens e cargos que ocupa ou ocupou. Nós somos mais, bem mais que isso. Nós somos presente-passado-futuro, e provavelmente aquilo que nos incomoda hoje, já incomodou outrora e incomodará novamente logo mais. Ao investigar quem somos, investigamos a trajetória percorrida para nos tornarmos as artistas e o artista de hoje e começarmos a entender porque recusamos ser as pesquisadoras acadêmicas que dizem que devemos ser.

Encontro do ECOAR, 2020. A pergunta QUEM É VOCÊ está escrita na lousa, no notebook, nas paredes da sala, nos cadernos, nos celulares, nos corpos de todas as integrantes.

RENATA: Por anos fui incoerente com quem eu sou e com o meu modo de pensar (*as participantes balançam a cabeça afirmativamente, sentindo-se representadas na fala de Renata*). Eu só fui para a dança/arte quando criança porque, como dizia minha mãe, eu não pensava e agia como as outras crianças... (*Renata ri*) Eu não parava de me mover! Eu só fui para a dança porque não me encaixava no modelo de escola tradicional, sofria em ficar sentada nas cadeiras escolares. Dançar era minha liberdade...

André levanta, aproxima-se de Renata e os dois começam a dançar. Anna sorri, Nathália tomba a cabeça para o lado, admirando a dança. Diane chora.

Cada pessoa foi desenvolvendo seu modo de agir e pensar. Sua forma de ser livre, não por desprezar as regras, mas por conseguir achar espaços entre as regras, espaços nos quais poderia dançar, atuar, escrever, pintar, bordar. O problema não é convivermos com diferentes lógicas e métodos, mas sim que nos digam que apenas UMA lógica, apenas UM método é o CERTO, o que FUNCIONA, o QUE TEM QUE SER USADO.

É sendo coerente a esta proposta que no ECOAR estudamos as Investigações Baseadas nas Artes (IBA) como um caminho para incorporar o fazer artístico como lócus de compreensão de epistemologias, problematização de conceitos, elucidação de questões e viabilização de modos de apresentação dos dados/resultados/achados, da e na experiência.

O que temos em comum é um modo de pensar e agir ancorado no fazer artístico. A particularidade de cada método é o que dá a nossa força coletiva, não apenas nas trocas de ideias e experiências, mas também na forma de comunicarmos as nossas pesquisas ao mundo. É por isso que os encontros do ECOAR podem parecer uma loucura. Mas eles possuem não

apenas um, como muitos métodos! O método da Renata, do André, da Diane, da Nathália, da Anna, da convidada do dia, da ouvinte, da nova integrante. Discutimos diferentes autoras e autores, olhamos para diferentes referências. Uma referência da Renata inspira o André. Uma dúvida do André reverbera na pesquisa da Diane. Um texto da Diane move a Nathália. Uma performance da Nathália amplia o olhar da Anna para sua própria pesquisa. Uma fala da Anna acalma uma crise da Renata.

E é nessa forma que individual e coletivo se movimentam, não com a intenção de criar um caminho a ser seguido por todas e todos, mas de propiciar um lugar onde cada pessoa possa percorrer, individual e coletivamente, o seu caminho.

Encontro do ECOAR, 2020. As falas agora representam como e o que cada integrante anotou em seu caderno, durante o último encontro.

RENATA (*anotando em seu caderno, enquanto dita o que anota para ficar gravado em áudio no seu celular*): Nossos processos de criação artística não só nos levaram a refletir sobre o contexto que vivemos, mas a pensar sobre como os nossos processos próprios de criação artística são “modos de pensar e agir”, e que poderiam inspirar bases epistemológicas na construção de uma investigação, especialmente no campo das pesquisas qualitativas mais radicais (FERNANDEZ, MATSUO e VELARDI, 2017).

EU → preocupada com a experiência, com a vida → num mundo que está aparentemente no limite: QUAL MEU PAPEL?

ANDRÉ(*olha as palavras escritas em seu caderno e dança cada frase pela sala*): Por que os trabalhos que crio tratam de questões sociais?

... para além ou para além de saberes disciplinados, de métodos disciplináveis, de recomendações, úteis ou de respostas seguras; para além até mesmo de ideias apropriadas e apropriáveis, talvez seja a hora de tentar trabalhar no campo pedagógico pensando e escrevendo de uma forma que se pretende indisciplinada, insegura e imprópria. O discurso pedagógico dominante, dividido entre a arrogância dos cientistas e a boa consciência dos moralistas, está nos parecendo impronunciável...E, cada vez mais, temos a sensação de que temos de aprender de novo a pensar e a escrever, ainda que para isso tenhamos de nos separar da segurança dos saberes, dos métodos e das linguagens que já possuímos (e que nos possuem). (LARROSA, 2016, p.07).

DIANE (*escreve animada em seu caderno*): Reler capítulo “Comunidades Educativas” do livro “ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (hooks, 2017). Cada presença importa dentro dessa comunidade pedagógica, e todas as presenças são responsáveis pelo entusiasmo, por gerar e alimentar o prazer. “O entusiasmo é gerado pelo esforço coletivo” (hooks, 2017, p. 207).

NATHÁLIA (*levanta e começa a fazer um vídeo-performance, lembrando as palavras que anotou em seu caderno*): **Se o método é nossa forma de pensamento e ação no mundo**, nosso modo de fazer pesquisa está sempre em deslocamento, no caminhar, nos encontros em vida. Então, eu dobro a esquina e encontro a Marília e a Renata, no próximo cruzamento, Emerson e Brenda passam na minha frente, ao parar no farol vejo a Marina estacionada ao meu lado, viro na Rua Cusicanqui, subo a ladeira do Charles Mills e chego no Largo da Maria Galindo. Neste largo está acontecendo uma festa com Denzin, Buber, Sueli Carneiro e Anna Longano. Por esses movimentos, circulam minhas ideias, a pesquisa, e as novas compreensões sobre o mundo que a cada amanhecer se transformam em mim. Assim, *como eu posso pesquisar ignorando tudo de vivo que me rodeia*, que me inspira, que ecoa dentro e fora de mim?

Articular autores vivos e mortos em aliança é fundamental para tentar dar conta de um modo criar conhecimento que se dá assumindo a presença e autoria da pessoa-pesquisadora - que como ser humano, é alguém que pensa, sente e age sobre si e sobre o mundo. De modo que para alimentar investigações qualitativas radicais (como DENZIN, 2006 nomeia), construídas nos percursos trilhados em vida (influenciada por INGOLD, 2015), e que atuem com perspectiva de descolonizar o pensamento (provocada por Silvia CUSICANQUI, 2015 e Sueli CARNEIRO, 2005), eu preciso necessariamente tomar decisões metodológicas na pesquisa ininterruptamente. Refletindo sobre os passos trilhados no fazer acadêmico, e questionando quais pensamentos e ações que se inscrevem a cada linha que escrevo.

ANNA (*Parece alheia a tudo, anotando algumas coisas em seu caderno e olhando anotações anteriores*): “Na cozinha, coisas são misturadas em várias combinações, gerando novos materiais no processo que, por sua vez, são misturados a outros ingredientes em um processo interminável de transformação. Para cozinhar, recipientes têm que ser abertos, e seu conteúdo derramado. É preciso que tiremos as tampas das coisas.” (INGOLD, 2015, p. 305). Eu faço arte como a minha mãe cozinha? Eu faço arte como a minha mãe cozinha!!

O encontro do ECOAR acaba. Cada pessoa vai embora daquele lugar, mas o lugar e o encontro continuam ecoando em nós. NATHÁLIA conversando com a ANNA:

NATHÁLIA: Sei lá, estou feliz que não sou louca... mas dá trabalho ser coerente, né?

ANNA ri e apaga a luz.

3 Apresentação: como estamos produzindo nossas pesquisas acadêmicas?

Não basta assumirmos que nosso processo de pesquisa acadêmica seguirá nossa lógica artística. Buscando a coerência entre discurso e ação, a forma de comunicarmos nossa pesquisa também faz parte de nossas investigações. Cada integrante vem investigando possibilidades de compartilhar, comunicar, mostrar suas pesquisas para o coletivo.

Uma apresentação acadêmica que não fará sentido apenas para pessoas acadêmicas. Uma apresentação artística que não fará sentido apenas para artistas. Mas sim uma apresentação acadêmica e artística que amplie o alcance de nossas pesquisas, que dialogue com as pessoas através da razão, das emoções, do afeto, da estética. Uma produção artística e científica de conhecimento, comprometida com a complexidade contemporânea (FISCHETTI; CHIAVAZZA, 2017).

Compartilharemos, então, como 5 diferentes artistas do ECOAR, em diferentes momentos de suas pesquisas sob orientação da Marília, estão pensando, agindo e produzindo suas pesquisas, influenciadas pelos estudos e encontros do ECOAR.

Não esqueça, como em um encontro do ECOAR, nossa proposta não é trazer exemplos a serem seguidos e imitados. Apresentamos nossos métodos individuais. E que eles possam ecoar em outras pessoas, inspirando e gerando movimento coletivo.

RENATA: Projeto de investigação/ação → práxis performática (IBA) → pensar, refletir, iluminar e discutir *MULHERES*.

Figura 01: Performance-pesquisa doutorado



Fonte: acervo pessoal (2020)

Esse projeto nasceu a partir da construção de duas obras artísticas construídas pelo grupo ECOAR:

Figura 02: Performance TRAvestidas e Se Eu Fosse Eu, respectivamente.



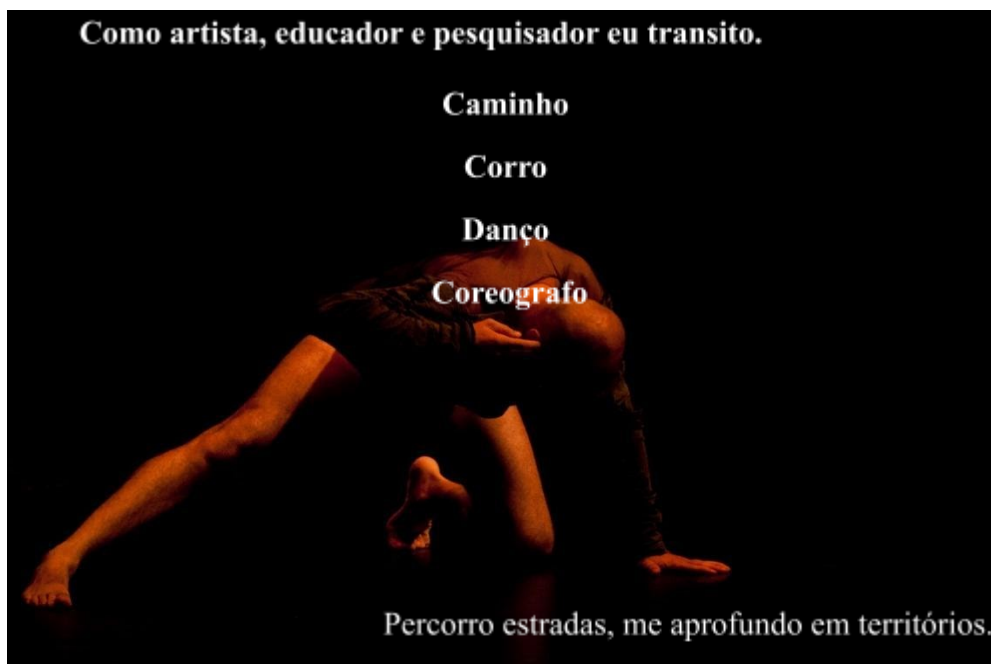
Fonte: acervo pessoal (2020).

A reverberação delas em meu corpo e na minha vida, transbordou no desejo de construir esse projeto. Essa pesquisa foi pensada a partir dessas construções coletivas, da nossa inquietação como grupo e como mulheres inseridas no contexto brasileiro, a partir das nossas performances e construções artísticas com a comunidade. Talvez seja o momento

político, econômico e social do mundo... um momento de pensarmos em diferentes formas de abordar, conhecer, construir, de, enfim, fazer pesquisa sobre a vida nesse mundo. Percebemos no coletivo e na construção das obras a necessidade de se falar sobre uma questão social que a tempo nos incomodava: o feminino e o feminismo.

ANDRÉ: A dança que eu danço-coreografo-ensino-pesquiso é a dança contemporânea, é a dança do nosso tempo, uma dança que se aproxima da qualidade performativa e suas consequências. A dança foi a maior mediadora no processo de construção da minha identidade: um homem que dança numa sociedade machista. Nesta arte sublimei toda a sensibilidade que havia em mim para continuar seguindo e compreendendo outras formas de perceber o mundo pelo corpo em movimento. Ouso falar que há, nessa minha compreensão da dança, uma dimensão Somaestética na forma em como se dá a minha relação com o mundo.

Figura 3: Espetáculo Nu.Cio, criação e interpretação André Bizerra.



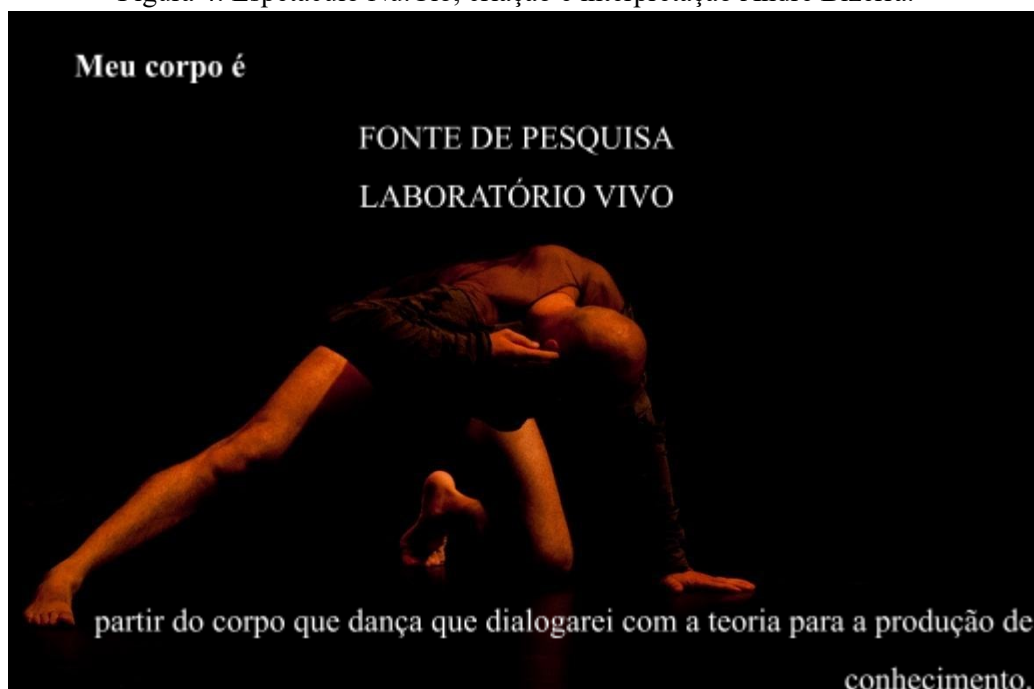
Fonte: acervo pessoal (2020)

A proposta é de que a Somaestética, disciplina proposta pelo filósofo pragmatista e professor estadunidense Richard Shusterman, volte-se para o estudo crítico e para o cultivo melhorativo de como experimentamos e usamos o corpo vivo (soma) como lugar de apreciação sensorial (estesia) e de auto-estilização criativa. O termo “soma” indica um corpo

vivo, sensível e o termo “estética” tem a dupla tarefa de enfatizar o papel perceptivo do soma (SHUSTERMAN, 2012, p.26).

Proponho no meu projeto, nesse momento de 2020, pensar numa pesquisa em Artes e em ação, investigando processos em sua complexidade, na tentativa de vislumbrar pesquisas acadêmicas que estabeleçam relações estreitas e dinâmicas entre as experiências das pessoas artistas, as sociedades e a Arte em si.

Figura 4: Espetáculo Nu.Cio, criação e interpretação André Bizerra.



Fonte: acervo pessoal (2020)

DIANE: Cada proposta que me aparece para falar sobre minha pesquisa, é um convite para construir um novo recomeço para ela, como um livro mágico em que cada vez que eu abra as páginas iniciais elas simplesmente fossem diferentes. Mas a cada dia é preciso reconhecer e escolher a narrativa que faz mais sentido. Hoje o dia é de sol, na minha agenda marco 202 dias de quarentena, a semana foi péssima, mas sentar na frente dessa tela com a possibilidade de te contar e descobrir em mim outra versão de mim mesma, me animou. Por enquanto, essas páginas já foram abertas:

Página 1:
Há especificidade em ser mulher na educação de teatro?

Página 2:
Há especificidade em ser mulher na educação de teatro?
Porque nas minhas experiências e a partir do que até hoje observei, parece que há!

Página atual:
Há especificidade em ser mulher na educação de teatro?
Porque nas minhas experiências e a partir do que até hoje observei, parece que há!
MAS VAMOS VER POR AQUI COMO POSSO OLHAR PARA ISSO, TRILHAR UM CAMINHO QUE SE FAZ N'ELE, OLHANDO SEMPRE PARA O PASSADO, À MINHA FRENTE (VELARDI, 2020)

NATHÁLIA: Há um vídeo que complementa este texto. Ou comunica melhor que este texto. Enfim, há um vídeo da pesquisa que venho realizando. Convido a pessoa que lê estas palavras a assistir ao vídeo também: <https://www.youtube.com/watch?v=89SmMw77xBs>

A cada dia eu sigo aprendendo que a escrita acadêmica é um espaço permissivo para investigações que se inscrevem no meu corpo e nas trocas que atravessam esta caminhada. Forma e conteúdo coexistem, se chocam, se entrelaçam nesta pessoa-pesquisadora que (hoje), investiga autoetnografia e processos de criação em teatro junto de sua avó, Teresinha.

Neste momento do recém realizado exame de qualificação de minha pesquisa de mestrado, estou assumindo que a pesquisadora aymara Silvia Cusicanqui é tão importante na pesquisa quanto a minha avó, Teresinha, pois o encontro das duas dentro de mim, provocam novas articulações do meu modo de pensar e compreender essa pesquisa viva, em estado de

permanente inacabamento.

Figura 5: Comunicação em vídeo da pesquisa de Nathália



Fonte: acervo pessoal (2020)

Meu momento é do **Ecoar em Vida** nossas pesquisas artísticas e acadêmicas, com liberdade de escrita, sem medo de assumirmos nossa frágil existência no papel, para reivindicar a manutenção do pensamento vivo na academia e para que não sejamos sucumbidos a nos desumanizar por normas que regulamentam e sufocam a existência do pensar científico.

ANNA: Como artista e pedagoga, pesquisando corpo, arte e pedagogia, minha preocupação era levar à dissertação a experiência da sala, de aula e teatral. Como despertar os sentidos? Como me comunicar indo além das palavras? Como gerar movimento e experiências a partir de uma folha/tela? Essas foram algumas das perguntas que guiaram o processo de manufatura da dissertação de mestrado intitulada *Seu corpo, sua arte: uma jornada artística-pedagógica-corporal* (LONGANO, 2020).

Os seis sentidos, guias de meu processo pedagógico, tornaram-se também guias da dissertação e, artisticamente, fui criando essa trajetória.

Figura 6: Sumário, capítulo da audição e capítulo da visão.



Fonte: acervo pessoal (2020).

O estímulo dos sentidos também ocorreu ao longo do texto, através de imagens, texturas, ficção, sugestões de sons e de posições corporais. Assim, a dissertação foi sendo escrita e produzida, textos, imagens, sons, texturas como formas de comunicação dessa produção de conhecimento.

Louca? Não sei. Mas artista e acadêmica, com certeza!

Referências

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (FE/ USP), São Paulo, 2005.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: ensayos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERNANDEZ, Wesley; MATSUO, Renata Frazão; VELARDI, Marília. A investigação baseada nas artes ou o arts based research como estratégia de investigação. In.: PEREIRA, Diamantino (org) **Mudança Social e Participação Política: estudos e ações transdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2017.

FISCHETTI, Natalia; CHIAVAZZA, Pablo. Arte y ciencia en los márgenes de la academia. In: ALVARADO, Mariana; DE OTO, Alejandro (Ed.). **Metodologías en contexto: Intervenciones en perspectiva feminista/poscolonial/latinoamericana**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

hooks, bell. **ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SHUSTERMAN, R. **Consciência Corporal**. São Paulo, É Realizações, 2012.

LEAVY, Patricia (Ed.). **Handbook of arts-based research**. Guilford Publications, 2018.

LONGANO, Anna C. **Seu corpo, sua arte: uma jornada artística-pedagógica-corporal**. 2020. 275 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2020.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. São Paulo: L&PM, 2000.

VELARDI, Marília. Questionamentos e propostas sobre corpos de emergência: reflexões sobre investigação artística radicalmente qualitativa. **MORINGA-Artes do Espetáculo**, v. 9, n. 1, 2018.

_____. O futuro está às nossas costas: uma brevíssima reflexão sobre projetos de pesquisa num presente-passado-(sem)-futuro. In: PEREIRA, Diamantino (org.) **Estudos Transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia**. São Paulo: Annablume, 2020.

Aliança Universidade e os Povos Indígenas (AUPI): sonhos, histórias e lutas!

*Carlos H. de A. Ferreira, Gabriela Medeiros, José Cohon, Karlene B. M. Sandoval,
Tamires T. Saito*

Figura 1: Opy'I (Casa de Reza Guarani) no Território Indígena Rio Silveiras, Bertioga/SP/BR, 2019.



Fonte: Acervo da AUPI. Foto por Mayrê Bianca e arte por Teruko Saito.

*nhandervixa tenonde guai tove katu
ta'imbaraete ta'ipya guaxu
nhande'reraa tape miri rupi
grande e primeiro mestre
seja forte e tenha coragem
para nos levar pelo caminho sagrado*

Fonte: Albúm Ñande Reko Arandu "Memória Viva Guarani", 2000.



Recepção

Saudações! Rogamos à *Nhanderú*⁴¹ para que todos os seres sejam iluminados pela sua Luz, pela sua Força e pela Fé verdadeira que ascende os nossos corações e que este sentimento se estenda à você, honrado leitor. Grato por estar aqui conosco! Da mesma forma, agradecemos a todos os seres que passaram pelo caminho da nossa história, somando forças e dando de si.

Nós, da Aliança Universidade e os Povos Indígenas (AUPI), entendemos que o mundo enfrenta uma grave crise ambiental, política e de consciência, que afeta todas as formas de vida. Trata-se de uma verdadeira guerra, como cita nosso companheiro de luta Ailton Krenak (2017), onde é possível, inclusive, “*derrubar os céus sobre as nossas cabeças*”. Esta intensa luta contra o “desenvolvimento” desenfreado teve, desde sempre, importantes atores que participaram e dedicaram as suas próprias vidas pela manutenção da vida: os povos indígenas.

Estimativas apontam que os povos originários somam mais de 370 milhões de pessoas por todo o mundo, aqui no Brasil o IBGE (2010) apontou que pouco mais de 800 mil indígenas vivem neste território sagrado, Pindorama (América do Sul). Ainda que estes números sejam pequenos, esses povos representam a proteção de mais de 80% da biodiversidade do planeta, pois é nesses Territórios Indígenas (T.I.’s) e sobre a guarda destes nossos ancestrais, que a vida tem encontrado forças para se manter viva. É nesses cenários que a AUPI decidiu viver e lutar, pois a “causa indígena”, causa que é de todos nós, ultrapassa as necessidades para que as suas culturas sejam reproduzidas. Trata-se de uma intensa luta para que a Vida permaneça viva; e é ao lado desses povos que decidimos viver e trilhar o “*caminho sagrado do bem viver*”.

“*Feliz é o ser humano que acorda e tem uma luta para lutar!*”. É o que dizemos constantemente em nossas vivências; claro que sonhamos com uma sociedade igualitária, sem a necessidade da luta, entretanto, ao reconhecê-la como um organismo formado por interesses diferentes, logo encontraremos os embates que modelam o encontro das nossas culturas.

Neste sentido, apresentaremos a seguir como nós nascemos e como estamos assumindo a nossa responsabilidade perante a isso tudo. Através do movimento e da organização social, estamos buscando contribuir com esta luta... aproveite a leitura, essa é a nossa história, e você é o nosso convidado especial!

⁴¹ *Nhanderú* é o “Nosso Pai” para a cultura indígena Guarani, criador do universo e de todas as coisas. (QUEZADA, 2007).



Aweté, Aguyjevete pra quem luta!

1 A história de um sonho

Amba'i jareko nhanderopy'i re

Nharombaraete karai poty

Nhaberamo'i tenonde gua'i

Mbaraka jareko nhanderopy'i re

Altar na Casa de Reza

Vamos nos fortalecer, Karai Poty

Porta-voz da nossa tradição

Tocando o Mbaraka na Casa de Reza

Fonte: Albúm Ñande Reko Arandu "Memória Viva Guarani, 2000.

1.1 O começo do conto e o despertar

A história da AUPI começa no primeiro semestre do ano de 2015, quando se inicia a parceria entre um professor e um aluno, ambos da “Escola de Arte, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo” (EACH/USP), onde dão início à um projeto que atuaria com os três eixos da universidade: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; nesta proposta se abordaria da forma mais profunda possível a temática indígena, as suas lutas e suas formas de produção e transmissão de conhecimentos e saberes. Neste mesmo ano, ao decorrer das nossas ações podemos, então, oferecer pela primeira vez uma disciplina optativa livre neste campus (MACHADO & FERREIRA, 2016).

Esta disciplina navegou pelo universo indígena, recebendo diversas lideranças indígenas dentro EACH/USP para dar aulas e palestras, onde se manifestavam temas relacionados com as ciências sociais, ambientais, história, política e protagonismo indígena; associando tais oportunidades com rodas de conversas e atividades lúdicas/culturais, tanto para a transmissão dos conhecimentos e saberes tradicionais, como para a contribuição na formação dos discentes desta escola, com a riqueza de juntar alunos de dez cursos distintos.

Há de se destacar a Vivência Indígena que os alunos matriculados nesta disciplina viveriam no final do semestre, com o amparo logístico e financeiro da EACH/USP, onde a turma passaria 3 dias dentro do Território Indígena (T.I.) Rio Silveiras, oportunidade na qual seriam postas em prática diversas ações e atividades que foram organizadas ao decorrer do semestre (sempre em parceria com a aldeia), como exemplo, oficinas de brincadeiras, contação de histórias, gincanas, bioconstrução, plantio de mudas, formação da biblioteca na escola dentro da aldeia e gestão de resíduos sólidos; atividades estas que



visavam oferecer uma experiência profunda e saudável para os discentes e para a comunidade indígena (MACHADO; FERREIRA; ATAÍDE, 2019).

Figura 2 - Roda de conversa entre os alunos e as etnias Kariri-Xocó e os Fulni-Ôs. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), 2018.



Fonte: Acervo próprio da AUPI, 2018.

Depoimento de alguns alunos da disciplina que participaram da 1ª disciplina indígena:

"Acredito que essa foi uma experiência acadêmica na qual acreditava que poderia alguma maneira realizar uma troca de conhecimento intensa, mas fui surpreendida pelos aprendizados e ensinamentos que conquistei, sem dúvida foi um dos maiores da minha vida." G. (aluna de Gestão de Políticas Públicas – GPP).

"Vi uma realidade com valores que admiro e almejo. O significado de riqueza para eles é diferente do nosso, o que eles tem de maior valor são sua cultura e suas matas. Essa jornada me permitiu enxergar que existem diferentes formas de se viver e de enxergar a vida, de valorizar as coisas, e que nem todas as minhas atuais prioridades são as mesmas que trarão felicidade ao meu espírito." A. E. (aluna de Gestão Ambiental).

"A imersão na Aldeia Rio Silveiras me proporcionou um aprendizado que não aprenderia dentro da sala de aula. [...] tudo que vivi foi muito maior do que imaginei." J. C. (aluna de GPP).

"Pude viver um dos momentos mais marcantes da minha vida na casa de reza. Pude entender o quanto é importante respeitarmos o espaço e a cultura indígena. Temos a obrigação de defendê-los e principalmente agradecê-los pela proteção e cuidados com que eles possuem com a natureza." I. T. (aluno de GPP).

"A disciplina foi única e imprescindível para minha experiência ao final destes quatro anos de curso". L. K., (aluna de GPP)

Fonte: Acervo próprio da AUPI, 2015.



Figura 3 - Primeira turma a fazer vivência indígena. T.I. do Rio Silveiras, Bertioga, São Paulo/BR. 2015.



Fonte: Acervo próprio da AUPI, 2015.

O sucesso deste oferecimento foi tão grande que diversos alunos (graduação, mestrado e doutorado) desta disciplina e da EACH/USP manifestaram o interesse de apoiar o nosso projeto e a “causa indígena”, dessa forma o grupo cresceu e podemos dar voos maiores; tudo isso somado à chegada de novas parcerias. Sustentados por essas novas forças e potências, passamos a perceber que seria possível construir com edificações nas aldeias, que derivam dos próprios sonhos destas comunidades e que, com o nosso apoio, puderam ser erguidas através de mutirões; oportunidades as quais só nos trouxeram ainda mais parceiros e uma rede de voluntários.

Ao decorrer dos anos seguintes as propostas se repetiram e, consecutivamente, a parceria com o T.I. do Rio Silveiras só se aprofundou, gerando resultados surpreendentes para todos os envolvidos, como exemplo, a construção de uma das maiores *Opy'i* (Casa de Reza Guarani) do país, qual possui 120 mtrs² e com capacidade para 200 pessoas.



Figura 4 - “*Opy’i*” (Casa de Reza) construída pela parceria do Projeto de Extensão e o T.I. do Rio Silveiras, Bertioga, São Paulo/BR.



Fonte: Acervo próprio da AUPI, 2018.

1.2 Passagens e trilhas do nosso caminhar

Com o passar do tempo as nossas atividades passaram a contemplar outros territórios indígenas, tudo motivado pela ampla rede de parcerias construída ao longo desses 6 anos de caminhada. Neste trajeto de puro aprendizado nós conseguimos aprimorar as nossas ações e passamos a atuar fortemente com o que denominamos de “vivências indígenas”, e aqui entra uma grande dificuldade de continuarmos sobre o respaldo da universidade, pois um grande número dos nossos participantes não eram vinculados à instituição. Além disso, tais vivências também angariavam recursos financeiros para a viabilização da experiência, o que é incompatível com o caráter gratuito e público do espaço Universitário. Porém permanecemos próximos e permeando o ambiente acadêmico, pois acreditamos que a luta dos povos indígenas deve chegar à academia, assim como a academia deve chegar até essa luta, contribuindo com ela.

Toda a nossa energia e os recursos financeiros levantados com esses eventos sempre foram totalmente revertidos para as próprias aldeias, através da execução dos projetos, sendo responsável pela conclusão de diversas obras e campanhas em benefício desses povos; atendendo ao chamado da luta para as adversidades que as comunidades indígenas enfrentam para defender seus modos de vida, culturas e territórios. Cabe-se destacar que o nosso projeto



nunca propôs a construção de algum tipo de edificação em qualquer que seja o T.I. alcançado pelas nossas ações; tais obras e propostas sempre partiram dos sonhos, anseios e das necessidades dessas aldeias.

Apoiamos o protagonismo indígena e, dessa forma, sempre foi possível construir um ambiente organizacional harmonioso e sadio. Atribuímos à isso o reconhecimento do nosso trabalho pelos T.I.'s e pelas suas lideranças, bem como o das instituições e órgãos que nos apoiam, como exemplo, a Fundação Nacional do Índio, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário e diversas secretarias municipais e estaduais do Estado; além de parceiros do setor público, privado e não governamental.

Ao juntar e celebrar todos esses encontros, todos os sonhos se tornaram possíveis! Veja abaixo alguns dos resultados obtidos até aqui:

No Território Indígena Rio Silveiras (Bertioga/SP/BR):

- Ampliação da Biblioteca Escolar Indígena.
- Construção de 2 (duas) “Opy’i” (Casa de Reza Guarani).
- Construção de 2 (duas) “Opy’i” (Casa de Reza Guarani). (Em fase de conclusão)
- Plantio/Introdução de um sistema-agroflorestal (SAF).
- Construção de uma Padaria Indígena.
- Estufa de ervas sagradas.
- Eventos Públicos na Aldeia (Festas Culturais).
- Mutirão de atendimento Médico e Odontológico.⁴²
- Livro “Resistência Guarani - uma Vivência na Aldeia Rio Silveiras”.⁴³
- Wikiversidade / Wikinativa.⁴⁴

No Território Indígena do Jaraguá - Tekoás Ytu e Yvy Porã (São Paulo/SP/BR):

- Construção de 2 (duas) “Opy’i” (Casa de Reza Guarani).
- Construção de 2 (duas) Casas Tradicionais de moradia Guarani.
- Construção de 2 (dois) banheiros.
- Construção de um Centro Cultural (O'Jerê).

⁴² No ano de 2018 o nosso projeto de extensão, em parceria com outros 2 (dois) projetos de extensão, conseguiu planejar, organizar e executar o 1º Mutirão de Atendimento Médico e Odontológico. Nesta ocasião nós contamos com 40 pessoas da área odontológica (USP) e outras 12 pessoas da área médica (UNIP e UNINOVE); ambos os grupos eram formados por Alunos, Mestrandos, Doutorandos e Professores que prestarão atendimento à toda a população indígena presente na ocasião.

⁴³ Nesta oportunidade a turma de alunos, juntamente com o monitor e o professor da turma, conduziram a produção de um livro sobre a proposta daquela experiência em questão. Tal livro foi publicado no ano seguinte, em 2016.

⁴⁴ O projeto Wikinativa consiste no levantamento de informações, experiências e no mapeamento colaborativo das sociedades tradicionais brasileiras, listando os diferentes povos, sua cultura, cosmologia, situação territorial e o exercício de seus direitos.



No Território Indígena Tenondé Porã - Tekoá Brilho do Sol (São Bernardo do Campo/SP/BR):

- Construção de 1 (uma) Escola. Status da obra: Concluída; e em fase de ampliação de projeto.

No Território Indígena Takuari (Eldorado/SP/BR):

- Campanha e compra de um barco à motor para o monitoramento ambiental do território.

Curso de Língua e Cultura Guarani (São Paulo/SP)

- Realização de duas edições (2019/2020) de atividade de extensão em parceria do IP/USP⁴⁵, Casa de Culturas Indígenas da USP e T.I Jaraguá - Tekoa Pyau.

Em contexto urbano

- Apoio completo ao oferecimento das 6 (seis) turmas da disciplina indígena na EACH/USP (2015 a 2020).
- Exposição “Línguas Indígenas ontem, hoje e amanhã”. Memorial da América Latina de São Paulo, 2019.

Há de se destacar que, desde as primeiras obras realizadas, este movimento/coletivo tem atuado na deficiência do Estado, dos seus deveres e obrigações; pois tratam-se de obras relacionadas à moradia, alimentação, saneamento básico e educação, quais são de direito do cidadão brasileiro - incluindo os indígenas - e, principalmente, uma obrigação constitucional do Estado no sentido de oferecê-las.

Ainda que ausente como protagonista direto dessas obras, o Estado tem sim contribuído fortemente com as nossas ações, dando assistência técnica e jurídica para que possamos continuar desenvolvendo as nossas ações. Dessa forma, quando somamos a ausência do Estado com as necessidades dos T.I.'s e, sobretudo, adicionamos a esta conta a vontade e a disposição da sociedade em contribuir, logo encontramos uma grande oportunidade de somar forças e de quebrar preconceitos, buscando garantir a autonomia dos povos indígenas e aproximando verdadeiramente as diferentes culturas presentes em nossa estrutura social.

1.3 Seguindo o fluxo ao lado do mestre Tempo

Ao decorrer da construção desta nossa história percebemos, então, que os “muros” da universidade já não nos cabiam mais e, após tomar consciência desta ampla rede que tinha sido formada, decidimos caminhar rumo à nossa institucionalização como pessoa jurídica, em formato de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. O projeto cresceu até o ponto de tornar-se a “Aliança Universidade e os Povos Indígenas” (AUPI), onde, através de um processo orgânico, iniciou-se o seu processo de desvinculação da USP em 2018.

⁴⁵ Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.



Começamos a estabelecer pontes de trabalho e diálogos para fortalecer a defesa dos direitos diferenciados, autonomia, liberdade cultural e espiritual. O momento de transição exige de qualquer grupo que seus ideais comuns sejam claros e objetivos para alcançarmos a autonomia de nossas atividades. Querendo ou não, o respaldo que tínhamos da universidade limitava nossa atuação. Por outro lado, sem esse “guarda-chuva”, tivemos que buscar alternativas para mantermos nosso propósito para continuar crescendo a cada novo projeto.

O ensino-aprendizagem é uma força que nos alimenta, este importante aprendizado nos traz constantemente relações afetivas profundas e que caminham para além da racionalidade. A experiência de reconexão com as coisas mais simples, despertam na psique intuições pertencentes ao nosso lado mais instintivo, da alma, inato de qualquer indivíduo (ESTÉS, 2018).

Se às vezes falamos genericamente nos povos indígenas é preciso deixar claro que a grande maioria das ações da AUPI foram realizadas caminhando ao lado do povo *Guarani Mbya, Tupi e Nhandeva*. Certamente essa relação se deu por habitarmos o mesmo espaço geográfico. Não é apenas nos nomes das ruas, cidades e rios que os *Guarani* seguem vivos. Eles ocupam o que restou de mata atlântica numa área que abrange pelo menos três países da América Latina. Estão em todo o litoral do Espírito Santo até o Uruguai e adentram no interior até próximo dos Andes na Bolívia. Os *Guarani*, verdadeiros donos dessa terra, habitam esses territórios há pelos menos 5.000 anos. Vivem o *Nhandereko*, seu modo de vida específico, voltado para o bem-viver e para uma espiritualidade profunda com a natureza, manifestando uma forma única de relação com o tempo (MACHADO, 2012).

No costume *Guarani Mbya*, os núcleos comunitários se reúnem dentro da *Opy*, chamada de Casa de Rezas. É muito especial e significativo que nos seja dada essa missão de ajudar na construção desse importante espaço de aprendizado, música, dança, medicina e comunhão. A *Opy* é central no processo de ensino e de transmissão/reprodução do *Nhandereko*. É lá que os *Mbya* se fortalecem e nos convidam para participar, aprender e ouvir.

Tal imersão inicia um processo de amadurecimento, ressignificando conceitos e simbologias trazidas pela cosmovisão *Guarani* durante cada reza, cada troca de saberes. O *Nhanderekó* carrega a prática vivida por milhares de anos dos Guarani sobre os saberes de que os seres humanos são seres integrados e fazem parte do equilíbrio natural da floresta. Estas oportunidades abrem espaços para a comunidade partilhar a sua realidade e sua vida; propiciando momentos de amadurecimento intelectual, de afetividades coletivas e de



resistência, ideais para os tempos em que a mediocridade e o obscurantismo desafiam o pensamento crítico.

Através do nosso nome “Aliança”, geramos diversas interpretações sobre a nossa função, nossa organização interna e do ponto de vista de atuação social; criando pontes entre projetos que sonham se relacionar com comunidades indígenas em nosso país é uma das funções que possuímos; aproximando, também, os projetos universitários dos povos indígenas.

Pesquisadores que buscam comunidades e pessoas de referência para conhecer melhor e poder desenvolver dentro da Academia a descolonização do saber, rompendo com paradigmas da lógica performática acadêmica, que ao narrar estudos em 3º pessoa, afastam o sujeito do campo de visão da experiência. O estudo acadêmico é uma ferramenta a ser usada para a construção e enaltecimento da racionalização das discussões, reconhecendo a importância da escuta, da produção e das experiências de sujeitos minoritários na esfera acadêmica, desconstruindo o imaginário romantizado colonial relacionados aos indígenas (SANTOS, 2013).

2 Caminhar com os pés descalços para acolher a realidade no pensamento

Guyra mirim oporai, Ha'e maramo maino mirim ojerojy

Pequeno pássaro canta, enquanto o pequeno beija-flor faz sua dança

Fonte: Álbum Ñande Reko Arandu "Memória Viva Guarani", 2000.

2.1 Aprendendo a cada passo

Deste convite para vivenciar, para construir, cantar e rezar junto, surge talvez o aspecto formativo mais significativo que impacta a todos em torno da AUPI de maneira positiva. A comunhão estabelecida nessas relações fortalece tanto os povos indígenas quanto os não-indígenas. Elabora-se assim uma estratégia de partilhas culturais feitas em regime de igualdade e solidariedade. Essas partilhas derivam de uma série de aspectos formativos.

O primeiro e mais evidente é a busca por uma atividade turística consciente e responsável, mesmo que, de T.I. em T.I, ocorram variações em diferentes níveis de aproximação com turismo étnico, de base comunitária, ecológico e/ou de experiência. Entendemos que em cada território, as atividades se constroem de forma diferenciada devido às singularidades locais. Mas em todas elas, quando planejadas com a participação ativa dos atores locais e executadas com o olhar atento sobre as necessidades do visitante e anfitrião, as



atividades turísticas podem se tornar uma ferramenta benéfica para construção de espaços de visibilidade, diálogo e protagonismo indígena.

Dessas experiências dá-se a criação de campos de troca cultural para se aproximar e aprender o *nhandereko*, onde a partilha de saberes vai dos modos de construção tradicional, passando pelo modo de cuidado com os alimentos, a preservação da natureza e até, por exemplo, a realização de Curso de extensão de Língua e Cultura Guarani.

Outro aprendizado constante da AUPI é certamente a formação de seus integrantes e colaboradores, que experimentam uma intensa relação entre si e com os povos indígenas, o que promove um aspecto transformador e desafiador.

Por fim, vale lembrar uma fala de uma liderança, que quando questionada a respeito do projeto a ser construído afirmou: “*Vocês que digam para a gente, o projeto é nosso*”. Trata-se de um campo de troca de aprendizados e colaboração que permite que um modo de bem-viver seja vislumbrado. Um aprendizado mútuo que transforma todos os envolvidos e permite sonhar com um modo de vida em respeito à natureza, aos conhecimentos e sabedorias ancestrais e em respeito de todos os seres.

2.2 A firmeza do olhar no horizonte de infinitas possibilidades

O ano de 2020 iniciou-se com um desafio global que não tardou em impactar o Brasil: a pandemia de Covid-19⁴⁶. O contexto pandêmico exigiu o distanciamento e isolamento social como medida fundamental no enfrentamento do vírus e na redução do seu contágio. Estas e outras medidas de saúde foram implantadas também nos T.I.’s, reconfigurando assim a atuação dos coletivos indigenistas e, conseqüentemente da AUPI com estes T.I.’s.

Entre as comunidades indígenas, o início do contexto pandêmico foi marcado pela forte atuação das lideranças, que rapidamente se mobilizaram com a campanha “*Parente, fique na aldeia*”⁴⁷. Campanha que mais uma vez demonstrou o caráter educativo do movimento indígena, como bem explica Daniel Munduruku (2012).

Somada às medidas capitaneadas pelos próprios governos municipais e estaduais, esta decisão organizada pelo movimento indígena favoreceu a redução do contágio, entretanto,

⁴⁶ Para mais informações ver: Agência Brasil. *Organização Mundial da Saúde declara Pandemia de coronavírus*. 11 de março de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

⁴⁷ Para maiores detalhes, ver: Instituto Socioambiental. *#FicaNaAldeia: veja como indígenas e povos da floresta podem combater a Covid-19*. 03 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ficanaaldeia-veja-como-indigenas-e-povos-da-floresta-podem-combater-a-covid-19>



reconfigurou as relações das comunidades indígenas (urbanas e rurais) com o restante da sociedade civil, bem como com os grupos e coletivos indigenistas, a exemplo da atuação da AUPI.

Do desafio do isolamento social e da necessidade de atender às demandas advindas das populações indígenas em detrimento do contexto pandêmico, a AUPI reconfigurou a sua organização interna e o seu modo de atuação, criando novas formas de agir, mas mantendo sua identidade de trabalho em coletivo, movendo-se com e para as comunidades indígenas e sempre visando pela manutenção da autonomia destas populações.

A primeira grande mudança advinda desta nova conjuntura que se impôs ao coletivo foi o de interromper todas as suas atividades presenciais nos T.I.'s, isso é, as vivências que estavam programadas e as atividades relacionadas ao calendário festivo *Guarani*. A segunda grande alteração foi o de reconfigurar a sua atuação para o modelo virtual, utilizando das redes sociais e mídias de comunicação para continuar a acolher as demandas destes territórios, relacionadas à novas obras que as comunidades necessitam realizar (banheiros, casas de reza, entre outras); a geração de renda e a proteção ambiental.

Desta forma, germinaram as campanhas online de arrecadação de fundos direcionadas para estas construções tradicionais das quais os T.I.'s solicitaram apoio e para as demais necessidades. Neste formato o coletivo administrou as campanhas, atuou na divulgação e foi responsável por arrecadar, através de doações, todo o valor solicitado pelas comunidades. Ao final os recursos arrecadados foram transferidos integralmente às comunidades, que estiveram encarregadas de realizar as compras dos materiais necessários e em fazer as obras, garantindo assim que não houvesse a entrada de não-indígenas no território tradicional.

Neste formato foi possível arrecadar recursos para a construção da casa de reza na Terra Indígena do Jaraguá (São Paulo-SP), para a casa de Reza do novo núcleo da Terra Indígena Rio Silveiras (Bertioga-SP). Outra atuação neste modelo virtual e a distância foi a campanha de arrecadação de recursos para a compra de um barco para o T.I. *Takuari* (Eldorado-SP) a ser usado para vigilância e proteção ambiental do T.I. Outra atuação do coletivo foi a parceria na viabilização do curso de língua e cultura Guarani, oferecido por companheiros indígenas do T.I. do Jaraguá pela primeira vez em formato online, contribuindo com a geração de renda da comunidade e fortalecimento da cultura *Guarani Mbyá*.

A terceira e última atuação do coletivo até o presente momento relacionada à conjuntura de pandemia diz respeito às ações realizadas pela Frente de Apoio aos Povos Indígenas do Brasil (FAPIB-SP), rede formada pela sociedade civil organizada, indigenistas,



lideranças indígenas, instituições do terceiro setor, poder público e universidades. A AUPI compõe esta frente como sendo o único coletivo indigenista, contribuindo com sua experiência de atuação em T.I.'s, bem como com a sua expertise de gestão e de trabalho colaborativo.

A FAPIB-SP atua acolhendo demandas de todos os T.I.'s do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. As demandas estão relacionadas à cinco grandes frentes de atuação – todas possuem algum membro da AUPI como integrante –, sendo: a) Frente de Logística, responsável pela distribuição de mantimentos (alimentos, EPI's e produtos de limpeza/higiene) e que até outubro de 2020, época que escrevemos esses relatos, já somaram mais de 115 toneladas entregues a mais de 2 mil e 900 famílias espalhadas em 109 territórios indígenas e comunidades em contexto urbano; b) Frente de Saúde, encarregada de monitorar o Covid-19 na população indígena de cerca de 8 mil e 300 pessoas, bem como acompanhar o número de casos e mortes e o acesso aos serviços de saúde pública; c) Frente de Educação Indígena, responsável por articular a temática indígena e a Licenciatura Indígena, dentro das universidades públicas de São Paulo e Rio de Janeiro; d) Frente de Monitoramento de Dados, responsável pela criação do sistema da FAPIB-SP, cruzando informações advindas da Funai e das lideranças indígenas; e) Frente Jurídica, formada por advogados e procuradores do Ministério Público Federal, responsáveis por orientar as comunidades em questões legais e acolher as ações públicas.

A colaboração da AUPI junto à FAPIB-SP ofereceu ao coletivo a possibilidade de colaborar através de uma gestão estratégica de uma agenda integrada com os diversos atores da sociedade em prol das necessidades dos povos originários. Ademais, permitiu que o coletivo expandisse a sua prática para todo o estado de São Paulo e, agora, o estado do Rio de Janeiro.

Ao avaliar o impacto da pandemia é possível mensurar alguns desafios relacionados ao contexto indígena e à sociedade; trazendo desafios concretos para todos os sujeitos humanos em sua cotidianidade, bem como retirou o véu que cobria as desigualdades no Brasil, evidenciando as vulnerabilidades sociais existentes e a complexidade dos problemas nos centros urbanos e dentro dos T.I.'s. Para o Estado está posto um emergente desafio no campo das políticas públicas indígenas, por exemplo, para a garantia da soberania alimentar e da saúde pública diferenciada.

Para a sociedade civil e terceiro setor, por outro lado, é possível refletir sobre os desafios relacionados à permanência das ações colaborativas e daquelas que carregam em seu



bojo elementos de responsabilidade social e cidadã junto a estes povos. E, por fim, mas não menos importante, para os coletivos indigenistas como é o caso da AUPI, um dos grandes desafios postos está relacionado a manutenção e preservação de sua atuação em defesa dos povos indígenas e da autonomia desses povos, com ações, por exemplo, para um desenvolvimento com mais envolvimento, rompendo com os paradigmas hegemônicos. Neste último desafio pudemos compreender ser possível enfrentá-lo quando há união e vontade social para tanto.

3 Olhar para trás e perceber que não caminhamos só

Pãvê jajerojy tekoa porã py javy'a, javy'a

Todos nós reverenciando na aldeia bonita e se alegrando

Fonte: Albúm Ñande Reko Arandu "Memória Viva Guarani", 2000.

A AUPI atua através de uma equipe multi e interdisciplinar que reúne pessoas de diversas áreas da ciência e do conhecimento tradicional, como, por exemplo, turismólogos, gestores ambientais, terapeutas, antropólogos, arquitetos, gestores de políticas públicas, moda e músicos. Temos o hábito de nos reunir semanalmente de forma presencial, porém, devido ao contexto pandêmico, nossos encontros e articulações estão se dando de forma remota (on-line).

Este conjunto de pessoas atuando em coletivo e suas das relações e trocas afetivas de interação, gera a cada campanha e projeto alcançado, uma atmosfera que atrai uma rede novos apoiadores, que passam em mutirão a conhecer de perto o contexto e a causa/luta dos povos indígenas; trabalhando juntos e fazendo parte dela a partir de então, cada um com sua perspectiva e sabedoria de vida. Todos enredados em nossas relações e caminhos de vida.

Trabalhamos para construir e realizar sonhos, entretanto, reconhecemos as nossas limitações humanas, que, em muitos momentos, se manifestam através de atritos em nossas relações internas do coletivo. Entendemos que isso tudo se trata de um processo humano, natural e orgânico, ao qual somos convidados constantemente a buscar o nosso desenvolvimento interno e coletivo, ultrapassando as barreiras, vencendo os obstáculos e fortalecendo ainda mais essa sagrada oportunidade que é caminhar e aprender juntos.

Os conflitos e as limitações do nosso Estado e da nossa sociedade também nos alcançam, é claro! Somos conscientes disso. Entretanto, até hoje, nenhuma dessas



dificuldades apresentadas por essas arenas foram capazes de impedir a realização desses sonhos. Acreditamos no potencial que é gerado pela união humana, pela fraternidade e pela força que emerge de corações dispostos ao “trabalho”.

Hoje, e desde de 1.500, se existe alguma força de nossa estrutura social capaz de oferecer prejuízos aos povos indígenas e, consecutivamente, ao nosso trabalho, essas forças são provenientes do próprio Estado; quais, através de suas leis e ações práticas, têm retirado Direitos e construído políticas públicas excludentes, que geram grandes problemas ao modo de vida tradicional indígena.

Também vale apontar alguns outros desafios e dificuldades em nossa caminhada. Estamos atentos aos impactos de nossas atuações nas comunidades e sempre abertos para melhorias e adequações em nossas ações. A temática do financiamento, o limite entre trabalho voluntário e pagar para trabalhar é um aspecto relevante que nos impacta. A manutenção de integrantes do coletivo ao longo do tempo, bem como sua formação para o trabalho indigenista também é desafiador. Por fim, como já dito acima, nos atravessam os conflitos sociais estruturais no campo das questões de gênero, raça e classe. Sempre atentos para esses desafios, buscamos aprender e crescer nessa caminhada.

4 A força que nos guia no caminho pela floresta adentro

Tata rovere oñembopere mitã mandu'ápe.

Tata rendague oho chendive.

Oje'ove'yva tata rovasa,

ohapy vaekue

che ñe'ẽ.

A fagulha do fogo deixou seus vestígios na memória da criança. E a marca do fogo seguiu-me pela vida. O que não se apaga, benção do fogo, queimou então minha palavra.

Fonte: Poema Guarani. DELGADO, 2009.

Sempre na esperança de um novo amanhã, abaixo encontram-se alguns sentimentos que os parentes vibraram para um retorno renovador da AUPI e sobre as marcas que o coletivo deixou por onde passou. Estes depoimentos foram realizados com alguns moradores das três comunidades indígenas que a AUPI mais desenvolveu trabalhos em parceria, sendo: TI Jaraguá (São Paulo, SP), TI Tenondé Porã (São Bernardo, SP) e TI Rio Silveiras (Bertioga, SP). A pergunta que orientou os depoimentos abaixo foi: “O que é a AUPI para você e o que ela representa para você e para a sua comunidade?”



Karay Mirim (José Karay) – T.I. Tenondé Porã (São Paulo, SP/BR)

“Interessante esse grupo que vocês criaram, porque eu vejo que vocês tem preocupação das comunidades da Aldeia Brilho do Sol. Eu vejo que precisa de apoio de alguém, das pessoas. Pra mim eu acho que vocês, esse grupo é parceiro nosso. Estou vendo que vocês querem ajudar a nós. A gente precisa muito do apoio de vocês, né? Só nós aqui fica difícil, não tem ninguém para correr atrás. A Lídia tem muito trabalho. Ela sozinha não consegue fazer tudo. Pra mim é ótimo ter um grupo que ajuda nós. É isso.”

Kerexú Rete (Lídia Veríssimo) – T.I. Tenondé Porã (São Paulo, SP/BR)

“Vocês são minha família. Xiao, Carlos, Juliano, todos vocês da USP são minha família que eu posso confiar; pedir apoio, que me ajuda, que já me ajudou e vai me ajudar mais ainda na construção da escola, pra terminar a cozinha, muito mais. Então vocês são minha família, todos vocês.”

Xeramõi Karay Liveis - T.I. Rio Silveiras (Bertioga, SP/BR)

“[...] Meu nome é Liveis, Pajé, sou da Aldeia Rio Silveiras. [...] A Opy'i pra gente é muito importante por causa dos jovens, das crianças que participam na Opy'i pra eles terem algumas experiências na aldeia, como funciona a Opy'i. O Pajé conversa com eles pra eles entenderem. [...] Porque a casa de reza hoje ela ta sendo construída na aldeia por causa que os pajés estão querendo voltar, de aprender mais coisa na casa de reza. As vezes em algumas aldeias não têm a Opy'i, mas tem o pessoal que está ajudando, a USP, alguns parceiros e que estão ajudando os indígenas. Isso que pra mim, na minha visão, na minha experiência é muito importante a Opy'i pra gente. E também para não índios, para eles conhecerem. Levarem energia boa, todas essas coisas é o pajé que coordena a casa de Reza e ele recebe qualquer um, não tem uma coisa que a pessoa não pode entrar. Casa de Deus é a casa de todos. Por isso aqui na Rio Silveiras tem a Opy'i e eu recebo os índios, não índios. [...] Vamos construir a Opy'i nas aldeias pra gente salvar nossas famílias e a nossa comunidade. [...] Pra mim foi muito bom, porque naquela época eu não conhecia ninguém. Nhanderu também que ajudou a gente também a se unir, depois

veio mais pessoas, pessoas boas, que querem ajudar a construir alguma coisa, plantar, ou fazer uma horta. Eu me lembro muito de vocês que vieram aqui e carregaram a madeira da cachoeira em cima do caminhão, uma coisa muito bonita que eu vi, porque é assim que a gente consegue construir alguma coisa, é unido, parece formiguinha. Isso é muito legal pra mim. Eu me lembro muito bem que aconteceu até o final. Eu gosto muito de vocês. Vocês são guerreiros e guerreiras que apareceram aqui na minha vida, para me fortalecer também. Eu estava muito triste quando meu avô faleceu (Xeramõi Awa jjiokó, Samuel Bento em juruá), não sabia como ia fazer e de repente apareceu guerreiro de fora para dar apoio pra mim. Eu me lembro muito bem que não foi muito fácil pra mim. Pedi muito para Nhanderu para me iluminar. [...] Meu avô era um pajé muito importante na aldeia. Eu rezava muito para Nhanderu iluminar meu caminho e construir uma casa de reza pra ele e aconteceu isso através de vocês. Nhanderu, Jorge, Bruno, João, Caio também que estava naquela época. E as outras pessoas mais que eu não sei o nome de todos, mas eu agradeço muito aquelas pessoas que me ajudaram. Que Nhanderu proteja todos vocês e de mais coisas pra vocês. [...] Quando aconteceu essa doença que chegou no Brasil, o Pajé aqui ficou muito forte, começou a rezar, eu lembrei de vocês, do pessoal que passou aqui, esteve comigo.

Ara Mirim (Sonia Barbosa) – T.I. Jaraguá (São Paulo, SP/BR):

“Jayiju! Sou Ara Mirim, liderança da TERRA Indígena do Jaraguá. A AUPI pra mim significa bastante coisa. É muito importante. Aliança Universidade e Povos Indígenas, foi o Carlos, junto com as outras companheiras, a Xiao, sempre esteve presente na comunidade. A partir do momento que o Carlos nos conheceu, sempre nos apoiou, sempre ajudando, sempre junto. Nunca dizendo não. Então o que significa a AUPI pra mim é fortalecimento, reconhecimento, respeito a nós povos indígenas e ao Jaraguá. Faz um trabalho bacana no litoral, na aldeia do Rio Silveiras. E as pessoas que estão juntos com ele, os alunos, são pessoas que sempre está do nosso lado. Hoje eu tenho a Xiao como uma irmã minha, tenho o Carlos como fazendo parte da minha família. A AUPI é uma grande família, acho que é esse o nome que se dá mesmo. Eu pessoalmente, o que significa para a comunidade é respeito. Acho que essa é a palavra mais correta que dá um sinônimo



pra tudo isso. Respeito a nós, respeito quando chega dentro da nossa aldeia, a lição e ensinamento que o Carlos faz assim que chegam os alunos, na preparação. Acho que é isso, a AUPI significa pra mim e pra nossa comunidade respeito, é a principal frase que tenho pra dizer o que é a AUPI pra mim”

Karai Popygua (David Popyguá) – T.I. Jaraguá (São Paulo, SP/BR):

“Eu conheci alguns jovens que compõe essa organização e também pude acompanhar alguns dos projetos que foram desenvolvidos em comunidades. E como a minha vida mais ligada a essa parte espiritual, junto aos nossos Xeramões, Xejari e na Opy’i, essa forma de apoiar uma comunidade indígena levando esse suporte para construção ou fortalecimento da espiritualidade dentro de uma comunidade na construção de uma Opy’i, ou uma vivência que leva pessoas para conhecer uma comunidade e a espiritualidade do povo e poder também contribuir com uma parte importante da comunidade indígena, principalmente guarani, que é a questão do turismo, artesanato. A maioria das mulheres sobrevivem do artesanato. Claro que agora durante a pandemia ficou muito difícil essas visitas e até vejo na realidade uma dificuldade maior das famílias de conseguir ter alguma renda, mas eu acho que se não fosse a pandemia, sem dúvida o trabalho da AUPI sempre fazendo essas visitas em comunidades, levando a cultura indígena para vários lugares é muito importante. Sou feliz também de ter tido a oportunidade de em uma parceria conseguir o levamento de um recurso para a construção de uma casa de Reza, já está quase pronta. E fico muito feliz de ver que esse apoio da AUPI chegou aqui. Claro, temos muitas demandas, mas uma coisa que me toca bastante é saber que quando eu tive essa necessidade de ter um suporte, um apoio de algum parceiro que pudesse ajudar na construção de uma casa de reza eu pensei no Carlos, na AUPI, que aí foi quando deu tudo certo, de uma forma muito tranquila e direta. Foi fluindo tudo muito bem. Fui muito bem acolhido.

E fico feliz de saber que essa organização, a AUPI tem essa característica de já saber dialogar, conversar e respeitar a espiritualidade do meu povo Guarani. Isso pra mim, a AUPI hoje é uma organização muito interessante que trabalha nessa linhagem mais espiritual, ao meu modo de ver.”

Quando questionado sobre qual era a importância e a relevância da AUPI, David Karai Popygua respondeu:

“Sobre a importância e relevância desse trabalho da AUPI, eu acredito que como eu sou uma liderança, um Guarani que sempre andou por muitas aldeias, eu vejo as demandas nas comunidades, justamente essa presença da AUPI nas comunidades indígenas, do meu povo Guarani. Tem uma relevância muito importante, nas demandas tão específicas que são tão difíceis muitas vezes de serem atendidas. Porque quando se fala em construção de casa de reza, por exemplo, não entra dentro de um planejamento de orçamento da SESAI, por exemplo, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, apesar de a casa de reza ser uma parte importante da nossa saúde espiritual Guarani e a SESAI ter previsto isso e o respeito das especificidades de saúde indígena, como a espiritualidade. Mas nem na SESAI, nem na questão de educação ligada ao MEC, nem na própria Funai a gente consegue ter esse apoio na construção de casas de reza. Então é muito importante essa parceria da AUPI, porque proporciona esse suporte e esse apoio a uma demanda que é, que trata da educação tradicional, casa de Reza é educação espiritual, é saúde, saúde do corpo, saúde do espírito tradicional, é a nossa escola, nossa universidade. Justamente um dos lugares mais importantes de uma comunidade Guarani que é o Opy’i a gente não tem esse apoio por parte do governo. Então essa iniciativa dessa organização, a AUPI, sem dúvidas tem uma relevância muito grande no apoio a construção de novas casas de reza.

Referências

AILTON KRENAK. **“Pensando com a cabeça na terra”**. São Paulo: Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia da Universidade de São Paulo, 2017.

DELGADO, Susy. **Uma chama, uma língua, uma tradução: Seis poemas traduzidos do**



guarani ao português. Revista Eutomia Ano II – Nº 01 (624-629). 2009.

ESTÉS, P. Clarissa. **Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias dos arquétipo da mulher selvagem.** 1ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

IBGE. **Censo Brasileiro de 2010.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2012.

MACHADO, Jorge. **Reflexões sobre o Tempo Social.** In: Revista Temática Kairós Gerontologia, “Vulnerabilidade/Envelhecimento e Velhice: Aspectos Biopsicossociais”, 2012.

MACHADO, Jorge; FERREIRA, Carlos H. (Organizadores). **Resistência Guarani: Uma Vivência na Aldeia Rio Silveiras.** Tendenz: São Paulo, 2016.

MACHADO, Jorge; FERREIRA, Carlos H; ATAÍDE, Maira T. **Ensino-Aprendizagem através de vivências com povos indígenas.** Revista Gestão de Políticas Públicas, v. 2, nº 2, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)** / Daniel Munduruku. - São Paulo : Paulinas, 2012.

SANTOS, N. Livia. **A lírica menor: por uma Teoria da Literatura das Literaturas africanas de Língua portuguesa.** In: SANTOS, José Henrique de Freitas; Ricardo RISO. (Org.). *Afro-rizomas na diáspora negra.* Rio de Janeiro: Kitabu, 2013, v. 1, p. 89-102.



Breve trajetória da Organização Anarquista Socialismo Libertário (São Paulo, 2009-2019)

Felipe Corrêa, Lennon Oliveira Matos

Este capítulo mapeia e discute, brevemente, a trajetória da Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL), de São Paulo, em seus 10 primeiros anos de existência. Ele sintetiza alguns resultados de uma pesquisa mais ampla, que já vem sendo conduzida há certo tempo.

Essa trajetória vincula-se, diretamente, à história do chamado *anarquismo especificista*⁴⁸ na América Latina, que encontra na Federação Anarquista Uruguaia sua principal referência. Foi sob sua influência direta que o *especificismo* desenvolveu-se no Brasil. Primeiro, no Rio Grande do Sul, com a fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), em 1995; depois, em diversas regiões do Brasil. Experiências de impacto nacional, como a Organização Socialista Libertária (OSL, 1997-2000), o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO, 2002-2012) e a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB, 2012-) constituem parte desta tradição.

Em São Paulo, tal corrente anarquista também se desenvolveu, a partir de meados dos anos 1990, com a experiência da Organização Socialista Libertária – São Paulo (OSL-SP). Esta encabeçou, junto a outras iniciativas por ela impulsionadas, a primeira geração do anarquismo especificista em São Paulo, entre 1996 e 2007. Ela foi seguida por outra experiência organizativa, iniciada no ano seguinte, e que se concretizou em 2009, com a fundação da OASL, protagonista da segunda geração do especificismo paulista.

⁴⁸ O *anarquismo especificista* ou *especificismo* pode ser definido como uma corrente anarquista, surgida na América Latina, cujos aspectos centrais encontram-se na noção de organização em dois níveis distintos e complementares (dualismo organizacional): da organização específica anarquista (organização política, partido) e dos movimentos populares (sindicatos, movimentos sociais etc.). Trata-se de uma corrente organizacionista, que preconiza uma organização anarquista que opere com unidade teórica, ideológica, estratégica, tática, e também com responsabilidade coletiva. É que tenha condições de incidir eficazmente em sindicatos e movimentos sociais, promovendo um programa de construção do poder popular. Isso significa influenciar tais movimentos no sentido da articulação ampla e não ideologizada; do classismo e da combatividade; da autonomia e da independência de classe; da ação direta, da autogestão e do federalismo das lutas; da conciliação entre objetivos imediatos (reformas) e perspectiva revolucionária, entre movimentos de massa e formas de luta avançada. Para saber mais sobre o anarquismo, ver: Corrêa, 2015. Para saber mais sobre o especificismo, ver: Mechoso, 2015; FARJ, 2008. Na internet: Site da OASL (<https://anarquismosp.wordpress.com>), Site da CAB (<http://cabanarquista.org>), Site Anarkismo.net (<http://anarkismo.net>).

Em todo o Brasil, e também em São Paulo, a trajetória dessa corrente esteve profundamente vinculada a diferentes movimentos populares. Ela criou e participou de iniciativas sindicais, estudantis, comunitárias, agrárias, e promoveu lutas de conteúdo classista, feminista e antirracista. Nelas imersa, buscou fortalecer um programa, uma linha de trabalho, cujo impacto se fez sentir em distintas partes do Brasil.

Nas próximas páginas – depois de abordar as origens do anarquismo especificista na América Latina e no Brasil, assim como os precursores dessa corrente em São Paulo –, apresentamos e analisamos as concepções e realizações da OASL entre 2009 e 2019. Mesmo levando em conta nossa participação em parte importante dos acontecimentos estudados, esperamos ter produzido um texto honesto, baseado em exposições e reflexões equilibradas das diversas fontes que utilizamos.⁴⁹

Origens do especificismo e experiências brasileiras: da Federação Anarquista Uruguaia à Coordenação Anarquista Brasileira

Como mencionado, as origens do anarquismo especificista encontram-se na relevante experiência da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), fundada em 1956. Durante os anos 1960 e 1970 – num contexto marcado por crise econômica, aumento de influência dos Estados Unidos na região, crescimento das mobilizações populares e endurecimento do governo –, a FAU conformou uma das maiores forças políticas da esquerda uruguaia.

No campo sindical-popular, foi influente na Convención Nacional de Trabajadores (CNT), central sindical que ajudou a fundar em 1964, e na qual atuou, por meio da chamada Tendência, um nível organizativo intermediário entre a FAU e a CNT. Esteve presente em distintas categorias de trabalhadores e protagonizou inúmeros conflitos e greves. Também articulou a Resistencia Obrero Estudiantil (ROE), unindo trabalhadores, vizinhos e estudantes num movimento combativo construído pela base. No campo armado, criou e impulsionou a Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales (OPR-33), que investiu em sabotagens, expropriações, sequestros e apoio a conflitos sociais.

A FAU ainda desenvolveu uma rica produção no campo teórico. Documentos marcantes, que beberam em clássicos anarquistas como Mikhail Bakunin e Errico Malatesta – assim como em outros autores, mais ou menos vinculados ao campo libertário –,

⁴⁹ Essas fontes incluem: bibliografia e outros recursos, tais como livros, artigos, textos, vídeos e sites, acadêmicos e não acadêmicos; documentos públicos, produzidos pela corrente/organização anarquista analisada, e também por outros atores do meio libertário; várias entrevistas com militantes que fizeram e/ou fazem parte dos processos em questão, as quais permanecerão anônimas a pedido deles; arquivos internos, tais como atas, documentos e mensagens, cujo acesso nos foi facilitado graças à mencionada proximidade dos acontecimentos em questão.

contribuíram com o desenvolvimento do especificismo. Dentre os mais influentes estão: as inúmeras *Cartas da FAU*, *Copei* [A luta armada e a tarefa revolucionária] e *Huerta Grande* [A importância da teoria].

Ao longo dos anos 1970, sofreu uma imensa repressão, tendo grande parte de seus quadros presos, torturados, desaparecidos e mortos, tanto no Uruguai – num processo que foi acentuado depois do golpe de 1973 –, quanto na Argentina – para onde a militância se deslocou e atuou, até o golpe de 1976. (Mechoso, 2009; Rugai, 2012; Alves, 2014)

Com a reabertura do regime, a FAU rearticulou-se no Uruguai entre 1985 e 1986, retomando suas posições anarquistas e estabelecendo uma estratégia para os novos tempos. Daquele momento até o presente, passou a gerir uma sede e uma gráfica próprias e a retomar os trabalhos: sindicais, em diversas categorias; comunitários, nos ateneus e bairros; e estudantis, em escolas e universidades. (Rocha, 1995; Militantes da FAU, 2012/2020)

Além disso, a organização uruguaia também investiu muito na difusão e na articulação do especificismo em outros países da América Latina. O maior fruto desse esforço internacional deu-se, justamente, no Brasil. Desde 1994, as contribuições da FAU nesse sentido foram fundamentais; tanto para a referida fundação da FAG, no ano seguinte, quanto para o surgimento do processo de Construção Anarquista Brasileira, em 1996.

Difundido para várias partes do Brasil por meio do documento “Luta e Organização: pela Construção Anarquista Brasileira”, o projeto da Construção pretendia criar, em cinco anos, instâncias específicas do anarquismo em várias localidades, e subsidiar um projeto futuro de organização anarquista nacional. Intencionava que os anarquistas não apenas se envolvessem na onda de lutas e movimentos populares que emergia em todo país – estimulada, nos anos FHC (1995-2002), pela implementação de um receituário neoliberal, que favorecia as classes dominantes, em detrimento de trabalhadores e pobres –, mas que pudessem orientá-los numa determinada direção. (PCAB, 2015; FAG, 2015, pp. 8-16; Libera, 1995, 1999)

Além do Rio Grande do Sul, tal iniciativa teve impacto considerável em São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, e um papel menor em outras regiões. Dentre os maiores frutos desse primeiro período estão: a OSL, projeto de organização anarquista nacional iniciado em 1997, e que, por ter sido construído sem a devida maturação, tentando antecipar o próprio planejamento da Construção, desarticulou-se por volta de 2000; e a Resistência Popular, agrupamento de tendência – nível intermediário entre a organização anarquista e os movimentos populares – fundado em 1999, com a finalidade de aprofundar o trabalho e a inserção social dos anarquistas, e que existe até o presente em diferentes regiões brasileiras.

Além de “congressos, conselhos, formação política, discussões orgânicas”, tais organizações levaram a cabo “trabalhos comunitários, estudantis, reciclagem e catação de material reciclável, lutas por terra, por teto e participação em cooperativas”. (OASL/FARJ, 2012)

Num segundo período – marcado pelo governo Lula (2003-2010) e início do governo Dilma, que se caracterizou pela tentativa de manter certos pressupostos neoliberais junto a políticas de conciliação de classe e burocratização dos movimentos populares –, reiniciou-se o processo de organização nacional do anarquismo especificista brasileiro. (LL, 2004a; OSL-SP, 2006)

Para tanto, fundou-se, em 2002, o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Tratava-se de uma proposta menos ambiciosa, que pretendia agregar anarquistas que tivessem concordância com a necessidade de organização e o trabalho social (criação e participação em movimentos e lutas populares). Antes de tudo, tal proposta pretendia “separar o joio do trigo”, como se dizia em São Paulo. O campo libertário contava, ainda, com frequentes posições antiorganizacionistas, e questionamentos que punham em xeque o classismo e mesmo a atuação em sindicatos ou movimentos sociais.

A proposta do FAO pretendia estimular a construção de um campo de anarquistas ou libertários com acordos mínimos e, a partir disso, visando não repetir equívocos da experiência da OSL, fortalecer paulatinamente e consistentemente o processo organizativo. Teve certo sucesso nas regiões anteriormente mobilizadas, em especial Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pará; aos poucos, se avançou para Alagoas, Bahia, Goiás e Mato Grosso. (VN, 1997a, OASL/FARJ, 2012)

A trajetória do fórum, entretanto, não se deu sem certos obstáculos. Já em 2004, o Rio de Janeiro não contava mais com a presença do FAO; em 2007, o mesmo se deu em São Paulo. No Rio de Janeiro, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) foi impedida de compor o fórum e a União Popular Anarquista (UNIPA) cindiu. Em São Paulo, a OSL-SP encerrou suas atividades. Obstáculos que lograram ser superados somente entre 2008 e 2009, quando as organizações que haviam permanecido no FAO e outras que vinham sendo criadas por influência da FARJ, conseguiram sanar suas diferenças e unir-se no próprio FAO (OASL/FARJ, 2012).

Todas essas organizações caminharam juntas para a fundação, em 2012, da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), um aprimoramento orgânico do FAO, que passou de um fórum para uma coordenação, visando, no médio prazo, concretizar aquele projeto de organização nacional anarquista enunciado pela Construção ainda nos anos 1990. (FAG, 2012; FAG, 2015, pp. 42-46; CAB, 2012c) Em termos conjunturais, entre 2012 e 2019,

enfrentou não apenas o fim do ciclo petista, mas os efeitos da crise econômica de 2014, o crescimento do lavajatismo, o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, e a ascensão da extrema direita, que culminou na eleição de Bolsonaro, em 2018 (CAB, 2012b, 2015, 2018).

Realizações marcantes do FAO e da CAB, em nível político e social, foram: publicações de teoria e conjuntura; articulação orgânica e crescimento no Brasil; refundação da Coordenação Anarquista Latino-Americana (CALA); contribuição com a rede internacional Anarkismo.net; aprofundamento de trabalhos em vários movimentos populares; participação em inúmeras manifestações e protestos de rua, dentre os quais as Jornadas de Junho de 2013; incentivo à criação de tendências Resistência Popular e outras em distintas regiões do país; contribuir com a organização de 13 edições do Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA), para fortalecer um campo afim nos sindicatos e movimentos sociais da América Latina (Militantes do FAO, 2012/2020; Militantes da CAB, 2012/2020).

Precusores: a Organização Socialista Libertária de São Paulo (1996-2007)

Entre 1996 e 2007, São Paulo contou com a primeira geração de anarquistas especificistas, os quais se articularam, especialmente, na Organização Socialista Libertária de São Paulo (OSL-SP), também sob influência da FAU. Publicamente, como em outras localidades, utilizavam mais a expressão “anarquismo organizado” do que “anarquismo especificista”. Nas referidas experiências nacionais (OSL e FAO), essa geração teve presença marcante. Desde a formação do núcleo Vermelho e Negro, e sua articulação com dois outros núcleos, no ABC e em Campinas, para formar a base da OSL-SP, em 1997. Até a formação do Coletivo Luta Libertária, em 2001, com presença na Grande São Paulo, e a retomada da OSL-SP em 2006, estendendo-se para a Baixada Santista (Militantes da OSL-SP, 2012/2019/2020; LL, 2004b).

Em meados dos anos 1990, o foco dos militantes era o movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP). No boletim *Vermelho e Negro*, que editavam à época, informavam que tinham atuação “em questões relativas às necessidades de um estudante de baixa renda na USP, mais especificamente problemas como moradia, alimentação, transporte e saúde”. E o faziam por meio da associação de moradores do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), que concentrava “alunos oriundos da classe explorada” (VN, 1997b, 1998).

Aos poucos, o trabalho foi sendo ampliado para os bairros. Além de uma frente estudantil, formou-se uma frente comunitária, bastante potencializada pela formação da Resistência Popular – São Paulo (RP-SP), em 1999, que passou a agregar, além dos

especificistas, vários outros militantes. Contou com papel determinante da OSL-SP, cuja militância não apenas propôs e garantiu sua criação, mas também contribuiu de modo definitivo com sua trajetória; encaminhou, por meio dela, todos seus trabalhos sociais. A RP-SP chegou a seis núcleos – USP, Pirituba, Guarulhos (depois dividido em dois), Mogi e Poá – pouco menos de uma centena de membros e editou o *Boletim da Resistência Popular* (Militantes da OSL-SP, 2012/2019/2020).

De 2001 a 2007 houve um conjunto de iniciativas importantes protagonizadas pelos especificistas paulistas. Em nível político, além do trabalho organizativo, merecem menção: a edição de quatro livros, do boletim *Combate Anarquista*, do jornal *Socialismo Libertário* e do documento-programa *Socialismo Libertário: um projeto em construção*; a gestão do Espaço Buenaventura Durruti, que promoveu muitos eventos e palestras. Em nível social, como parte da RP-SP, esses anarquistas tiveram, além de experiências estudantis (com secundaristas e universitários), comunitárias (em bairros e associações de moradores) e com catadores de material reciclável, outras, que merecem destaque: a atuação em duas ocupações urbanas de grande porte, em Guarulhos e Osasco, e a prática sindical no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

Em Guarulhos, os especificistas e outros membros da RP-SP agregaram-se ao processo da ocupação Anita Garibaldi – ocorrida em 2001, e que chegou a reunir 3 mil famílias –, conformando uma força político-social minoritária e contribuindo com a rotina de tarefas e as lutas do movimento (MTST, 2013). Em Osasco, na ocupação Carlos Lamarca, de 2002, que chegou a reunir 4 mil famílias, o caso foi diferente. Junto com o Movimento de Luta Popular (MLP), os militantes da RP-SP articularam os preparativos para a ocupação, a entrada no espaço e a massificação do movimento (Worker, 2002). Disputaram mais igualmente os rumos do processo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), cuja aliança tática, nas duas ocupações, envolveu conflitos permanentes, graças às distintas - e autoritárias - concepções organizativas deste movimento.

No campo sindical, foi bem importante o trabalho realizado na APEOESP com a militância integrando a Intersindical, vencendo as eleições na subsede de Santos e garantindo presença influente em outras: Pirituba, São José dos Campos, São Roque, Guarulhos e Poá (Militantes da OSL-SP, 2012/2019/2020).

A OSL-SP persistiu até 2007, quando encerrou suas atividades, o mesmo aconteceu com a RP-SP. Foram determinantes para tanto, o grande desgaste da militância e certo ceticismo frente ao potencial do projeto.

Organização Anarquista Socialismo Libertário: concepções e realizações

A primeira década de existência da OASL pode ser exposta em cinco períodos, que se relacionam com os marcos organizativos mais significativos, e, também, com seus fluxos e refluxos. São eles: processo de rearticulação e fundação (2008-2009); construção dos alicerces (2010-2011); aprofundamento e ajuste de organicidade e trabalhos (2012-2014); dificuldades e reorganização (2015-2016); renovação e crescimento político e social (2017-2019).

Ao longo desses anos, a organização vivenciou tanto as consequências da conjuntura nacional – com a passagem do petismo ao lavajatismo, e deste ao profascismo –, quanto da conjuntura estadual. Embora mais estável, pois esteve sempre sob hegemonia tucana, esta acompanhou em certa medida o processo nacional de radicalização da direita. O governo do estado investiu fortemente no desmonte da educação básica e das universidades públicas; avançou em direção às privatizações e às parcerias público-privadas em setores como saúde e cultura; protagonizou uma repressão brutal, por meio da PM, aos jovens negros e periféricos (Militantes da FASP/OASL, 2020).

1 Processo de rearticulação e fundação (2008-2009)

Apenas um ano depois do fim da OSL-SP, o anarquismo especificista voltou a articular-se na capital. Não se tratava exatamente de uma continuação do projeto anterior, pois esta segunda geração surgiu de maneira independente, ainda que contasse com um ex-membro da OSL-SP, e carregasse influências consideráveis de seus aspectos teóricos e práticos (assim como daqueles de Luta Libertária, RP-SP, etc.). Traziam, também, influências do Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP), que contribuíra, anos antes, com sua aproximação ao anarquismo.

Contudo, a maior influência dessa nova geração foi a FARJ. Vinda para São Paulo apresentar seu projeto num encontro contracultural, no início de 2008, essa organização proporcionou as condições para o encontro entre um de seus militantes, que morava em São Paulo, e outros, que à época articulavam o Centro de Cultura Social – Antônio Martinez (CCS-AM). Constituiu-se, a partir desse encontro, o Núcleo Pró-Federação Anarquista de São Paulo (Pró-FASP), outra experiência brasileira no campo de influência da FARJ, que, como dito, permanecia ainda fora do FAO.

Os militantes do Núcleo Pró-FASP esboçaram uma estratégia para a construção da organização anarquista em São Paulo, que consistia num duplo esforço: garantir o crescimento orgânico e aprofundar trabalhos sociais que já vinham sendo feitos, ou mesmo

abrir outros, na medida das possibilidades (Arquivos do Núcleo Pró-FASP, 2008-2009; Militantes da FASP/OASL, 2020; OASL, 2011b).

Para tanto, expuseram a proposta do especificismo em dois amplos Encontros Pró-FASP, que aconteceram, respectivamente, em julho de 2008 e julho de 2009. No primeiro, que reuniu quase 100 pessoas de diferentes cidades do estado, distribuíram aos presentes um texto que explicava:

O modelo que escolhemos adotar é o modelo conhecido na América Latina como “especificismo”. Trazido do Uruguai, o termo “*especificismo*” refere-se a dois eixos fundamentais que marcam a atuação anarquista: a *organização* e a “*inserção social*”. [...] A inserção social reforça a ideia de que *os anarquistas devem buscar, além destes aspectos de reforço da memória e da promoção da cultura libertária, principalmente, ter um papel relevante na luta dos movimentos sociais e populares* (Núcleo Pró-FASP, 2008a).

Houve três eixos de discussão: exposição da proposta da FARJ⁵⁰ - feita pela militância da própria organização -, inserção social e organicidade. Num quarto, mais prático, encaminhou-se a criação de um grupo de apoio, ao qual se somaram todos os interessados; esse grupo passou a reunir-se periodicamente e, com o devido acompanhamento, subsidiou os ingressos no núcleo da capital (Núcleo Pró-FASP, 2008b).

No segundo encontro, com presença de 150 pessoas, também houve participação da FARJ, e também da FAG – acontecia, naquele momento, o processo de unificação do especificismo brasileiro. Houve discussões sobre movimentos sociais no campo e na cidade, atuação anarquista no Brasil e no mundo, análise de conjuntura, papel das mulheres e feminismo no anarquismo. E se apresentaram os trabalhos sociais que começavam a se conformar: a gestão do CCS-AM, um espaço comunitário na periferia da zona leste paulistana que organizava atividades culturais no bairro; os contatos estabelecidos no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), regional da Grande São Paulo, e também no movimento indígena; as atividades relativas à questão de gênero, na Agrupação Cultural Feminina Ela Luta (Núcleo Pró-FASP, 2009b).

Ao longo do segundo semestre de 2009, a militância paulista preparou a fundação da FASP. Além de decisões concernentes à organicidade, buscou aprofundar seus trabalhos, em especial nas Comunas (assentamentos rurais e urbanos) do MST, que pareciam oferecer mais possibilidades. Organizou um evento cultural na Comuna Irmã Alberta (Perus), colaborou

⁵⁰ Esta proposta foi formalizada no documento *Anarquismo Social e Organização* (FARJ, 2008), aprovado no I Congresso da FARJ, que aconteceu um pouco depois desse encontro e contou com delegação do núcleo Pró-FASP. Esse documento tornou-se uma referência central na formação da FASP.

com trabalhos de base e ocupações que aconteceram no período e promoveu com a FARJ, um encontro entre um movimento de desempregados do Rio de Janeiro e os Sem-Terra de São Paulo (Núcleo Pró-FASP, 2009a; Arquivos do Núcleo Pró-FASP, 2008-2009; Bucaneiro Produções, 2008).

Enfim, em 18 de novembro, foi fundada a Federação Anarquista de São Paulo, num evento no espaço Ay Carmela, no centro da capital, com a presença da militância e de alguns convidados. Leu-se um “Manifesto de Fundação”, que afirmava a necessidade de trabalho nos movimentos populares.

- Os movimentos populares que organizam, por suas necessidades, as classes exploradas que sofrem os efeitos da luta de classes nos parecem os únicos meios para operar uma transformação revolucionária da sociedade visando à construção do socialismo.
- Assim, nossos esforços devem buscar construir e participar destes movimentos.
- Neste processo de construção e participação, estar nos movimentos individualmente e desorganizados não é suficiente. É fundamental que estejamos lá com um projeto programático e com a devida organização.
- Devemos nos preocupar com a relação entre a organização anarquista e os movimentos populares para não incorrerem em conhecidos equívocos: nem estar atrás dos movimentos, “a reboque” deles, nem à frente, querendo exercer função de partido de vanguarda.
- Para isso, não é suficiente a autoidentificação como anarquista, mas a identificação com um projeto determinado. Precisamos de um modelo de organização que dê conta dos objetivos que nos propomos a atingir.
- Estas premissas apontam para a necessidade de criarmos uma organização específica anarquista que, com unidades no campo da teoria e da prática, poderá agrupar militantes responsáveis, que trabalhem com estratégia, dando a devida coesão ao nosso trabalho (FASP, 2009a).

Ainda durante o evento de fundação, apresentou-se um vídeo, em que os especificistas paulistanos relataram os acúmulos teóricos e práticos adquiridos desde o início do processo, e leram-se declarações de solidariedade de organizações e indivíduos (FASP, 2009a; OASL, 2011b). Publicou-se, naquele momento, um texto intitulado “As Alianças e a Necessidade do Programa e da Estratégia”, com os marcos que norteariam a perspectiva estratégica e o campo das alianças da organização (FASP, 2009b).

2 Construção dos alicerces (2010-2011)

Os anos que vão da fundação da FASP até o final de 2011 serviram para formar os alicerces da OASL. Foi o momento de continuar incorporando novos militantes no núcleo da capital, iniciar diálogos com a Baixada Santista e o Alto Tietê, e seguir nas linhas anteriormente estabelecidas. Foi também o período de criar frentes para trabalho social e de discutir e deliberar a troca do nome da FASP. A partir de fevereiro de 2011, em função de um conflito com um ex-membro – que, sem consentimento dos demais, registrou a federação em cartório em seu nome –, a FASP passou a chamar-se Organização Anarquista Socialismo Libertário (Militantes da FASP/OASL, 2020; OASL, 2011b).

Ainda em 2011, a OASL aprovou sua Declaração de Princípios, que desenvolve as formulações que vinham sendo elaboradas desde o período Pró-FASP, e expõe publicamente sua concepção de anarquismo e seu projeto organizativo (OASL, 2011a). Nessa declaração, o anarquismo é entendido como “uma ideologia, um tipo de socialismo revolucionário que envolve um conjunto de aspirações, desejos e valores vinculados a uma prática política”. O anarquismo e seu projeto são expostos, então, por meio de um conjunto de “princípios político-ideológicos” e “princípios estratégicos e organizacionais”.

Em relação aos primeiros, a OASL enfatiza vincular-se a uma ética anarquista, apoiada em um conjunto de valores, que acompanham suas críticas e propostas construtivas. Critica a todas as formas de dominação – que inclui a exploração do trabalho, a dominação burocrática, a coerção física, a alienação cultural, o racismo, o patriarcado, entre outras – e propõe uma prática política classista, elaborada desde uma noção estratégica, com os meios estando subordinados aos fins. Propõe uma linha de atuação revolucionária, que encontre em certos princípios o caminho de luta: apoio mútuo, solidariedade, ação direta e independência de classe. Seu objetivo é a transformação revolucionária e a construção do poder popular – um projeto que concilia liberdade e igualdade, forjando um socialismo em todos os níveis, baseado na autogestão, no federalismo e no internacionalismo.

Sobre os segundos, a OASL destaca apoiar-se num projeto organizacionista, que pretende articular os anarquistas tanto no nível político-ideológico da organização política anarquista, quanto no nível social-popular dos sindicatos, movimentos sociais, etc.. Esses níveis são entendidos como complementares, e a função do primeiro é atuar como minoria ativa - fermento, motor - dentro do segundo, o qual deve ser o grande protagonista das mudanças e transformações. A organização anarquista possui alguns critérios organizativos: opera com unidade teórica e ideológica, unidade estratégica e tática e responsabilidade

coletiva, forjando linhas comuns de pensamento e ação, e estimulando o compromisso e a autodisciplina.

Ela entende ser imprescindível criar e participar de movimentos populares, promovendo dentro deles um programa, uma metodologia que, além de conciliar a luta por reformas e o projeto revolucionário, implica:

a construção de movimentos fortes em torno das necessidades concretas, com a possibilidade de participação de militantes com diferentes concepções ideológicas e religiosas; a presença ampla de diversos setores das classes oprimidas; lutas que sejam organizadas pela base, com independência de classe, autonomia e combatividade, e que se utilizem da ação direta e das formas de democracia direta (federalismo e autogestão), promovendo, ao mesmo tempo, as lutas parciais e os objetivos revolucionários, e articulando-se em organizações populares amplas (OASL, 2011a).

Contudo, o maior marco em termos político-ideológicos nesse período foi o investimento nas relações e articulações nacionais e internacionais. No Brasil, a OASL aprofundou não apenas as relações com a FARJ, mas também com o FAO e suas organizações. Nas relações internacionais, a organização recebeu membros da Zabalaza Anarchist Communist Front (ZACF, da África do Sul); enviou delegação para o aniversário de 55 anos da FAU, no Uruguai; e compõe a rede Anarkismo.net. A OASL ainda organizou e sediou, em 2011, a planária anual do FAO, a qual aprovou seu ingresso, e as Jornadas Anarquistas, que contaram com a presença de delegações de organizações anarquistas brasileiras, uruguaias, argentinas e chilenas (Arquivos da FASP, 2009-2011; Arquivos da OASL, 2011-2019; FAU/FAO, 2011).

Em termos de atividades no campo popular e trabalho social, houve diálogo e articulações com o movimento indígena, catadores de material reciclável do centro, e movimentos comunitários da zona leste. Assim como o envolvimento nos movimentos estudantil, na USP, e sindical, nos bancários. Mas, nesse campo, o que mais sobressaiu naqueles anos foi o trabalho com o MST. Por mais que o movimento possuísse diferenças programáticas e organizativas com os anarquistas, os militantes da OASL encontraram confiança e receptividade, além de um setor minoritário de oposição que se conformava nacionalmente, e que tinha presença considerável na Grande São Paulo e em seu entorno. Esse “setor do poder popular”, como era chamado, no contraponto ao “setor da estratégia democrático-popular” majoritário, apesar das diferenças marcantes, apresentava também

muitas similaridades com as mencionadas linhas programáticas e metodológicas da OASL, e foi avaliado como um potencial polo aglutinador para fazer uma disputa no movimento.

No MST, a militância da OASL concentrou-se na frente de massas e nos setores de produção e educação; participou de instâncias de coordenação do movimento e de diversas lutas. Ainda, organizou na cidade feiras e vendas de cestas com produtos dos assentamentos; na Comuna Irmã Alberta, reformou o barracão social e encabeçou um projeto de educação popular de jovens e adultos (Arquivos da FASP, 2009-2011; Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

Naquele momento, todos os trabalhos sociais da OASL eram realizados por meio da Organização Popular Aymberê (OPA), agrupamento de tendência multisetorial, fundado em outubro de 2009, que agregava toda a militância da OASL e um conjunto de outros membros (anarquistas e não anarquistas) que tinham acordo em atuar nos movimentos populares a partir de certos princípios práticos: ação direta, solidariedade das classes oprimidas, autonomia, democracia direta e protagonismo popular. Militantes da OPA tiveram presença tanto no MST quanto em outros movimentos em que a OASL teve contato e atuação.

Notável realização da OPA foi a organização do IX ELAOPA, que aconteceu, em janeiro de 2011, no Centro de Formação Campo Cidade, do MST (Jarinu). Durante três dias, mais de 400 inscritos de vários países discutiram a conjuntura latino-americana, compartilharam experiências e buscaram acordos para sua atuação social-popular por meio de reuniões por comissões e grupos de trabalho (OPA, 2011; Arquivos da OPA, 2009-2012; Oliveira, 2011).

3 Aprofundamento e ajuste de organicidade e trabalhos (2012-2014)

Entre 2012 e 2014, a OASL vivenciou um momento de maior estabilidade, com implicações nas secretarias (organização, propaganda/comunicação, finanças/infra, formação e relações) e nos trabalhos sociais. A partir de 2012, implantou o nucleamento, formando dois núcleos na capital e integrando um terceiro em Marília, que também contava com presença em Franca. Nos núcleos da capital, ingressaram militantes de outras regiões da Grande São Paulo; continuaram os diálogos com a Baixada Santista e iniciaram-se contatos em Bauru. Em 2013, aprovou-se uma Carta Orgânica, que passou a regular o funcionamento interno da organização.

Nesse período, a OASL também realizou diversas atividades internas de formação política e elaborou um Programa Mínimo de Formação. Participou em todos os anos da Feira Anarquista de São Paulo e promoveu atividades públicas de propaganda – como aquelas

ocorridas no CCS-SP, em 2013 e 2014 –, além de dois amplos cursos sobre anarquismo (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

A organização deu continuidade ao aprofundamento de relações nacionais e internacionais. Somente em 2012, por exemplo, esteve presente em seminários regionais de formação política, enviou delegações para eventos no Brasil, e mesmo no exterior – caso dos Encontros Internacionais Anarquistas, na Suíça. Ainda contribuiu ativamente com a construção da CAB, mandando delegados para o congresso de fundação (I CONCAB) no Rio de Janeiro, e trabalhou na edição do primeiro número da revista *Socialismo Libertário* (FAO, 2012; CAZP, 2012; CAB, 2012a; FARJ, 2012).

No terreno social-popular, os anos em questão foram marcados por ajustes. Depois de analisar a conjuntura, as possibilidades das atividades empreendidas, e de sua própria força militante, a OASL decidiu reorganizar os trabalhos. Continuou optando, na maior parte dos casos, pela participação em movimentos existentes, consciente de que a maior dificuldade para influenciá-los era acompanhada de maior facilidade no processo de construção organizativa e massificação.

Os militantes especificistas desvincularam-se do movimento indígena, das atividades comunitárias da zona leste da capital e dos catadores do centro. Continuaram com alguma força no Movimento Passe Livre (MPL) e iniciaram outros trabalhos via frente comunitária na Zona Sul da capital; houve contatos no Jardim Ângela e envolvimento em lutas e atividades culturais da Rede Extremo Sul, na região do Grajaú. A OPA, que continuou a operar ao longo de 2012, também foi reavaliada. Mesmo tendo cumprido um papel relevante, vinha perdendo sua função de potencializar os trabalhos sociais, de modo que suas atividades se reduziram a um mínimo e, em 2013, praticamente se encerraram (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020; Arquivos da OPA, 2009-2012).

Por outro lado, as frentes sindical, estudantil e agrária/MST contaram com os maiores avanços nesse período. No campo sindical, amadurecia uma leitura de que os sindicatos, por sua origem e trajetória, são instrumentos de luta da classe trabalhadora. Mas, no Brasil, seu atrelamento ao Estado, assim como os processos mais recentes de burocratização e instrumentalização partidária constituíam enormes entraves. Não se tratava, para a militância da OASL, de uma “crise de direção”, que poderia ser resolvida pela disputa de aparelhos, mas da incapacidade de mobilizar massivamente os trabalhadores, e dar conta das atuais relações de trabalho e demandas da classe trabalhadora. A saída parecia estar no fortalecimento, pela base, das entidades sindicais, e na reconstrução, junto a outras forças, do sindicalismo revolucionário. Um movimento que pudesse, ao mesmo tempo, constituir uma ferramenta de

resistência dos trabalhadores, e que tivesse condições de avançar para um projeto transformador de poder popular (Militantes da FASP/OASL, 2020).

No estado de São Paulo, essa linha começou a ser promovida na APEOESP, que contava então com presença da OASL nas subsedes de Cotia e Marília. Com um trabalho de base regular, esses anarquistas mobilizaram os professores, estimularam sua aproximação do sindicato e tentaram criar um campo de influência, com capacidade de disputar espaço na entidade. Foi nesse sentido que propuseram uma tese, no XXIV Congresso, de 2013, intitulada “Mudar o Sindicato é Preciso”, em que faziam quatro propostas: 1. Reforçar a “democracia de base nas decisões”; 2. Destinar “10% da arrecadação para formação sindical”; 3. Estimular a “comunicação com alunos, funcionários e pais”; 4. Promover formas de “orçamento participativo” no sindicato (OASL, 2013a). Foi essa mesma linha que permitiu a aproximação com alguns metroviários paulistanos, diretamente envolvidos na importante greve de 2014, que, posteriormente, ingressaram na organização (Arquivos da OASL, 2011-2019).

No campo estudantil, as atividades cresceram bastante na UNESP de Marília e de Franca, e na USP da capital. Ao longo de 2012, a OASL contribuiu, diretamente, com a preparação e a linha política de três Encontros de Estudantes Libertários (EEL). Na UNESP, o que mais se sobressaiu foi o amplo ciclo de lutas iniciado em 2012, no qual intervieram os estudantes da OASL por meio de coletivos locais. Naquele ano, envolveram-se na ocupação da seção de comunicação por reivindicações relativas ao restaurante universitário. Em 2013, participaram ativamente da histórica greve contra o Projeto de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e os cortes de bolsas. Com mais de 20 *campi* paralisados, ocupações de direções, reitorias e bloqueios de estradas, a greve terminou vitoriosa. Em 2014, estiveram nas ocupações por moradia estudantil e compuseram a greve que mobilizou estudantes, professores e funcionários (OASL, 2013b; Militantes da FASP/OASL, 2020).

Na USP, os estudantes da OASL compuseram a ampla greve de 2013, que reivindicava maior democracia na universidade. Articulados na tendência estudantil libertária Rizoma, e inspirados pelas conquistas da UNESP, enfatizaram as pautas classistas, de maior acesso à universidade e de ampliação das políticas de permanência para estudantes de baixa renda. Ambos os processos, na UNESP e na USP, contribuíram diretamente com o processo de articulação, a partir de 2014, da Resistência Popular Estudantil (RP-E), tanto em Marília quanto em São Paulo. A qual propunha constituir uma alternativa às entidades autoritárias,

governistas e autonomistas (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

O trabalho com o MST também se desenvolveu significativamente nesses anos. Já em 2012, a militância da OASL garantiu maior inserção social no movimento, por meio dos setores de produção e juventude, e das atividades na Comuna Dom Pedro Casaldáliga (Cajamar). Na produção, contribuiu com a reconstrução da cooperativa deste assentamento e com a distribuição dos produtos de diferentes comunas na capital, por meio de uma feira semanal que estruturou na USP e da venda de cestas. No Dom Pedro, impulsionou a criação de um coletivo de juventude, que promoveu mobilizações por meio de atividades culturais e de confraternizações.

Contudo, naquele período, a OASL já avaliava que havia um enfraquecimento, em nível nacional e estadual, do tal “setor do poder popular”, graças à mudança de posição ou a saída de dirigentes e coordenadores.⁵¹ Ainda assim, ele continuava existindo e, justamente para tentar fortalecê-lo, a OASL aceitou a indicação de dois de seus membros para compor as direções regionais de formação política e produção. Junto a outros dirigentes, coordenadores e militantes de base, anarquistas e não anarquistas, todos alinhados ao projeto de poder popular do MST, chegaram a conformar a maior força política da regional e assim conseguiram manter-se por algum tempo (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

A militância da OASL e seus aliados lograram, não sem imensas dificuldades, fortalecer organismos de base nos assentamentos, promover maior participação dos sem terra nos espaços e nas decisões, além de reinserir a regional da Grande São Paulo num calendário de lutas mais combativas. A mais relevante delas foi a ocupação Padre João Carlos Pacchin, ocorrida em Itapevi, no final de agosto de 2013, que contabilizou 350 famílias. Os militantes da OASL não apenas defenderam na regional, com certo desgaste, que a ocupação fosse levada a cabo, mas contribuíram determinantemente com a preparação das famílias, a entrada no espaço e a coordenação de seu funcionamento cotidiano, ao longo dos seus 10 meses de existência. Despejadas em 2014, as famílias ainda tentaram promover uma nova ocupação, mas que foi novamente despejada, impondo uma derrota tanto àquela comuna urbana, quanto ao próprio “setor do poder popular” na regional (MST, 2013, 2014; Arquivos da OASL, 2011-2019).

⁵¹ Marco nesse processo foi a chamada “Carta dos 51”, publicada nos fins de 2011. Com ela, 51 militantes signatários abandonaram suas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina), fazendo uma dura crítica da burocratização e do governismo por elas assumidos. Dentre eles, estavam interlocutores importantes da OASL, em São Paulo e outras cidades. A carta pode ser lida em: <https://passapalavra.info/2011/11/48866/>.

Enfim, cumpre mencionar outro marco desses anos: as manifestações de 2013 contra o aumento do transporte público, que se massificaram enormemente em São Paulo e se transformaram nas conhecidas Jornadas de Junho. Os especificistas envolveram-se ativamente na construção dos atos de rua, tanto com os sindicatos e movimentos sociais em que tinham presença, quanto com o suporte ao MPL. Nas ruas, reforçaram as reivindicações pela redução do preço da tarifa e contribuíram com o crescimento e a radicalização dos protestos, enfrentando a repressão e o crescimento da direita (OASL, 2013b; Militantes da FASP/OASL, 2020).

4 Dificuldades e reorganização (2015-2016)

Entre 2015 e 2016, a OASL passou por dificuldades internas e teve de se reorganizar. Tais dificuldades começaram a manifestar-se mais evidentemente nos fins de 2014 e se acentuaram no início de 2015. As dificuldades foram ocasionadas por problemas que duraram menos de seis meses, mas que tiveram efeitos mais duradouros. Elas podem ser explicadas por um conjunto de fatores.

Um deles foi uma baixa considerável no número de militantes, resultado de pedidos de desligamento, mudanças de estado (por diferentes motivos) e afastamentos temporários de membros. Fato que teve impacto direto no funcionamento interno da organização e nos trabalhos sociais. A frente sindical foi a mais prejudicada, mas a estudantil e a agrária/MST também sofreram impactos negativos.

Ademais, o processo da ocupação Padre João Carlos também trouxe problemas. Tanto pelo desgaste, quanto pela falta de respaldo de parte do movimento, inclusive na ocasião e depois dos despejos. Algo que acirrou os conflitos na regional, especialmente entre a militância anarquista e o “setor da estratégia democrático-popular”. Algum tempo depois, isso levou a um caloroso debate na OASL, que resultou na decisão de sair da direção e reduzir consideravelmente os esforços no movimento. Era o maior e mais antigo trabalho da organização, e isso sem dúvida teve consequências (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

Essa baixa, que também implicara o afastamento de militantes mais experientes, e a necessidade de solucionar problemas que iam aparecendo motivaram decisões equivocadas. Dentre elas, a abreviação do processo de ingresso e a falta de cuidado com o acompanhamento de novos membros, que permitiram a entrada de pessoas sem o perfil militante da OASL. Além disso, um caso explícito de machismo não recebeu o tratamento devido e teve impactos negativos em toda a organização. Ambiente esse que contribuiu para

que se acirrassem os ânimos e divergências políticas e pessoais viessem à tona. Algumas maneiras encontradas para tentar solucionar os problemas que se agravavam certamente não foram as mais adequadas. A CAB comprometeu-se a ajudar na solução dos problemas, e designou a FARJ para um suporte direto.

O I Congresso da OASL, que havia tido uma primeira sessão bastante conturbada ao final de 2014, estendeu-se para dar conta da superação das dificuldades, de 2015 ao início de 2017, foram realizadas outras cinco sessões. O número de núcleos foi reduzido para garantir maior homogeneidade no tratamento dos três temas então priorizados: trabalhos sociais, processo de ingresso, questão de gênero e conduta. Em relação a eles, foi necessário: atualizar a leitura de conjuntura e analisar novamente os trabalhos em curso, encontrando formas mais adequadas de organizá-los e potencializá-los; rediscutir a forma que vinham acontecendo as entradas de novos militantes, solucionando os problemas e aprimorando significativamente o processo; aprofundar os debates e a formação política sobre gênero, aproximando-se mais das instâncias regionais e nacionais, e desenvolver procedimentos para o tratamentos de comportamentos inadequados (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

Para tanto, a OASL buscou referências em outras organizações da CAB, encaminhando posições sobre esses temas e elaborando um novo planejamento estratégico. Em relação aos trabalhos sociais, as linhas estabelecidas para os necessários ajustes foram as seguintes: no campo sindical, se reconstruiria a frente que havia se enfraquecido, impulsionando a construção de uma Resistência Popular Sindical (RP-S); no campo estudantil, se daria continuidade ao desenvolvimento da RP-E; no campo comunitário, se tentaria criar um Movimento de Organização de Base (MOB), inspirado na iniciativa homônima do Rio de Janeiro e do Paraná, e se fortaleceria outras iniciativas. Iniciaram-se, então, as ações nessa direção.

Mesmo em meio a essas dificuldades, algumas realizações do período tiveram destaque. Na capital, a militância da OASL teve alguma contribuição no grande processo de ocupação de escolas levado a cabo na passagem de 2015 para 2016. Ela também foi determinante na criação do Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Curdo, iniciativa de solidariedade internacionalista à Revolução de Rojava, iniciada em 2012 no norte da Síria, e que assumiria contornos libertários. Entre 2015 e 2016, o comitê fez muitas palestras sobre o tema – em centros sociais, escolas ocupadas, bairros e cursinhos populares – e contribuiu com a edição de dois livros, com traduções e publicações de material de propaganda, dentro e fora

da internet. Aos poucos, os especificistas do comitê aproximaram suas atividades das frentes da OASL, utilizando o conteúdo da luta curda como elemento de trabalho de base.

Em Marília, a militância não só impulsionou um grupo de estudos sobre pedagogia libertária, uma banca de venda de livros e uma biblioteca social, mas teve incidência na greve de 2016 da UNESP. Novamente mobilizando estudantes, professores e funcionários, a greve teve diferentes reivindicações, dentre elas os ajustes salariais. Os estudantes da OASL tentaram fortalecer a construção de base da greve e, novamente, enfatizaram a questão da permanência estudantil. Mas sem grande sucesso, a greve terminou sem conquistas (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

5 Renovação e crescimento político e social (2017-2019)

Ao longo desse período, a OASL conseguiu sanar seus problemas, superar as dificuldades dos anos anteriores e voltar a crescer em quantidade e qualidade. Retomou também sua participação e contribuições na CAB. Com um processo de ingresso bem estabelecido e funcionando adequadamente, as aproximações de novos membros foram acompanhadas de maneira devida, e a expansão ocorreu respeitando os critérios de perfil, formação e trabalho.

Foi também fundamental um fortalecimento do secretariado. A secretaria de organização encabeçou de maneira mais apropriada toda a articulação interna; a secretaria de propaganda/comunicação fortaleceu-se e passou a produzir mais ativamente e a atualizar com mais constância site e redes sociais; a secretaria de formação continuou a investir na questão de gênero e contribuiu para o aprofundamento das linhas de atuação nesse campo; investiu, também, no aprofundamento de outros temas, dentre os quais raça e etnia (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

Conforme as dificuldades foram sendo solucionadas, a capital voltou a se nuclear e o interior se reestruturou. Então, foi possível retomar de modo mais devido as relações com outras regiões do estado (Araraquara, Baixada Santista, Bauru e Campinas) e aprofundá-las. Algo que se intensificou bastante em 2019 e culminou em 2020, quando a OASL chegou a seis núcleos: três na capital (centro, norte e oeste), Marília (com militância também em Araraquara), Baixada Santista (com militância em Santos, São Vicente, Cubatão e Peruíbe) e Bauru.

Contribuíram para tanto as participações e atividades que a organização teve nas Feiras Anarquistas de 2017, 2018 e 2019, assim como em iniciativas e eventos articulados na capital e em outras cidades. Exemplos disso foram: as presenças constantes nos atos do

Primeiro de Maio com material de propaganda; as atividades promovidas em Marília, em 2018, sobre a experiência histórica da makhnovitchina (Revolução Ucraniana, 1919-1921) e sobre as mulheres anarquistas durante a Primeira República brasileira; os eventos organizados na capital, em 2019, sobre as revoltas populares na América Latina (no Sindicato dos Jornalistas) e sobre a questão da militância das mulheres no anarquismo (no CCS-SP). As atividades do Grupo de Estudos Poder Popular, na Baixada Santista, que contribuíram com a formação do núcleo da OASL na região, também foram relevantes (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

No terreno social, a RP-S conseguiu consolidar-se e adquirir incidência em diferentes categorias. Estimulada por duas visitas, em 2015 e 2017, da Confederación General del Trabajo (CGT) espanhola – maior central sindicalista revolucionária do mundo, com 100 mil membros –, a RP-S formulou uma Base de Acordo em 2016 propondo “o resgate de um discurso, mas, principalmente, a disposição para novas práticas, que apontem para a reconstrução do sindicalismo combativo e classista”. Práticas que se apoiassem na independência e na solidariedade de classe, na ação direta e na democracia de base, e que pudessem articular a mobilização por local de trabalho e moradia no sentido de construir um projeto de poder popular (RPS-SP, 2016).

A partir de 2017, os militantes sindicais da OASL passaram a difundir a proposta e agregar vários outros. Partiram de uma presença em apenas duas categorias para chegar, em 2018 e 2019 na capital, a três núcleos, com participação em diversos sindicatos: metroviários, professores municipais (SINPEEM), professores estaduais (APEOESP), professores particulares (SINPRO e outros agrupamentos), trabalhadores do SESC, funcionários da USP (SINTUSP), jornalistas (sindicato e FENAJ) e trabalhadores da saúde; experiências de menor envergadura aconteceram nos ferroviários, trabalhadores da cultura, da assistência social, autônomos e desempregados. Em Marília, aos poucos o trabalho sindical foi sendo retomado. Nessas categorias, os especificistas e seus aliados não apenas realizaram trabalhos de base e de mobilização, mas articularam greves, atos de rua e entre outras atividades; em alguns casos, tornaram-se dirigentes sindicais de suas categorias e sindicatos. Nos anos em questão, grande parte dessa militância da RP-S ingressou na OASL e buscou estreitar laços com outras RPs e tendências afins do Brasil (Arquivos da OASL, 2011-2019).

A RP-E também conseguiu se desenvolver, ainda que de maneira mais modesta. Em Marília, publicou um manifesto em 2018, no qual criticou a formação elitista e racista da sociedade brasileira, e afirmou que “luta do Movimento Estudantil deve ser, principalmente, em dois sentidos: o acesso à educação e a permanência estudantil”. Sustou ser fundamental

“defender uma universidade de fato pública, na qual a população pobre tenha acesso, gratuita a todas e todos, e de qualidade, no ensino, pesquisa e extensão”; e também construir um “conhecimento crítico” que fosse socializado com trabalhadores (RPE-Marília, 2018).

Com participação determinante dos especificistas, ela encampou, ao longo de 2018, uma luta contra a repressão (interditos proibitórios e sindicâncias) da UNESP aos estudantes que haviam se envolvido em mobilizações na universidade. E abriu diálogos com a militância de Araraquara que, no ano seguinte, já contava com presença da RP-E. Em São Paulo, houve esforços no sentido de consolidar a RP-E, além de alguma presença na USP (incluindo USP Leste), estabeleceram-se interlocuções na UNIFESP de Guarulhos e na UFABC. Para essa construção, a militância estudantil da OASL formulou linhas estratégicas visando fortalecer um projeto de poder popular via frente estudantil (Arquivos da OASL, 2011-2019).

Na frente comunitária, contudo, as atividades não se desenvolveram exatamente conforme o planejado. De 2016 em diante, a OASL investiu na criação de três núcleos de um Pró-MOB: no ABC, no Jardim Ângela e em Mogi das Cruzes. Mas ao longo de 2017, houve problemas com estes dois últimos, que terminaram não se desenvolvendo no sentido desejado. Continuaram suas atividades, mas sem presença da militância da OASL. A presença no pró-núcleo do ABC persistiu durante 2017 e 2018, com a realização de atividades em São Bernardo do Campo e Ribeirão Pires, as quais incluíram a inauguração e a gestão de um cursinho pré-vestibular, que permaneceu funcionando ao longo de 2019.

Mas, com o enfraquecimento do Pró-MOB, outros trabalhos assumiram protagonismo nessa frente. Além de esforços empreendidos no debate sobre a criação ou não de uma tendência, da presença em ocupações urbanas no centro da capital e na construção da Marcha da Maconha, destacaram-se nos anos analisados três contribuições: no Fórum Popular de Saúde, na Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio e no movimento Mandela Free.

No Fórum, os especificistas estiveram presentes, entre 2017 e 2019, nas regiões norte e central de São Paulo, encampando lutas em defesa da saúde pública em geral e do SUS em particular. Ao lado de trabalhadores e usuários do SUS, mobilizaram-se na Grande São Paulo contra o fechamento do Hospital da UNIFESP, pela manutenção do Hospital Sorocabana, e na defesa dos hospitais de Taipas e da Lapa. Na Rede, a partir de 2018, os membros da OASL atuaram em diferentes regiões periféricas da capital – nas zonas norte, sul e em Guarulhos – no enfrentamento das violações de direitos humanos, em especial a violência policial contra a juventude negra e periférica. Contribuíram com a denúncia e o acompanhamento de casos, e com a elaboração de estratégias de proteção, assistência e autodefesa; articularam trabalhadores e movimentos locais da região, e investiram em iniciativas locais como horta

comunitária e eventos culturais. No Mandela, em Guarulhos (principalmente na favela São Rafael), também a partir de 2018, apostaram na mobilização da juventude em torno de pautas vinculadas à cultura, educação, esporte, moradia e transporte (MPL Guarulhos) (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020; OASL, 2019).

O ano de 2018 marcou, ademais, o encerramento mais definitivo dos trabalhos agrários. Não apenas dos esforços remanescentes no MST, que perduraram depois dos problemas de 2015, mas ainda do projeto Horta di Gueto, em Taboão da Serra, cuja prática vinha se dando com a construção de hortas comunitárias, cooperativas, e em diferentes casos subsidiando outros trabalhos comunitários da organização.

Enfim, os anos 2017-2019 proporcionaram condições para a participação mais ampla da OASL em greves, manifestações e protestos de rua.

Foram marcos, nesse sentido, as diversas manifestações feministas, que contaram com participação das mulheres especificistas. Estas intervieram – em marchas e atos massivos do 8 de Março, manifestações pela descriminalização do aborto, contra o machismo e o fascismo – com cartazes, lambe-lambes e panfletos, buscando formar um campo feminista libertário. Paralelamente, organizaram treinamentos de autodefesa feminina. Esse processo apoiou-se numa linha de gênero, formulada no período anterior, e contribuiu para seu aprimoramento. Tal linha, além de criticar o feminismo liberal e radical (especialmente suas vertentes transfóbicas), e de reconhecer a relação entre gênero, raça e classe, enfatizava a necessidade de construir um feminismo classista, antirracista, anticapitalista, não excludente e com perspectiva revolucionária e de ruptura com Estado. Um feminismo que pudesse promover a autodefesa como forma de empoderamento da mulher e lutar pela ampliação de direitos por meio da luta popular e da ação direta.

Também foram importantes as greves e manifestações ocorridas nesses anos, que levaram às ruas enormes contingentes de pessoas contra os aumentos nos preços do transporte público, contra as reformas trabalhista e da previdência, contra os cortes de orçamento e bolsas na educação pública, assim como as mobilizações antifascistas. Em todas elas, em diferentes cidades, os especificistas marcaram presença. Ponto alto deu-se em meados de 2019, quando membros da OASL, das tendências e dos movimentos em que ela tinha atuação, não apenas estiveram nos atos de rua, não raro em blocos libertários construídos em aliança com outros setores, mas também em piquetes, trancaços, panfletagens e outras ações de capilaridade significativa. Procuraram estabelecer diálogos permanentes com setores mais radicalizados de estudantes e trabalhadores, a fim de construir espaços combativos de ação. E contribuíram bastante com o estabelecimento de relações e alianças táticas com a juventude

libertária e seus grupos (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020; OASL, 2019).

Balanco e apontamentos conclusivos

A partir de tudo que foi discutido, é possível fazer um balanço da trajetória da OASL e certos apontamentos conclusivos. Tais reflexões também contemplam algumas avaliações coletivas da própria militância da organização (Arquivos da OASL, 2011-2019; Militantes da FASP/OASL, 2020).

Em 2020, completam-se 25 anos de anarquismo especificista no Brasil. Em São Paulo, desde que a Construção foi endossada, em 1996, houve inúmeros avanços e contribuições destacadas ao processo nacional. Por mais que existissem, no estado, outras experiências anarquistas, a corrente especificista foi a primeira a estabelecer uma ruptura com aquilo que estava colocado no campo anarquista, e a propor enfaticamente uma recuperação do espaço perdido nos sindicatos, movimentos sociais e outras manifestações da luta de classes em São Paulo. Isso, obviamente, implicou conflitos com velhos e novos anarquistas, e também com parte destacada do campo libertário mais geral.

Nessa tentativa de retomar o vetor social do anarquismo, os especificistas tiveram imensas dificuldades. Principalmente pelo fato de não haver, no estado, e mesmo no país, uma geração precedente, de antigos militantes, de concepções semelhantes, que pudesse oferecer a eles, em sua imensa maioria jovens, a devida orientação. De modo que esse acompanhamento teve de vir do Uruguai, não sem as dificuldades oriundas da distância e das diferenças de idioma e de contexto.

No Brasil em geral, e em São Paulo em particular, não foi simples para os anarquistas passar a se dedicar aos trabalhos populares sem grandes referências, e nem mesmo respeito ou consideração por parte de outras forças políticas adversárias. Levou um certo tempo para que esses anarquistas conseguissem encontrar suas próprias posições em termos de desenvolvimento teórico, estilo militante e prática política. Não foi raro, inclusive em São Paulo, a importação de elementos teóricos de outras correntes, que não eram apenas inadequadas aos pressupostos anarquistas, mas que tiveram implicações consideráveis em termos de prática política. Não foi simples, ao mesmo tempo, encontrar um termo entre o reboquismo (seguir acriticamente as linhas dos movimentos) e o dirigismo vanguardista.

Tanto a primeira quanto a segunda geração do especificismo em São Paulo realizaram muito mais trabalho do que inserção social (FARJ, 2008, p. 162). Ou seja, foi mais comum desenvolverem atividades nos movimentos populares, do que massificá-los e influenciá-los

determinantemente. Em comparação à quantidade de trabalhos sociais levados a cabo, as experiências de inserção foram bem mais restritas. Isso se complicou pelo fato de a segunda geração do especificismo paulista ter se desenvolvido com poucos contatos com a primeira, de modo que terminou reproduzindo equívocos que poderiam ter sido evitados. Em alguns casos, isso também ocorreu na OASL, quando o histórico da organização poderia ter sido utilizado para minimizar problemas. Afinal, uma das relevantes funções de uma organização política é conseguir acumular, no tempo, toda a experiência organizativa, evitando que se reinvente constantemente a roda, e fazendo com que os novos militantes possam usufruir da trajetória dos antigos.

No que diz respeito à OASL nota-se certa instabilidade organizacional que levou anos para se resolver. Não apenas no que diz respeito às atividades orgânicas, de secretariado, etc. Mas, principalmente, nos trabalhos sociais, quando inúmeros esforços foram descontinuados ou não se desenvolveram da maneira mais adequada. Sem dúvida, houve um desperdício de recursos e de tempo considerável. Outro fator complicador foi certa ânsia de retomar todo o espaço perdido no curto prazo, que não raro terminou sobrecarregando e afastando militantes.

Aos poucos, foi-se percebendo que aquilo que se construía não era um projeto de curto prazo, mas algo que exigia uma duração maior. Como se passou a dizer, tratava-se de uma maratona, e não uma corrida de 100 metros. E, por isso, não adiantava sair correndo desesperadamente no início e esgotar-se depois de pouco tempo. De modo que certas medidas em relação à estabilidade e permanência dos quadros foram tomadas, incluindo aquelas relativas ao clima organizacional, contribuindo diretamente com os ganhos associados ao período de 2017-2020, em que a OASL vivenciou seu auge. Medidas que incluem o reforço ao ambiente fraterno, respeitoso, sem conflitos desnecessários, e também a valores como a modéstia e a humildade.

Independente das dificuldades, parece evidente que as duas gerações do especificismo paulista saíram de uma situação de quase inexistência de presença anarquista nos movimentos e lutas populares, e conseguiram modificar esse quadro. É possível dizer que, hoje, o anarquismo é mais conhecido e respeitado nesse campo, e tem conseguido exercer nele alguma influência. Não se trata, evidentemente, de uma força de primeira grandeza ou majoritária, mas de uma força política minoritária, que tem conseguido ganhar espaço e, em certos casos, lograr posições importantes e influenciar o rumo das coisas em sindicatos, movimentos sociais, protestos de rua e outras iniciativas.

Enfim, juntamente com o esforço que vem sendo empreendido por anarquistas de outras correntes, que têm se dedicado a iniciativas distintas, os especificistas têm reforçado

uma difusão mais ampla do anarquismo para setores mais amplos da sociedade, facilitando sua atuação cotidiana e pavimentando o caminho para iniciativas futuras de maior envergadura.

Referências

ALVES, Daniel A. *Arriba los que Luchan! Sindicalismo Revolucionário e Luta Armada: a trajetória da Federação Anarquista Uruguaia (1963-1973)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (mestrado em História), 2014.

CAB (Coordenação Anarquista Brasileira). “Fundação da Coordenação Anarquista Brasileira”. In: *Anarkismo.net*, 2012a.

_____. “Elementos de Caracterização do Período Histórico Brasileiro”. In: FAG (org.). *1º Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira*. Rio de Janeiro, 2012. Documentos e Mensagens. Porto Alegre: Deriva, 2012b.

_____. “Organizações que Compõem a CAB”. In: *Socialismo Libertário* [revista], num. 1, junho de 2012c.

_____. “Retomar os Valores e as Lutas da Classe Trabalhadora”. In: *Socialismo Libertário* [jornal], num. 30, julho de 2015.

_____. “Nota Sobre o Atual Cenário da Luta de Classes no Brasil”. Site da CAB [cabanarquista.org], 2018.

CAZP (Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares). “CAZP: 10 anos de história e luta!”. Site da FARPA [<https://farpaal.wordpress.com/>], 2012.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2015.

FAG (Federação Anarquista Gaúcha). *FAG 20 Anos: a enraizar anarquismo com luta e organização*. Porto Alegre: Deriva, 2015.

FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro). *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo: Faísca/FARJ, 2008.

_____. “Balanço sobre o Encontro Anarquista de Saint-Imier”. Site da FARJ [farj.org], 2012.

FASP (Federação Anarquista de São Paulo). “Fundação da FASP”. In: *Anarkismo.net*, 2009.

_____. “As Alianças e a Necessidade do Programa e da Estratégia”. Site da OASL [anarquismosp.org], 2009b.

FAO (Fórum do Anarquismo Organizado). “I Seminário de Formação do Fórum do Anarquismo Organizado – Região Sudeste”. In: *Anarkismo.net*, 2012.

FAU/FAO (Federação Anarquista Uruguaia / Fórum do Anarquismo Organizado). “Declaração Final das Jornadas Anarquistas”. In: *Anarkismo.net*, 2011.

LIBERA (Libera... Amore Mio). “Desemprego, Baixos Salários, Recessão, Miséria e Barbárie: crise econômica ou estratégia capitalista?”. In: *Libera... Amore Mio*, num. 53, outubro de 1995.

_____. “Aquilo que os Economistas não Dizem: um ensaio sobre o ajuste fiscal”. In: *Libera... Amore Mio*, num. 92, janeiro e fevereiro de 1999.

LL (Luta Libertária). “As Aparentes Contradições do Governo Lula”. In: *Combate Anarquista*, num 35, 2004a.

_____. “3 Anos de Luta!”. In: *Combate Anarquista*, num 36, 2004b.

MECHOSO, Juan Carlos. *Acción Directa Anarquista: uma historia de FAU. Tomo IV*. Montevideu: Recortes, 2009.

_____. *A Estratégia do Especificismo: entrevista a Felipe Corrêa*. São Paulo: Faisca, 2015.

MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). “Anita Garibaldi: história da ocupação”. In: *Solidariedade à Ocupação Anita Garibaldi*, 2013.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). “Sob Ameaça de Despejo, Famílias da Comuna Urbana Protestam em Itapevi”. Site do MST [mst.org.br], 2013.

_____. “MST Realiza Ocupação de Área em Itapevi para Criar Comuna Urbana”. Site do MST [mst.org.br], 2014.

NÚCLEO PRÓ-FASP. “Carta de Apresentação do Encontro”, 2008a.

_____. “Encontro Pró-Federação Anarquista de São Paulo”. In: *Anarkismo.net*, 2008b.

_____. “Prática: um ano do coletivo pró-Federação Anarquista de São Paulo” [documento distribuído no II Pró-FASP]. São Paulo, 2009a.

_____. “II Pró-FASP: Nota, Documentos e Fotos”. In: *Anarkismo.net*, 2009b.

OASL (Organização Anarquista Socialismo Libertário). “Declaração de Princípios”, 2011a.

_____. “Início de Nossa História (2008-2011)”. Site da OASL [anarquismosp.org], 2011b.

_____. [assinado como Mudar o Sindicato Pela Base]. “Mudar o Sindicato é Preciso”, tese apresentada ao XXIV Congresso da APEOESP, 2013a.

_____. “Entrevista com a OASL sobre as Mobilizações no Brasil” [realizada por Jonathan Bane]. In: *Anarkismo.net*, 2013b.

_____. “Como Resistir ao Avanço da Precarização da Saúde em SP” Site da OASL [anarquismosp.org], 2018.

_____. “OASL-CAB, 10 anos de luta e organização!” Site da OASL [anarquismosp.org], 2019.

OASL/FARJ (Organização Anarquista Socialismo Libertário / Federação Anarquista do Rio de Janeiro). “Elementos Para uma Reconstituição Histórica de Nossa Corrente”. In: *Anarkismo.net*, 2012.

OSL-SP (Organização Socialista Libertária – São Paulo). “A Esquerda Latino-Americana e a Via Eleitoral”. In: *Socialismo Libertário* [jornal], num. 12, março de 2006.

OPA (Organização Popular Aymberê). “Conceitos, Princípios e Processos”. Site da OPA [opaymbere.wordpress.com], 2011.

PCAB (Processo de Construção Anarquista Brasileira). *Luta e Organização: documento histórico. 20 anos de construção anarquista brasileira*. Porto Alegre: Deriva, 2015.

ROCHA, Bruno L. “Um Olhar sobre a F.A.U.”. In: *Libera... Amore Mio*, num. 45, fevereiro de 1995.

RPE-Marília (Resistência Popular Estudantil – Marília). “Manifesto da Resistência Popular Estudantil”. Facebook da RPE-Marília [facebook.com/p.resistenciapopular], 2018.

RPS-SP (Resistência Popular Sindical – São Paulo). “Base de Acordo”. Site da RP-S [https://rpsindicalsp.wordpress.com], 2016.

_____. “Corte na Educação e Reforma da Previdência: dois ataques de um mesmo projeto”. Site da RP-S [https://rpsindicalsp.wordpress.com], 2019.

RUGAI, Ricardo R. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

VN (Vermelho e Negro). “Lutar para Organizar, Organizar para Lutar: a fundação da Organização Socialista Libertária – OSL”. In: *Vermelho e Negro* [boletim], num. 0, 1997a.

_____. “O Que Faz de Prático o Núcleo Vermelho e Negro – OSL/SP?”. In: *Vermelho e Negro* [boletim], num. 3, 1997b.

_____. “Movimento Estudantil. Parte II: Como Alcançar Nossos Objetivos?”. In: *Vermelho e Negro* [boletim], nums. 4 e 5, 1998.

WORKER. “Brazil: Homeless Squat Land in Osasco”. In: *Squat.net*, 2002.

DOCUMENTÁRIOS E VÍDEOS

BUCANEIRO PRODUÇÕES. *Solidariedade Campo Cidade* [11m59s.]. Rio de Janeiro, 2008.

OASL. *Uma Introdução ao Especificismo* [01h34m59s.]. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Taiguara B. *ELAOPA 2011 – Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas* [3 vídeos]. São Paulo, 2011.

ENTREVISTAS

Militantes da CAB [Coordenação Anarquista Brasileira]: depoimentos [2012 e 2020]. Entrevistador: Felipe Corrêa. São Paulo, 2012/2020.

Militantes da FASP/OASL [Organização Anarquista Socialismo Libertário]: depoimentos [2020]. Entrevistador: Felipe Corrêa. São Paulo, 2020.

Militantes do FAO [Fórum do Anarquismo Organizado]: depoimentos [2012 e 2020]. Entrevistador: Felipe Corrêa. São Paulo, 2012/2020.

Militantes da FAU [Federação Anarquista Uruguaia]: depoimentos [2012 e 2020]. Entrevistador: Felipe Corrêa. São Paulo, 2012/2020.

Militantes da OSL-SP [Organização Socialista Libertária – São Paulo]: depoimentos [2012, 2019 e 2020]. Entrevistador: Felipe Corrêa. São Paulo, 2012/2019/2020.

ARQUIVOS (ATAS, DOCUMENTOS, MENSAGENS)

FASP (Federação Anarquista de São Paulo). Arquivos da FASP, 2009-2011.

NÚCLEO PRÓ-FASP. Arquivos do Núcleo Pró-FASP, 2008-2009.

OASL (Organização Anarquista Socialismo Libertário). Arquivos da OASL, 2011-2019.

OPA (Organização Popular Aymberê). Arquivos da OPA, 2009-2012.

FOTOGRAFIAS



01. Logotipo atual da OASL, elaborado em 2011



02. Junto ao MST, participação na ocupação da Fazenda Eldorado, Valinhos-SP (junho de 2009)



03. Participação na luta contra o aumento da tarifa dos ônibus, São Paulo-SP (janeiro de 2010); o Movimento Passe Livre, que articulou desde sua fundação essas mobilizações, deu início na cidade, em 2013, às chamadas “Jornadas de Junho”



04. Delegação da OASL participa da reunião internacional da rede Anarkismo.net, Saint-Imier, Suíça (agosto de 2012)

Nossas urgências não cabem nas urnas!

Política para além das eleições



Debate com: Casinha, Espaço Povo Forte,
Maracatu Boigy, Alvaro (militante sindical).

**18/10 (sábado)
às 15h na Casinha**

Endereço: Rua Armando Maritan, nº 1 - Mogi das Cruzes
na esquina com a Av. Cel. Cardoso de Siqueira

Atividade cultural:

KTARSE (rap)

Marcos Favela (rap)

Maracatu Boigy

GOMA (grafite)



Para chegar, pegue o ônibus 405 do terminal central e desça no ponto depois do posto de saúde Vila Natal.

05. Evento “Nossas Urgências não Cabem nas Urnas”, organizado pela OASL, Mogi das Cruzes–SP (outubro de 2014)

Centro de Cultura Social e Organização
Anarquista Socialismo Libertário Libertário

OASL · CAB convidam

O Protagonismo Feminino na Revolução Social
Curda em Rojava

No Oriente Médio, em plena Revolução Social, o povo curdo combate
o Estado Islâmico com destaque para o protagonismo feminino na
luta para afirmar o confederalismo democrático nas quatro regiões
onde esse povo se estabelece

Com Anelise Csapo
Militante Anarquista, Feminista e pós-graduanda em Psicologia Política - USP

Sábado, 17/10/2015 às 16h
Centro de Cultura Social
ccsp@ccsp.org www.ccsp.org
Rua Gal. Jardim, 253 sala 22 Vila Buarque Metrô República

The poster features a dark, atmospheric photograph of a landscape with a river and buildings, overlaid with a red-tinted image of people in a field. The text is arranged in a clean, sans-serif font, with the title in a larger, bold font. The background image shows a wide river flowing through a valley with some buildings on the far bank. In the foreground, there's a red-tinted image of people, possibly soldiers or protesters, in a field.

06. Evento “Protagonismo Feminino na Revolução Social”, organizado pela OASL, no Centro de Cultura Social, São Paulo-SP (outubro de 2015)



07. Participação na greve contra a Reforma Trabalhista, São Paulo-SP (abril, 2017)



08. Junto à Resistência Popular Sindical de São Paulo, na Greve Geral (junho de 2019)



09. Núcleos da OASL: três na capital, um em Marília, um em Bauru e um na Baixada Santista (2020)



10. Participação na manifestação contra a violência de gênero e o caso Mari Ferrer, Santos-SP (novembro 2020)

A Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo

Ana Lia Galvão, Gabriel Silva, Heloisa Yoshioka, Mayra Balan e Viviane Balbuglio

“A gente vai e luta até que todos sejamos livres, né? E quando eu digo ‘livre’ eu não estou dizendo só livre só do cárcere, eu estou dizendo livre de tudo o que nos oprime, de tudo o que nos encarcera, porque a falta de saúde pra mim é um encarceramento, a falta de educação é um encarceramento, a falta de uma vaga no mercado formal de trabalho também é uma forma de nos encarcerar. E a gente precisa lutar todos os dias contra isso.”

Dona Maria Tereza, da Frente Estadual pelo Desencarceramento de Minas Gerais, na manifestação virtual em memória das vítimas do massacre do Carandiru - 02/10/1992

Para não perdoar, para não esquecer! Queremos abolir!

A Frente pelo Desencarceramento de São Paulo surgiu⁵² em outubro de 2018 com o objetivo de contribuir para a organização de lutadores e lutadoras anti-cárcere no estado que concentra mais de 30% das pessoas presas no país. Criada como conclusão de uma formação para discutir as reivindicações da Agenda Nacional pelo Desencarceramento, o evento de lançamento da Frente ocorreu na ocupação da tenda do viaduto Alcântara Machado - marco histórico de resistência da população em situação de rua e da luta por moradia em São Paulo - com a participação de coletivos, membros de movimentos sociais, familiares de presos, sobreviventes do sistema penitenciário e trabalhadores de Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam na pauta e reivindicam o desencarceramento.

A partir de debates, ações e experiências enquanto grupo, percebemos a necessidade de ir para além da concepção de que “o encarceramento em massa é um grande problema”, mas também trazer para a superfície das nossas discussões o fato de que o encarceramento em massa faz parte de um projeto de extermínio que sustenta e consolida o sistema opressor em que vivemos.

A quantidade de pessoas presas no Brasil aumentou mais de 700% nos últimos 25 anos. Esse crescimento veio acompanhado de tortura, morte e muito sofrimento. A barbárie

⁵² Aqui pode ser lido o Manifesto da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo: <https://tinyurl.com/y2u7u2yw>

existente nas prisões, que passa por superlotação, falta de medicamento, ausência de comida, água, saneamento básico, falta de oportunidades de trabalho, acesso ao estudo, dentre tantos outros fatores, não é uma novidade mas um fato histórico, conectado diretamente com o legado deixado pelo sistema escravocrata.



O Brasil tem sua história marcada por opressão, dor e sofrimento e jamais podemos esquecer que essas marcas não são distribuídas entre sua população de maneira uniforme. Pelo contrário, se a abolição formal da escravidão levou, em 1888, à atualização dos mecanismos de repressão contra a população negra e sua revolta em potencial, atualmente vemos a permanência de mecanismo de dominação. Hoje, a “guerra às drogas” é exemplo evidente disso e para nós é entre aspas porque sabemos que as drogas não são o alvo dessa guerra. É uma guerra contra as populações negra, indígena, pobre e periférica.

Existem leis que listam mais de 1.600 crimes existentes no Brasil, porém a esmagadora maioria das pessoas presas é acusada de crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas. Então, fazemos a pergunta: o patrimônio de quem o Estado está protegendo? O dos nossos e das nossas não é. Nas quebradas de todo o Brasil a entrada é franqueada, não existem “mandados de busca e apreensão”, não existem “com licenças” e a porrada come solta.

As pessoas que são acusadas e condenadas por tráfico de drogas têm nas suas sentenças a prepotente afirmação feita pelos juízes de que elas são “uma grande ameaça à saúde pública”. No entanto, o Estado que diz isso é o mesmo que não garante saúde pública de qualidade para todos e todas e se nega a tratar as drogas como “uma questão de saúde pública”, jogando a responsabilidade nas mãos da polícia e do Poder Judiciário.

Esse cenário catastrófico do sistema prisional não deve ser entendido como uma falha do Sistema de Justiça, que por falta de verbas negligenciou os presídios e a população carcerária, mas sim como um mecanismo que cumpre muito bem o seu papel. O Estado e seus representantes sabem o que fazem. Sabem e dormem tranquilamente com isso todos os dias.

Estamos falando de um projeto de extermínio que é colocado em prática cotidianamente pelo Estado brasileiro e que legitima e executa a criminalização e a perseguição da população pobre, negra e indígena no Brasil.

É a partir desse contexto que a Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo se consolida com um projeto radical.

Aqui, é importante que seja lembrado: nós não inovamos. As familiares de pessoas presas no Brasil e as e os sobreviventes do sistema carcerário são lutadoras e lutadores desde que as prisões existem. Essas grandes inspirações se somam à Frente com o ensinamento de que viver é sobreviver e que para sobreviver é preciso lutar!

É daí que vem a força que deu à Frente a potência necessária para concluir que esse cenário alarmante e bárbaro das prisões deve nos impulsionar para lutar pelo desencarceramento massivo e por reformas imediatas, mas, mais do que isso, deve nos levar à conclusão de que não aceitamos mais viver em uma sociedade em que haja prisões. É preciso abolir e destruir cada pedaço de concreto que consolida as paredes que aprisionam os nossos e as nossas.

Para colocar essa concepção em prática, as ruas nos foram uma escola. E o aprendizado que tivemos e temos com elas é o de que não nos bastam petições, peças judiciais e “habeas corpus”. Nós faremos cada um deles até quando seguir sendo necessário, mas não queremos tirar uma, duas, cinquenta, cem, mil, dez mil pessoas de lá. Queremos tirar todas. E, mais do que isso, queremos garantir que ninguém, nunca mais, seja aprisionado.

O 2 de outubro - O Carandiru de todo dia

Um dos emblemas do extermínio praticado pelo Estado brasileiro foi o massacre do Carandiru, ocorrido em São Paulo, no dia 2 de outubro de 1992, quando pelo menos 111 vidas foram ceifadas pelo “pode entrar” de Ubiratan Guimarães – coronel da Polícia Militar à época.

Desde sua fundação, as atividades da Frente foram marcadas pela memória dessas pelo menos 111 vidas, pela dor e pela revolta que já não se entalam na garganta, mas viram grito. Em 2019 fomos às ruas dizer que cada uma das 111 pessoas segue presente: Adalberto

Oliveira dos Santos, Adão Luiz Ferreira de Aquino, Adelson Pereira de Araujo, Alex Rogério de Araujo, Alexandre Nunes Machado da Silva, Almir Jean Soares, Antonio Alves dos Santos, Antonio da Silva Souza, Antonio Luiz Pereira, Antonio Quirino da Silva, Carlos Almirante Borges da Silva, Carlos Antonio Silvano Santos, Carlos Cesar de Souza, Claudemir Marques, Claudio do Nascimento da Silva, Claudio José de Carvalho, Cosmo Alberto dos Santos, Daniel Roque Pires, Dimas Geraldo dos Santos, Douglas Edson de Brito, Edivaldo Joaquim de Almeida, Elias Oliveira Costa, Elias Palmiciano, Emerson Marcelo de Pontes, Erivaldo da Silva Ribeiro, Estefano Mard da Silva Prudente, Fabio Rogério dos Santos, Francisco Antonio dos Santos, Francisco Ferreira dos Santos, Francisco Rodrigues, Genivaldo Araujo dos Santos, Geraldo Martins Pereira, Geraldo Messias da Silva, Grimario Valério de Albuquerque, Jarbas da Silveira Rosa, Jesuino Campos, João Carlos Rodrigues Vasques, João Gonçalves da Silva, Jodilson Ferreira dos Santos, Jorge Sakai, Josanias Ferreira de Lima, José Alberto Gomes pessoa, José Bento da Silva, José Carlos Clementino da Silva, José Carlos da Silva, José Carlos dos Santos, José Carlos Inojosa, José Cícero Angelo dos Santos, José Cícero da Silva, José Domingues Duarte, José Elias Miranda da Silva, José Jaime Costa e Silva, José Jorge Vicente, José Marcolino Monteiro, José Martins Vieira Rodrigues, José Ocelio Alves Rodrigues, José Pereira da Silva, José Ronaldo Vilela da Silva, Josue Pedroso de Andrade, Jovemar Paulo Alves Ribeiro, Juares dos Santos, Luiz Cesar leite, Luiz Claudio do Carmo, Luiz Enrique Martin, Luiz Granja da Silva Neto, Mamed da Silva, Marcelo Couto, Marcelo Ramos, Marco Antonio Avelino Ramos, Marco Antonio Soares, Marcos Rodrigues Melo, Marcos Sérgio Lino de Souza, Mario Felipe dos Santos, Mario Gonçalves da Silva, Mauricio Calio, Mauro Batista Silva, Nivaldo Aparecido Marques de Souza, Nivaldo Barreto Pinto, Nivaldo de Jesus Santos, Ocenir Paulo de Lima, Olivio Antonio Luiz Filho, Orlando Alves Rodrigues, Osvaldino Moreira Flores, Paulo Antonio Ramos, Paulo Cesar Moreira, Paulo Martins Silva, Paulo Reis Antunes, Paulo Roberto da Luz, Paulo Roberto Rodrigues de Oliveira, Paulo Rogério Luiz de Oliveira, Reginaldo Ferreira Martins, Reginaldo Judici da Silva, Roberio Azevedo da Silva, Roberto Alves Vieira, Roberto Aparecido Nogueira, Roberto Azevedo Silva, Roberto Rodrigues Teodoro, Rogério Piassa, Rogério Presaniuk, Ronaldo Aparecido Gasparinio, Samuel Teixeira de Queiroz, Sandoval Batista da Silva, Sandro Rogério Bispo, Sérgio Angelo Bonane, Tenilson Souza, Valdemir Bernardo da Silva, Valdemir Pereira da Silva, Valmir Marques dos Santos, Valter Gonçalves Gaetano, Vanildo Luiz, Vivaldo Virculino dos Santos. Presentes!

O grito de cada um desses nomes ecoa a memória viva de tantas outras vidas tiradas pelo Estado brasileiro e o sofrimento de cada família que perdeu seu filho, seu pai, seu avô,

seu irmão, seu amigo. Esse Estado que não cansa de matar as populações marginalizadas – seja pela ausência estatal, seja pela intensificação de suas intervenções – tirou um pedaço da família de cada pessoa que estava ali. Um pouco de todos nós, enquanto abolicionistas, morreu naquele dia.

Só que esse mesmo Estado nunca conta com nosso poder de nos reerguer, não sabe que toda perda faz com que nossa revolta cresça. Pensando na fala de Dona Maria Tereza e na máxima de Angela Davis de que *a liberdade é uma luta constante*, temos de remontar nossa trajetória para que esses massacres parem de se repetir, para que não sejam esquecidos. É nesse sentido que essa data tão importante para o movimento anti-cárcere atravessa também a construção e a história da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo.

Não poderíamos falar do 2 de outubro sem mencionar aqueles que nos antecederam nessa memória⁵³. Em 2010, no Parque da Juventude – onde existia o Complexo do Carandiru – o Grupo Trecho encabeçou evento político e artístico para resgatar este dia tão doloroso e potente. Neste ato, um dos saldos políticos foi a articulação de militantes, organizações e coletivos como o movimento Mães de Maio e o Coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR), que originou a organização de uma nova manifestação em 2011 em memória das 111 vidas perdidas. Nesse ano foi formada a Rede 2 de Outubro, autora de diversas atividades de educação popular e ação direta pautando o fim das prisões, a luta por memória, justiça e contra a violência do Estado.

⁵³ Registros das mobilizações de rua pautando o 02 de Outubro de 2011 a 2020 podem ser vistos aqui: <https://quilomboinvisible.com/2020/10/01/28-anos-do-massacre-carandiru-album-da-luta-por-memoria-e-justica/>



A Rede 2 de outubro convocou mobilizações de rua, assim como outras atividades e debates pautando o massacre durante todo o seu período de existência entre 2011 até 2016. Ao encerrar suas atividades seus membros anunciaram a fundação do coletivo autônomo Herzer, que direcionava sua atuação para a luta contra o encarceramento juvenil⁵⁴.

Em 2016, as Mães de Maio e o Comitê de Mães e Pais em Luta dos estudantes perseguidos pela polícia após o levante secundarista em 2015 organizam uma manifestação no 2 de outubro. Já em 2017, em encontro sediado na Favela do Moinho, o tema do 2 de outubro foi a violência do Estado no território e reuniu movimentos de mães de jovens assassinados pela polícia, sobreviventes do sistema prisional, moradores e moradoras do Moinho, estudantes secundaristas e integrantes do Movimento Passe Livre (MPL). Em 2018 essa luta por memória e justiça foi pautada na fundação da Frente, que contou com um show com o grupo Comunidade Carcerária formado por antigos sobreviventes do Carandiru.

Em 2 de outubro de 2019, a Frente organizou o ato em memória aos 27 anos do massacre do Carandiru. Tempestade, sobrevivente do sistema prisional e companheira militante da Frente, criou bonecos que foram carregados por todo o trajeto representando todos aqueles que sofrem pela violência estatal - não só a policial, mas também pela falta de acesso à saúde, educação e uma existência digna. Em 10 de outubro de 2019, também em memória dos 27 anos do massacre do Carandiru, participamos de uma roda de conversa na

⁵⁴ Site do coletivo autônomo Herzer: <https://coletivoherzer.milharal.org/>

Casa de Cultura Hip Hop Jaçanã, com sobreviventes do sistema carcerário. A apresentação foi realizada por Tempestade, Kric, WO e FW - os três últimos são os atuais membros do grupo de rap Comunidade Carcerária, que após o debate realizaram uma apresentação musical.

O evento foi protagonizado por jovens negros - os principais alvos da violência do sistema prisional - e nele foi reafirmada coletivamente a importância da organização e luta nas quebradas pelo fim das prisões, e do fortalecimento dos espaços de resistência, como a Casa de Cultura Hip Hop Jaçanã. O espaço estava e continua sendo ameaçado de fechamento pela prefeitura para a construção de mais uma base da Guarda Civil Metropolitana (GCM)⁵⁵ no local. Esse é um caso exemplar da barbárie em que vivemos, em que a luta e a resistência em defesa da cultura e do lazer nas periferias se torna um ato direto contra o constante avanço da repressão e do encarceramento na quebrada.



Nesse mesmo ano, Preta Ferreira e seu irmão Sidney, membros do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), estavam encarcerados devido à criminalização aos movimentos de moradia, o que uniu o movimento também na articulação da construção do ato. Assim, numa quarta-feira, saímos pelas ruas do centro de São Paulo gritando BASTA! a todas as violências que o Estado insiste em nos cravar, saindo da Praça da Sé e passando por pontos

⁵⁵ Guardas querem fechar casa de cultura e instalar base da GCM no lugar, Ponte Jornalismo: <https://ponte.org/guardas-querem-fechar-casa-de-cultura-e-instalar-base-da-gcm-no-lugar/>

importantes do centro: a Secretaria de Segurança Pública, o Tribunal de Justiça, a faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) - local de formação de muitos promotores e juízes, agentes responsáveis diretamente pelo extermínio da população marginalizada.

Em 2020, devido à pandemia de COVID-19, optamos por não ir às ruas. Essa impossibilidade física não nos fez menores, pelo contrário, permitiu que reuníssemos virtualmente lutadoras e lutadores de todo o Brasil no dia 3 de outubro de 2020 na “Live-Ato em memória das vítimas do massacre do Carandiru e de toda a política de morte do estado”.⁵⁶ O evento histórico atingiu 3 horas e meia de duração e reuniu sobreviventes do sistema prisional, familiares de pessoas presas, visitantes do cárcere, integrantes do movimento de luta por moradia e antiproibicionistas - pensando, lutando e se organizando por um mundo sem cárcere. Um mundo onde os nossos corpos sejam livres.

Esse momento virtual trouxe vivências muito potentes que tocaram todos os participantes. O Kric MC, integrante da Frente, da Amparar e rapper do grupo Comunidade Carcerária, que estava no Carandiru na noite do massacre, bradou “em homenagem aos que foram contados e aos que não foram contados, estamos aqui”, denunciando que 111 é o número de vítimas que o Estado publicizou, mas que muitas outras foram omitidas. No vídeo que encerrou a Live-Ato, Kric pôde lembrar o vulgo de seus companheiros que não estavam na contagem dos corpos e esta memória nos faz pensar: *quantos mais tem que morrer pra essa guerra acabar?*

Anderson, do Movimento Nacional da PopRua, falou das mazelas enfrentadas pelas pessoas em situação de rua, no mesmo momento em que foi possível ouvir a operação policial na região da Cracolândia, em São Paulo, por meio do vídeo de Amanda Rodrigues, integrante da Frente e mediadora do evento, que se encontrava próxima ao centro e da Cracolândia. Foi possível sentir as bombas e os gritos: eram os mortos e os vivos não deixando que a gente esquecesse que o massacre do Carandiru é todo dia.

Em um grito-performance, Andreia, do Movimento Mães do Cárcere, trouxe a ancestralidade e a força em suas palavras, bradando que a educação é a chave, o caminho para que se transforme a sociedade. A fala da Dona Maria Tereza, citada no início do artigo, nos incendiou. Ela, que há tanto tempo está nessa luta, fez renovar a energia e a garra necessárias para seguir na luta pela liberdade.

⁵⁶A live ato pode ser assistida em: <https://tinyurl.com/y2deyfo3>

Ações da Frente durante a pandemia da COVID-19

Com a pandemia de COVID-19, as prisões se tornaram ainda mais letais, provocando forte reação de presos e familiares. Se foi possível ver um genocídio no Brasil, nas prisões houve um genocídio dentro do genocídio.

Em São Paulo, no dia 16 de março de 2020, na semana anterior ao início da quarentena, houve o maior levante coordenado de rebeliões nos presídios do Estado desde 2006, com registro de rebeliões em 15 presídios e mais de 1300 fugas de pessoas presas. No Centro de Progressão Penitenciária (CPP) Mongaguá, houve registro de presos baleados pela Polícia Militar durante a tentativa de fuga. Moradores do entorno do CPP relataram ter visto corpos alvejados pela região e o Movimento Mães do Cárcere denunciou o desaparecimento de dezenas de pessoas presas, como reiteramos em nota e em ofício da Frente⁵⁷. Nessa mesma semana, educadores da Fundação Casa entraram em greve, denunciando o risco de contágio a que eles e os adolescentes estavam expostos⁵⁸.

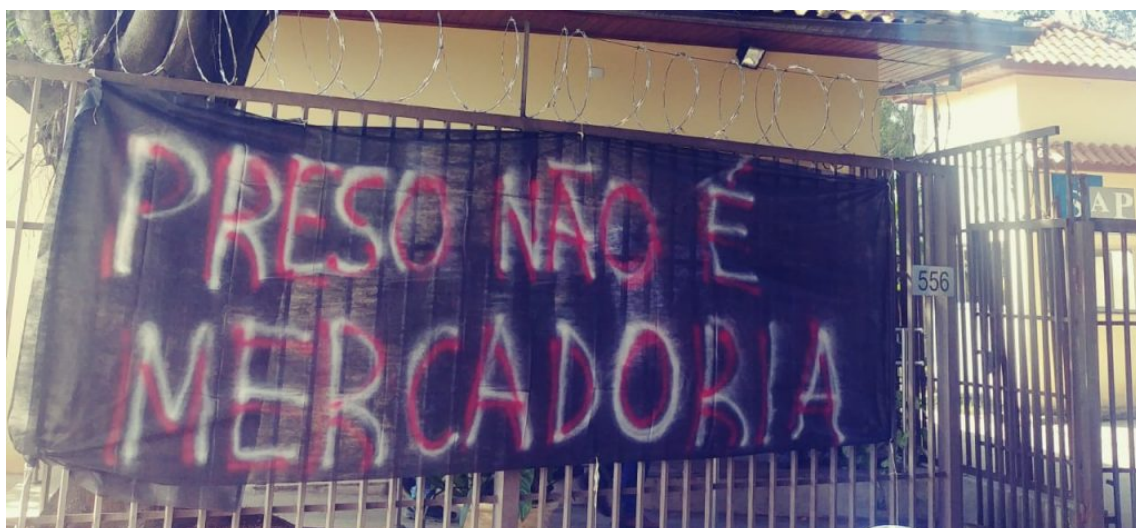
Nesse contexto, as demandas enfrentadas pela Frente foram sobrecarregadas pela necessidade imediata imposta pela intensificação da barbárie. Num cenário em que é difícil fazer previsões, as iniciativas surgiram marcadas pela organicidade e espontaneidade. Foram produzidos boletins informativos sobre a situação das prisões no estado de São Paulo, que circularam pelas redes sociais e por grupos de *whatsapp* de familiares de pessoas presas.

A luta pelo Auxílio Emergencial das familiares também emergiu como uma pauta essencial, dado que o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, restringiu sua concessão a familiares, afirmando que pessoas presas não se encaixam no critério de trabalhador⁵⁹. Assim, a Frente fez um formulário virtual para entender quantas famílias de pessoas presas, sobreviventes do sistema prisional e/ou pessoas em cumprimento de sentença estavam sofrendo essa discriminação pelo Estado. Esse formulário permitiu que a Frente estivesse em contato com essas pessoas e que entendesse, conjuntamente, quais os problemas e alternativas para lidar com eles.

⁵⁷ A FED-SP, junto com o movimento mães do Cárcere e a Amparar, enviou um ofício sobre as condições de unidades prisionais paulistas em meio à pandemia do coronavírus e sobre o desaparecimento de pessoas do CPP-Mongaguá. Leia o documento em: <<https://tinyurl.com/y3goafjh>> Acesso em: 20 de out. de 2020.

⁵⁸Sobre a reação do cárcere nos primeiros da pandemia: “Como a Pandemia colocou o Encarceramento em Massa em Questão?”, Quilombo Invisível, 04 jul.2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxldp38a>>Acesso em: 20 de out. de 2020.

⁵⁹ Familiares de detentos têm pagamento do auxílio emergencial retido pelo governo. G1: Portal de Notícias da Globo, 14 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/14/familiares-de-detentos-tem-atraso-no-pagamento-do-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.



O trabalho de solidariedade e acolhimento de familiares de presos realizado pelas companheiras da Amparar - Associação de Familiares e Amigos de Presos e co-fundadoras da Frente se tornou ainda mais urgente durante a pandemia em São Paulo. Foram feitas campanhas de arrecadação e distribuição de cestas básicas e outras formas de solidariedade a essas pessoas, que viram suas condições de vida drasticamente degradadas durante a pandemia. A AMPARAR também têm sistematizado denúncias e organizaram duas audiências públicas na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) junto à deputada Erika Malunguinho e *lives* para visibilizar sua campanha de arrecadação, com intelectuais, militantes e mães de pessoas presas. Duas dessas *lives* contaram com a participação de abolicionistas dos EUA, Argentina e México, mostrando o caráter internacional dos problemas enfrentados e trazendo à tona a perspectiva abolicionista como uma questão global⁶⁰.

De onde viemos, onde nos consolidamos e para onde vamos voltar - a rua

Nessa escalada cronológica cabe reiterar que as transformações foram muitas e diversas. No contexto pré-pandemia, as ações da Frente se concentravam principalmente nas ruas, no boca a boca, na transversalidade e horizontalidade do conhecimento. Desde 2018, a Frente realiza panfletagens próximas às estações de metrô da Barra Funda e do Carandiru, locais em que, semanalmente, há a saída de ônibus rumo ao interior do estado para que familiares de pessoas presas visitem seus entes presos.

⁶⁰ Sobre a atuação da Amparar na pandemia, ler: “Na ‘linha de frente’: Atuação política e solidariedade entre ‘familiares de presos’ em meio à Covid-19”. Por Natália Lagos. Dilemas:Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Reflexões na Pandemia, 2020. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-80>>

O conteúdo das panfletagens tem como objetivo trocas de ideias que conectem o horizonte abolicionista com as demandas imediatas das pessoas encarceradas e suas familiares. As filas para entrar nos ônibus são profundamente protagonizadas por mulheres e crianças, que trazem consigo a necessidade do abolicionismo, em sua estrutura de vida e existência: desde quando dizem que o parente está ali para pagar pelo que fez, mas não merece ser tratado como bicho, até quando deixam claro “eu não quero que exista prisão nem no inferno”, estão colocando na mesa a necessidade de construir uma sociedade sem prisões. É com elas que construímos e pensamos essa luta abolicionista que travamos todos os dias.

Em 2019, devido à proposta de privatização de presídios em São Paulo pelo governador João Dória, a Frente passou a debater o tema com as familiares, expondo os motivos pelos quais não acreditamos na promessa de melhoria⁶¹. Algumas já sabiam do que se tratava, outras nunca tinham ouvido falar. Havia aquelas que diziam “vem cá, fala pra ela o que você me disse aquela outra vez”. Organizamos uma aula pública na Casa do Povo de Rua, no centro de São Paulo, para debater as diferentes perspectivas e projetos de privatização, não em defesa de algo como uma “prisão pública”, mas para entender como a privatização fortalece o complexo industrial prisional e as formas de extração de lucros privados do trabalho das pessoas encarceradas, impulsionando as políticas de encarceramento em massa para o aumento dos lucros das empresas.

Debatemos como a privatização estava entrando no sistema não só através da concessão da administração dos presídios para empresas como MonteSinos, INAP (Instituto Nacional de Administração Prisional), Reviver e Umanizzare (algumas das principais empresas que hoje no Brasil administram prisões), mas também pelo sistema de APACs (Associação para a Proteção e Assistência aos Condenados) que é uma forma de privatização prisional, que consiste na delegação da execução da pena para uma ONG de caráter religioso⁶². Além disso, o lucro privado hoje também se realiza mesmo nos presídios públicos, cada vez mais, com a terceirização de diferentes serviços e o consumo cada vez maior de insumos diversos com a expansão do encarceramento em massa.

Nossa resistência contra a privatização não significou em momento algum um recuo em relação à perspectiva pelo fim das prisões, mas um movimento contra a tendência

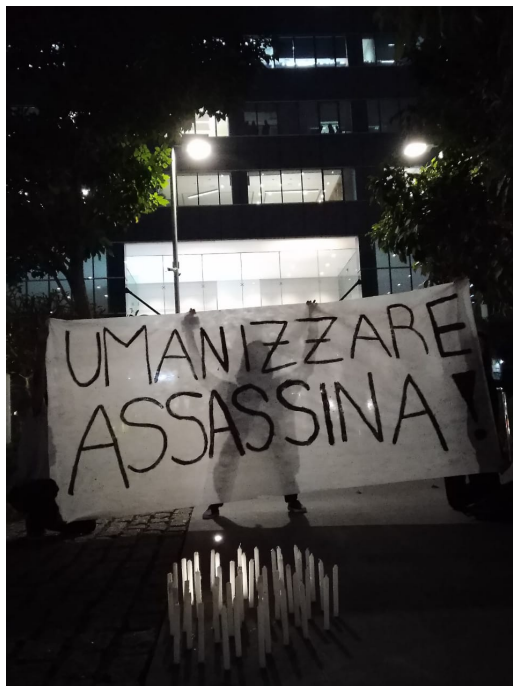
⁶¹ Panfleto da campanha contra privatização dos presídios no estado de São Paulo.

<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Panfletos-privatiza%C3%A7%C3%B5es-final.pdf>

⁶² “Não há nada de novo nos massacres, diz assessor da Pastoral Carcerária. Passa Palavra entrevista Paulo Malvezzi.” Passa palavra, 2017. Disponível em:

<https://tinyurl.com/y2v7nlkw>

crescente de transformação dos presos em mercadoria. Produzimos uma nota pública contra a privatização dos presídios⁶³ e participamos do ato contra a privatização em frente a audiência pública na Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), em Santana.



Em junho de 2019 ocorreu o massacre de Manaus, em que pelo menos 55 corpos foram tombados. O Compaj (Complexo Anísio Jobim), principal palco da tragédia anunciada, é um presídio privatizado e regido pela empresa Umanizzare. Fizemos um ato em frente ao prédio da empresa, situado na avenida Faria Lima, para lembrar os mortos que a aliança entre Estado e propriedade privada insiste em ver apenas como mercadoria, como descartáveis.

No mês anterior ao massacre, em maio de 2019, saímos às ruas junto à Marchas da Maconha de São Paulo, formando o bloco anti-cárcere, panfletamos com o objetivo de escancarar a necessidade de aliança entre as luta antiproibicionista e abolicionista penal⁶⁴. Também procuramos fortalecer as Marchas da Maconha nas periferias⁶⁵ que se proliferaram em 2019, valendo a pena ressaltar o acontecimento da marcha em Francisco Morato e da primeira marcha do Grajaú que conseguiu ser iniciada - uma vez que no ano anterior foi violentamente reprimida pela polícia militar antes mesmo de iniciar seu trajeto. Lá, a marcha também contou com uma apresentação musical do grupo de rap Comunidade Carcerária.

⁶³ Nota Pública contra Privatização dos Presídios. ITTC: São Paulo, 06 de maio de 2019. Disponível em: <<http://ittc.org.br/nota-publica-contr-privatizacao-dos-presidios/>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

⁶⁴ Bloco Anti-Cárcere faz sua estreia na Marcha da Maconha de São Paulo, Alma Preta: <https://almapreta.com/editorias/realidade/bloco-anti-carcere-faz-sua-estreia-na-marcha-da-maconha-de-sao-paulo>

⁶⁵ Sobre as marchas da maconha na periferia em 2019, ver: <https://quilomboinvisible.com/2019/05/30/as-marchas-da-maconha-avancam-nas-periferias-de-sao-paulo/>

Para além das marchas da maconha, a Frente esteve nas ruas formando blocos anti-cárcere e panfletando junto a outros grandes movimentos em outras manifestações, como no ato do dia internacional de luta da mulher em 8 de março de 2019 e no ato da consciência negra em 20 de novembro de 2019. No contexto do mês da consciência negra também realizamos uma aula pública na Casa do Povo de Rua com a historiadora Suzane Jardim⁶⁶ com o tema “Abolicionismo penal é coisa de branco, né?”, dialogando e polemizando com aqueles que silenciam sobre o profundo racismo do sistema penal brasileiro, que entendemos como um legado vivo das práticas do sistema escravocrata em nossa sociedade.

Ainda em 2019 a Frente esteve presente nas mobilizações articuladas junto à Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio pela liberdade de jovens presos com provas falsas forjadas pela polícia. Dessas mobilizações, destacam-se os casos de Leandro, Pedro, Fabrício e Washington, no Jardim São Jorge, e dos dois jovens jogadores de futebol, Ytalo e Arlailson, da favela da São Remo, na periferia da zona oeste de São Paulo. Em ambos os casos, foi conquistada a liberdade dos rapazes depois de intensas mobilizações de familiares, amigos e da comunidade. Sabemos que esses casos são exceções no imenso universo de prisões cuja irregularidade no processo criminal não resulta em liberdade para a pessoa acusada, mas essas mobilizações serviram para nos mostrar mais uma vez que o caminho de conquista da liberdade é a rua e a luta radical e popular, organizada por baixo, na base.⁶⁷

Atuando em conjunto com outros movimentos sociais a partir da concepção de que a luta abolicionista se conecta com as tantas outras existentes, também em 2019 a Frente participou de diversos debates públicos nas periferias da cidade de São Paulo. Foram os casos de debates feitos junto ao Comitê de Resistência do Grajaú, à Igreja dos Santos Mártires no Jardim Angela, ao Centro de Culturas Negras do Jabaquara, à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas)⁶⁸ e à Amparar em sua sede em Sapopemba.

Nas ações da Frente em 2019 é possível observar uma consolidação da política de ampliação do movimento pela abolição das prisões em diferentes direções, dialogando com outros movimentos, tendo a luta radical como principal atuação e procurando sempre a proximidade com as e os principais atingidos pela violência estatal.

⁶⁶ A aula da historiadora Suzane Jardim foi gravada e pode ser assistida em: < <https://tinyurl.com/y5mzrsv5> >

⁶⁷ Sobre os 4 jovens do Jd São Jorge, matérias da Ponte Jornalismo: <https://tinyurl.com/y6xtpvrz> , <https://tinyurl.com/y49j9zdw> . E sobre a mobilização do caso Ytalo e Arlailson: <https://tinyurl.com/yyvenjoo> , <https://tinyurl.com/y68typ8r>.

⁶⁸ A mesa “Genocídio e encarceramento como política de Estado”, da reunião da coordenação nacional da CSP-CONLUTAS, com as convidadas Gabriela Nascimento, Frente Estadual pelo Desencarceramento de SP, Hilda Maria Azevedo Alves, do movimento Mães de Maio da Leste, e Railda Alves, da Amparar, pode ser assistida em: < <https://tinyurl.com/y3qla6br> >

A conclusão segue sendo: queremos abolir!

Aqui procuramos sistematizar as diferentes movimentações feitas pela Frente Estadual Pelo Desencarceramento de São Paulo, buscando documentar uma longa trajetória de lutas pelo fim das prisões e pela liberdade e também a breve trajetória de existência da Frente durante seus dois anos de existência. Não tivemos a pretensão de esgotar os ricos debates e as diferentes perspectivas que deram vida à Frente neste período, mas sim compartilhar um breve panorama dessas ações.

Entendemos que a luta contra o sistema prisional é fundamental para construir uma sociedade verdadeiramente justa e livre. Como nos lembra Angela Davis, a prisão é hoje uma forma de “resolver” problemas sociais gerados por uma sociedade capitalista e desigual em que a maioria não tem acesso adequado à educação, saúde, lazer e emprego. Nós não aceitamos essa “solução” imposta pelo violento Estado brasileiro e consideramos que o encarceramento em massa aprofunda a desigualdade, a violência, o racismo, a opressão patriarcal e a exploração.

Nesse sentido, quando denunciemos que todo preso é um preso político, estamos politizando o preso comum, mostrando que a criminalização da pobreza e o racismo são as bases profundas das políticas de encarceramento em massa, como uma política de dominação de classe e destruição de vidas, sendo falso todo discurso de “segurança pública” apresentado por nossos governantes, pois sabemos que, na prática, trata-se de opressão racista e dominação de classe.

Entendemos que em tempos de avanço do autoritarismo como os que vivemos é urgente ampliarmos a articulação das mais diferentes organizações da classe trabalhadora. Com a certeza que somente unindo nossas forças podemos avançar na destruição desse sistema, consideramos essencial que os movimentos negro, feminista, estudantil, de moradia, sindical e tantos outros se unam numa frente de lutas pelo desencarceramento e pela liberdade.

Narrativas e Percursos da Equipe de Base Warmis: Mulheres imigrantes e interculturalidade

Equipe de Base Warmis-Convergência das Culturas, Mariela Loreto Pizarro Sippa, Lida Elena Tascón Bejarano, Jobana Moya, Sandra Morales Mercado, Corina Evelin Demarchi Villalón, Katlheen Maynard, Beatriz Morales, Elizabeth Suarique Gutiérrez

Escribimos em português porque así hablamos, así pensamos, así desenvolvemos as nossas vidas morando em outro país. Porque de la misma forma em que ocupamos y nos apropiamos de este território, nos apropiamos da língua. Uma língua que hacemos nuestra al llenarla de expresiones y palabras que complejizan los sentidos y muestran que somos de muchos lugares ao mesmo tempo. Contra as formalidades e os cânones, tanto de lá como daqui, nos expressamos como nos sale, como nos viene a la mente, misturando palavras de nossos países com as palavras do Brasil. Seres bífidos, isso somos as migrantes. As vezes não conseguimos distinguir entre a saudade ou a nostalgia, por isso, sentimos uma tristeza alegre pelas coisas amadas, agora ausentes na nossa vida de migrantes. E isso acontece aqui mas, também, lá, aonde já não conseguimos hablar sólo em español, o sólo em inglês, o sólo em português. Nuestros universos já estão um sobre o outro, um com o outro, um contra o outro. Já não seremos más de um lugar só. Tenemos em nós as complexidades, contradicciones y experiencias dos dois lados da fronteira. E, ainda mais, temos em nós os universos de nossas companheiras.

1 Percurso da Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas

Acreditamos que os movimentos sociais nascem das necessidades mais profundas das pessoas comuns, de um sentir comum frente a uma realidade que não oferece as respostas que precisamos. Se tem uma gestação de vários acontecimentos que se encadeiam e que propiciam o momento do nascimento de um projeto, de um sonho que num primeiro momento é individual e depois vai se transformando num sonho coletivo.

A história de nosso coletivo inicia com uma imigrante boliviana Humanista na cidade de São Paulo, que já tinha um histórico familiar de migração de várias gerações. Essa companheira relata os inícios do coletivo:

"Quando cheguei em 2007 tive um acercamento a comunidade boliviana por meio da

Praça Kantuta⁶⁹ e até 2010 realizei diversas atividades dentro da comunidade como ativista onde ficou claro a dificuldade de ser uma mulher imigrante ativista num meio onde quase só homens ocupavam espaços de poder e de fala. Em 2010 nasce minha filha e durante a gravidez já comienzo a enfrentar outro tipo de experiências em relação à maternidade, ao fato de ser imigrante. Em 2013 decidi criar um Equipe de Base (coletivo) dentro do organismo Convergência das Culturas para seguir impulsando as propostas do Movimento Humanista.

Uma condição, no primeiro momento, foi que o equipe de base seja conformado só por mulheres bolivianas com a ideia de que a cultura em comum facilitaria a organização do mesmo. Depois de várias conversas e relatos sobre o atendimento às mulheres bolivianas durante o parto, senti a necessidade de fazer uma pesquisa sobre violência obstétrica para ter dados quantitativos e assim, elaborei um questionário com ajuda de uma amiga brasileira do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Com a pesquisa em mão, ia aos domingos na Praça Kantuta a falar com as mulheres.

No meio de tudo isso teve um ato contra o estatuto do nascituro na praça da Sé, onde fui com outras amigas humanistas, levei minha bandeira da Bolívia que foi avistada por a querida P., que foi a conversar comigo e depois de trocar algumas ideias ela manifestou interesse em fazer parte do coletivo.

Uma primeira ação que fiz foi criar um blog⁷⁰ por causa de uma amiga pesquisadora de mídia que comentou que os imigrantes não registravam as atividades que realizavam, também se criou nossa fanpage de Facebook para poder ter um registro de nossas atividades e dar visibilidade a nossa ação.

Por alguns meses fizemos diversas atividades com ajuda de outras voluntárias bolivianas e brasileiras, entre elas, entrevistas feitas com o questionário sobre violência obstétrica, chegando a conclusão de que as violências que sofriam as mulheres bolivianas também aconteciam com mulheres de outras nacionalidades. Até então só nos reuníamos para realizar atividades pontuais que organizávamos virtualmente.

Num segundo momento do coletivo, decido abrir a participação dentro do Equipe de Base a mulheres de outras nacionalidades e a reforçar a direção dentro da Não Violência Ativa e a não discriminação; depois de vários convites se suma A.C., humanista chilena iniciando uma nova etapa só com nós duas. Outro passo importante foi que A.C. propõe criar

⁶⁹Praça localizada na zona norte da cidade de São Paulo, onde funciona uma feira de produtos e comidas principalmente bolivianos, mas também peruanos, colombianos, entre outros. Ali também, acontecem eventos, festividades, atendimento de algumas ONGs e coletivos que trabalham com a questão migratória.

⁷⁰Blog: <http://www.warmismulheresbolivianas.com.br>

um site⁷¹ e ela mesma o fez.

A partir desse momento, como coletivo, começamos a ter reuniões semanais de formação, e por um longo tempo fomos só duas mulheres fazendo várias tentativas. Depois se somaram voluntárias brasileiras (algumas filhas de imigrantes e imigrantes internas), se criaram outras contas nas redes sociais (YouTube, Twitter). Uma preocupação que temos é a de compartilhar nossos aprendizados com outras. Nossa reunião semanal é um espaço importante de acolhimento e formação na metodologia da Não Violência Ativa, nossa proposta é a transformação pessoal e social mediante ações no meio para criar consciência sobre a importância de superar a violência como forma de resolução de conflitos, e o fazemos através da temática de mulheres imigrantes. Uma das motivações para se encontrar com outras pessoas imigrantes tem a ver com a oportunidade de falar na língua nativa, esta prática constrói o sentimento de coletividade⁷². Na dinâmica do coletivo, tem sido fator determinante o desabafo nos encontros semanais diante das diversas situações de confronto com a cultura da cidade que as mulheres percebemos. Esses espaços de confiança e não julgamento tem gerado o sentido de acolhimento, pois ao dividir as experiências podem se identificar pautas para o agir social e político.

No meio disso, seguíamos participando de espaços e promovendo atividades como rodas de conversa sobre Saúde na Praça Kantuta, oficinas sobre o Estatuto do Estrangeiro⁷³ em parceria com o grupo de extensão da USP Educar para o Mundo (tentando deixar acessível e de fácil compreensão as informações), atividades com o tema da violência obstétrica, tradução de materiais da defensoria pública de São Paulo, participando de mesas de debate e diversas atividades. Isto último deixou claro para nós que nas mesas de debate (quase nunca organizadas pelos coletivos de imigrantes) poucos imigrantes iam como convidados e, em geral, sempre eram homens. Isso nos motivou a organizar nossos próprios eventos e mesas de debate onde quase todas nossas convidadas eram imigrantes/refugiadas mulheres para, por um lado, dar visibilidade/espço de fala as mulheres ativistas e, ao mesmo

⁷¹ www.warmis.org

⁷² A comunicação na língua nativa pode ser uma faca de dois gumes, pode gerar espaços de confiança, mas ao mesmo tempo pode limitar o agir social na interlocução com outros atores sociais. Essas experiências linguísticas têm sido refletidas pelo coletivo. De face ao medo de ser julgadas pelo modo de falar, pelo sotaque marcante, promovemos a participação das mulheres migrantes em eventos públicos, na escrita de matérias no blog e mesmo na elaboração e tradução de documentos. Assim, tem sido para nosotras um desafio especialmente porque não se tem o costume de falar em público.

⁷³ O Estatuto do Estrangeiro (Lei Nº 6815/1985), sancionado durante a ditadura militar, é a lei que regulou as migrações internacionais até 2017, quando foi aprovada a Lei da Migração (Lei Nº 13.445/2017). Essa nova Lei foi conquista da sociedade civil e dos imigrantes que lutaram para olhar a migração desde a perspectiva dos Direitos Humanos. Nosso coletivo participou ativamente nos debates e mobilização para a construção e aprovação dessa Lei.

tempo, demonstrar que os coletivos de imigrantes tínhamos a capacidade de organizar eventos.

É importante destacar que o nosso coletivo surge como iniciativa das próprias mulheres migrantes, diferenciando-se de outros grupos e organizações gestados e organizados por brasileiros. Assim, o foco do grupo é fortalecermos a partir das nossas próprias experiências, ou seja, enfatizar a nossa capacidade de agência.

Também nos acercamos ao poder público entendendo que precisávamos de esta parceria e com ajuda do assessor da vereadora Juliana Cardoso (PT), conseguimos que ela nos colocasse em contato com a Secretária da Mulher do município. Num primeiro momento queríamos organizar um evento do coletivo, mas E.S. propôs chamar a outras mulheres imigrantes para o encontro. Assim nasceu em 2015 o esboço do que depois seria a Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas.

Nosso coletivo tem, também, participação na Marcha do Imigrante todos os anos. E numa das marchas, uma amiga falou que seria legal juntar as mulheres num bloco, ideia que adotamos e na seguinte marcha convocamos as mulheres imigrantes a participar do "Bloco das Mulheres Imigrantes". Pensando na importância de chamar a atenção para o nosso bloco, num primeiro momento, companheiras da Marcha Mundial das Mulheres acompanharam a gente com batucques, mas aí saiu a ideia de tocar algum instrumento que tivesse relação com nossa cultura (nesse momento só andina). Nessa busca encontramos a M.P., imigrante chilena que estava ensinando a soplar Lakitas⁷⁴ na BibliASPA e convidamos ela para apresentar um projeto no VAI (Programa de Valorização a Iniciativas Culturais da Prefeitura de São Paulo) para ganhar visibilidade no espaço público, de onde nasce Lakitas Sinchi Warmis⁷⁵. A nossa participação junto a outros coletivos (entre eles alguns dos que tinham participado do encontro com a Secretaria da Mulher) do bloco das mulheres imigrantes na marcha passou a conformar, de fato, a Frente de Mulheres Imigrantes, Refugiadas e Apátridas.

A Frente é uma articulação hoje conformada por coletivos de mulheres e mulheres imigrantes ativistas da cidade de São Paulo, que se manifestam e organizam em torno a temas ou acontecimentos específicos, em prol dos direitos das mulheres imigrantes. Se por uma parte, a Frente consolida a relevância das mulheres e as suas demandas dentro do movimento

⁷⁴ A lakita é um estilo musical que se desenvolveu nas zonas altiplánicas no norte do Chile, em que uma única melodia vai sendo tecida com a entrada de diversos instrumentos. Primeiramente, de um sopro, Ira, que é o guia, seguido de outro sopro, o Arca - esses são também os nomes dos respectivos instrumentos. A esse grupo de sopros se une um trio de percussão: bumbo, caixa e prato de fanfarras. A comparsa também pode-se chamar tropa de lakas. Os integrantes de uma comparsa são denominados de laka ou lakita.

⁷⁵ As atividades do grupo Lakitas Sinchi Warmis estão explicitadas nos próximos pontos. Para mais informação acessar: www.sinchiwarmis.com.br

social de imigrantes, por outra, promove uma maior visibilidade no contexto dos movimentos sociais brasileiros.

Outra articulação que ajudamos a construir foi a FIRI (Frente Independente de Refugiados e Imigrantes) com coletivos mixtos (Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto; Visto Permanente; Movimento Palestina para Tod@s; Centro Cultural Missão Imigrante-MIM-, entre outros ao longo do tempo).

Todas nossas ações abrem as portas para novas oportunidades. Assim, um dia gravando uns vídeos no Centro Cultural São Paulo (CCSP) chamamos a atenção do coordenador da Divisão de Ação Cultural e Educativa (DACE), com quem, depois de apresentar nossas propostas, fechamos uma parceria de ocupação do espaço. Nesse importante centro cultural da cidade, mensalmente promovemos diversas atividades gratuitas e abertas - rodas de conversa, debates, oficinas de dança, artesanato - e temos ensaios semanais de nossa frente Lakitas Sinchi Warmis.

Por outra parte, participamos ativamente na construção da política para Migrantes do município, das Pré-Conferências e Conferências Municipais de Migração e a de Mulheres, na organização do Fórum Mundial de Migrações em 2016 na cidade de São Paulo e como participantes do Fórum em 2018 na Cidade do México.



A Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas na Marcha das Mulheres na Av. Paulista, São Paulo, 2018. Fonte: acervo próprio.

Estamos num novo momento do processo, onde tentamos decidir e impulsar nossas

ações desde o coletivo, num constante aprendizado através da comunicação direta. A Equipe de Base Warmis atualmente está conformada por mulheres de diferentes nacionalidades - bolivianas, chilenas, argentinas, estadunidenses, costarriqueñas, peruanas, brasileiras, colombianas, venezuelanas - que contribuimos desde nossas particularidades culturais, sociais, linguísticas na construção de um grupo diversificado. Nesse sentido, e como parte do Organismo Internacional Convergência de Culturas, o coletivo propõe facilitar e estimular o diálogo entre as culturas, lutar contra toda forma de discriminação e violência através da proteção dos Direitos Humanos, do apoio à integração comunitária e da promoção da interculturalidade na vida social.

Para sintetizar, apesar da atuação do coletivo ser extensa e desenvolvida em diferentes temáticas, poderíamos identificar *atividades culturais* e *atividades orientadas a incidir na formulação de políticas públicas e participação política*. As primeiras pretendem resgatar, estimular e visibilizar as manifestações artístico-culturais das migrantes. Estas implicam, por um lado, desenvolver ações e eventos relacionados com as identidades culturais (muitas vezes apagadas pelo processo de “integração/assimilação” à cultura brasileira) e, por outro, visibilizar a interculturalidade nos espaços públicos (atividades no CCSP, as ‘Lakitas Sinchi Warmis’, o projeto de Economia Solidária⁷⁶, a Barcarola de Arrullos, entre outros). As *atividades orientadas a incidir na formulação de políticas públicas e participação política* das mulheres imigrantes, visam colocar em debate a migração em espaços de disputa e negociação (Frentes junto a outros coletivos, participação em debates, marchas, atos e mobilizações; campanhas de sensibilização sobre violência obstétrica, legislação migratória, políticas públicas; participação em Conselhos Municipais, elaboração e tradução de materiais sobre acesso aos equipamentos públicos, por exemplo). De qualquer maneira, isto é apenas uma forma de ordenar as diversas atividades do coletivo, já que na prática não existe uma sem a outra. Assim, quando realizamos uma ação cultural também estamos pensando em ocupação do espaço público e participação política, e quando participamos de instâncias de formulação de políticas públicas levamos nossas demandas de interculturalidade.

2 Nuestras Acciones no Mundo

Para além das atividades pontuais antes descritas desenvolvemos algumas atividades mais permanentes no tempo e que dialogam com a nossa proposta de transformação social e

⁷⁶ Frente de ação que resgata os saberes transmitidos na oralidade na produção artesanal para gerar renda para mulheres imigrantes dos diferentes países e participação em feiras e eventos culturais.

pessoal em simultâneo, definidas como frentes de ação⁷⁷.

2.1 Saúde

O ativismo na área de saúde tem sido un eje fundamental desde o início do trabalho das Warmis. No Brasil, o sistema público de saúde é o SUS e todos têm direito a usar, sem distinção de nacionalidade ou situação migratória - embora nem sempre todos tenham acesso. Nós agimos para apoiar a inclusão de imigrantes e refugiadas nas instituições e programas de saúde na cidade de São Paulo e no Brasil em geral, e lutar contra a xenofobia, o preconceito com práticas de saúde interculturais e a discriminação no atendimento. Algumas das atividades desenvolvidas em esta frente são:

1) Guias sobre saúde para mulheres imigrantes: uma preocupação das Warmis é a taxa alta da violência obstétrica no Brasil. A violência obstétrica é tipificada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2013) como:

“(...) a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.”

A Violência Obstétrica pode acontecer durante o pré-natal, a gestação, no parto ou no atendimento em situações de abortamento e pós-parto. Nas imigrantes, a violência obstétrica é geralmente acompanhada de xenofobia e racismo. A Equipe de Base Warmis trabalhou com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a ONG Artemis, em 2013, para traduzir materiais para espanhol e inglês sobre o que é a violência obstétrica e como denunciá-la. As Warmis lançaram uma guia sobre como imigrantes podem conseguir o Cartão SUS e sobre as casas de parto e violência obstétrica em 2018⁷⁸.

2) Participação em manifestações, ações, atos públicos por legalização do aborto, para o parto humanizado e contra a violência obstétrica, contra a PL da Cesariana 435/19,⁷⁹ articulado com mulheres e coletivos, tanto brasileiros quanto imigrantes.

3) Capacitação Intercultural de Doulas: O programa de doulas voluntárias é um

⁷⁷ Este texto foi escrito alguns meses antes da expansão do vírus Covid-19. Com a pandemia e a quarentena nosso coletivo modificou suas atividades para brindar apoio às mulheres migrantes da cidade de São Paulo. Nesse contexto, realizamos doações de cestas básicas, divulgação e tradução de materiais sobre cuidados com o vírus, acesso a auxílios e outras formas de apoio, atividades online, lives e debates em transmissão ao vivo. Também impulsamos a campanha de regularização migratória permanente e incondicional “#RegularizaçãoJá!” junto a outros coletivos e organizações do Brasil e América Latina.

⁷⁸Esses materiais estão disponíveis em: <http://www.warmis.org/materiais.html>

⁷⁹O texto do Projeto de Lei 435/10 está disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000262934>.

programa da secretaria municipal da Saúde de São Paulo em parceria com a Atenção Básica-Área Técnica da Saúde da Mulher, Coordenação de Gestão de Pessoas, por meio da Escola Municipal de Saúde e a Programa Voluntários de Saúde. Essa iniciativa tem o objetivo de garantir que todos os centros de partos ofereçam um parto natural e humanizado, assegurando a presença do acompanhante durante o pré-parto, o parto e o pós-parto imediato. Nós, como mulheres da Warmis, apoiamos esta iniciativa do SUS, participando de maneira voluntária, na formação das doulas num módulo sobre práticas culturais de nascimento. Entendemos que as doulas, em tanto promotoras do conforto físico, emocional, afetivo e psicológico no parto são atoras fundamentais para defender o respeito das práticas culturais da mulher. No nosso módulo, discutimos tradições relacionadas à gravidez e nascimento (como praticado nas regiões Andinas, no Chile, na Síria, e na América do Norte), tradições relacionadas à nutrição, remédios à base de plantas para uso durante a gravidez e nascimento, exercícios, posições para o nascimento e cuidados com a placenta.

4) Ginecologia Natural: Em fevereiro nosso colectivo fez uma oficina com o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. O foco do curso foi aprender sobre remédios naturais (feitos de ervas) para problemas ginecológicos comuns. Também a oficina gerou conversas sobre remédios tradicionais dos países de origem dos participantes. O objetivo foi que membros do nosso colectivo aprendessem sobre os remédios naturais para que pudéssemos divulgar as informações entre as nossas comunidades de imigrantes. Estamos integrando as informações dessa oficina em aulas que facilitamos sobre a saúde das mulheres para as comunidades de imigrantes.

5) Oficinas sobre saúde para mulheres imigrantes. Divulgamos informações sobre saúde e saúde pré-natal para mulheres imigrantes em oficinas e, também, por meio de rádio, divulgando clipes de áudio sobre tópicos de saúde da mulher. Os tópicos principais das nossas aulas são: nutrição para a mulher; estratégias para um parto saudável; amamentação; anatomia; atividade física; como se cuidar durante a gravidez; depressão; DSTs e prevenção do câncer; saúde mental; e prevenção de abuso sexual em crianças.

2.2 Lakitas Sinchi Warmis

Lakitas Sinchi Warmis é uma agrupação feminina formada por mulheres imigrantes e filhas de imigrantes de diversas nacionalidades, que nasce na cidade de São Paulo em agosto de 2016. Seja através da música e da dança, as migrantes temos procurado e encontrado ferramentas úteis para realizar ações coletivas e projetos sociais, que nos permitem continuar preservando nossas raízes. É por isso que o grupo Lakitas Sinchi Warmis visa resgatar,

estimular e viabilizar a manifestação desses mundos culturais por meio da formação e valorização de expressões musicais de referência tradicional (nosso repertório inclui diferentes ritmos como huaynos, cumbiones e tinkus).

Por outro lado, a reinterpretação de uma prática fora de nossos territórios originais tem sido um desafio e estamos em um processo contínuo de transformação e aprendizagem, que durante esses três anos de trajetória nos levou a compartilhar diferentes espaços, além de fazer partes de uma comunidade maior com outros grupos que promovem a cultura dos povos andinos na cidade. É por esse meio que buscamos o resgate, fortalecimento e promoção dos valores dessas práticas em diversos espaços.

Iniciativas como essa já existem em outros lugares da América Latina, como é o caso de Lakitas Matriasaya no Chile, Comunidade Sagrada Coca na Bolívia, grupos que inspiraram e influenciaram nosso surgimento. Este espaço promove a integração e a valorização das mulheres através da vivência em conjunto e da experimentação musical. Essa iniciativa na cidade de São Paulo é muito importante, tanto pela valorização da cultura andina quanto pela participação das mulheres imigrantes na vida da cidade.

Nosso projeto ganhou duas vezes, em 2016 e 2017, o edital do Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI). A partir desse incentivo foi possível montar o grupo, já que assim conseguimos toda a nossa infraestrutura, como os materiais para a construção dos instrumentos, equipamento de som, materiais de divulgação, etc. Também realizamos uma viagem a Bolívia para trazer as vestimentas com bordados típicos e comprar os instrumentos de percussão, assim como participar de oficinas de técnicas de sopro e nos reunir com integrantes da agrupação Sagrada Coca para compartilhar as nossas experiências.



Apresentação das Lakitas Sinchi Warmis no SESC Pinheiros, São Paulo, 2018. Fonte: Acervo próprio.

Através da parceria com a DACE do CCSP, as Lakitas Sinchi Warmis conseguimos um espaço de ensaio, mas também, a oportunidade de ocupar o espaço público e mostrar para a comunidade que frequenta o CCSP a nossa música. Nesses três anos, temos tido a possibilidade de nos apresentar em diversos eventos como rodas de mulheres, atividades em escolas, em parcerias com outros coletivos como o Visto permanente, Sarau das Américas, Kollasuyo Maya, Samba das Mulheres Negras em Marcha, Coletivo Maria Sem Vergonha, Sí! Yo Puedo, Cursinho Coletivo Imigración, Educación y Lucha e em cenários de centros culturais como o Raul Seixas, o Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso, o CCSP, o Parque da Juventude, a Ação Educativa, em vários SESC's, na Praça Kantuta, na Ocupação 9 de Julho, Vila Itororó, dentre outros.

O surgimento de nosso grupo provocou nas comunidades de imigrantes da cidade de São Paulo um forte impacto nas áreas de participação feminina. O exemplo mais claro é a inclusão na fundação do Centro Cultural Andino Amazônico, composto pelos grupos: Conjunto Autóctono Jach'a Sikuris de Italaque Nuevo Amanecer, Conjunto Autóctono Waly Wayra, Centro Cultural Kollasuyo Maya, Huaycheños de Corazón e Lakitas Sinchi Warmis. Em 2019, os grupos autóctonos bolivianos residentes na cidade se organizaram coletivamente

para comemorar o Ano Novo Andino Amazônico, com Lakitas Sinchi Warmis presente na organização do evento. Nesta oportunidade, participamos como artistas, sendo a primeira vez que um grupo musical feminino faz parte do programa oficial.

Nós mulheres, como atores sociais presentes na cidade, temos a possibilidade de fazer novos usos da música tradicional nos tornando protagonistas e sujeitas ativas na produção musical, reconfigurando, no novo lugar, nossos ritos e tradições e, ao mesmo tempo, mobilizando-nos individual e comunitariamente. O relato da nossa companheira Beatriz reflete a experiência e sentires da sua participação no coletivo e nas Lakitas como um espaço de fortalecimento pessoal e coletivo:

“Hola! Mi nombre es Beatriz Morales Barroso. Voy a contar mi experiencia dentro de Equipe de Base Warmis- Convergência das Culturas y Lakitas Sinchi Warmis. Comencé hace 2 años, 25 de julio de 2017. No inicio yo no sabía cómo era, ni me imaginaba que mudaría mi forma de pensar, a medida que pasa el tiempo me dí cuenta que ya estaba envuelta en algunas actividades. Para mí después de más de 30 años a volver a leer, escribir, es algo que me llenó de alegría pese a que no tengo mucho tiempo en casa al final. Mi trabajo diario es levantarme ir a Radio Taisso hacer un poco de alongamento de 20 minutos. Luego, volver, hacer café de manhã y luego sentarme en la máquina hasta 11:30 para luego hacer el almuerzo, todo eso pasa hasta 12:30. Después de eso, lavar loza (ahí aprovecho de ver el celular o hacer algo de lectura), de tarde ya al trabajo de nuevo hasta 10 horas da noite. Y todavía poner en orden para el día siguiente.

Entonces para mí ha sido un desafío estar con las Warmis trocando ideas, intercambiando culturas, saberes de diferentes países y más que todo expresando mis cosas que realmente estaban guardadas dentro de mí. Lo que más me llama la atención de las Warmis es que se trabaja con la No Violencia activa y la no discriminación, la salud de la mujer materno sexual, actividades de oficinas, política social y muchas otras actividades. Entonces por todo eso me siento orgullosa hoy en día, cosa que antes no sentía mucho por no tener conocimiento y no saber valorizar todo antes de estar con las Warmis.

Realmente somos parte de una vida inigualable en cultura y arte y allí comienza para mí Lakitas Sinchi Warmis que es un grupo de mujeres inmigrantes de varios países de Latinoamérica que hago parte también y eso me hace digna para mi diario vivir y es lo que más me gusta tocar la música, sentirla, y al mismo tiempo recordar nuestras orígenes, raíces culturales donde participamos, en muchos encuentros culturales, manifiestos, frentes y colectivos. Bueno para terminar mi resumen puedo decir a todos los que lo lean que las mujeres, Warmis valientes juntas hacemos historias maravillosas, al mismo tiempo

representamos la fuerza y pureza, poder dar vida a seres humanos que son los hijos. La música, arte, dança y cultura para mí es la esencia fundamental y principal para vivir, tener buena salud mental y corporal y al mismo tiempo es una terapia para nuestra alma”.

2.3 Grupo de estudos sobre gênero, migrações e movimentos sociais

Ser um coletivo de mulheres imigrantes nos leva a pensar o lugar do feminismo - ou feminismos - para nosso grupo. Tendo em vista que venimos de lugares diferentes - não só de países diferentes, como de formações diferentes, paisagens diferentes, participações e ativismos diferentes, faixas etárias diferentes - é bastante difícil achar uma única definição e para algumas de nós a identificação com o feminismo é complexa. Muitas de nós participamos, também, de outros espaços comunitários, políticos, institucionais e acadêmicos, onde estão sendo gerados debates, conhecimentos e troca de experiências. Por isso, pensamos em criar um grupo de estudos, um espaço para refletir e pensar em nossas experiências de migração, passando de objetos de estudo a sujeitos de estudo e, por que não, produtoras de conhecimento? Nessas reuniões - abertas não só para as integrantes do coletivo, mas também para toda mulher imigrante - discutimos alguns textos sobre gênero, feminismos, movimentos sociais e migrações.

Com Gloria Anzaldúa (1987), Domitila Barrios de Chungara (2018), Maria Lugones (2008), Silvia Rivera Cusicanqui (2016), María Galindo (2015), Flora Tristán (2006), Lélia Gonzalez (1988, 2020), Vandana Shiva (2020), Silvia Federici (2020), Avtar Brah (2017), Chana Mamani (2020), Ochy Curiel (2015) y Adriana Guzmán (2019), analisamos diferentes conceptos como mestiçagem, interculturalidade, sexualidade, colonialidade, decolonialidade, patriarcado, capitalismo, feminismo ocidental, entre outros. Essas autoras nos levaram a compreender que as incomodidades que a definição como feministas nos produz, tem a ver com as diversas formas de ser mulheres no mundo. Se a palavra feminismo - nos referimos ao feminismo liberal - nos causa rechazo é porque vemos ele como um movimento alheio, que nos diz como devemos ser, que mide que tão feministas somos ou não, que se posiciona como o único possível, o correto, que não se preocupa pelas realidades das mulheres de más acá, que nos exclui ou não nos contempla. É porque vemos um feminismo racista, classista, elitista, acadêmico, individualista.

Mas se por um lado, nos cuesta encontrarnos dentro desse feminismo, por outro, nos vemos desenvolvendo ações que nascem desde e se orientam à liberação, o respeito, o reconhecimento e a autodeterminação das mulheres imigrantes. Nesse sentido, e más allá das posições individuais de quem forma parte do coletivo - que pode autodeclararse, ou não,

feminista, feminista decolonial, humanista, interseccional, comunitária - entendemos que desenvolvemos *práticas feministas*.

Essas práticas feministas se diferenciam, de uma parte, das práticas das Ongs com seus sesgos assistencialistas, e de outra, de um feminismo liberal, de empoderamento individual. Nossas diferentes frentes de ação se orientam à construção coletiva de autonomia das mulheres imigrantes e suas comunidades e grupos.

Nessa ordem de ideias, a discussão é aberta: se desenvolvemos práticas feministas, que tipo de feminismos estamos construindo a partir de nosso lugar de mulheres imigrantes? Estamos falando de feminismo(s) migrante(s)? Ainda não temos certeza. Mas o que sabemos é que nossa reflexão parte dos feminismos do sul, não eurocêntricos, anticoloniais, e criticamos o feminismo hegemônico, institucional ou ocidental que impõe uma única forma de luta ou resistência sem levar em conta a própria realidade e a diversidade das mulheres do Sul Global, suas geografias, suas histórias e suas culturas.

2.4 Barcarola de Arrullos: proposta de mediação de leitura em línguas migrantes

A Barcarola de Arrullos começou a partir da dificuldade das Warmis mães de passar sua língua e cultura para seus filhos, percebemos como era uma tarefa muito solitária e não havia muita ajuda das escolas nem dos espaços públicos da cidade. Embora o bilinguismo não é uma condição nova numa cidade de tradição migrante como São Paulo, nas escolas públicas a temática ainda não tem sido resolvida. A atitude das mães Warmis tem sido participar das reuniões da escola e no conselho de pais colocando a pauta das famílias migrantes.

A partir dessa experiência como mães migrantes de escolas públicas, como corpos habitantes da cidade de São Paulo, junto ao amor que temos pela nossa língua materna, foi que nasceu a ideia de criar a primeira estante de livros em línguas estrangeiras para crianças imigrantes e brasileiras, em parceria com a DACE e da Biblioteca Infante-juvenil do CCSP. Assim, a Barcarola de Arrullos é uma tentativa de colocar a diversidade linguística nos espaços públicos, visando dar destaque à produção literária em línguas migrantes como recurso de mediação de leitura no atendimento dessa diversidade linguística, especialmente com crianças de famílias migrantes.

Por meio da doação de livros em outras línguas, no mês de maio de 2018, inauguramos a estante de literatura infantil em línguas migrantes na biblioteca Sergio Millet do CCSP. Nesse dia fizemos uma leitura coletiva de livros infantis em espanhol, embora na

estante se encontram títulos em inglês e francês. Algumas das estratégias foram adotadas das atividades de leitura de Colômbia que tem destaque na América Latina na medição de leitura em espaços não convencionais.

Uma questão a resolver foi a acessibilidade desse recurso. Ainda que a biblioteca seja um espaço público, as comunidades migrantes concentram-se em diversas zonas da cidade. Portanto, estabelecimos uma parceria com a União Social de Migrantes Haitianos (USIH), que fez uma parceria com a ONG Jubileu. Assim, se deixou a “mala viajante”, 20 livros de literatura infanto-juvenil em francês, se bem que a língua falada seja o creole, achamos que a comunidade infantil haitiana poderia ter a possibilidade de reconhecer a língua dos pais como produtora de literatura.

Outra atividade realizada foi a leitura na Praça Kantuta. Ali se fez uma roda de contos com crianças, enquanto as mães participavam de uma oficina de apresentação das pautas das mulheres migrantes para a marcha de 8 de março de 2019 organizada pelo coletivo. Também, no mês de outubro de 2019, fizemos uma oficina para crianças sobre a temática de migração na Biblioteca do CCSP, na qual se aproveitou o material da estante.

Esse projeto é uma Barcarola de Arrullos que começa navegar livro a livro, onda em onda, com ela vamos tornando a instituição pública parte da nossa cotidianidade. Acudir à leitura é uma forma de voltar para casa, para visitar os parentes e aprender das palavras dos mais velhos. Ali ficarão os livros, aguardando por nós para continuarem tecendo diálogos diversos na imensa São Paulo, cidade de línguas peregrinas.

3 O Coletivo como Espaço Intercultural

Supõe-se mesmo que nossas origens mais remotas correspondam às culturas ocidentais, que tudo começou pelos gregos e romanos, anulando a presença de nossa verdadeira ancestralidade. Um panorama deprimente é aquele em que não apenas a existência, as contribuições e a história dos países latino-americanos são desprezadas, mas também o ódio entre as nacionalidades é incentivado pela exacerbação de rancores de batalhas passadas que aconteceram entre os países, em épocas em que as expansões imperiais eram evidentemente baseadas em conquistas territoriais.

Se olharmos para nossas origens, culturas, etnias e civilizações mantiveram um desenvolvimento heterogêneo, mas ao mesmo tempo semelhante em sua profundidade religiosa, social e comunitária, essa característica adicionada à mobilidade social que existia desde as origens do mundo mostra a não pertença totalitária de nenhuma coisa.

É impossível negar que entre países, etnias e culturas temos diferenças, e que também

alojamos em nosso inconsciente e também em nosso consciente, complexos xenofóbicos e separatistas, além do complexo de inferioridade que os europeus muito laboriosamente se encarregaram de estabelecer em nossas personalidades. No entanto, apesar de nossas assimetrias, temos muitos aspectos em comum, desde aspectos relacionados à economia, política, ciência, gastronomia, questões militares, a processos históricos muito semelhantes, ditaduras, terrorismo. Todas as nações morreram e renasceram inúmeras vezes e continuam procurando caminhos para o futuro. Infelizmente, as diferentes circunstâncias decorrentes da colonização e depois dos problemas particulares de confronto entre os países produziram e aumentaram a separação e o racismo entre nós.

Hoje podemos falar sobre diversidade cultural e levá-la a um contexto participativo, que está lentamente gerando um progresso significativo, apesar das mensagens racistas e segregacionistas ainda presentes na mídia, no discurso das autoridades políticas e, especialmente, em nossas ações cotidianas entre si.



A Equipe de Base Warmis numa marcha na Av. Paulista com a Whipala, São Paulo, 2019. Fonte: Acervo próprio.

Nesse contexto de mudanças, é trágico a existência de fenômenos que ainda não

assumem a interculturalidade como algo positivo, enriquecedor e humano. A união, o respeito e a busca de uma melhor convivência entre os seres humanos deixam de ser utopias e sonhos inacessíveis com a existência de coletivos ou associações que abraçam as diferentes nacionalidades, promovendo a igualdade e o respeito aos direitos humanos. Esses coletivos ou associações têm em comum objetivos de resistência, luta contra a discriminação, atenção às minorias, mas, acima de tudo, mantêm e constroem uma visão esperançosa em um mundo que sofre.

Nesse sentido, o coletivo Equipe de Base Warmis - Convergência de Culturas se constitui como um coletivo intercultural, na medida que participamos dele, mulheres de diferentes nacionalidades que trazemos nossas particularidades culturais para o espaço comum, promovendo a autocrítica, a desaprendizagem e a reconstrução de nossas próprias falhas, complexos e dificuldades para viver junto.

Por exemplo, a língua tem sido um fator de negociação no nosso coletivo uma vez que chegam mulheres de diversas nacionalidades. Embora o espanhol seja a língua majoritária, a presença de filhas de famílias migrantes que têm como língua nativa o português ou de mulheres dos Estados Unidos, tem sido uma experiência interessante. O exercício de tradução do inglês para o espanhol, do português para o inglês é um exercício de interculturalidade, que gera espaços de negociação de significados diversos.

Ao mesmo tempo, as vezes acontece que o aprendizado da língua traz consigo um sentimento de perda de identidade, como se ao adotar a língua oficial a nossa historicidade fosse esquecida. Nesta cidade dos mil sotaques os nossos vocábulos se acoram sub a língua oficial, ocultam-se pois se elas saírem podem não ser compreendidas, podem ser rejeitadas e julgadas. Contudo, o julgamento do nosso desenvolvimento linguístico nos deixa numa condição de minoria de idade. Nossa performance atrapalhada de acentos “errados” expõe-nos, percebemos o desconforto daquele que nos ouve e tenta nos explicar paternalmente, ou, no pior dos casos, ignora nosso diálogo, se afasta da conversa e ignora nossa presença. Por isso, tem sido uma das ideias fundantes do coletivo se opor frontalmente a seu principal inimigo: racismo e segregação, de onde começam as injustiças e a falta de respeito pelos Direitos Humanos.

O coletivo da Equipe Base da Warmis - Convergência das Culturas é um espaço de aprendizado. Aprendemos a conhecer e afirmar nossos próprios valores, nossa existência como mulheres migrantes, como seres humanos que carregam seus códigos, costumes, e tradições e como parte de um todo, reconhecendo os mitos e símbolos constitucionais de nossas culturas, nossa própria interculturalidade.

Referências

ANZALDÚA, G. **Borderland/La Frontera: The New Mestiza**. Aunt Lute Books. San Francisco, California. 1987

_____. *La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência*. Em: **Estudos Feministas** N° 13, pp: 704-719. Florianópolis, Brasil, 2005.

BRAH, A. **Cartografias de la diáspora. Identidades en cuestión**. Traficantes de sueños, Madrid, 2011.

BRASIL, **Lei nº 13.445**, de 24 de Maio de 2017. Instituye la Lei de Migração. Disponible en:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015.../2017/lei/113445.htm>> Acesso em: 10 fev.2019.

CURIEL, O. *La descolonización desde una propuesta feminista crítica*. Em: **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala**. p 11-26. Asociación para la Cooperación con el Sur. España, 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Violência obstétrica, você sabe o que é? Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6530>> Acesso em: 20.out.2020

FEDERICI, S. . Capitalismo, reproducción y cuarentena. Observatorio Plurinacional de Aguas, **OPLAS**. Disponível em: <<https://oplas.org/sitio/2020/04/21/silvia-federici-capitalismo-reproduccion-y-cuarentena/>> Acesso em: 21.abr.2020

GALINDO, M. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. En: **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala**. p.27-50. Asociación para la Cooperación con el Sur. España, 2015.

GONZÁLEZ, L. Por un feminismo Afro latino-Americano. **Arcaz: Recursos Educacionais Abertos**, 133-141. Disponível em: <<http://arcaz.dainf.ct.utfpr.edu.br/rea/items/show/195>> Acesso em: 20.feb.2020

GUZMÁN A. 1. **Descolonizar la memoria, descolonizar los feminismos**. Tarpuna Muya, Bolivia, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y género. Hacia un feminismo descolonial. Em: Mignolo, W. (comp.) **Género y descolonialidad**, p. 13-42. Buenos Aires, Argentina: Del Signo, 2008.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores**. Tinta Limón. Buenos Aires, 2016.

SÃO PAULO **Lei Municipal N° 16.478**. Diário Oficial do Município de. República Federativa do Brasil. 7 de julho de 2016. Disponible en: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/ATAS/Decreto%2057533-2016%20-%20Regulamentacao%20PMPI.pdf Acesso en: 20 mar. 2019.

SHIVA, V. Vandana Shiva Sobre El Coronavirus: De Los Bosques A Nuestras Granjas, A Nuestro Microbioma Intestinal. Observatorio Plurinacional de Aguas, OPLAS. Disponível em:

<<https://oplas.org/sitio/2020/04/04/vandana-shiva-sobre-el-coronavirus-de-los-bosques-a-nuestras-granjas-a-nuestro-microbioma-intestinal/>> Acesso em: 4. abr.2020.

TRISTÁN, F. **La unión Obrera**. Traficantes de Sueños, Madrid, 2006.

VIEZZER, M. “**Si me permiten hablar...**” **Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia**. Biblioteca del Bicentenario de Bolivia, La Paz, 2018.

Luta Antimanicomial: relato de uma experiência militante na Cracolândia

Júlia da Fonseca Silvestrini

Primeiro Contato

Meu primeiro contato com a cracolândia foi a partir de uma atividade realizada pelo Fórum da Saúde da PUC-SP (um espaço para debatermos saúde pública no Brasil com um viés mais militante), no momento em que Dória (PSDB), prefeito de São Paulo na época, estava comandando diversas repressões na região da Cracolândia, com o objetivo de “acabar” com aquele espaço.

Era maio de 2017, Dória havia realizado diversas ações violentas na região da Luz. Alegava que acabaria com o lugar mais aterrorizante de São Paulo, ou pelo menos, é assim que as pessoas costumam ver a Cracolândia, como um local assustador, onde tem vários zumbis, expostos, aglomerados em um grande zoológico na grande cidade de São Paulo. Onde moradores têm medo de passar, pais levam seus filhos para impressioná-los e ensiná-los “o que acontece quando se usa qualquer droga” e os turistas visitam, como se fosse um museu de horror a céu aberto, com zumbis que destruíram suas vidas por conta do vício, da droga.

Uma militante do coletivo Craco Resiste foi falar com os estudantes de psicologia da PUC sobre como estavam sendo as movimentações na Cracolândia, depois das ações truculentas do Dória. Ela nos contava enquanto olhava o celular, contava com voz enfurecida, com olhar de medo e uma cara de exaustão e tristeza, mas mesmo assim, a garra dela me encantou. Ouvir aquelas histórias, saber daquelas pessoas e entender o que acontece ali, me tirou do sério. No momento das perguntas, essa militante, que já estava atenta ao celular, fala “gente, nesse momento tá acontecendo uma ação e eu preciso ir pra lá ajudar as pessoas, alguém quer ir comigo?”. Um silêncio atingiu a sala, como se toda aquela euforia em saber das pessoas que moravam na Cracolândia, a situação de como estavam, o que estava acontecendo, tivesse acabado. Todos se entreolharam para ver se alguém teria alguma reação diante daquele pedido tão inusitado. Eu tive, levantei minha mão e disse “Eu quero ir”. Ela me olhou, sorriu e disse “fico feliz! Mas vamos logo, precisamos chegar o quanto antes”.

Levantamos enquanto a sala ainda estava cheia e fomos correndo em direção à saída da PUC. Disse pra ela que eu estava de carro e ela ficou feliz de saber que não íamos perder tempo esperando o transporte público.

No caminho fomos conversando sobre sua trajetória e seus sentimentos naquele momento agitado. Pude perceber encantamento pelo seu trabalho, amor por aquelas pessoas, pavor por tudo que estava acontecendo. Ela temia não apenas a segurança de quem estava lá, mas também de sua própria segurança e de sua família, tinha um sentimento de perseguição - que depois, percebi que era generalizado e totalmente justificável -, me relatou diversas vezes em que achou que a polícia à estava esperando na porta de sua casa. Confesso que eu, ouvindo aquelas histórias, que ainda estavam muito no mundo das ideias, imaginei que podia haver um certo exagero em sua fala, mesmo ela parecendo uma pessoa tão consciente e segura. Ela muitas vezes me dizia “Eu tô ficando louca, eles ainda vão me deixar louca”.

Chegando lá, havia um pequeno número de pessoas na região da Luz, todos se cumprimentaram, haviam militantes, trabalhadores, usuários e um vereador. Naquele dia, em específico, não me lembro exatamente o que se passava, só lembro que haviam pessoas desesperadas, falando que um dos hotéis do Programa “De Braços Abertos” tinha sido evacuado e seus moradores não tinham para onde ir. Um dos moradores chegou na reunião e disse que alguém precisava ir lá para ajuda-los, lembro que havia um cachorro ainda dentro do hotel e eles iam tombá-lo - mas não tenho certeza, isso podem ser meus pensamentos se misturando -, o vereador foi lá com mais algumas pessoas da reunião. Como eu não conhecia ninguém, a não ser a militante e trabalhadora que havia conhecido a poucas horas atrás, resolvi não ir.

Esse foi o início de uma nova etapa, do qual mudou a minha percepção de mundo. Na Cracolândia, me deparei com: medo, tristeza, vício, fome, situações precárias, repressão constante, desespero e vazio, mas, para minha surpresa, também encontrei arte, amor, sorrisos, música, força, esperança e luta, muita luta. Tem tantas histórias que vivenciei em tão pouco tempo, que é desafiador saber por onde começar, como traduzi-las em palavras, como fazer com que os leitores desse texto sintam, pelo menos um pouco, da sensação que senti em diversas situações que vivi, que me transformaram de alguma forma.

História do Cabelo

Uma das histórias mais marcantes que me vem à cabeça, do qual gosto de compartilhá-la em todos os espaços, é a história de um militante, morador da cracolândia e artista. Ele fez um trabalho, com uma de suas músicas, para um projeto e acabou sendo

remunerado. Quando recebeu seu dinheiro, pediu para um dos militantes da Craco Resiste, que era bem próximo dele, para cuidar desse dinheiro, pois sabia que caso ficasse com ele, gastaria em droga. Dessa vez ele tinha outros planos para o dinheiro que conseguiu.

Um dia, cheguei na região da Cracolândia e fui em direção a um bar próximo ao local, onde eu e companheiras e companheiros da Craco Resiste íamos de vez em quando, para conversarmos e nos distrairmos. Dessa vez, o militante, morador da craco e artista estava sentado com a gente. Em algum momento, ele e o militante da Craco Resiste que havia guardado seu dinheiro, saíram e falaram que depois voltariam. Algumas horas mais tarde, voltaram com um violão e um sorriso no rosto que vi poucas vezes na vida, um sorriso radiante. Sentaram conosco na mesa do bar e esse militante, morador da craco e artista começou a tocar diversas músicas com seu violão. É um momento que quando me lembro, sinto aconchego. Estávamos curtindo, conversando, bebendo e ouvindo música ao vivo. No meio dessa felicidade, dessa tarde gostosa, recebemos uma mensagem de que os Guarda Civil Municipal - GCMs estavam reprimindo a Cracolândia. Existia um espaço onde acontecia diversas atividades, onde os usuários guardavam suas coisas, tinha comida e muitas vezes dormiam e os GCMs estavam invadindo aquele espaço, alegando que receberam uma denúncia de consumo de droga ali dentro.

Fomos correndo para lá... Muitas pessoas vieram falar com a gente quando chegamos, policiais na porta, revistando todo mundo, jogando os charutos no chão, tirando cobertores, papéis com exames, coisas pessoais e jogando tudo em uma caçamba. Uma mulher veio falar comigo, me mostrou um tumor enorme em sua barriga e disse ser a terceira vez que precisa realizar seus exames, pois sempre que ela os realiza, os policiais revistam ela e jogam seus exames na rua, no lixo, impedindo que ela consiga uma operação. Mulheres grávidas recebendo tiros de bala de borracha, recebendo o cheiro do gás lacrimogêneo que intoxica todas e todos... Cadeirantes, sendo espancados pelo bastão da polícia... Eu, acostumada a só sofrer repressões em atos políticos, me deparei com uma repressão completamente diferente, uma repressão real e não uma dispersão para os estudantes chatos voltarem para suas casa, mas uma repressão feita com ódio, perceptível nos rostos dos GCMs.

Parecia uma situação de guerra, onde todos estavam com medo, porém o sentimento de indignação prevalecia, pediam para nós, com nossos celulares gravarem todas as cenas para podermos denunciar depois, queriam mostrar para a população as condições que aquelas pessoas viviam, a situação de guerra cotidiana e direta contra o Estado. Queriam se mostrar humanos, com direitos, mesmo a população e o Estado não os considerando assim. E esse dia, o militante e morador do qual havia comprado o violão, para mim, se tornou um símbolo

de toda essa luta, nessa situação de guerra, levantou o violão e disse “essa aqui é minha arma”.

As pessoas que vivem na Cracolândia

Através do relato das pessoas que tive contato, grande parte delas são egressas do sistema carcerário. Elas são soltas sem qualquer tipo de assistência por parte do Estado. Muitas delas, principalmente mulheres, são abandonadas pela sua família depois de muitos anos em restrição de liberdade, saem sem absolutamente nenhuma perspectiva e vão morar nas ruas de São Paulo. Como o ambiente e as condições de pessoas que moram na rua são realmente desumanas, para poderem sobreviver aquela situação, eles recorrem às drogas. É fundamental identificarmos o crack como uma consequência da violência de um Estado genocida e não como a causa do problema das pessoas que ali vivem.

Depois de encontrar sua droga na Cracolândia, encontram companhia, encontram afeto, encontram amor. Muitas dessas pessoas, que estavam abandonadas pela sociedade, acham um grupo de pessoas que a enxergam como ser humano e compartilham um lugar de marginalização da sociedade, sendo que o que lhe dão forças, muitas vezes, é o companheirismo que encontram entre aquelas pessoas.

Mesmo com toda a repressão, quando Doria ameaçava de interná-los compulsoriamente, enquanto estivessem na rua, fazendo, literalmente, qualquer coisa, muitos de nós falávamos “você pode ser internado a qualquer momento se continuar aqui, vai para outro lugar” e eles respondiam “Não, não posso deixar minha família, minha companheira, meus amigos estão aqui, não posso deixá-los”.

Como disse anteriormente, na Cracolândia nós achamos tristeza, achamos medo, pavor, vício, situações de miséria, porém, também achamos amor, companheirismo, amizade e coletividade. É importante entendermos que aquelas pessoas, sobreviventes do sistema carcerário, nunca tiveram nenhuma assistência do Estado. Pelo contrário, esse só servia para encarcerá-las, reprimi-las, torturá-las e muitas vezes matá-las. Pessoas que sempre foram vistas como inimigas da sociedade e encarceradas, para que pudessem ter maior controle sobre elas.

Programa de Braços Abertos e Programa Redenção

Ao longo dos últimos anos, a prefeitura de São Paulo tentou realizar diversos programas, com diferentes nomes, porém com um único objetivo: acabar com a região da Cracolândia. Todos falharam.

O estudo realizado pela *Open Society Foundations* chamado “Crack: Reduzir Danos”, nos conta sobre as diversas tentativas dos governos do Estado de São Paulo, “A primeira grande ação policial, chamada de “Operação Limpeza”, aconteceu em 2005; foi seguida pela “Operação Dignidade” em 2007 e pela “Operação Sufoco”, em 2012.”. Em uma reportagem para o site “Ponte”, a antropóloga e militante da Craco Resiste explica:

Faz mais de 20 anos que falam que vão acabar com a Cracolândia, e nunca, por mais que se tenha anunciado isso várias vezes, nunca aconteceu. A Cracolândia é um território itinerante, chama-se o fluxo por uma analogia aos fluxos das festas funks das periferias de São Paulo. A Cracolândia, assim como as festas funks, são delimitadas pela quantidade de pessoas, não por um território específico (OPEN SOCIETY FOUNDATION, 2017).

Em 2013, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckimin (PSBD) tentou ordenar que as autoridades internassem usuários em programas compulsórios de tratamento, o que significava uma grave repressão, mais uma forma violenta e manicomial do Estado lidar com usuários. Ainda, o prefeito Fernando Haddad, desafiou as secretarias municipais de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Segurança Urbana e Direitos Humanos e Cidadania, entre outras, a elaborarem uma nova estratégia para a região. Assim foi criado o programa De Braços Abertos.

O programa realizado por profissionais da área da saúde, com uma perspectiva da redução de danos, implementou um programa que fornecia aos usuários água limpa, comida, moradia, emprego, etc. Os usuários morariam em quartos de hotéis destinados da prefeitura, teriam três refeições diárias, jornadas de trabalho de 4 horas por dia, remuneração, cursos profissionalizantes para garantir geração de renda e acesso à saúde.

O início de um programa que tinha uma perspectiva de redução de danos era algo totalmente novo na Cracolândia, todas as ações anteriores haviam sido baseadas única e exclusivamente na repressão policial, baseado na guerra aos pobres e a negritude disfarçada de guerra às drogas. Como diz o artigo publicado, logo após o primeiro mês do programa De Braços Abertos, no site do Coletivo DAR - Desentorpecendo À Razão:

O entendimento de que o problema social explicitado naquela região vai muito além do consumo, abusivo ou não, de uma substância, e a busca de abordagens que não oprimem necessariamente pela abstinência ou pela internação, e que sejam de baixa exigência para adesão, podem parecer pouco, mas são bastante relevantes para essas pessoas que estavam fugindo de bombas e sendo obrigadas a caminhar em círculos há dois anos (COLETIVO DAR, 2014).

O texto do DAR nos traz elementos fundamentais a uma reflexão do programa De Braços Abertos. Em primeiro lugar, o texto reconhece que o programa parte de aspectos

importantes e que devem ser considerados. O primeiro é o fato, óbvio - porém que em um país como o nosso, governado por genocidas, milicianos e torturadores pode não se dar com a devida obviedade -, que pessoas usam drogas e qualquer política pública, principalmente na região da cracolândia, deve levar isso em consideração e compreender que são os usos abusivos que precisam ter seus danos minimizados.

O segundo é a ausência de pré-requisitos para adquirir o direito de trabalho. Na região da cracolândia, é comum existirem inúmeros motivos para as pessoas não conseguirem manter uma rotina de trabalho, seja por questões de saúde (física e/ou mental) ou por necessidades de estarem em situações de extrema vulnerabilidade social e incerteza. Por tanto, é fundamental que o programa reconheça as especificidades dos usuários e não imponha tratamentos, abstinências e trabalhos diários.

Outra questão que o texto também nos trás é que o programa reconhece algo fundamental, que é a expansão e a complexidade das situações da população que vive na região da cracolândia. Compreende que o foco não deve ser a questão do crack em si - até por que, como dito anteriormente, no começo desse texto, o crack não é a causalidade das complexas questões da cracolândia, mas sim, a consequência - e identifica que dois dos principais problemas, são a falta de moradia e trabalho. Mesmo tomando medidas paliativas para esse problema, é importante admitirmos que ele foi considerado.

Porém, esse mesmo texto coloca elementos importantes de reflexões, que se davam como um receio em relação ao programa - como já dito, é um texto feito no primeiro mês do programa - e alguns problemas em sua apresentação. A proposta do programa foi feita exclusivamente para moradores da “favelinha” da região, grupo de pessoas em situação de rua que montam seus barracos, o que significa que não se expandiu para todos os usuários de crack da região e nem todas as pessoas em situação de rua. Só mais tarde, quando sobraram vagas, disponibilizaram, porém essas vagas permaneceram só para usuários de crack, os usuários de álcool na mesma situação de rua não se “enquadravam” no programa.

Outro aspecto fundamental é entender que esse programa foi feito de forma improvisada em um ano de eleições, segundo o texto, isso explicaria a improvisação e a falta de políticas e objetivos de longo prazo desde o início da implementação do programa.

A ausência de uma estratégia de longo prazo, ou no mínimo sua invisibilidade, são extremamente preocupante, não são pela perspectiva de êxito das intervenções como por possíveis interesses escusos que possam estar presentes nela, mas para além dos nada secretos, e evidentes, interesses eleitorais. (COLETIVO DAR, 2014)

Um dos principais fundamentos da redução de danos, é tratar o sujeito de forma singular e com suas especificidades, o projeto proposto, invisibiliza isso quando não pensa em política de longo prazo, além disso, não deixa claro se é um projeto que se desvincula ou faz parte do processo de rapina que estava acontecendo no centro - e acontece até hoje - de rapina, por conta dos interesses da especulação imobiliária.

Os receios apresentados pelo texto estavam de acordo com a ação violenta, ordenada pela mesma prefeitura de Fernando Haddad (PT) nos últimos meses. Mesmo a minha experiência militante tendo se dado início na passagem do programa De Braços Abertos (DBA) para o programa Redenção, e o DBA ter uma proposta muito mais condizente com as políticas de redução de danos, é fundamental reconhecermos que essa prefeitura também foi responsável por muitas ações violentas, muitas repressões policiais e muito encarceramento na região da Cracolândia.

Posteriormente, o mesmo Coletivo DAR escreveu um texto quase um ano depois do programa ser implementado, fazendo críticas importantes que precisamos considerar. É imprescindível entender que o programa De Braços Abertos trouxe alguns benefícios aos usuários e profissionais da região. Em uma entrevista dada a esse mesmo texto, Roberta, militante da Craco Resiste, diz que o programa ajudou, reconhece que é a primeira vez que acontece um programa que não é somente baseado na repressão, mas que entende a vulnerabilidade das pessoas que estão ali e afirma que existem algumas conquistas mínimas que precisam ser preservadas.

Temos que tomar cuidado para não perder esse pouco e voltar para um modelo que já se mostrou completamente errado pontua. Mas ter que explicar isso para quem ainda não aceita o fim da escravidão, que acha que dar comida não é o mínimo, é um pouco complicado, afirma, sem deixar de salientar que tem críticas ao programa.(RBA, 2014).

A repressão policial abusiva historicamente marcou a maneira como as gestões governamentais lidaram com o dilema da Cracolândia, característica da qual a prefeitura de Fernando Haddad não se isentou. A novidade de um programa pensando por políticas de redução de danos - mesmo que a curto prazo - não impediu o prefeito de ordenar ações violentas na região, mesmo que essas sempre se demonstraram de forma fracassada. A mesma prática é apresentada na nova gestão de João Dória, porém de forma ainda mais violenta e sem qualquer perspectiva de redução de danos.

O programa Redenção, ordenado pela gestão do novo prefeito da cidade de São Paulo, João Doria, entra em vigor a partir de uma truculenta e violenta repressão policial, no dia 21 de maio de 2017, Segundo o texto do coletivo DAR “, a ação contou com:

52 prisões arbitrárias de ‘traficantes de drogas’, apreensão de 10 kg de crack, três fuzis, martelos e pedaços de cano, que os jornalistas chamaram de ‘armas’ dentre outros instrumentos simbólicos utilizados pela mídia para construir um imaginário social favorável à criminalização de determinadas contudas” (BENTES, 2017).

O programa proposto nitidamente não abarca nenhuma política pública que preze a redução de danos e nem considera a situação de vulnerabilidade da população que vive na região. Pelo contrário, com a utilização da mídia fascista - o quarto poder no país - cria uma opinião pública que transforma as pessoas da cracolândia como inimigos da sociedade. No texto, ela faz algumas colocações fundamentais em relação a mídia e a sociedade, em relação a ação policial pelo “poder público e pelo poder do capital especulativo imobiliário na gestão urbana”:

(...)as matérias mapeiam os equipamentos culturais da região da Luz em que a operação ocorreu, apontando a importância desta região para aqueles que têm o direito de usufruir de lazer e cultura e que são impossibilitados pela existência de um tipo de pessoa que é condenada moralmente por suas práticas sociais, economicamente pela sua condição de extrema pobreza, e racialmente pela herança histórica que atribui ao negro e à negra a figura de um indivíduo a ser combatido e temido pelas práticas de violência que eles “naturalmente” tendem a cometer na sociedade. Essas pessoas, portanto, negros e negras empobrecidos, sem o direito de viver na sociedade, não podem ser tolerados nestes espaços (BENTES, 2017).

A mídia que sustenta a imagem, propositalmente criada por interesses burgueses, cobria o “espetáculo” e transmitiam para as casas de toda sociedade, que não compreendem a complexidade e a dimensão do que ocorre no cotidiano e na realidade da cracolândia, “favorecendo apenas a lente do higienismo social, da exclusão social e da negação do direito à cidade”.

Novamente, a ação policial, que tinha o intuito de acabar com a tão aclamada região da Cracolândia, falhou. Os pontos de consumo se espalharam por toda a cidade de São Paulo, mesmo João Doria alegando que tinha acabado. A militância que se organiza como resistência e conhece o que se passa na região explica o porquê dessa reagrupação, o texto coloca:

A resistência organizada diz que não adianta maquiagem porque a cracolândia anda, se movimenta, se reagrupa. E isso acontece porque aqueles usuários e usuárias são antes de tudo indivíduos que constroem relações sociais baseadas em práticas cotidianas de compartilhamento de trajetórias, saberes, consumos, afetividades. A vida daquelas pessoas não se resume ao uso apenas, coisa que a mídia insiste em optar na hora de escolher qual lente de realidade eles vão preferir usar para manipular a opinião pública (BENTES, 2017).

Foi nessa mobilização de resistência que se deu início ao meu interesse de militância

na Cracolândia. Mesmo que tardio, meu contato com essa história de luta se deu pela indignação desse momento que foi tão repercutido. Pela primeira vez, a Cracolândia estava no centro dos debates de cunho político, tanto no que tange a mídia veiculando material no sentido da condenação dos usuários, quanto no que tange à esquerda pensando em políticas de resistência, principalmente a militância que tem como foco a saúde mental. Um momento em que as universidades estavam se mobilizando diante da situação, os militantes sendo perseguidos com seus celulares grampeados, GCMs infiltrados em grupos de WhatsApp, perseguindo militantes nas ruas, nas suas casas. Os militantes que já tinham um longo caminho traçado, foram requisitados para entrevistas e palestras em diversos locais. Por mais tardio que tenha sido meu contato, abriu margens para um caminho sem volta, que transformou minha visão, minha profissão, minha luta e minha vida.

Reunião do Programa Redenção

Estávamos na região Cracolândia e soubemos que um dos hotéis do Programa de Braços Abertos tinha sido evacuado pelo Programa Redenção. Fomos direto para o hotel saber o que estava acontecendo e saber como poderíamos ajudar. Chegamos lá e as funcionárias do hotel estavam extremamente tristes com a notícia, depois de anos trabalhando naquele hotel, com aquelas pessoas, iriam ser demitidas do dia para noite, por conta da ocupação de um novo programa implementado pela nova gestão da prefeitura de São Paulo.

Eu e mais dois militantes estávamos dentro do hotel, conversando com as funcionárias e com os moradores sobre o absurdo que estava acontecendo. Os dois militantes, vestidos com a camiseta da Craco Resiste e eu, com uma roupa cotidiana. Chegaram o Secretário da Assistência Social da Prefeitura do Dória (Fernando Sabará) e mais alguns funcionários do serviço Redenção, para conversar com as trabalhadoras ali presentes. Os militantes da Craco tinham descido para fumar um cigarro e, enquanto isso, foram se aglomerando em torno da porta cerca de vinte GCMs para evitar que a militância da Craco Resiste entrasse no local e soubesse do que estava se passando. Porém, eu estava lá dentro, sem a camiseta que me identificasse. Permaneci no mesmo local com a trabalhadora do hotel, estava com meu celular carregando enquanto todos os envolvidos na reunião entravam na sala. Permaneci ali, em silêncio, carregando meu celular, com vinte GCMs na porta, falando no WhatsApp com o grupo da Craco Resiste sobre tudo que estava se passando na reunião, evidenciando a forma com que aquele processo estava ocorrendo.

Permaneci lá por um bom tempo, repassando informações para o coletivo que a prefeitura de Dória tanto temia a entrada. Em algum momento, o Secretário de Assistência

Social perguntou meu nome. Me recusei a dar, e ele pediu para que eu me retirar da reunião, eu me levantei e saí da sala, porém, permaneci dentro do hotel, falando com os trabalhadores ali presentes. Mais uma vez, o secretário me viu e disse “Eu to pedindo com gentileza que você se retire, se não acontecer, eu vou fazer de outra forma”. Me retirei do hotel e fui para a porta, os GCMs quiseram me revistar, quase na saída do hotel, porém, foi no exato momento em que o vereador, Eduardo Suplicy, que já costumava a frequentar a craco chegou no local e disse “o que estão fazendo, não há necessidade de revistar essa menina”, os GCMs obedecendo o vereador, me deixaram passar sem revista.

Conclusão

Diante de todas as experiências relatadas, todo conteúdo teórico exposto, o objetivo do meu texto é desmistificar a imagem que a mídia e os poderosos criam quando se trata das pessoas que vivem na cracolândia. É reconhecer que nesse ambiente, existem indivíduos que tem nome, tem sentimentos, tem história. É entender que a luta que se trava na Cracolândia, tem que, conseqüentemente, ser uma luta anticapitalista, uma luta revolucionária.

Compreender que quando falamos de uma luta por condições de vida dessas pessoas, precisamos relacionar a luta antimanicomial, a luta pelo desencarceramento e a luta antiproibicionista. Essas lutas caminham juntas e só a partir desse entendimento que conseguimos traçar um modelo de sociedade, que seja de fato, igualitário, democrático, emancipatório e transformador.

A experiência da Cracolândia me fez entender que a luta revolucionária passa pelo afeto, pela coletividade, pelo companheirismo e pelo amor. A convivência com aquelas pessoas, me mostrou que a resistência não se dá de forma individual, que todos os problemas da nossa sociedade são coletivos. A solução para eles tem que se dar, necessariamente, de forma coletiva.

É importante também falar que essa concepção de luta não pode se dar de forma romantizada, com certeza haverá sofrimento, haverá perdas, porém é fundamental que mantenhamos nosso norte e façamos que esse caminho, por essa transformação desejada por nós, se de através do que o capitalismo insiste em nos tirar: a compreensão de que uma sociedade em que o direito à vida pertence a poucos será necessariamente uma sociedade reconhecida pelo sofrimento.

Referências

COLETIVO DAR. **A democracia do capital: mídia militarização e mercado no resgate da Cracolândia.** Disponível em:

<http://coletivodar.org/democracia-do-capital-midia-militarizacao-e-mercado-no-resgate-da-cracolandia/> . Acesso em: 30 out. 2020

COLETIVO DAR. **Bem vindos os braços abertos: que venham sem os punhos fechados.** Disponível em:

<http://coletivodar.org/bem-vindos-os-bracos-abertos-que-venham-sem-os-punhos-fechados/>. Acesso em: 30 out 2020.

COLETIVO DAR. **Perto de completar um ano, ‘De Braços Abertos’ atenua sem resolver dependência.** Disponível em:

<http://coletivodar.org/perto-de-completar-um-ano-de-bracos-abertos-atenua-sem-resolver-dependencia/>. Acesso em: 30 out. 2020

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS. **Crack: Reduzir Danos.** Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/crack-reduzir-danos/pt>. Acesso em: 30 out. 2020

PONTE. **Cracolândia: da guerra às drogas ao genocídio negro.** Disponível em: <https://ponte.org/cracolandia-da-guerra-as-drogas-ao-genocidio-negro/>. Acesso em: 30 out. 2020



“Apesar de preta... Vivências de mulheres pretas e suas trajetórias”

Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos

Começo o texto sugerindo uma reflexão a partir das produções acadêmicas e intelectuais, tendo como ponto de partida, o paradigma afrocentrado, práticas pretas ao fazer pesquisas e metodologias que buscam desconstruir as generalizações corriqueiras, essas que trazem como pano de fundo ações perigosas, baseadas no racismo estrutural e nas estratégias de inutilização, seja em ações emocionais, sociais, culturais ou econômicas construídas ao longo das trajetórias. A exposição das iniquidades históricas, socioeconômicas, o processo autocrítico e a forma capilar de ver o mundo fazem parte do processo de luta e resistência do povo preto, ante a naturalização dos estigmas e as verdades absolutas que comumente compõem o cenário de perseguição voltado, principalmente, as mulheres pretas.

A luz de Hall (2006), o imaginário e as representações segregacionistas podem ser percebidas em campanhas publicitárias, papéis em novelas e, geralmente, reproduzidas nas relações cotidianas através do acirramento de marcadores sociais a exemplo das polaridades: mulheres pretas e homens brancos. Além disso, o fortalecimento das relações de opressão, assim como o agravamento das iniquidades de gênero, inclusive, em espaços de decisão, endossam as reivindicações das mulheres pretas e os seus enfrentamentos trazem como condicionantes, a necessidade de mudanças na estrutura e na forma de ver e pensar o mundo.

Certas escolhas perpassam por um posicionamento político que não é isento, e, quando intencionados a inutilizar determinadas potencialidades, há necessidade de respostas e contrapartidas insurgidas por meio articulação política. Dentre tantas ações que podem ser praticadas nesse processo, individualmente, consiste em escolher não criticar outras mulheres pretas, que de certa forma, passam por percalços e agruras sociais semelhantes. O fato de reconhecer-se e criar espaços pretos fortalece as relações e garante a permanência, principalmente, em lugares historicamente ocupados pela elite, branca e majoritariamente masculina, a exemplo das Universidade de São Paulo. Neste ínterim, conforme (Shakur,

2018), há certas estratégias simbólicas que são empenhadas com objetivo de inutilizar as associações pretas, fomentar a desarticulação por meio de ações que mata socialmente e dividi os determinados segmentos por meio do silenciamento, da objetificação violenta camuflada por outras denominações - falta de empatia, pretas raivosas, excesso de agressividade, falta de afinidade, mulher quente, pouco confiáveis, pessoas que não inspiram confiança. Assim como diz Beatriz Nascimento (2005), “O racismo é um emaranhado de sutilezas”.

Desde o século XIX, acompanhamos a construção de determinados arquétipos associados aos negros e a construção de determinados estereótipos refletidos diretamente na inacessibilidade dos seus descendentes aos espaços e equipamentos socioculturais. Sabemos que esse contexto vem passando por transformações, mas ainda estamos longe de atingir a equidade social, a exemplo, a dicotomia entre mulheres brancas que tornam-se modelo de superação, passíveis de competir no mercado de trabalho com homens, enquanto em outro extremo as mulheres pretas, principalmente as que têm a tez mais escuras, são vistas como incapazes, passíveis de desconfiança (mesmo que mostrem um volume maior de trabalho e com maior qualidade não ocupam espaços de destaque, ou decisivos) são vistas como descartáveis ou até mesmo invisíveis. Ainda diante destas polaridades, por um lado as mulheres brancas são vistas como aceitáveis enquadradas ao paradigma ideal, em outro pólo o racismo estrutural⁸⁰ marca a trajetória de mulheres pretas que são vistas como inadequadas e indignas à incorporação social. Abandonadas e sozinhas, tentam “sobre-viver”⁸¹ largadas à própria sorte - sem auxílio financeiro ou subsídios estatais - e relegadas ao celibato absoluto (Souza, 2008).

Mulheres pretas formam-se criando possibilidades e reinventando estratégias de “sobre-vivências” a fim de traçar caminhos para superar as imposições estruturais que configuraram-se no decorrer do tempo.

O problema que afeta a mulher preta de modo geral, dista de focar, exclusivamente, na mulher branca e entendê-la como inimiga (mesmo que beneficiada pelo sistema), tampouco no homem preto que sofre o genocídio e é o principal alvo das políticas voltadas ao extermínio da população, antes dessa morte física, geralmente é morto socialmente ao negar a própria realidade. Os entraves impostos às mulheres pretas são herdados desde o processo de formação histórica do Brasil, onde a grande parte dos saberes ancestrais e matriarcais foram negados, por meio do racismo estrutural, que afeta a base dessa pirâmide social e coloca neste lugar de segregação e apagamento histórico.

⁸⁰ ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

⁸¹ Alusão ao rap Razão para viver - álbum: Prepare-se GOG (1996)

Como resposta às ações de isolamento social e o apagamento histórico, trazemos para além da bagagem intelectual (adquirida na academia e trajetória de militância política) as práticas de enfrentamento por meio das nossas subjetividades que são dotadas de certas intencionalidades e, também buscam mecanismos de resistência as estratégias que preservam as nossas potencialidades, pois a representatividade preta importa! Dito isso, sigo o texto com algumas incursões etnográficas afinadas com as trajetórias de diversas mulheres pretas periféricas.

Ao fazer este exercício de voltar no tempo, inevitavelmente associo o falecimento materno à migração periférica. Na década de 1990, eu e meus irmãos fomos para o Valo Velho, extremo sul da cidade de São Paulo, tive contato com uma realidade completamente diferente daquela vivida no Ipiranga (região centro-sul de São Paulo). As ruas ainda não possuíam pavimento asfáltico, inúmeras famílias migrantes, avícolas por toda parte, um clima que mesclava características rurais e privações de recursos públicos. A ausência de equipamentos culturais e sociais marcavam as singularidades vividas pelos jovens, que só quem estava por lá, realmente entendia a áurea tensa e ao mesmo tempo bucólica. Muitas literaturas fazem questão de frisar como algo sobrenatural ou mágico, voltado à periferia, mas nós que vivemos as agruras cotidianamente sabemos quais são as nossas dores e tristezas ao acessar algumas memórias. Particularmente, toda aquela poeira do ônibus velho, as privações, e a falta de acesso aos espaços de lazer trazem a mim a insatisfação e inconformidade diante daquela realidade.

Venho de uma família militante do movimento negro, essencialmente matriarcal, que traz mulheres que precisaram criar os filhos umas das outras sozinhas, e desde muito cedo preparar todos para o enfrentamento das desventuras da vida. Diante desta realidade, há necessidade de apurar nossos olhares e nos condicionar a reagir diante do julgamento moral, racismo e assédios de diversas formas. Durante as conversas com as mais velhas salientavam a importância de articular com outras mulheres, a possibilidade de impedir que atrocidades aconteçam, mesmo que por meio do aparato afetivo, crença em nossa ancestralidade ou mesmo o legado político, pois segundo elas andamos acompanhadas.

Ao experimentar a USP, em meados de 2002, percebi o caráter elitista, quando não permitiam que alunos oriundos do cursinho popular, pobres e pretos estudassem nas salas de aula, mesmo quando vazias, pois era inadmissível compartilhar o espaço voltado aos alunos oficiais oriundos da aristocracia e elite paulistana. O caminho até a aprovação no vestibular foi longo e repleto de esforços, por vezes, acreditei que não daria conta, mas diante dos trancos e barrancos concluí a graduação na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e, após 9 anos, retornei à Universidade de São Paulo (USP), agora como pós-graduanda, na condição

de mãe solo, e morando no extremo oeste da Grande São Paulo.

Hoje, cursando o doutorado em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes Ciência e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo *campus* Leste. Entendo que o ingresso no curso de pós graduação e explorar as oportunidades que a universidade pode oferece mostra-se resultante das lutas que o movimento negro e lideranças negras que empenharam esforços para que conseguissemos acessar os espaços. Almejei por muito tempo estar na USP, o ingresso em grupos de estudos e organizações dentro da academia não mostram por si o compromisso histórico com o povo preto, mas consiste em transcender os padrões estabelecidos nesta realidade e para além disso, posicionar-se diante das incursões racistas que sutilmente ocupam os cenários.

Como pesquisadora preta atuar em comunidades importantes, como Jardim Keralux e Vila Guaraciaba, na Zona Leste de São Paulo, trouxe à tona diversos percalços e enfrentamentos vividos pelos moradores, muito próximos à realidade pessoal. Entendi que a dignidade humana e o sentimento de pertencimento são adquiridos ao mesmo tempo que os vínculos se fortalecem. A participação em grupo de estudos compostos, majoritariamente por pesquisadores negros, facilitou a criação de elos solidários e proporcionou uma atmosfera importante para permanência na instituição.

A presença e resistência preta em espaços historicamente brancos está longe de ser pacífica, pensar-se em espaços segregacionista é também pensar que estamos construindo legados de fortalecimento ao mesmo tempo. Temos ciência de que esta não é tarefa fácil, ou mesmo que estamos imunes aos percalços da vida, mas sabemos que essa luta não é solitária, trazemos conosco cicatrizes que nos lembram de onde viemos e para onde vamos!



Foto: Verônica Gengo (Vevê), Juliana Virginio (Juju), Kamal Jaceguai, Jacqueline Jaceguai, Kênia Vasconcelos, Adriana Vasconcelos - Marcha da consciência negra 2017 coletivo FRENTER - Frente Negra para Erradicação do Racismo.

Referências :

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

DAVIS, Angela. **Prefácio de Assata: Uma Autobiografia por Angela Davis.** (Março, 2020)

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra: Um retrato.** Jornal Lampião, n. 4, Rio de Janeiro, Abril de 1979.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **A Mulher Negra Na Sociedade Brasileira.** In: Lugar da mulher estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. (Organização de Madel Luz). Rio de Janeiro: Graal Editora, 1981

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins, 2017.

HOOKS, bell. **Intelectuais Negras.** Revista Estudos feministas. Nº2/95. vol.3. 1995.

HOOKS, bell. **Intelectuais Negras.** Revista Estudos Feministas, V.3, nº 2, 1995, p. 454-478.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

_____. **Vivendo de amor.** In: Olibat, 2010, s/p. Disponível em <<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.p df>> Acesso: Julho de 2020.

Mos Def. **Assata Shakur: A terrorista pro governo é nossa heroína pra comunidade.** (2005)

NASCIMENTO, Beatriz. **Mulher negra no mercado de trabalho.** In: RATTIS, Alex. Eu

sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007. inal Aberto. São Paulo: Ática. 2005.

SHABAZZ, Ilyasah (27 de Fevereiro, 2018). **Minha mãe, Dr. Betty Shabazz, me ensinou Cada criança merece saber que estão Digno.** NBC News.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo.** 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.



Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo: história de outro orgulho

Irina Karla Bacci, Mariana Luppi Foster

*Agradecimento a Márcia Balades,
que preserva nossa memória,
e às mulheres que seguem
sempre na luta*

1 Breve histórico do movimento de lésbicas

Muitas são as versões para a história do movimento de lésbicas no Brasil e isso ocorre pela dinâmica que se estabeleceu desde o início do movimento, que tem como marca o protagonismo de diversas mulheres, muitas ainda em atividade e uma história que ainda se constrói. Elas imprimem suas percepções e seu ativismo, e as perspectivas que têm sobre os fatos e suas ações ao longo desses mais de 40 anos de história (BACCI, 2016).

Poucas, no entanto, são as fontes e estudos sobre o movimento de lésbicas, e isso reforça a ideia de que o movimento de lésbicas no Brasil tem sua história mal contada, pouco explorada, uma memória urge ser conhecida pelas novas gerações, o que talvez se deva à mistura de amores e desamores, política e ativismo, que, ao longo de sua construção histórica, tem marcado o movimento com rupturas políticas que levaram a rupturas amorosas e rupturas amorosas que levaram a rupturas políticas (BACCI, 2016). A história da lesbianidade, assim como sua vivência, é uma história clandestina, ignorada e marcada por invisibilidades, contradições e discordâncias entre as historiadoras que assumiram a tarefa de recuperar seus fragmentos.

A fundação do movimento homossexual no Brasil, em 1978, é marcada pela criação do Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais em São Paulo, que logo se tornou conhecido como SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual – em 1979, após um debate na USP, que reuniu mais de 300 pessoas em seu auditório. (FACCHINI, 2000; SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Na época, o grupo, ainda majoritariamente gay, passou a contar com a participação de lésbicas em 1979, quando, após frequentarem algumas reuniões, organizaram um

subgrupo dentro do SOMOS, o LF (Lésbicas Feministas), com o objetivo de discutir o que era ser lésbica. Isso marcou a fundação do movimento de lésbicas e o início do modo de sua organização, atuando de forma conjunta quando há diálogos comuns, mas organizadas de forma autônoma e paralela pela necessidade de se ter espaço próprio (BACCI, 2016).

A separação completa entre a LF e o SOMOS ocorreu em 1980, resultado das dificuldades de atuar em conjunto com os homens homossexuais, devido à reprodução da opressão machista. De acordo com o Boletim Chanacomchana:

A consciência de nossa opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, nos levou, podemos dizer que quase naturalmente, ao feminismo e o aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as nega constantemente enquanto sujeitos sociais, determinou nosso afastamento dos bichas e a aproximação com o movimento feminista onde também nos esperava outra batalha campal. Se dentro do movimento homossexual brigávamos contra o sexismo, no movimento feminista íamos começar a brigar contra o heterossexismo (briga que dura até hoje) e todas as suas implicações reformistas (Boletim Chanacomchana de maio/1983, p.2)

Assim, as lésbicas também tiveram oportunidade de se encontrar e desenvolver sua organização com a participação em espaços feministas, embora nem sempre tenha sido um processo simples, pela própria falta de aceitação dos debates da sexualidade feitos por essas mulheres. (CAMPOS, 2014). Segundo Edward MacRae, no contexto do II Congresso da Mulher Paulista, em 1980: "Várias delas [das organizações], mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio que sua inclusão [das lésbicas] poderia afugentar as mulheres de periferia, que ainda seriam muito preconceituosas" (apud CAMPOS, 2014)

Esse receio em relação à suposta oposição entre as lésbicas e as mulheres da periferia segue acontecendo, em paralelo com uma crescente oposição entre as pautas específicas das mulheres e a "luta maior", de libertação da classe operária - colocada pelas organizações políticas que despontavam no contexto de retorno ao multipartidarismo (CAMPOS, 2014)

De fato, o que existia de imprensa do movimento homossexual relatou o II CMP como não aberto para as demandas das mulheres lésbicas. O boletim Chanacomchana informou que: "De pronto, nos solidarizamos com as outras feministas pela independência de nossas reivindicações específicas, mas, mesmo assim, ainda parecíamos como OVNIS (objetos voadores não identificados) (...)". Já o "Lampião da esquina" comentou que "até as fotos do seu [das lésbicas] painel 'AMOR ENTRE MULHERES' foram retiradas" (CAMPOS, 2014).



Imagem 1: Capa Jornal Lampião da Esquina – Ano 1 – n 12 – maio de 1979

Também o III CMP foi marcado por resistência à presença das mulheres lésbicas, encabeçada pelo jornal “A Hora do Povo”, ainda segundo o periódico “Lampião da Esquina”: "de tímidas participantes o ano passado, as lésbicas emergiram para a crista da onda neste 3º CMP, ao se tornarem alvo predileto do grupo ‘Hora do Povo’, para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas, de outro o povo brasileiro" (apud CAMPOS, 2014). Vale ainda complementar que sequer as moções de repúdio contra prisões arbitrárias de lésbicas foram encaminhadas pela mesa do evento, mostrando a falta de receptividade para as pautas lésbicas.

Embora a justificativa desse conservadorismo passasse por opor as lésbicas ao povo – como indicado na ideia de que as mulheres da periferia seriam conservadoras - os grupos e militantes que construíram o congresso recaíam em estereótipos e discriminação contra a lesbianidade:

No III Encontro da Mulher Paulista, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8, tentou vetar a participação das lésbicas, uma vez que consideravam que “a lésbica nega a sua própria condição de mulher, e não pode fazer parte de um movimento feminino”, conforme declarou Márcia Campos, à Folha de S. Paulo em 11/02/1981 (TELES, 1993 apud CAMPOS, 2014)

Campos também cita a feminista Teresa Verando, referindo-se ao I Encontro de Grupos Feministas Do Estado De São Paulo:

[As lésbicas] Queriam discutir a questão da sexualidade. E queriam discutir a militância feminista com prazer. E eu acho que essa discussão de Valinhos deu uma virada total em toda nossa militância. Nós descobrimos junto com as lésbicas que era possível fazer discussões sobre sexualidade, né? E essa discussão mexia com um monte de coisa internamente com a gente. Era assumir uma outra postura de vida e uma outra postura de militância (CAMPOS, 2014).

Tanto a ideia de que a lésbica nega sua condição de mulher quanto a "descoberta" apresentada por Teresa Verando das feministas junto ao movimento de lésbicas é interessante porque aponta justamente para uma reflexão sobre a lesbianidade, o que contribui para se pensar o deslocamento das lésbicas tanto do movimento homossexual quanto do movimento feminista – reflexão importante para o feminismo. Para Monique Wittig (1992), por exemplo, lésbica é um conceito que transgride a categoria mulher, pois é estado relacional ao gênero oposto, o homem, e sob o heterossexismo, pressuposto da heterossexualidade compulsória. Dessa forma, Wittig (1992), assim como Beauvoir (1949), rompe com a lógica natural que compreende e define as mulheres pela perspectiva biológica, inata e imutável.

2 Contradições da Parada do Orgulho

As Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo, seguindo o histórico do movimento conjunto com os homens homossexuais, também se constituem enquanto um evento cuja relação com o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais é contraditória. Da mesma forma que no movimento “homossexual” ou LGBT em geral, o protagonismo dos homens é sensível nesse que se tornou um dos principais eventos da cidade.

A Parada existe desde 1997, quando “mesmo depois de uma primeira tentativa frustrada em 1996, em 28 de junho de 1997, aproximadamente duas mil pessoas seguiram pela Avenida Paulista com o intuito de atrair a atenção da sociedade e dar visibilidade pública às reivindicações dos homossexuais” (SANTOS, 2007). Nessa primeira edição, o tema foi "Somos muitos, estamos em todos os lugares e em todas as profissões", o que evidencia a ênfase na visibilidade.

Nos anos subsequentes, a Parada passou por um crescimento exponencial (SANTOS, 2007), que se relaciona tanto com o aprofundamento dos laços tanto institucionais quanto mercadológicos do movimento - a Parada não apenas passou a receber apoio logístico da Prefeitura, durante o mandato da prefeita Marta Suplicy, como também aprofundou seus laços com empresas do segmento (SANTOS, 2007). Sobre as relações com o mercado, é destacável que, se havia e há críticas aos processos como o do “pink money” - investimento e lucro sobre o mercado especificamente LGBT - o momento de ascensão das Paradas mostrava que, ainda segundo Santos:

as estratégias relacionadas à parte do movimento surgido na década de 1990, especialmente se considerarmos as Paradas do Orgulho, ao contrário de se opor frontalmente aos discursos e iniciativas do mercado segmentado, aproximam-se deles de forma estrutural e concreta (SANTOS, 2007).

O grande crescimento de adesão às Paradas mostra uma ampliação da almejada visibilidade - embora a própria relação com o mercado indique que se trata de um processo desigual. Particularmente para as mulheres trata-se de uma visibilidade limitada - seguindo uma lógica que as afasta da exposição e reivindicação nos espaços públicos. Até 2003, por exemplo, o evento ainda era referido como Parada Gay, embora desde 1997 se pedisse a alteração do nome que invisibilizava os segmentos de lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (FERNANDES, 2018).

Rodrigues enfatiza que, apenas na sexta edição da Parada, a Associação que a organiza buscou visibilizar mais as lésbicas e bissexuais, que tiveram um trio próprio e uma comissão de frente de motoqueiras. A autora, porém, destaca que “não houve resultados expressivos e as lésbicas permaneceram invisibilizadas”

É no ano seguinte que alguns grupos de mulheres resolvem organizar um ato próprio que fosse capaz de superar essas limitações da Parada. Segundo Fernandes:

Para produzir visibilidade social e política às lésbicas, protestar por seus direitos específicos, demarcar suas pautas e celebrar, surge em 2003 a I Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes, espaço criado por mulheres, que acontece no sábado que antecede a Parada (FERNANDES, 2018).

3 Histórico da caminhada

A história da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo se articula com a história do movimento lésbico em geral desde seu início, pois a primeira edição, em 2003, foi composta em grande medida por mulheres que estavam no V SENALE, Seminário Nacional de Lésbicas (posteriormente SENALESBI - para incluir as mulheres bissexuais) (RODRIGUES, 2014). A articulação dessa primeira Caminhada foi feita a partir de dois grupos de lésbicas, o Umas & Outras, e o Mo.Le.CA - movimento lésbico de Campinas. Tanto essa articulação, quanto o fato de o SENALE estar em sua quinta edição indicam que havia no momento não apenas demandas específicas das mulheres lésbicas, mas disposição dessas mulheres para se auto-organizar e reivindicar politicamente essas demandas.

A continuidade ininterrupta da organização da Caminhada, sempre no sábado anterior à Parada do Orgulho LGBT, mostra também a permanência dessa disposição de auto-organização. Apesar disso, houve diversas discontinuidades e transformações no processo, que merecem destaque para se pensar o desenvolvimento do movimento e de suas demandas. De forma geral, além da manifestação no sábado, as mulheres lésbicas e bissexuais também constroem uma série de atividades prévias, visando ampliar sua

visibilidade e aprofundar seus debates. A construção dessa jornada iniciou-se na segunda edição da Caminhada, que não podia mais contar com as mulheres de todo o Brasil reunidas para o Senale - que haviam estado presentes na primeira edição - e, portanto, teve que apostar em eventos preparatórios para agregar mais mulheres (RODRIGUES, 2014).

Os temas das Caminhadas também dizem muito sobre os debates que foram ocorrendo durante seus processos organizativos. Segundo Rodrigues "Neste [segundo] ano o tema foi 'A Invasão das Bárbaras' com intenção de trazer sentido de que lésbicas são guerreiras, lutadoras e também em referência a música Bárbara de Chico Buarque que aborda uma relação lésbica" (RODRIGUES, 2014). É destacável, nessa edição, uma comissão de mulheres andando a cavalo e vestidas de Amazonas, no meio da avenida Paulista, o que mostra a ousadia particular desse movimento. O tema, o criativo e artístico, "A Invasão das bárbaras", era complementado por um subtítulo - "Queremos Justiça, Queremos Família, Casamento. Somos Lésbicas e Temos Esse Direito" - que começa a apontar para o tipo de reivindicação que essas mulheres tinham como foco nesse momento - a igualdade de direitos, e particularmente o direito ao casamento, aparecia como central.

Na terceira caminhada, segundo Rodrigues, "foram distribuídos exemplares da Constituição Brasileira durante a Caminhada e debatido assuntos como o direito à guarda dos filhos e a atenção à saúde integral da lésbica", ou seja, os direitos reivindicados se ampliam, tanto no que diz respeito à família quanto aos direitos individuais. O tema dessa edição foi "Com direito não se brinca. Pão, Circo e Cidadania" e houve participação de palhaças, retomando um sentido lúdico, apesar da seriedade da reivindicação de "Cidadania". A saúde especificamente foi tema da caminhada de 2006, em sua 4ª edição, e a cidadania volta a ter destaque na 5ª edição, em que pela primeira vez reivindica-se também "uma sociedade sem Machismo, racismo e Lesbofobia", enfatizando o sentido interseccional das lutas das mulheres. Essa interseccionalidade retorna destacadamente em 2015, quando o tema é "Nenhuma Mulher Ficarà Para Trás: Todas contra O Machismo, Racismo, Bifobia, Lesbofobia e Transfobia" - a adição das mulheres bissexuais e transexuais mostra como o movimento se ampliou na diversidade de mulheres nesse período. Já na edição de 2008, o tema incluía uma crítica ao mercado e à Igreja e a necessidade de um Estado Laico de fato - aspecto que também é destacado em 2013. A questão da violência contra a mulher e do feminismo aparecem no tema da Caminhada de 2009, mas vale ressaltar, como já apresentado, que as lésbicas já faziam parte do movimento feminista desde o início de sua auto-organização. Em 2010, o tema da Caminhada reivindicava autonomia e liberdade, ambas reivindicações que aparecem também no tema do ano seguinte.

Os temas de 2016, 2017 e 2018 têm um diálogo importante de ser enfatizado. Em 2016 pela primeira vez aparece a resistência das lésbicas e bissexuais da periferia como parte do tema (“O Grito de Resistência Das Lésbicas e Bissexuais Periféricas Não Será Mais Sufocado! Queremos Discutir Gênero Nas Escolas, Ser Respeitadas Na Saúde e Andar Nas Ruas Sem Violência”). Nos dois anos seguinte, a violência contra a mulher tomou destaque devido a alguns casos escandalosos : Katiane Campos, que teve seu corpo carbonizado e abandonado, e Luana Barbosa, morta pela polícia, foram o tema da 15ª caminhada, em 2017, e Marielle Franco, vereadora negra do Rio de Janeiro, executada por seu papel como defensora dos direitos humanos, foi o tema em 2018, com a presença de sua esposa, Mônica Benício. Nesse momento, nota-se uma crescente consciência sobre a violência lesbobifóbica e racista, principalmente aquela que vem do próprio Estado.

O governo de Jair Bolsonaro e a crescente onda de ódio que o acompanhou influenciaram a temática das Caminhadas de 2019 e 2020. Em 2019, o tema foi “A Política do Ódio não nos representa: Mulheres Lésbicas e Bis, Trans e Cis, na mesma luta pela vida e por liberdade”, de forma que a diversidade das mulheres que se relacionam com mulheres ficou, então, bastante evidenciada, bem como sua unidade nas lutas. Em 2020, o evento, que teve que ocorrer de forma online devido à pandemia de Covid-19, teve como tema: “Contra a política da morte: mulheres lésbicas e bissexuais resistem ao racismo e ao fascismo”, debatendo também os impactos específicos sobre as mulheres lésbicas e bissexuais da crise sanitária – pela primeira vez, nesse ano, a Caminhada se autonomizou completamente da Parada do Orgulho LGBT, sendo realizada virtualmente no dia 28 de junho, dia do Orgulho LGBT.

O desenvolvimento dos temas das Caminhadas dá pistas do avanço dos debates entre as mulheres que a constroem com o passar dos anos. Observa-se como o conteúdo de suas reivindicações vai se tornando cada vez mais politizado (até, pode-se dizer, perdendo o caráter lúdico) e amplo, no sentido de abarcar mais a diversidade das mulheres e de suas reivindicações. Vale, ainda, enfatizar o que não muda nesses 17 anos de construção: a reivindicação por igualdade de direitos - inclusive o direito à vida, muito destacado nas últimas edições - e por liberdade em todos os espaços.

Além das transformações dos conteúdos abordados pelas mulheres na durante as Caminhadas, que disseram respeito, pelo menos, às ênfases colocadas em suas demandas, também podem ser identificadas mudanças organizativas. Se nas duas primeiras edições a articulação entre o grupo “Umas & Outras” e Mo. Le.Ca. foram essenciais para que a caminhada ocorresse, segundo Rodrigues, “a partir do ano de 2006, na sua quarta edição, a

organização da Caminhada passa a ser de responsabilidade da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)”. (RODRIGUES, 2014)

Apesar disso, a organização seguiu tendo um caráter colaborativo, o que fica evidenciado pela diversidade dos grupos que a compõe, por exemplo, no ano de 2014 - Coletivo Feminista -Lésbico (CFL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Marcha Mundial de Mulheres, Rede Afro LGBT, Movimento Mulheres em Luta, União de Mulheres, Coletivo Ana Montenegro, Coletivo de Lésbicas e Bissexuais Negras, Coletivo Marias Baderna e militantes autônomas (RODRIGUES, 2014). Nesse ano, no entanto, ocorreu uma cisão na organização, devida principalmente às possibilidades de organizar apenas uma manifestação no dia da visibilidade lésbica. Ainda assim, nos anos seguintes voltou a haver uma manifestação unificada, e diferentes métodos foram adotados para ampliar a organização - reuniões rotativas entre regiões da cidade, grupos de trabalho relativos às diversidades (mulheres negras, bissexuais, transexuais), além das comissões por tarefas (como comunicação, estrutura, cultural) e da organização de eventos prévios.

Vale ressaltar que a Caminhada manteve, de forma geral, sua característica autônoma e auto-organizada. Mesmo com a alocação de verba da Prefeitura de São Paulo (como parte da verba para a Parada) para gastos estruturais, a organização a usou poucas vezes, devido inclusive a problemas como corte de conteúdo de panfletos e excesso de demarcação visual do apoio em palcos e outros materiais. Da mesma forma, patrocínio de empresas, ainda mais das grandes empresas envolvidas na Parada, é também recusado. Assim, a organização da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, bem como de todas as atividades que a precedem, foi feita durante todos esses anos quase exclusivamente pelo trabalho militante de mulheres diversas, de forma horizontal e autônoma.

Sobre esse histórico, vale ainda comentar que, segundo Marisa Fernandes, “O nome da Caminhada foi alterado em 2013 para Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais” (FERNANDES, 2018), no mesmo movimento em que o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) tornou-se SENALESBI em sua VIII em 2014 (Rodrigues, 2018). Trata-se de um desenvolvimento interessante, pois mostra como a Caminhada dialoga com a totalidade do Movimento Lésbico. Durante suas primeiras décadas de organização, esse movimento operava com o mesmo apagamento da bissexualidade que o movimento geral - chamado “homossexual” - apresentava. Embora possa ser apontado que o padrão da heterossexualidade impõe que muitos gays e lésbicas - principalmente elas, devido às estruturas patriarcais - se relacionem com pessoas do gênero oposto, isso não significa que a bissexualidade seja ilegítima como orientação. O apagamento bissexual, é importante dizer, nem no movimento

geral nem no movimento de lésbicas relacionou-se com qualquer reivindicação de protagonismo, pois em determinado momento era comum a inclusão de “simpatizantes” - aliás, a primeira Caminhada chamou justamente “I Caminhada de Lésbicas e Simpatizantes” (FERNANDES, 2018), o que evidencia que a ausência das mulheres bissexuais relacionava-se ao não reconhecimento dessa orientação.

4 Considerações finais

Os históricos apresentados, tanto do movimento de lésbicas desde seu surgimento, imbricado com o surgimento do movimento homossexual, quanto a construção e desenvolvimento das Caminhadas de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, indicam um processo particular de identificação e construção de demandas, mesmo que em diálogo com o movimento homossexual (posteriormente LGBT) e feminista.

Esses elementos particulares dialogam com a própria condição das mulheres não-heterossexuais. Por um lado, nos espaços que dividem com os homens, estão submetidas à reprodução do machismo e das ideologias de dominação patriarcal - entre elas, as relativas à negação às mulheres dos espaços públicos, de forma que sua visibilidade é ainda mais complexa do que a dos homens homossexuais. Por outro lado, dentro do movimento feminista, o heterossexismo significa a naturalização de papéis de gênero e, principalmente, da exclusão da sexualidade enquanto pauta política pertinente.

A necessidade de construção de um espaço paralelo, contínuo e auto-organizado, ao maior evento LGBT do país demonstra como foram dadas consequências políticas a essas especificidades. A Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, além disso, indica também uma resistência às tendências de aproximação do mercado e do Estado que caracterizam o processo de crescimento da Parada do Orgulho LGBT. Nesse ponto, pode-se dizer que a autonomia segue sendo um valor fundamental a sua organização, independentemente das suas diversas conformações nos 17 anos de sua existência.

Referências

BACCI, Irina Karla. **Vozes Lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: A trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil 1979 - 2001**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo.** 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FERNANDES, Marisa. **O movimento das lésbicas feministas no Brasil.** Revista Cult, nº 235, junho 2018.

SANTOS, Gustavo. **Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004).** Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 63, fevereiro 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

RODRIGUES, Mariana. **12 anos de Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.** Revista Memória LGBT, ano 02, ed. 05, ago/set 2014

“Dignidade acontece quando se é inteiro”: sobre a ideia de povo, interseccionalidades, realidades e utopias LGBTQIA+

Yuri Fraccaroli

A cena é o programa musical “Flavio Cavalcanti” transmitido pela TV Tupi em 1980⁸². Flavio Cavalcanti, quem além de jornalista e apresentador de programa na televisão e no rádio era compositor, pergunta à convidada do dia, a cantora Ângela Rorô, sua opinião sobre uma suposta “onda de erotismo na música popular”. Calmamente, Ângela responde: “Flavio, eu acho que o apelo é válido, seja ele para sexo ou pra qualquer outra coisa. Apelação, como você falou, é que não fica muito bem, né? Eu acho que a gente deve falar sobre tudo, eu como compositora também falo sobre coisas sensoriais, mas quando é preciso, quando é espontâneo”. Flavio, aparentemente não satisfeito com a resposta, insiste ao perguntar o por que da inclusão do erotismo nas canções de Rorô, cantora que anteriormente, na visão do apresentador, não teria canções eróticas. Em poucas palavras, a resposta de Rorô que prossegue é simplesmente a afirmação de seu desejo de escrever o que sentia, um “escrevi porque tinha vontade”.

A ideia que seguiria como parte da estrutura deste texto seria a afirmação de um ensaio a partir de determinados elementos que conjugam certa vontade de escrita sobre exemplos de como ações desde uma posição minoritária podem incidir em amplas realidades sociais. Entretanto, ao ler em voz alta este primeiro parágrafo a minha irmã, desde um olhar feminino, fui advertido à necessidade de questionar ou ao menos considerar algumas premissas desta cena dialógica antes de prosseguir com meu desejo de escrita. Em síntese, sua crítica foi sobre o fato de Rorô ser uma mulher, perguntando-me se Flavio faria a mesma pergunta a um cantor homem, como por exemplo Roberto Carlos, ícone da jovem guarda, uma espécie de caricatura heteronormativa que retrata relações entre homens, mulheres e carros.

Além desse questionamento, no ano de 2020, quarenta anos depois da entrevista, conheci também a figura de Cardi B., estadunidense do Bronx, stripper aos 19 anos após ser

⁸² “Angela Ro Ro no programa “Flávio Cavalcanti” - TV Tupi 1980. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2tDTP816Q1k&t=3s>>. Acesso em: 04/10/20.

demitida de um supermercado *amish*⁸³, e atual cantora de rap, cujas músicas falam explicitamente sobre sexo, o que curiosamente tornou-se objeto de choque, a despeito do fato de que ela seja parte de um gênero cuja expressão *mainstream* nos EUA é conhecida por canções sexistas, como as de Eminem, 50 cent, Snoop Dog, entre outros⁸⁴. Sua canção *WAP* (*Wet Ass Pussy*) obteve seu quarto número um na Billboard, e foi a nona colaboração feminina na história que chegou ao primeiro lugar na lista e apenas a segunda a estreiar já na posição número um.

Mas por que a referência a Cardi B. e qual a relação com Ângela Rorô, cantora que apesar do recente olvido, foi considerada uma das maiores vozes da música brasileira? Parece que o problema de Rorô à época não era mesmo o erotismo, mas na realidade o erotismo narrado desde a perspectiva de uma mulher - e não apenas isso, mas também por ser uma mulher que desejava mulheres. De forma similar, talvez o problema imputado a Cardi B. não seja falar de sexo, mas sim falar de uma vagina bem lubrificada ao invés de se referir a um “pênis” forte, frágil bastião de uma masculinidade que hoje, felizmente, nada mais tem a nos dizer.

Cantando sem tabu sobre a vagina, algo considerado pela ginecologista Jen Gunter como “um novo marco relevante para combater a desinformação vaginal e vulvar”⁸⁵, Cardi B. expressa de modo horizontal em suas músicas argumentos que em muito dialogam com aquilo que algumas feministas e teóricos dos estudos de gênero/sexualidade têm construído nas últimas décadas, gerando o ressentimento político por parte da direita conservadora, como foi explícito no caso do político republicano James P. Bradley, que tuitou:

Cardi B & Megan Thee Stallion are what happens when children are raised without God and without a strong father figure. Their new "song" The #WAP (which i heard accidentally) made me want to pour holy water in my ears and I feel sorry for future girls if this is their role model!⁸⁶.

Sobre a vontade de jogar água benta em seus próprios ouvidos, nada poderíamos fazer, ainda que o republicano corresse o risco de ficar com os ouvidos entupidos, o que

⁸³ Cardi B's meteoric rise from stripper to superstar. New York Post. 5 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://nypost.com/2018/04/05/cardi-bs-meteoric-rise-from-stripper-to-superstar/>>. Acesso em: 28/07/20.

⁸⁴ O rapper Ne-Yo fez duras críticas a esse aspecto em 2018, ressaltando o fechamento desse espaço para as pessoas LGBTQIA+, comentando ainda sobre o frequente fato de ser chamado de gay: “Eu acho que penso que eu sou gay, porque eu nunca bati em ninguém”. Observatório G. 13 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/e-o-unico-espaco-que-nao-abraca-a-comunidade-lgbt-dispara-ne-yo-sobre-o-rap>>. Acesso em: 01/10/20.

⁸⁵ The Glory (and the Taboo) of ‘WAP’. New York Times. 23 de Agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2020/08/18/style/wap-cardi-b.html>>. Acesso em: 10/10/2020.

⁸⁶ “Cardi B & Megan Thee Stallion são o que acontece quando crianças são criadas sem Deus e sem uma figura paterna forte. Sua nova “música” The #WAP (a qual ouvi acidentalmente) me fez querer jogar água benta nos meus ouvidos e eu sinto pena das futuras meninas se este é o modelo delas” (tradução livre do autor).

certamente até seria uma excelente metáfora da falta de escuta e atenção desses grupos às realidades de mulheres, negros, LGBTQIA+⁸⁷, imigrantes, entre outros grupos historicamente marginalizados nos EUA e em quase todo o mundo. Mas infelizmente, este não é o tipo de ação comumente empreendida ou desejada, que, pelo contrário, costuma geralmente se direcionar ao outro e não a si próprio e quase sempre por meio de formas não tão inofensivas como o simples processo de regar os ouvidos com água benta.

No caso de Rorô, a “água benta” jogada na cantora foi a violência física perpetrada pelo aparato da ditadura civil-militar brasileira, permitida para-legalmente à época e que cegou um de seus olhos. “Arrasada, acabada, maltratada, torturada”, como canta sua canção *Balada da Arrasada*, é certo dizer que a cantora caiu em esquecimento⁸⁸ e durante a pandemia de COVID19 chegou a ter que pedir ajuda pela internet para poder custear suas condições básicas de vida. Seria razoável também afirmar que, felizmente, em razão dos direitos e da visibilidade alcançada, uma cantora do tamanho de Rorô nos dias de hoje não teria sofrido a mesma violência física que sofreu pelas mãos do Estado, situação que é fruto de anos de militância ativa de pessoas LGBTQIA+ no país.

Entretanto, expressões de violência seguem presentes como realidade marcante para grande parte das pessoas LGBTQIA+ no Brasil, e talvez como reflexo desses louváveis avanços legais, diga-se de passagem, via Judiciário (HEINZELMANN & FRACCAROLI, 2017), vemos também um forte ressentimento em alguns setores da opinião pública e uma sublimação de um ódio de outras práticas para o reforço do ódio no plano discursivo-midiático. As ameaças homofóbicas proferidas pelo apresentador Gilberto Barros ou a menção transfóbica do presidente da Petrobras ao filme “*Bixa Travesty*” como tipo de produção audiovisual que não deveria ser patrocinada pela estatal, podem ser entendidos como exemplos recentes de como algumas figuras políticas e midiáticas dificilmente optam pela água benta em seus ouvidos ao lidar com a diferença, optando pelo ataque até mesmo quando não há qualquer tipo de articulação factual possível com o que está estritamente em pauta. Aliás, no caso do presidente da Petrobras, vale lembrar que o documentário nem mesmo recebeu verbas da Petrobras e o valor que deveria ter sido pago como prêmio vencido pelo documentário, sequer foi efetuado integralmente.

⁸⁷ Considero as discussões de Facchini (2005, 2012) para definir a sigla referente às expressões e identidades referentes à gênero e sexualidade.

⁸⁸ É justo dizer que parte do esquecimento de Rorô por certos sujeitos LGBTQI+ pode ser entendido também como resultado de afirmações e posturas transfóbicas no festival For Rainbow em Fortaleza no ano de 2015.

Que assim se posicionem determinados setores da direita ontem e hoje, nada parece de surpreendente em um momento de recrudescimento do conservadorismo em escala mundial, expressado nas eleições de Órban, Trånmpy, Biroliro y corja, sendo útil reconhecer também que o foco político em questões morais não é invenção recente - inclusive no caso brasileiro, como bem historiciza Cowan (2016), detalhando o discurso de controle/regulação da sexualidade desde o Integralismo à ditadura civil-militar brasileira. Localizadas no presente, encontramos também análises centradas na (re)articulação desses elementos em eventos contemporâneos, como a discussão da chamada “ideologia de gênero” no Legislativo (ARAGUSUKU, 2020) ou a famigerada tentativa de suspensão da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (ARAGUSUKU & LARA, 2020), repatologizando as homossexualidades e permitindo as chamadas “terapias de conversão”.

Porém, que parte da esquerda e de setores ditos “progressistas”, inconscientemente, pelo silêncio ou por ortodoxia teórica, minimize, desconsidere ou entenda como secundárias as realidades vivenciadas pelas pessoas LGBTQIA+, isso sim me assusta⁸⁹. Claramente, não pretendo com essa afirmação equiparar forças políticas e sociais que se posicionam em espaços diferentes a partir de valores éticos também opostos. Pelo contrário, entendo que é justamente pela possibilidade de diálogo e da busca de transformação social pela qual teoricamente o campo político à esquerda se constitui, que possamos refletir questões espinhosas, mas urgentes, tendo em vista processos de mudança social que se pretendam realmente efetivos. Parto também do reconhecimento expressado por Érica Malunginho de um compromisso ético da esquerda com a questão racial, por exemplo, dentro da necessidade de se pensar a esquerda também dentro de um sistema e de dada sociedade, da qual não pode ser dissociada:

Olhar a esquerda e olhar o campo progressista não é olhar de forma dissociada a sociedade. As pessoas reproduzem compulsoriamente as lógicas de opressão, porque o machismo, o racismo, ele foi cultivado para todes, para todes. [...]Então as esquerdas também reproduzem as mesmas lógicas de opressão, de separação, e isso é involuntariamente, porque é compulsoriamente [...] **A esquerda tem um compromisso ético com essa desconstrução e ressignificação** [grifo do autor], então obviamente a nossa fala incidirá de forma mais contundente para esse campo político, **mas é uma fala para o sistema** [grifo do autor]. Cida Bento, das nossas grandes mestras, ela chama de pacto narcísico da branquitude, existe um pacto narcísico firmado entre todes, que faz com que por exemplo, nós que

⁸⁹ Sobre este aspecto, lembro-me da escrita criativa de Helena Vieira em 1 de outubro de 2020. Trata-se da interpelação da “Pessoa sem prioridades” à suposta Divisão de Prioridades da Esquerda, a qual termina jocosamente indagando: “Aproveito para consultá-lo acerca da “meta-prioridade”, se sua hierarquia consta na referida tabela. Por acaso é prioridade escrever sobre a ausência de prioridades?”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/dantasdantasvieira/posts/3459941467404209>>. Acesso em: 01/11/2020.

estivemos apartadas e fomos fundamentais para inclusive o quadro e o resultado dessas eleições agora, como sempre fomos, estivéssemos agora sendo observadas e vistas como gente de decisão. E acho assim que com muito atraso a esquerda viu isso. Existe ainda um problema de cognição e de aceitação dessa realidade, de entender por exemplo, que a gente pode discutir classe subjacente ao fundamento racial. As pessoas no Brasil são pretas, logo empobrecidas (Maluguinho, 2018)⁹⁰.

Na questão LGBTQIA+ que aqui me proponho a discutir, mas que muito deve seus avanços aos movimentos negro e feminista, como afirmado por Gonzalez (Ratts & Rios, 2010)⁹¹, e que não deve ser pensada de forma dissociada de dimensões como raça e classe social, seja pelas superficiais (e violentas) críticas à linguagem neutra ou pelo uso irrefletido e até mesmo acusatório do termo “pautas identitárias” (como diria o meme: Amada?...), por críticas vazias sobre o conceito de “lugar de fala” (sem se dar o trabalho de ler um livro acessível, tanto na linguagem quanto no preço, diga-se de passagem)⁹², pela equiparação de toda e qualquer articulação que tenha foco nas questões de gênero/sexualidade com o liberalismo econômico, observamos hoje certo mal-estar de alguns setores mais tradicionais com esta nova “gente de decisão”, como diz Maluguinho ao se referir às forças políticas que falam desde lugares que afirmam a relevância de raça, sexualidade e gênero em paridade à classe social para se pensar a política.

Nesse quadro, é possível identificar certos atores políticos e vozes do mundo acadêmico (você quis dizer: intelectuais homens brancos?) que preferem dar chique contra uma suposta “política do cancelamento” em vez de reconhecer o que há de opressão frequentemente naquilo que se vê como natural e também como expressão de certa recusa em reconhecer a parcialidade das definições do que até então era visto como parte do terreno do universal, que como reflete a filósofa e escritora Helena Vieira, não é de propriedade masculina: “Os homens não fazem política falando sobre o que é ser homem. Eles fazem política falando sobre economia, o mundo, sobre o que é universal. Fica parecendo que o universal é um território do masculino. Não é”.

⁹⁰ “Erica Maluguinho, na luta contra o racismo e o patriarcado”. Le Diplomatique. 19 de 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/enquanto-nao-houver-emancipacao-para-os-que-estao-ainda-negociando-a-vida-nao-havera-para-ninguem/>>. Acesso em: 15/10/2020.

⁹¹ Os autores citam trecho de entrevista de Lélia Gonzalez para o Jornal do Movimento Negro Unificado, na qual diz: “[...] eu verificava uma anterioridade do movimento negro na colocação de uma série de questões para o movimento feminista, que, por sua vez, passou para o movimento homossexual e, de repente, você constata isso a partir de uma experiência concreta”

⁹² Faço referência ao livro “O que é lugar de fala”, da filósofa Djamila Ribeiro, publicado como parte da série “Feminismos Plurais”. O livro, didático na linguagem e de custo acessível, é recorrentemente ignorado, sobretudo por aqueles que não se dão ao trabalho de pelo menos sequer dedicar uma horinha de leitura antes de criticar um conceito justamente por aquilo que ele não é.

Figura 1. Alternância de Poder



Experimentação com aquarela em papel canson, feita por mim em 23/10/2020 a partir de foto tomada com meu celular em 7 de outubro de 2020, data do primeiro turno das Eleições de 2018, no Espaço Cultural e Quilombo Urbano Aparelha Luz, em ritual de celebração e discurso de vitória da candidata à deputada estadual Erica Malunguinho.

É justamente sobre esse ponto que nos deparamos com certa resistência, uma própria reação com essa nova partilha do saber, mas também de partilha do poder político e da

hierarquia intelectual⁹³ que ela supõe, o que por sua vez também não são bem recebidas ou incentivadas por alguns setores:

A construção das desigualdades e das disparidades econômicas aqui estão fundamentadas pela diferenciação de raças. Não olhar e entender que isso deveria ser a força motriz de um pensamento progressista à esquerda é incidir nos mesmos equívocos que levam, por exemplo, a direita a dizer que isso não é uma pauta, ou que não são necessárias cotas, ou que não são necessárias políticas afirmativas. **É necessário radicalidade, e para ser radical precisa desconstrução, precisa ceder espaços, precisa sim abrir mão de coisas [grifo do autor].** Porque neste momento os partidos de esquerda não investiram em candidaturas negras, porque não deixaram com que essa narrativa fosse articulada justamente por quem se comunica com seu povo e com a sua maioria? É nesse ponto de vista que eles acabam se assimilando, ficando parentalmente próximos dentro de uma noção de branquitude⁹⁴ (Malunguinho, 2018).

Além da inerente necessidade de “abrir mão de coisas”, interessante observar como Malunguinho põe em jogo uma noção de povo diametralmente oposta às noções homogêneas de povo frequentemente utilizadas por esses setores tradicionais, principalmente quando acusam que essas “pautas dividiram o povo”, como se houvesse um momento anterior de coesão, algo que me parece deveras problemático. No caso de Malunguinho, pelo contrário, trata-se do uso da noção de povo de modo performativo que se constitui a partir da operação de processos que levam em consideração a diferença.

Enfim, não adianta fazer bico com a boca dizendo que os movimentos LGBTQIA+ precisam aprender a falar com “o povo”, como se nome social fosse algo difícil de explicar/entender e Teses sobre Feuerbach fossem tão simples como tirar par ou ímpar; ou como se povo não fosse composto por pessoas dissidentes à cisheteronormatividade ou como se não fosse composto por cidadãs racializadas. Aliás, se levarmos em consideração a reflexão de Butler (2018) sobre a noção de povo⁹⁵, essas críticas podem muito mais nos dizer sobre a posicionalidade de quem as opera e daí não é muito difícil concluir que nessa noção

⁹³ Vejo certo ressentimento de acadêmicos com os chamados “intelectuais das Redes Sociais” tanto como uma defesa de corporação, algo elitista, que afirma a universidade como lugar ideal/único e os métodos acadêmicos como aqueles legitimamente superiores e adequados para reflexões de “qualidade”, quanto certa indisposição e recusa a pensar sobre a falta de práticas de extensão universitária e o isolamento social da universidade e do grosso da intelectualidade. Em tempos de negacionismo científico, talvez valha a pena visitar Horkheimer em Teoria Crítica I, para pensar nas razões de tanto descrédito da imaculada ciência.

⁹⁴ “Erica Malunguinho, na luta contra o racismo e o patriarcado”. Le Diplomatique. 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/enquanto-nao-houver-emancipacao-para-os-que-estao-ainda-negociando-a-vida-nao-havera-para-ninguem/>. Acesso em: 15/10/2020.

⁹⁵ Sobre a noção de “povo” e sua discussão em Butler, Vitor Grunvald (2019, p. 267) afirma: “Em seu livro Notes toward a performative theory of assembly, Judith Butler (2015) nos adverte a tratar com cautela as noções de “o povo”, “a democracia” e “o espaço público”. A invocação dessas noções não descreve uma dada realidade, mas, sendo performativa, cria a realidade que supõe apenas descrever e, portanto, mobiliza práticas de nomeação e relações de poder específicas. O resumo da ópera é que nunca devemos dar essas noções por certas, pois nunca estão resolvidas”.

performativa de povo, cheguemos a refletir como Lélia Gonzalez (“*vamos falar numa boa?*”) para concluir que o que tem é muita gente que não quer é largar o osso; muita gente querendo defender a prerrogativa de poder definir quem é povo.

Também não vale culpar a falta de uma “unidade” por esses temas ditos “secundários”, voltando a um discurso que remonta a década de 1980, numa espécie de política do ressentimento, como se pudéssemos voltar a um estado de coisas prévio, a um tempo no qual questões como o corpo e o cotidiano não eram entendidos como terrenos políticos (DE LA DEHESA, 2007, p. 46) e que era possível entender e afirmar algo como “não existem homossexuais na classe operária”, posição revista pelo próprio líder partidário que proferiu tal afirmação. Gostaria de explorar um pouco mais essas tensões, considerando dois pontos de vista teóricos que longe de recusar o marxismo, tratam de conceder-lhe um sentido mais próximo de nossa realidade contemporânea, com um olhar atento às dimensões microsociais e a consideração de outras estruturas de poder que sustentam a exploração econômica.

* * *

Ainda na década de 1980, o psicólogo político Salvador Sandoval (1989, p. 434) apontava como a despeito da rejeição por parte de certas correntes da sociologia marxista em considerar interpretações psicossociais de fenômenos políticos, já havia o reconhecimento da importância de se considerar os processos microsociais no próprio campo da economia, teoricamente mais ortodoxo, inclusive pelo viés marxista. Citando Jon Elster, Sandoval indicava a dificuldade à época do campo marxista em aceitar o desafio de refletir como a hegemonia ideológica se gera e se consolida no plano individual, importantes elementos para compreender o caráter de continuidade (dessa hegemonia), com a inerente necessidade de se pensar o espaço do cotidiano e a reprodução de estruturas nele a partir da ação individual cotidiana.

Também contra um suposto *economicismo*, entendido pelo teórico queer Halberstam como um princípio geralmente associado ao pensamento marxista, no qual haveria uma relação excessivamente rígida entre infra e superestrutura, é que deveria ser reconsiderada a máxima de Althusser, segundo a qual “a última condição da produção é a reprodução das condições de produção”, o que o autor traduz como a ideia de que “para que um sistema funcione, deve seguir criando e mantendo as estruturas ou relações estruturadas que lhe permitem funcionar” (HALBERSTAM, 2018, p. 29). Nesse sentido, Halberstam frisa que

isso não significa que a base econômica determine a forma de qualquer outra força social. Pelo contrário, Halberstam (2018, p. 29) afirma que essa compreensão, como indicam Gramsci e Stuart Hall, apenas nos conduziria a uma visão moralista e simplória, impedindo a compreensão de fato das “relações que sustentam o modo de produção e que também podem mudá-lo”.

Localizados nesse campo de discussão, com pés fincados na teoria marxista, mas procurando compreendê-las de forma mais interseccional e viva, sem o estabelecimento de um *locus* uno ou originário, como estratégias disciplinares (Sandoval) ou antidisciplinares (Halberstam), cada um dos autores, a seu tempo e desde suas respectivas posições, desenha certas propostas metodológicas. Se em outro espaço, refiz o trajeto do modelo da consciência política de Salvador Sandoval (FRACCAROLI, ARANTES & ARAGUSUKU, 2020), neste ensaio gostaria de lançar mão da noção de Baixa Teoria, desenvolvida por Halberstam, que poderia ser resumida como um modo de rastrear formas alternativas de vida, de desenhar as linhas de mundo que certas possibilidades e experiências imaginaram e abandonaram (HALBERSTAM, 2018, p. 31), presentes em argumentos e discursividades para além dos arquivos do que denominamos como “alta cultura”, com uma mirada atenta a subculturas, contraculturas e também o saber popular (HALBERSTAM, 2018, p. 34). Optando pela busca de mundos possíveis e outras alternativas em desenhos animados da Pixar ou em filmes como “Cara, cadê meu carro?”, Halberstam afirma:

Creo en la baja teoría en espacios populares, en lo micro, en lo irrelevante; creo que podemos marcar la diferencia concibiendo pequeños pensamientos, y compartiéndolos lo más posible. Busco provocar, incordiar, molestar, irritar y divertir; persigo pequeños proyectos, micropolíticas, corazonadas, caprichos, fantasías. Al igual que Jesse y Chester en Colega, ¿dónde está mi coche?, en realidad no me importa si me acuerdo o no dónde coño lo dejé; solo espero, como esos colegas, imaginar algunas fantasías de mundos improbables. (HALBERSTAM, 2018, p. 32)

Ou seja, trata-se da tentativa de olhar a experiências e saberes que, *a priori*, não seriam aqueles usualmente considerados como os mais apropriados ou ideais para a construção de argumentos teóricos ou críveis de poder explicativo. Entretanto, parece que há algo nessas textualidades que se move. Algo com potencialidade de desvelar certos aspectos os quais tentamos a partir de vocabulários rebuscados descrever ou comentar.

Mas o por que dessa escolha, por uma metodologia que trata de pensar fantasias e novos mundos possíveis, mas improváveis? Antes de proceder com os motivos dessa escolha, é preciso “*volver*” como diz a música dublada por Penélope Cruz, cantada por Estrella Morente no filme de mesmo nome do cineasta Pedro Almodóvar. Mas voltar a quê? Voltar a

consideração de como as coisas se tornaram o que são? Voltar à afirmação de que não existe esse lugar “econômico” pré-social, às vezes tão purista a ponto de se postular quase como um âmbito pré-discursivo/pré-político? De voltar a certos questionamentos do por que deve ser um ponto de suposta neutralidade/centralidade a instância de mediação de nossas “querelas”, inclusive *locus* privilegiado da definição performativa de povo (Butler, 2018)?

* * *

Já respondendo a que “volver”, gostaria de regressar ao meu desejo inicial de escrita para problematizar um pouco sobre esse desejo melancólico de regresso, para pensar esse estado de coisas desde minha posicionalidade⁹⁶, da bicha acadêmica, não-branca, detentora de alguns privilégios, mas também da ocupação deste lugar/não-lugar, um lugar estranho na academia. Afinal, parece-me preferível reconhecer que aqui é um corpo que escreve e assumir a que se pretende ou o que de fato se quis (ou pensou que se queria) ao escrever, reconhecendo não só a potencialidade, mas os limites obliterados pelo texto a partir da escolha por um estilo ensaístico (GRUNVALD, 2019, p. 266), do que me esconder atrás de uma linguagem impessoal e de citações e citações de gente gabaritada, que coincidentemente (rs) quase sempre é do norte global.

De modo similar ao que Halberstam (2018, p.33) afirma ao dizer que em sua busca ao arquivo não pretende lidar com a história do trabalho ou dos movimentos subalternos, também não pretendo com esse texto contar a história de um movimento ou de buscar elementos na história que demonstram tanto a parcialidade de visões não marcadas que se concebem como universais. Meu desejo de escrita nesse texto é mais modesto. Pensando na proposta do livro em trazer memórias, experiências e performances coletivas, este é um ensaio que busca pensar sobre duas produções audiovisuais, com a intenção de conjugar reflexões sobre imagens que não apenas propõem avanços e rupturas em direção à maior dignidade das pessoas LGBTQIA+ no Brasil, mas também exemplos de como ações desde uma posição minoritária podem incidir em amplas realidades sociais, ou seja, como desde a diferença, podemos também falar de terrenos do (dito) universal. E além disso, pensar sobretudo como novos mundos podem ser desenhados.

⁹⁶ Sobre a compreensão do conceito de posicionalidade, ver Hopkins (2016).

Quando penso em dignidade (e aqui volto também ao título do ensaio), penso na concepção de dignidade expressada poeticamente por Caio Fernando Abreu ao expressar o carinho por seu amigo Cláudia⁹⁷:

Meu amigo Cláudia é uma das pessoas mais dignas que conheço. E aqui preciso deter-me um pouco para explicar o que significa, para mim, “digno” ou “dignidade”. Nem é tão complicado: dignidade acontece quando se é inteiro. [grifo do autor] Mas o que quer dizer ser “inteiro”? Talvez, quando se faz exatamente o que se quer fazer, do jeito que se quer fazer, da melhor maneira possível. A opinião alheia, então, torna-se detalhe desimportante. O que pode resultar – e geralmente resulta mesmo – numa enorme solidão. Dignidade é quando a solidão de ter escolhido ser, tão exatamente quanto possível, aquilo que se é dói muito menos do que ter escolhido a falsa não-solidão de ser o que não se é, apenas para não sofrer a rejeição tristíssima dos outros.

Pensando nas reflexões de Abreu em conjunto à leitura de Malunguinho sobre nosso *status quo*, percebemos que é impossível conceber horizontes de futuro, utopias em que exista igualdade plena apenas pensando desde um ponto de vista material, algo que se expressa tanto na compreensão de que para que essa igualdade econômica exista, deve haver a consideração de aspectos raciais e relacionados à gênero/sexualidade e a inerente equalização das diferenças que se expressam tanto em limitações de acesso a recursos materiais, quanto simbólicos.

Respondendo aos motivos para pensar utopias e outros futuros possíveis, acredito que mais do que justificar a relevância (gritante) das considerações destes aspectos tão presentes e marcantes em nossas vidas, parece-me que o desafio político consiste hoje na construção e sinalização de projetos político-sociais para além da constatação e de diagnósticos do óbvio que já sabemos que se expressa.

Proponho, portanto, a visita de duas produções audiovisuais recentes que expressam realidades sociais e políticas contemporâneas no Brasil que não apenas mostram a validade dos argumentos aqui propostos para pensar um contexto geral de nosso país, mas também para pensar, parafraseando Arendt (2020), o que estamos fazendo frente.

Essas visitas *voyeurs* são: a) o videoclipe do single “Não pode esquecer o guanto” de Leona Vinagativa, como exemplo de modos menores de pensar a comunicação política e de questionar os contornos da política sexual do atual governo; b) os atravessamentos entre classe social, gênero e sexualidade e as ideias de escape e solidariedade desde as margens na produção audiovisual “Corpo Elétrico”, do diretor Marcelo Caetano. Isto, para além das

⁹⁷ O poema é dedicado a transformista Cláudia Wonder. Abreu, C.F. (sem data). Meu Amigo Cláudia. Recuperado de: <<http://caiofcaio.blogspot.com/2010/11/meuamigo-claudia.html>>. Acesso em: 10/10/20.

ideias de futuros LGBTQIA+ que essas produções podem trazer, aspecto pelo qual trato de encerrar cada seção.

NÃO PODE ESQUECER O GUANTO!

No começo de fevereiro de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério de Saúde anunciava campanha direcionada ao público de 10 a 18 anos com o objetivo de combater a gravidez na adolescência por meio da prática de abstinência sexual. Com a hashtag “Tudo tem seu tempo”, construindo a relação de oposição “Adolescência primeiro, gravidez depois”, a campanha chegou a ser difundida nas redes oficiais do presidente B. e ter um outdoor na Câmara dos Deputados⁹⁸. Conforme alguns meios de comunicação, a ideia da ministra Damares Alves, conhecida por ter visto Jesus em cima de um pé de goiabeira, talvez fosse o passo inicial de um Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce.

Como efeito da crítica de especialistas como Richard Parker⁹⁹, além de rígido posicionamento da Defensoria Pública da União (DPU) expressado por meio de recomendação¹⁰⁰ contrária à campanha¹⁰¹, hoje não conseguimos sequer encontrar no portal do governo federal dados sobre essa campanha, que parece ter ficado pelo caminho. Se é simples notar que essa ação faz parte de um movimento atual mais amplo de moralização das pautas políticas, acredito que alguns aspectos prévios merecem ser considerados, em especial ao que tange especificamente às políticas de prevenção a infecções socialmente transmissíveis, como o fato do Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais ter sido rebatizado como Departamento de Condições Crônicas e IST, invisibilizando o tema da Aids, por exemplo, e extinguindo a Assessoria de Comunicação, então responsável por importantes campanhas de educação sexual. Aliás, campanhas que ainda quando existentes já eram

⁹⁸ “Tudo tem seu tempo prega campanha de Damares por Abstinência Sexual”. Revista Veja, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/tudo-tem-seu-tempo-prega-campanha-de-damares-por-abstinencia-sexual/>>. Acesso em: 19/10/2020.

⁹⁹ Parker, R. “Quando a abstinência é um pecado contra a vida”. Folha de S. Paulo. 14 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/quando-a-abstinencia-e-um-pecado-contra-a-vida.shtml>>. Acesso em: 20/10/2020.

¹⁰⁰ Amparada na concepção de jovens e adolescentes enquanto sujeitos de direito, na necessidade de se atentar a estudos científicos sobre o tema e na consideração das desigualdades estruturais preexistentes, a nota orienta que o Ministério considerasse aspectos como classe social, localização geográfica, orientação sexual, identidade gênero, frente ao risco de atenuar ainda mais as desigualdades sociais.

¹⁰¹ “Desensoria Pública da União e do Estado de São Paulo emitem recomendação contrária à camapnha de abstinência sexual proposta pelo governo federal. Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão, 03 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://sedihpop.ma.gov.br/2020/02/03/defensoria-publica-da-uniao-e-do-estado-de-sao-paulo-emitem-recomendacao-contraria-a-campanha-de-abstinencia-sexual-proposta-pelo-governo-federal/>>. Acesso em: 22/10/2020.

criticadas, consideradas como pouco efetivas, tendo em conta o aumento de 21% nos casos de novas infecções por HIV. De acordo com o Boletim Epidemiológico de HIV/Aids de 2016¹⁰², houve um aumento de casos em jovens de 15 a 24 anos:

Entre os homens, nos últimos dez anos, observa-se um aumento da taxa de detecção principalmente entre aqueles com 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 60 anos e mais. Destaca-se o aumento em jovens de 15 a 24 anos, sendo que de 2006 para 2015 a taxa entre aqueles com 15 a 19 anos mais que triplicou (de 2,2 para 6,9 casos/100 mil hab.) e, entre os de 20 a 24, dobrou (de 16,2 para 33,1 casos/100 mil hab.).

Uma atenta leitura desses sinaliza a urgência de medidas que considerem as especificidades de cada grupo social e o que isso pode vir a significar em exposições diferenciais aos riscos de contrair hiv, assim como sinaliza a necessidade de repensar as estratégias comunicacionais de se falar sobre hiv/aids. Nesse sentido, é que Lucas Galdino em agosto de 2017, por meio de sua página pessoal no Medium, escrevia texto intitulado “Quando um meme é mais eficaz que o Ministério da Saúde”. Apesar das discordâncias com certo tom moralista do texto em compreender as razões para o aumento de casos de hiv, concordo com o autor que o videoclipe de Leona Vingativa “Não Pode Esquecer o Guanto” configura uma estratégia comunicativa mais interessante do que as peças publicitárias desenvolvidas com muito mais recursos e com baixíssimo apelo. Como questiona o autor, fazendo referência visual a campanha #TemCamisinhaNaFesta: “Quem acha graça ou dá moral para um homem vestido de camisinha?”. Gostaria de tecer alguns comentários sobre a potência da música de Leona Vingativa.

* * *

Em artigo “A potência do precário: restos curriculares em Leona Assassina Vingativa”, Rodrigues, Ferreira e Zamboni (2013) analisam a produção dos diversos vídeos pelos quais Leona Vingativa se tornou conhecida nacionalmente. Os autores entendem que:

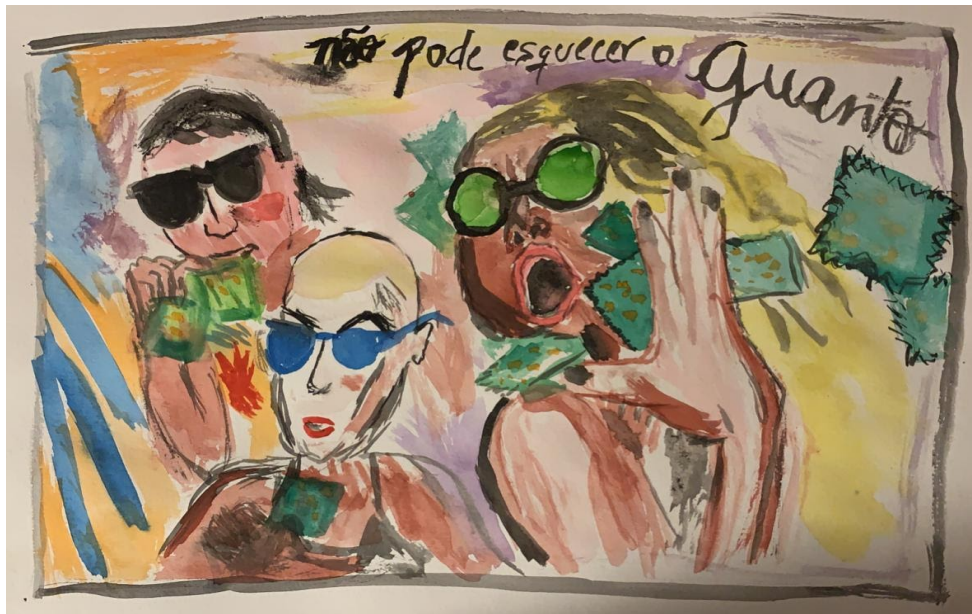
Há, em Leona, uma estética de realismo amador, uma despreocupação com técnicas de excelência da produção. Toma-se a precariedade de recursos que podem equipar os indivíduos na atualidade para produção de suas narrativas não como empecilho para a produção em questão. A precariedade dos vídeos de Leona é signo da potência de criação de sentidos pela deturpação dos clichês imagéticos. (Rodrigues, Ferreira & Zamboni, 2013, p. 310).

¹⁰² Boletim Epidemiológico HIV/AIDS 2016. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/05/2016_034-Aids_publicacao.pdf>. Acesso em: 23/10/2020.

Foi por meio dessa estilística precária que Leona se tornou conhecida por muitos LGBTQIA+, entre eles eu, quem há pouco tempo com acesso a internet no interior de São Paulo, me divertia, assim como me identificava, com a figura de Leona. Com o passar do tempo, entretanto, suas produções, apesar dos improvisos e da precariedade social na qual se inserem, foram cada vez mais se tornando profissionais. Em “Não pode esquecer o guanto”, vemos uma fotografia de alta qualidade e uma edição minuciosa, que combina com muito cuidado os *takes* filmados e o ritmo da canção.

Localizada no Ver-o-peso, mercado público localizado em Belém do Pará, um dos principais pontos turísticos da cidade, Leona acompanhada de duas dançarinas, circula entre barracas de legumes, peixes, pequenos bares, interagindo com alguns dos que aí estão. Entre risos, a fuga, o posicionar corporal e a repreensão de alguns, inclusive com tapas, vemos Leona dançando de forma intensa, jogando-se ao chão e rolando, e quase sempre com preservativos nas mãos ou arremessando-os, sendo que no final do videoclipe, coloca dois preservativos em pepinos.

Figura 2: Não Pode Esquecer o Guanto



Experimentação com aquarela em papel canson, feita por mim em 26/10/2020 a partir de imagens do videoclipe “Não Pode Esquecer o Guanto” de Leona Vingativa.

Na canção, Leona inicia descrevendo a realidade de travestis que saem em busca de programa na cidade, dia e noite, passando então a falar de um momento específico em que o eu-lírico da canção vai ao Ver-o-peso, mas não encontra nada e prevê que o dia não vai ter PG (programa): “mas eu sei que vai clarear, vai surgir um PG a você”. Paralelamente, a cantora narra a história de um “fresco”, que vai pra Marajó “se arranjar” pela coleta e venda de

produtos típicos do Pará (pupunha, açaí, peixes), e que encontra só “fuleiragem” por lá, decidindo voltar para Belém e ir para a boate para encontrar aquilo que deseja, o que havia procurado e não achado. Cada um desses momentos é intervalado pelo refrão: “não pode esquecer o guanto”.

Há uma conexão durante todo o videoclipe com personagens e paisagens do cotidiano: trabalhadores braçais, feirantes, pescadores, moradores de rua, transeuntes. Por meio de um vocabulário claro, permeado por expressões populares, Leona frisa a todo instante a necessidade de usar “o guanto”, ou seja, de usar a camisinha. Ao invés de moralizar a prática de sexo, como a campanha de Damares, Leona descreve sua prática de um modo mais realista, não apenas optando por incentivar o uso de um método contraceptivo real, estando, portanto, mais de acordo aos estudos científicos recomendados pela DPU, como também reconhece diversas realidades e posições em relação ao modo de se conceber/viver a prática sexual, o que fica claro na diferença entre o desejo do “fresco” e o da travesti pelo sexo.

Imaginemos um possível encontro entre as duas personagens. Ainda que o ato sexual fosse o mesmo para ambos, cada um seria significado desde posições, intenções e interesses diferentes, assim como as possibilidades de negociar o uso ou não de preservativos também o seria, como testemunha Amara Moira em “E se eu fosse puta”.

Dialogando diretamente com as pessoas LGBTQIA+, Leona não entende essa categoria como um bloco único, o que a leva inclusive a nomear as várias das identidades presentes na sigla e ressaltar a importância do uso do guanto para todas ao final da música: “Alô minhas bichas da terra, as travas da pista, do Reduto, as ativas e as passivas, as bichas ursos, as enrustidas, as machudas, as bombadas e as trans de todo o meu país, não se esqueçam queridas, se for viçar, usar o guanto”.

O que poderíamos, portanto, aprender em termos de comunicação política com Leona Vingativa? Além de um relacionamento de anos, quase íntimo com vários daqueles a qual seu discurso se dirige, como aponta Inocêncio e Casteleira (2016), Leona põe em jogo textualidades que não são aquelas utilizadas pelos órgãos e documentos oficiais, que talvez nem ela mesmo conheça e que pouco signifiquem também para seu auditório. O que os autores indicam, rompendo com a figura de uma pedagogia maior, é a potência dos corpos e seus encontros e a importância de uma pedagogia menor a partir de acontecimentos aleatórios:

por não ‘jogar’ com as táticas da educação maior, Rita e Leona falam para um público não agenciado pelas instituições escola, universidade ou centros

de ensino, mas para subalternos, para um público outro, aqueles e aquelas para os quais talvez a educação pelas vias do Estado não chegue (INOCÊNCIO E CASTELEIRA, 2016)

Mais do que demonstrar outros modos possíveis de pensar a comunicação em políticas públicas que pretendam algum tipo de intersecção/conexão comunicativa com os cidadãos, além da possibilidade de pensar campanhas de saúde coletiva que se pretendam efetivas no sentido da proteção integral dos cidadãos e não de um moralismo cristão retrógrado, o vídeo de Leona é também capaz de compor esteticamente um mundo muito diferente. Quem traça a linha narrativa de composição deste mundo retratado é o corpo de Leona, uma travesti: seja pelo movimentar-se impositivo, apesar das risadas, pelo poder de se colocar em cima do balcão de um boteco ou de utilizar-se de elementos do cotidiano como recursos para sua performance, há uma própria inversão dos elementos usuais de dominação.

Há também certa composição estética que retrata muito bem a relação de medo/desejo em relação à corporalidade travesti. Ao mesmo tempo em que o movimento corporal de Leona pelos espaços públicos de Belém provoca um certo receio nas pessoas que estão nos locais filmados (perceptíveis pelo constante afastar-se), há também o olhar de admiração e desejo de aproximação.

Em síntese, o vídeo de Leona não só mostra a potencialidade de pensarmos em modos menores de comunicação política, mas também mostra como desde o corpo travesti outros mundos podem ser constituídos. Se usualmente pensamos tais corporalidades e espacialidades desde concepções gerais/espaciais heteronormativas, e os riscos de violência vivenciados por esses corpos, o que o vídeo de Leona demonstra é justamente o contrário: como corpos travestis podem produzir a cidade e ocupar espaços, uma utopia permitida talvez pela câmera que tudo registra e que talvez impeça outras reações. Sobre esse aspecto, Mutiloa (2014, p. 20-21), ao desenvolver uma perspectiva dialética entre espaço e gênero, explicita que se as regras socioespaciais influenciariam as subjetividades e determinariam possibilidades das performances de gênero, as performances de gênero também teriam o poder de constituir o espaço no qual são realizadas, e, em algumas determinadas situações, a partir do escape, contestá-lo. Essas relações seriam determinantes para o acesso e o controle do espaço público e seus bens simbólicos, que em efeitos espaciais, definiria incluídos e excluídos a partir da adequação dos corpos e performances de cada sujeito às normas de gênero.

Corpo Elétrico: os corpos querem dançar a cidade¹⁰³

Um jovem imigrante nordestino em São Paulo. Gay e funcionário de uma fábrica de roupas para mulheres, cuja chefe é uma mulher branca, ainda que a “voz-ativa-comunicativa”, o gestor “chão de fábrica”, digamos, seja a de um homem de grandes máximas e demandas por mais turnos no período de fim de ano. Este é o roteiro inicial: Elias, este jovem imigrante gay chefiado por essa mulher branca, se apaixona por um trabalhador imigrante africano e pensamos que por aí correrá a narrativa desse filme. Mas não. *Corpo Elétrico*, como afirma o diretor Marcelo Caetano, rompe com qualquer ideia de “roteirocracia”, e vemos múltiplas camadas do protagonista Elias e suas relações com esse mundo que o cerca e que ele significa.

Caetano afirma que o filme retrata a busca de Elias por uma vida de amores mais livres, por prazeres e também pela constituição de outros modos de solidariedade. Porém, para que isso seja possível, é preciso que o imigrante paraibano se mantenha em São Paulo, restrições e exigências materiais que parecem constituídas tanto pelas cenas do mundo do trabalho na fábrica, como sua vida relativamente simples em um apartamento monoambiente.

Dos vários aspectos que poderíamos destacar em *Corpo Elétrico*, como relacionamentos afetivos intergeracionais, a vivência de amores livres fora das tradicionais hierarquias, a importância da cena noturna *drag* para Wellington, uma bicha afeminada companheira de trabalho de Elias, gostaria de tomar emprestado a linha apontada pela sinopse do filme feita pelo Instituto Moreira Salles¹⁰⁴, que aponta a centralidade ocupada pelo trabalhador/operário como personagem no filme, desmontando a ideia da “classe operária como uma categoria estanque” ou de que “o pobre é conservador”, como reflete Caetano¹⁰⁵.

Quem é esse trabalhador no filme? Essa pergunta nos levaria a múltiplas respostas, mas o que me parece mais interessante nas personagens que compõem o mundo de trabalho de Elias é como suas ações e interações mostram os limites de uma visão totalizante baseada

¹⁰³ “O filme, diz o diretor, parte de Whitman [Eu canto o *Corpo Elétrico*], o poeta, e não de Bourdieu, o sociólogo. “Não quero cumprir agendas, mas os corpos são políticos em si. Querem dançar a cidade.” Em “‘*Corpo Elétrico*’, sobre jovem gay, foge de estereótipos e explora sensualidade”. Folha de S. Paulo, 14 de Agosto de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/08/1909603-corpo-eletrico-sobre-jovem-gay-foge-de-estereotipo-s-e-explora-sensualidade.shtml>>. Acesso em: 04/11/2020.

¹⁰⁴ *Corpo Elétrico*. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<https://ims.com.br/filme/corpo-eletrico/>>. Acesso em: 03/11/2020.

¹⁰⁵ “‘*Corpo Elétrico*’, sobre jovem gay, foge de estereótipos e explora sensualidade”. Folha de S. Paulo, 14 de Agosto de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/08/1909603-corpo-eletrico-sobre-jovem-gay-foge-de-estereotipo-s-e-explora-sensualidade.shtml>>. Acesso em: 04/11/2020.

apenas em um dos marcadores sociais da diferença. Vemos na figura da chefe de Elias, uma mulher branca, o papel de autoridade que usualmente atribuiríamos a figura de domínio masculino do “dono da fábrica”. Elias, jovem, paraibano e homossexual, ocupa um lugar intermediário, ou seja, entre um maior contato com o mundo de seus patrões e também de condições de trabalho mais humanizadas em razão do grau de sua formação, mas também de uma proximidade e sensibilidade para a realidade mais precária dos funcionários do chão de fábrica, homens e mulheres, em grande parte, heterossexuais, brancos e pretos, com visões de mundo e experiências distintas daquelas de Elias, seja no que se refere aos modos de sociabilidade ou aos valores que os movem (religiosos, como o casamento e a família).

Entretanto, longe de supor uma divisão ou um rechaço da figura desse libertário Elias por seus companheiros de trabalho majoritariamente “mais conservadores”, como de certa forma poderíamos prejudicar, vemos justamente o contrário. Há trocas, experiências compartilhadas e diálogos entre esses companheiros, uma aproximação tão forte que leva até mesmo ao questionamento desse contato de Elias com os trabalhadores por parte de sua chefe. Não pretendo dizer que não haja nenhum tipo de constrangimento em razão da sexualidade de Elias ou de seu colega, mas mesmo em momentos de irrupção de conflito, como numa discussão em um churrasco depois de uma partida de futebol ou na descoberta por um dos companheiros de trabalho, anfitrião de uma festinha pós-trabalho, de que Elias está transando com Wellington em sua cama, vemos sempre um esforço de solução dos conflitos, de conciliação, da busca por uma união.

Sobre a imbricação entre as várias condições de exclusão e marginalização social dessas pessoas que compõem o cotidiano de São Paulo, o diretor Marcelo Caetano explicita seu movimento artístico:

Meu olhar para elas é nunca de reduzi-las à margem, a uma categoria, a uma identidade. Elas são uma transcendência disso enquanto sujeitos, enquanto pessoas que aspiram as potencialidades da liberdade do corpo. O meu olhar para elas é mais libertador do que categorizador. Mas eu tenho plena consciência também de que elas ocupam, para poupar a sociedade, essas margens. Só que a minha ideia de movimento é que elas possam sair das margens pra centralidade. Em várias cenas, são elas que ocupam o asfalto da rua, como no plano sequência logo no início do filme: as pessoas se deslocam pelo meio da rua, porque a lógica é essa mesma, de ocupar, de ser visto, de ser entendido como responsável por essa cidade¹⁰⁶.

Além de cartografar a composição do proletariado urbano, gostaria de destacar, por último, como na produção audiovisual de Caetano observamos possibilidades de

¹⁰⁶ Corpo Elétrico – Brasil em cena. Cinema em cena. Disponível em: <<https://cinemaemcena.com.br/coluna/ler/2336/corpo-eletrico>>. Acesso: 04/11/2020.

reapropriação desse sistema, da recusa em fazer parte dele e também da conexão entre mundos teoricamente opostos. Como possibilidade de subversão/reapropriação, é interessante perceber como os retalhos de pano descartados pela fábrica, abandonados em um galpão, são tomados por Elias e Wellington em um turno noturno que têm que cumprir e são utilizados para a criação de vestes no ciclo de amigas travestis, trans e bixas de Wellington, em um processo também de produção de vestuário, mas desde um significado completamente distinto. Inclusive, um dos pontos altos desse giro narrativo é a canção de Linn da Quebrada, que no filme interpreta Simplesmente Pantera. Em conversa com Wellington, no banheiro de uma festa em que minutos antes ou depois, vemos Marcia Pantera no palco batendo o cabelo, Simplesmente Pantera é flertada por um homem cis. E nesse momento começa a cantar sua canção "Talento", negando o flerte e enunciando um crepúsculo do “macho que se vale de pinto”, negando qualquer possibilidade de “chupa-lo escondida no banheiro”.

Esse grupo de amigos de Wellington que passa a ocupar centralidade do meio para a parte final do filme, representa um ambiente de solidariedade, de rede de apoio para Wellington, que inclusive em cena final assume que deixará o trabalho para seguir seu sonho: tentar sucesso no mundo da noite de São Paulo como *drag queen*, ou seja, viver como deseja. Neste momento final, no qual Elias está hospedado na casa de praia de Arthur, um caso fixo mais velho de Elias, é que vemos também a recusa de Elias em voltar ao trabalho no dia seguinte, um mal-estar profundo que é atenuado pelo direcionar-se ao mar, figura que remete sempre a seu local de origem. É também neste ponto que vemos uma improvável integração entre o círculo de amigas travestis/trans de Wellington e um companheiro de trabalho de Elias e Wellington, acompanhado de sua noiva: irão se casar na igreja evangélica. Nesse arco, Marcia Pantera e Simplesmente Pantera realizam o casamento deste casal, que ri, celebra, comemora e se diverte.

Um futuro *queer* utópico? Talvez, mas também retrato de fragmentos de uma realidade que poderia ser melhor compreendida, de outra noção de povo, menos hostil, totalizante ou negativa, operando o reconhecimento da possibilidade de alianças por vínculos baseados na união de diferentes precariedades, como suscita Butler (2018) ou como mostram os personagens de *Corpo Elétrico*, caminhando no centro da rua rumo ao bar após o turno de trabalho.

Referências

ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Agenda Política**, [S. l.], v. 8, n.

1, p. 106-130, 2020. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/310>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ARAGUSUKU, H.A.; LARA, M.F.A. Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe3, 2019.

ARENDDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas** - notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORPO ELÉTRICO. CAETANO, M. (Diretor). Brasil, 2017. 94min

COWAN, B. **Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War in Brazil** (1a ed.). Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

DE LA DEHESA, R. El Sexo y la revolución: la liberación lésbico-gay y la izquierda partidaria en Brasil. **Revista de Estudios Sociales**, (28), 44–55, 2007.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades**, 3 (04), 131-158. 2012. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. (1 ed). Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FRACCAROLI, Yuri; ARANTES, Vinicius dos Santos; ARAGUSUKU, Henrique Araujo. Memória e Consciência Política: uma proposta de revisão teórica e metodológica para o campo da Psicologia Política. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 41, p. 69-85, abr. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 nov. 2020.

GRUNVALD, V. Lâmpadas, corpos e cidades: reflexões acadêmico-ativistas sobre arte, dissidência e a ocupação do espaço público, **Horizontes Antropológicos [Online]**, 55, 2019, posto online no dia 03 dezembro 2019, acesso em 05 dezembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/horizontes/3851>.

HALBERSTAM, J. **El arte queer del fracaso**. Madrid: Egales, 2018.

HEINZELMANN, F.L.; FRACCAROLI, Y. (2017) Lei de Identidade de Gênero: podem experiências sul-americanas colaborar com o Brasil? In: *Electronic Annals of Seminário Internacional Fazendo Gênero* 11.

HOPKINS, P.E. Mulheres, homens, posicionalidades e emoções: fazendo geografias feministas da religião. In: Silva, J.M.; Ornat, M.J.; Junior, A.B.C. (Org.). *Geografias Feministas e das Sexualidades: encontros e diferenças*. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, 2016.

INOCÊNCIO, A.F.; CASTELEIRA, R.P. Por uma educação menor para as sexualidades: pelos rastros do precário. In: Anais do VI SIES - Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2016.

LEONA VINGATIVA. Não pode esquecer o guanto (Videoclipe oficial). 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=VQ1Lv11fD9s>>, acesso em 27 de mar. 2019.

MUTILOA, L.M. Trans-migrantes: frontera(s), viaje(s), cuerpo(s) y género(s). **Rev. Latinoamericana de Geografía e Género**, v. 5, n. 2, 2014.

RATT, A.; RIOS, F. **Lélia González (Retratos do Brasil Negro)**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

RODRIGUES, A.; FERREIRA, S.R.S; ZAMBONI, J. A potência do precário: restos curriculares em Leona Assassina Vingativa. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 14, n.27, jul./dez. 2013. p. 304 – 323.

SANDOVAL, S. A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação & Sociedade**, 34, p. 429-435, 1989.

Não-Monogamia Política: por um projeto emancipatório e coletivo

Newton Sérgio Lima Junior, Raiane Cristine de Miranda

“A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo.”

Sônia Guajajara

Introdução

As revoluções sexuais da metade do século XX trouxeram questionamentos constantes sobre a forma de construir e vivenciar as relações. Passaram a ser questionados os modelos cisheteronormativos e instituições como a do casamento. Tanto a conquista do direito ao divórcio quanto a inserção no mercado de trabalho por parte de algumas mulheres, contribuíram para mudanças nos estereótipos e papéis de gênero. Apesar da presença do mito do amor romântico ainda ser forte, ele também passou a ser questionado (PEREZ; PALMA, 2018).

Junto dos questionamentos acerca dos papéis de gênero, casamento, sexualidade, amor romântico e temas correlatos, a crítica a monogamia se mostra emergente e alinhada a um debate com perspectiva revolucionária e anticapitalista. A articulação política entre esses aspectos da vida social e as práticas relacionais afetivo-sexuais fazem parte das reflexões que compõem a base para a construção da não-monogamia. É importante salientar que a não-monogamia de modo geral pode ser definida como termo guarda-chuva para diversos arranjos relacionais que em algum nível fogem da norma monogâmica. Relacionamento aberto¹⁰⁷, casamento aberto¹⁰⁸, poliamor¹⁰⁹ são alguns exemplos. Estes modelos apesar de serem desviantes da monogamia, ainda reproduzem sua essência.

¹⁰⁷ Relacionamento aberto (RA): se tornou sinônimo de namoro aberto, embora outros modelos de relacionamento também possam ser abertos. Relações abertas são as que permitem aos envolvidos experiências fora do casal, sejam elas sexuais e/ou afetivas.

¹⁰⁸ Casamento aberto: casamento que permite aos envolvidos experiências fora do casal, sejam elas sexuais e/ou afetivas. Normalmente possuem diversos acordos estabelecidos previamente pelo casal. Possuem grande presença da estrutura nuclear monogâmica e hierarquias relacionais. Se diferencia do namoro aberto por haver uma legitimação do Estado ao casal por conta do casamento.

¹⁰⁹ Poliamor: relacionamento com a possibilidade de múltiplos parceiros. Existem diversas configurações e formatos. Podem possuir acordos estabelecidos entre os envolvidos. De maneira geral, mantém uma estrutura nuclear monogâmica e em alguns casos hierarquias relacionais.

Contudo, uma abordagem crítica sobre esse universo leva em consideração um posicionamento em que a ruptura da norma monogâmica em sua plenitude seja uma premissa imprescindível. Nesse sentido, para uma Não-Monogamia Política é necessário superar modelos de relacionamentos que não desestruturam essa lógica em sua plenitude. Em função disso, propomos neste breve capítulo uma reflexão que concebe a monogamia como uma estrutura, que articulada ao modo de produção capitalista mercantiliza nossas relações, violenta corpos e enfraquece a vida social coletiva.

Conceituando a monogamia

Ao falarmos de monogamia, o senso comum associa a ideia de parceiros exclusivos, e limita o pensamento a relações afetivo-sexuais. Nossa análise todavia é de que há uma estrutura monogâmica, um sistema que organiza nossas relações. Essa estrutura influencia, para além das nossas relações afetivo-sexuais, nossas relações familiares, amizades, e até mesmo relações de trabalho. A escritora Brigitte Vasallo a define da seguinte forma:

A monogamia não é uma prática: é um sistema, uma forma de pensamento. É uma superestrutura que determina aquilo que definimos como nossa *vida privada*, nossas práticas afetivo-sexuais, nossas relações amorosas. O sistema monogâmico dita como, quando, quem e de que maneira amar e desejar, e também que circunstâncias são motivo de tristeza, quais devemos ter raiva, o que nos dói e o que não dói. O sistema monogâmico é uma roleta distribuidora de privilégios a partir dos vínculos afetivos e é, também, um sistema de organização desses vínculos. (VASSALO, 2018, p.32-33, grifo do autor, tradução nossa).¹¹⁰

Para compreendermos como se dá esse sistema é essencial localizar a gênese da estrutura monogâmica. A coletividade é uma característica marcante de sociedades antes da divisão de classes, e de acordo com Lessa (2012) foi fundamental para o sucesso da exploração do homem sobre o homem a disseminação do modo de sobrevivência baseada na individualidade e por conseguinte a desarticulação de um modo de vida coletivo. Na transição para as sociedades de classes e exploração que surge a família monogâmica. Atividades que antes eram coletivas, como cuidar dos filhos e dos idosos, deixam de ser preocupação de todos e dessa forma a família é deslocada do coletivo para um núcleo individual.

O uso da violência para imposição e a exploração se fez presente e por isso a guerra se estabeleceu como uma tática constante, passando a fazer parte da sociedade desde então,

¹¹⁰ “La monogamia no es una práctica: es un sistema, una forma de pensamiento. Es una superestructura que determina aquello que denominamos de nuestra <<vida privada>>, nuestras prácticas sexo-afectivas, nuestras relaciones amorosas. El sistema monógamo dictamina cómo, cuándo, a quién y de qué manera amar y desear, y también qué circunstancias son motivo de tristeza, cuáles de rabia, qué nos duele y qué no. El sistema monógamo es una rueda distribuidora de privilegios a partir de los vínculos afectivos y es, también, un sistema de organización de esos vínculos.”

sendo considerada uma atividade masculina. Através dela são conquistados espólios de guerra, incluindo escravos, que junto com outros bens foram convertidos em propriedade privada para esses homens da classe dominante. Dessa forma o homem passa a ter deliberação acerca do destino do coletivo, as questões sociais e o que diz respeito ao destino da classe, à história, estará a cargo dos indivíduos masculinos (LESSA, 2012). As atividades domésticas se deslocaram do coletivo para um núcleo familiar, e como essas atividades não acumulam riquezas, elas são designadas para as mulheres, na vida privada. Nesse sentido, os estereótipos e papéis de gênero se tornam bem demarcados. O homem é o provedor e a mulher a responsável pelo lar, pela educação das crianças. O homem é o patriarca, que detém poder sobre suas propriedades, incluindo, mulher, filhos e escravos.

Tomemos como exemplo a família romana dos séculos III e IV. O *pater*, ou seja, o pai de família, exercia o domínio sobre seus familiares sem muitas interferências do Estado Romano. O homem era o chefe político e econômico desses grupos familiares, tendo o direito de vida e morte sobre eles. O *pater* dominava sua família tal qual o Imperador dominava o Império Romano, havendo uma correlação com o Estado, sendo a família uma célula de representação do Império. Nesse sentido, a família é essa figura política, religiosa e econômica, que se ergue em torno da figura masculina (RIBEIRO, 2002).

A partir da Roma Antiga o casamento se tornou de interesse para o mundo jurídico. Com o cristianismo se tornando a religião oficial, o casamento se transformou em um dos ritos sagrados do sacramento. Ele representava a união de Cristo com a Igreja, sendo assim indissolúvel e tendo a benção de Deus e proteção do Estado. A Igreja passou a ter cada vez mais poder e interferir nas relações familiares (RIBEIRO, 2002). Com a imposição do casamento, o alto clero tinha por objetivo também acabar com tradições consideradas “selvagens” como o adultério, a infidelidade e as relações homoafetivas. Dessa forma, a heterossexualidade também passou a ser a norma social sob risco de excomunhão (MOGROVEJO, 2019).

Para os povos originários na África e aqui nas terras que passaram a ser chamadas de Brasil, a imposição da estrutura monogâmica se dá através da violência colonial, diretamente ligada ao projeto de catequização. Ao chegarem nessas terras, os colonizadores ficaram indignados com as práticas afetivas e sexuais dos povos originários. A nudez, a vida coletiva, a relação com a natureza e os rituais autóctones faziam parte de um estilo de vida que era considerado pelos colonizadores como primitivo e selvagem. Em vista da necessidade de conversão desses povos, os colonizadores e catequizadores passaram a atacar essas formas de relação coletiva e interpessoal.

A escritora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997) fala de como o costume dos casamentos múltiplos do povo Yourùbá eram tidos como selvagem e contrário à lei de Deus. Para que o homem Yourùbá fosse batizado, ele precisava se separar da maioria das suas esposas, ficando apenas com uma. Os colonizadores eram enfáticos na necessidade de se extinguir as relações múltiplas, enquanto eram tolerantes a escravidão, como evidenciado na citação do secretário das Missões Cristãs, “o cristianismo melhorará a relação entre o amo e seu escravo; a poligamia é uma ofensa à lei de Deus e, portanto, seu melhoramento é impossível” (AJAYI 1965, p. 106 *apud* OYEWÙMÍ, 1997, p. 230, tradução nossa)¹¹¹.

Os costumes autóctones sobre as formas de se relacionar dos povos indígenas também foram atacados. Os colonizadores não aceitavam as práticas e não as viam como maneiras válidas de estabelecer relações. As relações múltiplas foram fortemente combatidas, a fim de serem substituídas pelas relações monogâmicas cristãs. As práticas e rituais autóctones, da maneira como se davam, não poderiam ser conciliados com as práticas do casamento cristão, considerado pelos catequizadores como único formato legítimo de relação (FELIPPE, 2008).

Não só as relações múltiplas eram questionadas pelos colonizadores. Para eles, as uniões que não atendiam o conceito de união vitalícia, não sendo formas contratuais, também eram uma afronta aos dogmas cristãos. Na perspectiva colonizadora sem essa relação contratual, as relações eram estabelecidas de forma desorganizada, pouco duradoura e facilmente desfeitas, uma vez que os motivos para as separações eram considerados levianos. Dessa forma os catequizadores precisavam estabelecer casamentos monogâmicos cristãos junto da noção de indissociabilidade dessas relações. (FELIPPE, 2008).

Os impactos da estrutura monogâmica

Apesar das transformações sociais, essa estrutura segue diretamente ligada a sua gênese, como podemos observar no próprio ordenamento jurídico brasileiro. No artigo 226, a constituição brasileira define a família como base da sociedade e afirma que esta é protegida pelo Estado (BRASIL, 1988). Já a bigamia é considerada crime no artigo 235 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 (BRASIL, 1940). Em todo o ordenamento jurídico então vamos observar essa proteção a família monogâmica e a regulamentação acerca da propriedade, da proteção de seus bens e da sucessão da herança. Assim, percebemos como a estrutura monogâmica está diretamente ligada à proteção da propriedade privada e

¹¹¹ “*el cristianismo mejorará la relación entre el amo y el esclavo; la poligamia es una ofensa a la ley de dios y, por lo tanto, su mejoramiento es imposible.*”

intrinsecamente conectada ao Estado, sendo essa protegida pelo mesmo. Bem como interligada ao projeto cristão de catequização.

As reverberações dessa violência colonial e cisheteropatriarcal que é a estrutura monogâmica podem ser percebidas em diversos níveis nas relações atuais. Um dos exemplos dessas reverberações é a desvalorização do trabalho feminino. A ideia de que mulheres não devem trabalhar fora de casa persiste até hoje. A contribuição das mulheres para a sociedade seria através da reprodução, da manutenção do lar, do cuidado com crianças e idosos, sendo uma auxiliadora do marido. O trabalho doméstico ainda é tratado como um “não-trabalho” (FEDERICI, 2017). O movimento de luta das mulheres promoveu diversas transformações sociais na divisão sexual do trabalho. Apesar disso, o reflexo da ideia de que o trabalho doméstico é um “não-trabalho” persiste. Para as mulheres que têm ocupação para além do trabalho doméstico, isso resulta em uma jornada dupla, tripla e até mesmo quádrupla de trabalho. Essas mulheres são sobrecarregadas com as demandas do lar, e em muitos casos, não têm apoio do marido pela crença de que aqueles serviços domésticos seriam tarefa feminina. Essa sobrecarga impacta diretamente na saúde física e mental.

Um relatório¹¹² da Organização Mundial da Saúde (OMS), mostra que mulheres se encontram em um lugar mais vulnerável, com maior risco de manifestar sofrimento psíquico. Os múltiplos papéis desenvolvidos por essas mulheres contribuem para essa posição vulnerável. As expectativas sociais de papéis de gênero. Ser esposa, mãe, cuidadora, educadora. Ao mesmo tempo que são parte essencial da mão-de-obra, sendo em muitos casos a fonte principal de renda da família (SILVA *et al.* 2013).

Esses impactos também podem ser percebidos nas relações de pessoas LGBT. Existe uma movimentação muito forte entre algumas pessoas LGBT por uma assimilação de padrões cisheteronormativos. Algumas dessas pessoas reivindicam o direito de amar e constituir família, mas essa seria nuclear e monogâmica, tal qual o padrão normativo. O que foge a isso é muitas vezes execrado, numa procura por higienizar o movimento. Um esforço para se adequar a um padrão que seria o correto. Fernando Seffner nos aponta os perigos disso:

Conquistar direitos pode ser, em parte, ajustar-se à sociedade. Servir ao exército implica reconhecer que achamos legítima a necessidade de exércitos e implicitamente de guerras; casar pode estar levando a reificar esta forma de relação, no sentido de mostrar que é a única ou a melhor possível para se viver afetos e sexo; adotar filhos e constituir família pode levar a pensar que esses agrupamentos são de maior qualidade do que viver o sexo de modo livre (SEFFNER, 2011, p.60).

¹¹² Relatório sobre a Saúde Mental no Mundo, realizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2001. Disponível em: <https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf>. Acesso em 07 de nov. 2020.

Nesse sentido é importante que se questione os motivos de querer se adequar a essa norma e não permitir que discursos rasos que ignoram nossas subjetividades nos cooptem. A luta não deve orbitar uma lógica liberal de amar. Nossa existência enquanto pessoas LGBT é uma resistência ao sistema vigente que foi construído para a proteção e manutenção do poder de homens cis, heterossexual e brancos. A busca de aceitação por assimilação de padrões hegemônicos nos afasta de uma radicalidade capaz de questionar e romper com a norma.

“O sentido da vida é o coletivo”

As vivências de relações múltiplas não são novidade, contudo atualmente o questionamento acerca da maneira de como nos relacionamentos se tornou cada vez mais frequente. De como as relações são moldadas a partir do contexto social e das estruturas que as atravessam. A não-monogamia é um termo guarda-chuva para relações que procuram romper com a lógica monogâmica, em diferentes níveis. Temos desde as vivências relacionadas a liberdade sexual como nas relações abertas a questionamentos mais aprofundados em um pensamento político, como a anarquia relacional.

A ideia da exclusividade sexual e afetiva, na monogamia, é um pacto simbólico, que serve para privilegiar e hierarquizar as relações, as dando status de legítima, o que faz com sejam socialmente aceitas. Mas na prática esse pacto não é respeitado (VASALLO, 2018). A traição é constituinte indispensável da monogamia. Logo, romper com a lógica de exclusividade sexual não é necessariamente romper com a monogamia.

Sendo a estrutura monogâmica uma violência colonial, é importante para a emancipação de corpos historicamente marginalizados o rompimento dessa lógica. Nesse sentido, existe a proposta de um projeto político, coletivo e emancipatório de não-monogamia. Esse projeto é um orientador de vida articulado a partir do pensamento de identidade política. Ciampa (2002, p.139, *apud* DANTAS, 2017, p. 6) a define como aquela envolvida em “lutas pela emancipação de diferentes grupos sociais, que em sua ação coletiva revelam velhas ou novas opressões”. Essa identidade política conjuga igualdades e diferenças e busca a associação com grupos e indivíduos que ajudam na construção dessa identificação política.

A Não-Monogamia Política é a construção de uma identidade política pautada em um projeto contra-hegemônico de não-monogamia. Ela se dá na busca pela emancipação dessa violência colonial e portanto conjuga em si o pensamento anticolonial. É também uma luta contra a cisheteronorma presente na concepção da estrutura monogâmica, interligada ao pensamento cristão, que naturaliza a LGBTfobia. A Não-Monogamia Política é a proposta de

um norteador para um projeto de vida que busca construir as relações sem as hierarquizar. Com isso podemos construir redes de apoio e afeto, em que o envolvimento afetivo-sexual não é um pilar central e sim apenas uma das possibilidades.

Romper com a lógica nuclear e pautar as relações de forma coletiva é reforçar o pensamento de que o sentido da vida é coletivo. É uma proposta de construção que visa romper com as problemáticas do trabalho doméstico tido como obrigação da mulher. Distribuir as tarefas e afazeres em um pensamento de equidade. Propõe repensar as parentalidades e as responsabilidades sobre a criação das crianças, que voltam a ser de interesse e responsabilidade do coletivo.

Uma Não-Monogamia pautada em um pensamento político é sobre não se colocar no lugar de quem legisla sobre o corpo alheio. Um convite ao autocuidado e autonomia em relação à própria sexualidade e afetividade. A ideia de que temos o direito de tutelar o corpo alheio, suas decisões e escolhas, vem da lógica de posse. Ninguém perde nada da própria autonomia ao entender que o outro tem o direito de legislar sobre seu corpo, sem que seja necessário pedir autorização a terceiros. O direito radical à autonomia dos nossos corpos, principalmente dos que são historicamente marginalizados, é um ato de autoamor (NUÑEZ, 2020a).

Como nos diz a ativista indígena e referência no pensamento anticolonial, Geni Nuñez (2020b), a não-monogamia não propõe um modelo prévio de como se relacionar. Cada relação é única e é construída dessa forma a partir das suas possibilidades. Não existe a obrigação de relações afetivo-sexuais múltiplas para que se tenha um pensamento político da não-monogamia. É importante manter a consciência de que nossas decisões são para nosso corpo e não uma imposição para as outras pessoas. Decidir se relacionar de forma afetivo-sexual apenas com uma pessoa também não impacta na construção de outras formas de se relacionar que não vão ser colocadas em um local inferior em uma hierarquia, e sim fazer parte dessa rede de apoio, afetos e possibilidades.

Nesse contexto que o NM em Foco surge. Um projeto nas redes sociais que busca levar um debate sobre Não-Monogamia Política através de uma análise interseccional, com foco em gênero, raça e sexualidade. Fundado a partir do incômodo sobre o racismo, muitas vezes velado, mas em alguns casos explícito, em meios que debatem não-monogamia mas que perpetuam a ideia de que isso é coisa para pessoas ricas, brancas e heterossexuais. A partir de reflexões propostas em materiais originais, o NM em Foco procura propor possibilidades para a construção desse projeto político, emancipatório e coletivo de não-monogamia.

Considerações Finais

A monogamia é toda uma estrutura que organiza nossa forma de se relacionar, seja afetiva, sexual ou afetiva-sexual. Ela é a expressão da violência colonial que nos foi imposta através do projeto de catequização cristã. A continuação de suas práticas reverbera essa violência principalmente em corpos historicamente marginalizados, para os quais essa estrutura não foi pensada. Apesar disso, ela se perpetua como representação máxima do amor. O mito do amor romântico é endossado através dos filmes, séries, música, novelas, livros, etc.

Não é de hoje que essa estrutura tem sido questionada. Diversos movimentos sociais e políticos, como o anarquismo, têm demonstrado a necessidade de se romper com a lógica monogâmica para poder falar de autonomia. As revoluções sexuais da metade do século XX e os debates sobre amor livre são um exemplo disso. A partir desses questionamentos, movimentos como o do poliamor ganharam força. As pessoas adeptas a esses movimentos passaram a reivindicar outras possibilidades de amar e se relacionar.

Apesar disso, a luta por essas outras possibilidades de se relacionar muitas vezes ignora as particularidades de grupos contra-hegemônicos. Com isso se criou o senso comum de que a não-monogamia seria coisa de gente rica e branca. Em diversos espaços para esse debate, as questões estruturais são deixadas em segundo plano, em favor de falar sobre práticas e vivências. Muitas dessas demonstram como alguns formatos das relações não-monogâmicas não rompem de fato com a estrutura monogâmica e sim apenas com alguns dos seus aspectos.

Se a estrutura monogâmica é uma violência colonial, por que seria possível relativizar isso? Por que seria possível romper com parte da mesma mas manter aspectos essenciais dessa estrutura que são causadores das violências que se propagam através dela? A partir dessas questões, temos a proposta de uma Não-Monogamia Política, que articula a construção de uma identidade política junto de uma não-monogamia contra-hegemônica.

O foco passa a ser político e interseccional, sobre as questões estruturais da monogamia e como ela é interligada a outras estruturas de opressão como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Nesse contexto temos o projeto Não-Mono em Foco, que busca através de um material original debater essas questões e fortalecer uma rede de pessoas que desejam romper com a lógica monogâmica e construir outras formas de se relacionar.

A criação de projetos dessa natureza auxilia na formação de uma rede que ajuda no projeto pessoal de desconstrução e reconstrução do pensamento de diversas pessoas. E também colabora para aplacar o sentimento de solidão que pode ser sentido ao se escolher

viver suas relações de forma contra-hegemônica. Isso auxilia na construção da identidade política da não-monogamia. A partir da troca de conhecimento teórico e do debate das vivências práticas, temos os exemplos de como é possível construir relações que fogem da norma monogâmica. A partilha sobre as dificuldades contribui para a criação de alternativas que levam em consideração a saúde mental das pessoas envolvidas. Essas redes de apoio e afeto cooperam na construção saudável de relações autônomas, mas que são preocupadas com a coletividade.

Referências:

BRASIL. Constituição (1988), **Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, art. 226**. Disponível em:

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226_.asp.

Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940, Capítulo I - Dos crimes contra o Casamento, art. 235**. Disponível em: <https://bitly.com/O0Uai>. Acesso em: 04 out. 2020.

DANTAS, Sergio Silva. Identidade Política e Projeto de Vida: uma contribuição à teoria de Ciampa. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29. 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Tradução de coletivo Sycorax. 1 ed. São Paulo : Elefante, 2017. 464 p.

FELIPPE, Guilherme G. **Casar sim, mas não para sempre**: o matrimônio cristão e a dinâmica cultural indígena nas reduções do Paraguai. *História Unisinos*, [s. l.], v. 12, n. 3, Setembro/Dezembro 2008.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p. Disponível em:

<https://www.institutolukacs.com.br/single-post/2015/03/31/Abaixo-a-Fam%C3%ADlia-Monog%C3%A2mica>. Acesso em: 4 out. 2020.

MOGROVEJO, Norma. **Descolonizar y desterritorializar el amor romántico: Una propuesta civilizatoria**. 2019. Disponível em:

<http://normamogrovejo.blogspot.com/2019/11/descolonizar-y-desterritorializar-el.html>.

Acesso em: 30 set. 2020.

NUÑEZ, Geni. Monogamia e não-monogamia: uma questão de escolha?. **Instagram**. 9 de jul. 2020a. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CCb44xwH8_g/. Acesso em: 05 nov. 2020

NUÑEZ, Geni. Não-monogamia e as opressões estruturais: reflexões anticoloniais.

Instagram. 3 de abr. 2020b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-iRkbqHZ8J/>.

Acesso em: 05 nov. 2020

OYĒWÙMÍ, Oyèronké. **La invención de las mujeres: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: Editorial "en la frontera", 2017.

PEREZ, T. S.; PALMA, Y. A. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30. 2018.

RIBEIRO, Simone Clós Cesar. As inovações constitucionais no Direito de Família. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 7, n. 58, 1 ago. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3192/as-inovacoes-constitucionais-no-direito-de-familia>. Acesso em: 30 set. 2020.

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. *In: Stonewall 40+ o que no Brasil?* COLLING, Leandro (org). Salvador : EDUFBA, 2011, p.282.

SILVA, C. R. S., et al. **Sufrimento psíquico em mulheres brasileiras: uma revisão integrativa**. EFDeportes.com, Buenos Aires, v. 18, n. 184. Set. 2013.

VASALLO, Brigitte. **Pensamiento Monógamo, Terror Poliamoroso**. Cuarta. ed. rev. Madrid : La Oveja Roja, 2018. 220 p.



Mulheres migrantes: corporal(idades) e inter(ações)

Rocio Bravo Shuña, Maria Paula Botero

MulhEres

Eres?

O que quiser (?)

Onde quiser (?)

Como quiser (?)

O que quiser (?)

o cabelo como quiser, da cor que quiser, do jeito que quiser
a corpa como quiser, sem parâmetros, sem ditames... o que quiser

apaixonada por quem quiser

trabalhando no que quiser

vivendo onde quiser

...

Onde quiser (?)

nas ruas

nas marchas

nas lideranças

nas políticas

no(s) país(es) que quiser

...

Como quiser (?)

com equidade

com direitos

com segurança

sem violência

sem ser morta

...

O que quiser, onde quiser e como quiser, respeitada/protegida por lei (!) (?)

...

E nós, mulheres que migram (?)

...

as dissidentes

as racializadas

as erotizadas

as folclorizadas

as suprimidas

as traficadas

as negadas... pela lei/norma/precepto

...

Migrar, migrar...

andar, andorinha...

(im)possibilidade (?)

de fugir (?)

de respirar

de reconhecimento do “eu”, de “nós”

de (re)criar uma nova geografia de libertação

onde não ser “estranha - estrangeira”

onde ser eu/nós o que quisermos

...

Corpas em movimento,

um território andante

com traços, *surcos*, montanhas, ritos, costumes,

plurar(idades),

afetiv(idades),

de (des)encontros

complic(idades)

...

Chama-se insurgir
Chama-se sobre(viver)
Chama-se soror(idade)
Chame-se como sentir
na un(idade)
na divers(idade)
de ser, de estar
...

Ser/es e Estar/es
(re)construir-se
(re)existir
aceitar-me/ aceitar-se/ aceitar-nos
insurgir-nós
...

às vezes entre as estradas que atravesso/atravessamos,
que me/nos atravessam,
umas tantas me/nos acolhem,
algumas me/nos seccionam,
e outras tantas me/nos desterram
...

E a sacola que carrega nossa corpa,
o peso (in)desejado
nos despejos
de objetos concretos e abstratos,
cúmulos amorfos,
que apreciamos
que odiamos
que soltamos...
...

uma cama, um armário
roupas, livros, músicas, poemas
beijos, abraços, prazeres

gritos, silêncios
cúmulos...
adocicados, azedos, salgados, apimentados
seja tal um sabor umami a vida
...

Às vezes a vida te surpreende mais *temprano* do que nunca
uma rede pode fazer diferença no momento de migrar,
onde o tempo de ser/estar
não é aquilo marcado num calendário ou num relógio
a hora de migrar pode chegar quando questionamos se este é o lugar onde nós/você
queremos/quer ser/estar/viver...

A presente ciranda poética entrelaça vozes, biografias, ações e sentires de mulheres que agenciam ou agenciaram a Rede MILBI, rede de mulheres imigrantes lésbicas, bissexuais e pansexuais atualmente composta por mulheres cis e travesti. A Rede MILBI entende-se como uma rede migrante feminista em essência que aposta no ativismo em comum-união como via para (re)existir, insur(agir), ocupar ↔ mudar.

Escolhemos a poesia como meio de diálogo por acreditar na sua potência política e transformadora. O manifesto/latente nas suas entre↔linhas nos convida a sentir↔corporizar↔encorajar↔coletivizar! De acordo com Audre Lorde (2019), poetisa negra, lésbica e filha de imigrantes: “[...] A poesia cria a linguagem para expressar e registrar essa demanda revolucionária e implementação da liberdade ” (Lorde, 2019, p. 48).

Cada espaço da cidade se transforma em um cenário diferente e em expressões diferentes para cada uma de nós. Às vezes, travamos batalhas árduas e, em outros momentos, somos abraçadas e acolhidas. Somos um grupo de mulh(s)eres em movimento que todos os dias reconhecem outras palavras, outros costumes, outros sabores, outros aromas, outras lutas, outras, outros, outres. Em meio a um complexo sistema cultural e social, abrimos espaço para ser visíveis, para dialogar com o outro e para que o outro dialogue conosco. Esse é um dos nossos objetivos, estamos construindo esse cenário.

No decorrer do nosso caminho, passamos por diferentes estradas que nos transformaram, e fizeram do nosso espaço um lugar de movimento, de reconhecer na nossa existência as possibilidades de mudança. Por isso, nossa rede se agita de tempos em tempos, passando também por momentos de calma, mas sempre fluindo com as energias que nos acompanham.

Referências

Lorde, Audre. A Poesia não é um luxo. In: **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica Editora, 2019. p. 48.



Autorias

Corina Evelin Demarchi Villalón, imigrante argentina no Brasil. Membro do Equipe de Base Warmis-Convergência das Culturas. Licenciada em Comunicação Social pela Universidade Nacional de Córdoba (UNC- Argentina). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa temas como gênero, migração e movimentos sociais.

Vinícius Fernandes da Silva, mestrando no programa de Mudança Social e Participação Política (Promuspp) e graduado em Gestão de Políticas Públicas ambos na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Membro do grupo ECOAR (Estudos em Corpo e Arte) e do Núcleo de Produção e Pesquisa em Audiovisual (NUPEPA). Pesquisador interdisciplinar nas áreas da sociologia, filosofia e artes, com ênfase no cinema, retratando e problematizando questões sociais. Atualmente, é aluno de Cinema e TV no Centro de Audiovisual de São Bernardo (CAV).

Marilia Velardi, professora dos Cursos de Graduação em Educação Física e Saúde na EACH-USP e de Música da ECA-USP. Líder do grupo de Estudos e Pesquisa ECOAR. Orientadora do Programa de Pós-graduação no Programa de Mudança Social e Participação Política na EACH-USP. Desenvolve estudos e pesquisas em investigações qualitativas e radicalmente qualitativas, considerando suas implicações epistemológicas e axiológicas, buscando conhecer e construir conhecimento sobre possibilidades de investigação acadêmica especialmente em Artes e a partir das Artes.

Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN-USP)

O Núcleo de Consciência Negra (NCN) da USP foi fundado em 1987, para denunciar casos de racismo dentro da universidade e propor novas formas de combate ao racismo e instrumentalização de políticas públicas para acabar com as desigualdades raciais e sociais na

sociedade brasileira. Como resultado de suas ações, em 1994 funda o cursinho pré-vestibular popular, o primeiro cursinho voltado para a população negra e pobre do estado de São Paulo.

André Ramos Vaquero, mestre em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências Biológicas na USP. Graduando em Pedagogia na USP. Professor e ex-integrante da coordenação pedagógica no NCN-SP. Professor de Ciências da prefeitura de São Paulo.

Aline Coelho, mestranda em Psicologia Social pela PUC-SP (2019). Especialista em Psicanálise e Saúde pelo Albert Einstein Instituto de Ensino e Pesquisa (2015). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Nove de Julho (2009) e compõe o Fórum do Campo Lacaniano – SP. Atua em consultório e no projeto de educação e psicanálise Abracadabra. Mediadora da Roda de Conversa Espaço de Fala e Escuta Litoral do cursinho popular do NCN.

Cristiane Maria de Paula, analista de sistemas *mainframe* especialista em sistema de Riscos Financeiros. Possui graduação pela UNESP-Bauru (1989), historiadora formada na USP (2017), professora de História no NCN e parte da gestão do NCN desde 2014.

Michele Borges, psicanalista, mestranda em Psicologia Social pela PUC/SP, com bolsa de pesquisa do CNPq (2019-2020). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Nove de Julho (2008), compõe o Fórum do Campo Lacaniano – SP (desde 2018). Curadora e Mediadora do Projeto Mais Ainda Psicanálise, Literatura e Política, atua em atendimento clínico e institucional em Educação e Instituição de Acolhimento. Mediadora da Roda de Conversa Espaço de Fala e Escuta Litoral do cursinho popular do NCN.

Nara Lasevicius, educadora, mestre em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2019), graduada e licenciada em Letras pela mesma instituição. Atua como editora de materiais didáticos na Escola Vereda. Professora e parte da coordenação pedagógica do cursinho do NCN desde 2015.

Thaina de Paula Oliveira, psicóloga, psicanalista e mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Atua na clínica e como mediadora da Roda de Conversa Espaço de Fala e Escuta Litoral do Cursinho Popular do NCN.

Yaracê Morena Boregas e Rêgo, mestre em História Social (USP). Professora e ex-integrante da coordenação pedagógica do cursinho popular do NCN-USP. Professora de

História na Prefeitura de São Paulo e integrante do Projeto de Pesquisa e Extensão “Saberes em diálogo: comunidades, escola e universidade na construção da educação quilombola em Barra do Turvo/SP”.

Ana Cláudia Morais Alves, natural de Juruá/MT, coordenadora de extensão do Cursinho Popular Herbert de Souza e estudante de pedagogia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Brenda Barbosa da Silva, educadora Popular, formada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política - PROMUSPP na Universidade de São Paulo. Sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais na UNIFESP. Como pesquisadora participo do grupo ECOAR/USP - Estudos em Corpo e Arte e também contribuo com o Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares - NERP/UNIFESP. Desenvolvo trabalho artístico por meio do grafite e da poesia falada e tenho interesse em pesquisa radicalmente qualitativa, investigação/pesquisa baseada nas artes, educação popular, questão racial e fundamentos do Serviço Social.

Núcleo de Direito à Cidade

O Núcleo de Direito à Cidade é uma extensão popular da Faculdade de Direito da USP voltada à temática urbana. Surgida no início dos anos 2000 com o propósito de atuar com a Prefeitura de São Paulo na regularização fundiária de Paraisópolis, atualmente também promove formações, pesquisas e atua em conjunto com movimentos sociais. O Núcleo se pauta na ideologia freireana, estruturado horizontalmente e aberto a quaisquer interessados.

Alice Maria Gallian Augusto, estudante do 3º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), foi membra do Núcleo de Direito à Cidade de 2019 a 2020.

Alicia Santos Soares, estudante do 4º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), foi membra do Núcleo de Direito à Cidade de 2018 a 2020.

Bruna Neri Cardoso Brandão, estudante do 4º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é membra do Núcleo do Direito à Cidade desde 2020.

Bruno Lescher Facciolla, advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e graduando em Ciências Sociais pela FFLCH-USP.

Eduardo Abramowicz Santos, formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), mestrando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

Geovanna Sales, estudante do 2º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é membra do Núcleo de Direito à Cidade desde 2020.

Gianluca Biagini, estudante do 4º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é membro do Núcleo de Direito à Cidade desde 2018.

Gustavo Soares Formenti, estudante do 4º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), foi membro do Núcleo de Direito à Cidade de 2018 a 2020.

Leticia Sarmiento Kleim, advogada, formada em Direito e graduanda em Geografia, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). Foi membra do Núcleo de Direito à Cidade de 2015 a 2019.

Luis Filipe P. F. Oliveira, estudante do 4º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), é membro do Núcleo de Direito à Cidade desde 2020.

Maria Gabriela F. N. de Moraes, advogada, graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi membra do Núcleo de Direito à Cidade de 2016 a 2017.

Maria Luísa Pardo Lopes, advogada graduada pela Universidade de São Paulo. Pós-graduanda em Direitos Humanos. Membro do Núcleo de Direito à Cidade entre 2015 e 2018.

Mariana Costa O. Moraes, estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora na área de Direito Econômico e coordenadora do Laboratório de Design Jurídico da USP.

Marianna Haug, mestranda em crítica marxista do direito e pesquisadora no grupo Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo (DHCTEM) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), graduada pela mesma instituição e advogada.

Tales Fontana Siqueira Cunha, formado em Direito, mestre e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (Área de Concentração: Habitat), todos pela Universidade de São Paulo.

Walquíria de Paula Fernandes da Silva, estudante do 3º ano da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e atua no Núcleo de Direito à Cidade desde 2019.

ECOAR

Grupo de estudos localizado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, dedicado às investigações qualitativas e radicalmente qualitativas, buscando conhecer e construir conhecimento sobre possibilidades de investigação acadêmica especialmente em Artes.

André Bizerra, doutorando no Programa Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pesquisador do Grupo ECOAR. Artista e professor de dança, diretor da BIZ Cia de Dança e docente no ensino superior.

Anna Carolina Longano, doutoranda no Programa Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo ECOAR. Mestre em Ciências (EACH/USP) e Bacharela em Artes Cênicas (ECA-USP). Investiga, baseada nas Artes, corpo, pedagogia, mulher e feminismo. Co-fundadora da Cia. Ruído Rosa.

Diane Boda, mestranda no Programa Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo ECOAR. Educadora social com foco em juventudes, atriz e produtora cultural, possui experiências em projetos sociais, escolas e espaços culturais.

Marília Velardi, professora dos Cursos de Graduação em Educação Física e Saúde na EACH- USP e de Música da ECA-USP. Líder do grupo de Estudos e Pesquisa ECOAR. Orientadora de pós-graduação no Programa de Mudança Social e Participação Política na EACH-USP.

Nathália Bonilha Borzilo, atriz, diretora e educadora teatral, mestranda do Programa de Mudança Social e Participação Política (EACH/USP), e pesquisadora do Grupo ECOAR (Estudos em Corpo e Arte). Possui formação em Artes Cênicas, com habilitação em Direção Teatral (ECA/USP), é arte-educadora do projeto Fábricas de Cultura e artista da Cia Ato Reverso e Coletive Ato de Resistência.

Renata Frazão Matsuo, é artista, educadora e pesquisadora. Co-coordena o Grupo ECOAR na EACH-USP, onde realiza o seu doutorado no Programa de Mudança Social e Participação Política (EACH/USP). Compõe o quadro docente da Universidade Paulista (UNIP) e da Faculdade Flamingo.

Carlos H. de A. Ferreira, gestor Ambiental (EACH/USP) e Perito Ambiental (MPSP).

Gabriela Medeiro, gestora de Políticas Públicas e Mestranda em Mudança Social e Participação Política (EACH/USP).

José Cohon, músico, Educador, Compositor e Pesquisador (FFLCH/USP).

Karlene B. M. Sandoval, antropóloga e Arquiteta (UNIFESP).

Tamires T. Saito, bacharel em Têxtil e Moda e Mestranda em Têxtil e Moda (EACH/USP).

Felipe Corrêa, é editor, pós-graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestrado pela Universidade de São Paulo (Mudança Social e Participação Política) e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Ciências Sociais na Educação). Coordena o Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA).

Lennon Oliveira Matos, é bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial (UNIVASF), mestre em Estudos Culturais (EACH-USP) e doutorando em Antropologia Social (FFLCH-USP).

Ana Lia Galvão de Barros Almeida, advogada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Gabriel Silva

Heloisa Yoshioka, graduada em Comunicação Social pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Mayra Balan, Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e bolsista integral pela Fundação São Paulo (FUNDASP). Atua como estagiária jurídica na Pastoral Carcerária Nacional - CNBB, em que exerce atividades ligadas à Direitos Humanos, Política Criminal e Penitenciária e Terceiro Setor. Estagiária jurídica na Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP). Em 2018, atuou como estagiária jurídica da Procuradoria da Fazenda Nacional. É militante da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo.

Viviane Balbuglio, mestranda em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FD-SBC). Tem experiência de atuação profissional e pesquisa com temas relacionados à justiça criminal, migrações, gênero e direitos das mulheres, povos tradicionais e questão palestina.

Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas

A Equipe de Base Warmis – Convergência de Culturas, é um coletivo formado por mulheres imigrantes voluntárias de diferentes países, que surgiu em 2013 na cidade de São Paulo. É parte do Organismo Internacional Convergência de Culturas e do Movimento Humanista. Realiza diferentes atividades orientadas a promover a equidade e o acesso pleno aos direitos, recursos e oportunidades, e busca colocar a pauta das migrantes na opinião pública.

Mariela Loreto Pizarro Sippa, migrante, professora, lakita, ativista. Integrante da Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas e da Rede Latino-americana de mulheres sikuris. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Integração da América Latina, PROLAM, USP.

Jobana Moya, imigrante boliviana quechua humanista, ativista pela Não Violência Ativa e a Não Discriminação, mediadora intercultural, membro -fundadora da Equipe de Base Warmis Convergência das Culturas.

Corina Evelin Demarchi Villalón, imigrante argentina no Brasil. Membro do Equipe de Base Warmis- Convergência das Culturas. Mestre pelo Programa de Pós- Graduação de

Mudança Social e Participação Política, EACH-USP. Pesquisa temas como gênero, migração e movimentos sociais.

Lida Elena Tascón Bejarano, imigrante colombiana no Brasil. Membro do Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas e do coletivo Roda a Palavra Paz. Historiadora, especialista em temas da família, gênero e escravidão.

Beatriz Morales Barroso, imigrante Boliviana no Brasil. Membro do Equipe de Base Warmis - Convergência das Culturas. Integrante de Lakitas Sinchi Warmis. Autônoma e dona de casa. Integrante de música autóctona.

Sandra Paola Morales Mercado, imigrante peruana no Brasil. Membro do Equipe de Base Warmis- Convergência das Culturas. Psicóloga, especialista em psicologia analítica.

Elizabeth Suarique Gutiérrez, leitora profissional e viajante teimosa, tenho me dedicado à pesquisa da historiografia literária da América Latina. Com experiência no desenvolvimento de projetos sócio culturais. Atualmente faço doutorado em Letras na Universidade Federal de Rio Grande, FURG.

Kathleen Maynard, imigrante norte-americana, morou em São Paulo e trabalhou na área de Saúde da Mulher durante 3 anos. Membro do Equipe de Base Warmis-Convergência das Culturas. Enfermeira licenciada em clínica geral.

Júlia da Fonseca Silvestrini, estudante de psicologia da PUC-SP, militante antimanicomial, antiproibicionista e abolicionista. Ex-militante da Craco Resiste, atualmente militante da Comuna (corrente interna do PSOL) e do coletivo Ecoar- Juventude Ecosocialista.

Jacqueline Jaceguai Chagas Nunes dos Santos, mestranda em Mudança Social e Participação Política PROMUSPP pela Universidade de São Paulo (USP – EACH) email: jacjaceguai@usp.br Orientador: Prof^o Dr. Marco Bernardino de Carvalho. Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-5134-1038/> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7244881370916334>

Irina Karla Bacci, lésbica feminista, ativista pelo Coletivo de Feministas Lésbicas de São Paulo, fez parte da organização da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Tem

Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania pelo Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Pesquisadora e Professora pelo NEDIG - Núcleo de Diversidade e Gênero do CEAM/UnB e é trabalhadora humanitária.

Mariana Luppi Foster, mulher bissexual feminista, fez parte da organização da Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Tem mestrado em estudos linguísticos e literários em língua inglesa pela Universidade de São Paulo e atualmente cursa o doutorado no mesmo programa. É também escritora, tendo um conto publicado na coletânea "Leia Mulheres", da Editora Pólen.

Yuri Fraccaroli

Mestre em Psicologia Social (IP/USP), foi bolsista Capes. Graduado em Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e Dirección e Xestión Pública (UVIGO) – Bolsa Mérito Acadêmico (Reitoria da USP). Pesquisador associado do Instituto Galego da Análise e Documentação Internacional.

NM em Foco

NM em Foco é um projeto fundado e organizado por pessoas negras e LGBT. A proposta é proporcionar um debate público político e interseccional acerca da não-monogamia através das perspectivas de raça, gênero e sexualidade. Por meio da produção de conteúdo nas redes sociais, de grupos de estudo e compartilhamento de experiências, pretendemos ser uma comunidade, um espaço de acolhimento e visibilidade voltados para as demandas de pessoas não-monogâmicas. Fazemos das nossas reflexões, uma ferramenta de combate a estruturas de opressão como racismo, sexismo, lgbtfobia, além de fomentar a agência autonomia de pessoas não hegemônicas. Como espaço de discussão acreditamos que a partilha de ideias e vivências é um caminho potente para a construção de um projeto social coletivo e emancipatório.

Newton Jr., licenciando em Música na Universidade Federal do Ceará. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Educação Musical e membro do Grupo de Estudos em Saberes Populares - GESP. Possui experiência em educação musical, ensino coletivo e estudos étnico-raciais. Um dos fundadores e organizador/editor do projeto NM em Foco Suas áreas de pesquisa, interesse e produção são: estudos de raça, sexualidade e gênero, interseccionalidade, pensamento decolonial e anticolonial, pensamento feminista negro e

não-monogamia política. Contato: newtonsergio12@gmail.com |
[@whats_newton/](https://www.instagram.com/whats_newton/)[@whatsnewton](https://www.instagram.com/whatsnewton)

Raiane Miranda, mestranda em Comunicação Social pela Puc-Minas. Especialista em Comunicação Digital e Mídias Sociais. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Uma das fundadoras e editora do projeto NM em Foco. Suas áreas de interesse e pesquisa são: estudos sobre comunicação, tecnopolítica, algoritmos, raça, gênero, sexualidade, feminismos negros e não-monogamia política.

Contato: falecomnanamiranda@gmail.com | [@eunanaoficial](https://www.instagram.com/eunanaoficial)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7042852953404733>

Rede MILBi

A Rede MILBi é um coletivo autônomo, autogestionado e apartidário de mulheres migrantes lésbicas, bissexuais e pansexuais cujos princípios sureadores ético-políticos se alinham com o feminismo interseccional, antirracista, antifascista, decolonial, anticapital, de combate à xenofobia, de respeito à diversidade sexual, de gênero, corporalidades e interculturalidade. Nossos valores estão orientados ao cuidado dos afetos, sororidade, apoio mútuo, horizontalidade, multidisciplinariedade e a criação de espaços seguros.

Rocio del Pilar Bravo Shuña, migrante andina, ativista na Rede MILBi, psicóloga e doutoranda em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com mais de 13 anos desenvolvendo projetos psicossociais e educativos, mapeamento de atores e co-criação de ferramentas de articulação social. Experiência em consultoria sobre migração internacional, combate ao trabalho infantil migrante, gênero, diversidade e inclusão social.

Maria Paula Botero, imigrante colombiana, Psicóloga e mestranda em Mudança Social e Participação Política na Universidade de São Paulo (EACH-USP) e membro da Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas, Bissexuais e Pansexuais (MILBI). Tem experiência em trabalho com comunidades educacionais no desenvolvimento e implementação de estratégias pedagógicas, programas de inclusão social e participação comunitária. Atualmente desenvolve pesquisa sobre processos migratórios de mulheres e população LGBTQIA+.

